

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Emanuela Sousa Ribeiro**

**MODERNIDADE NO BRASIL, IGREJA  
CATÓLICA, IDENTIDADE NACIONAL**

Práticas e estratégias intelectuais: 1889 - 1930

Recife

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Emanuela Sousa Ribeiro**

**MODERNIDADE NO BRASIL, IGREJA  
CATÓLICA, IDENTIDADE NACIONAL**

Práticas e estratégias intelectuais: 1889 - 1930

Tese de doutoramento submetida à aprovação do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Sylvana Maria Brandão de Aguiar**

Recife

2009

**Emanuela Sousa Ribeiro**

# **MODERNIDADE NO BRASIL, IGREJA CATÓLICA, IDENTIDADE NACIONAL**

**Práticas e estratégias intelectuais: 1889 - 1930**

Tese de doutoramento submetida à aprovação do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Sylvana Maria Brandão de Aguiar**

Aprovada em: 25 de fevereiro de 2009.

## **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. **Sylvana Maria Brandão de Aguiar** – UFPE, Orientadora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Maria do Socorro Ferraz Barbosa** – UFPE, Examinadora interna

Prof. Dr. **Carlos Alberto Cunha Miranda** – UFPE, Examinador interno

Prof. Dr. **Newton Darwin de Andrade Cabral** – UNICAP, Examinador externo

Prof. Dr. **Carlos André Macedo Cavalcanti** – UFPB, Examinador externo

<p>Ribeiro, Emanuela Sousa Modernidade no Brasil, igreja católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930 / Emanuela Sousa Ribeiro. – Recife: O Autor, 2009. 307 folhas: il., tab.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.</p> <p>Inclui: bibliografia e apêndice.</p> <p>1. História. 2. Nação. 3. Identidade nacional. 4. Religião – História. 5. Catolicismo. 6. Igreja católica – Brasil. I. Título.</p> <p>930.85 981</p> <p>CDU (2. ed.) CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE BCFCH2009/17</p>		
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

**Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional.** Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930, por Emanuela Sousa RIBEIRO

Is licensed under a Creative Commons 3.0 Brasil License:  
Atribuição: Uso Não-Comercial - Vedada a Criação de Obras Derivadas

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer a Deus, por continuar tendo sempre motivos para agradecê-Lo. Afinal, apesar dos pesares da vida, o saldo da minha balança é muito positivo!

Depois, preciso agradecer àqueles que encarnam as dádivas de Deus na minha vida, há tantos anos: à força protetora de Nilce, à doçura firme de Jorge e à amizade constante de Gabriela; muito obrigada pelo apoio em todas as etapas da nossa vida familiar.

Agradeço também às duas pessoas que me completam a vida, que me proporcionam um cotidiano feliz: obrigada pelo amor incondicional e pelo companheirismo da “princesa” Beatriz, que encarna tantas qualidades que nem consigo exprimi-las em poucas palavras; e obrigado ao Luiz, meu “príncipe encantado no cavalo branco” que conhece, e vive, o verdadeiro significado da palavra esposo.

Jamais teria concluído este trabalho sem o apoio de todos vocês: Nilce, Jorge, Gabriela, Beatriz e Luiz – recebam meu “muito obrigada!” pelo apoio, e pela compreensão, constantes.

Também não posso deixar de agradecer o apoio dos amigos que estiveram sempre por perto ao longo da vida: Rosana, Kátia, Stella e Sylvana (que receberá outro agradecimento, como orientadora, mais adiante). Vocês souberam, à distância, ou mais de perto, quando falar e quando não falar – afinal, uma doutoranda, às vezes, é uma criatura meio solitária e sem graça.

Obrigada aos amigos da UNICAP e do IPHAN pelo apoio nestes anos de tese. Vocês continuam fazendo do meu trabalho um enorme prazer e me dão sempre lições de comprometimento e entusiasmo pela vida.

Agradeço ainda aos alunos e ex-alunos da UNICAP, com quem aprendi e aprendo coisas novas todos os dias (algumas ruins, mas a maioria muito boas)! Na impossibilidade de nomeá-los todos, agradeço a cada um de vocês na figura de Walter Amaral. Ex-aluno, hoje colega de trabalho, Walter é um dos melhores pesquisadores que já conheci – como diz minha orientadora, a alegria do mestre é ver o discípulo superá-lo! Obrigada pelos diálogos constantes, que acho que

serviram para você e, tenho certeza, serviram muito para mim, e pelo apoio na pesquisa documental desta tese.

Agora agradeço à Prof<sup>a</sup>. Sylvana Brandão, como orientadora dedicada e competente que foi, e continuará sendo sempre. Além da sua inquestionável competência técnica, a Prof<sup>a</sup> Sylvana tem a rara capacidade de realmente **orientar** seus alunos, ensinando-os a “se virar” na produção do conhecimento histórico e no mundo acadêmico. Obrigada não só pela generosa orientação (em todos os aspectos possíveis!), mas também pela contínua confiança neste trabalho – acho que, em alguns momentos, a sua foi maior que a minha!

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, cujos professores foram muito importantes na minha formação, cada um à sua maneira – a “unidade na diversidade” foi muito construtiva na minha formação.

Embora estes agradecimentos já estejam muito longos, ainda preciso exprimir gratidão por algumas pessoas. A defesa de uma tese de doutorado representa o final de um dos ciclos mais longos da vida acadêmica. Por isso, acredito que os agradecimentos deste trabalho devem remontar a todos aqueles que fizeram parte deste ciclo, não apenas do seu fim.

Assim, não posso perder a oportunidade de agradecer aos professores do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, onde cursei o bacharelado em história (há muito tempo...). O corpo docente do DEHIS-UFMA me ofereceu uma graduação de excelente qualidade e exemplos de dedicação e seriedade que nunca esqueci. Hoje, depois de tantos anos, sinto que estes exemplos foram tão importantes quanto a qualidade acadêmica do bacharelado que cursei.

Quero ainda registrar meus agradecimentos aos professores Sérgio e Mundicarmo Ferretti, meus ex-orientadores de PIBIC (faz tempo, também!!!). Embora eu fosse formalmente orientanda do Prof. Ferretti, as reuniões de estudo eram promovidas por ambos, e com ambos aprendi a pesquisar sozinha e em equipe. Mas, ainda mais, recebi de ambos lições de ética, comprometimento e solidariedade profissional que jamais esqueci e que tento manter vivas na minha vida de professora universitária, nas minhas reuniões de estudo.

Por fim agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho em instituições de pesquisa, nas burocracias da vida acadêmica e no cotidiano doméstico.

## RESUMO

Nesta investigação histórica analisamos a influência católica na formação da identidade nacional, durante o período compreendido entre 1889 e 1930, a partir do estudo dos intelectuais católicos do Estado de Pernambuco. Constatamos que houve um modo de ser elite no Brasil, do final do século XIX e início do XX, que estava relacionado à uma postura intelectual católica, especialmente na região nordeste. A análise da documentação permite afirmar tanto que a confluência entre modernidade e catolicismo foram parte de um projeto maior, da construção de uma identidade católica para o Brasil, quanto que a própria identidade das elites brasileiras foi perpassada pela proposta católica de identidade nacional. Isso foi possível exatamente porque a proposta identitária respondia aos anseios da sociedade republicana brasileira, então em processo de estruturação, convergindo com os elementos que a maioria da população entendia como os da modernidade – o progresso material e as adequações à nova vida cotidiana. Ao mesmo tempo, a proposta católica respondia também às perguntas dos intelectuais brasileiros sobre a origem e o futuro da nação, propondo o uso de narrativas historiográficas e símbolos do catolicismo como símbolos da nação. Utilizamos, como fontes primárias para o trabalho, tanto documentação produzida no âmbito católico, quanto fontes provenientes do mundo laico. O referencial teórico foi construído a partir dos conceitos propostos por Pierre Bourdieu, acerca do funcionamento dos diversos campos sociais, e por Peter Berger, acerca das estruturas de plausibilidade; tais conceitos permitiram uma melhor compreensão dos mecanismos de formulação e difusão da proposta identitária católica na sociedade laica, durante o período estudado. Dentre a documentação de cunho religioso destaca-se a documentação oficial da Igreja católica (encíclicas e cartas pastorais); e a documentação produzida pelos leigos católicos, como jornais, boletins, opúsculos e documentos referentes a escolas católicas; também fez parte de nossa pesquisa a bibliografia citada e produzida pelos intelectuais católicos. Em relação à documentação referente aos intelectuais laicos destacamos a bibliografia produzida pelos membros do IHGB e do IAHPG, bem como os jornais e a bibliografia produzida durante o período em estudo. Como resultado podemos afirmar que a proposta católica para a identidade brasileira foi apropriada pela elite intelectual brasileira através da conciliação de argumentos do catolicismo e da modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nação; Elites; Identidades nacionais; História das Religiões

## **ABSTRACT**

This research analyzes the historic Catholic influence in the formation of national identity during the period between 1889 and 1930, studying the Catholic intellectuals of the State of Pernambuco. We found that there was a way to be elite in Brazil, in the end of the nineteenth century and beginning of XX, which was related to a Catholic intellectual posture, especially in the Northeast. The analysis of the documentation can say both that the confluence between modernity and Catholicism were part of a larger project, the construction of a Catholic identity for Brazil, while the identity of the Brazilian elite was permeated by the Catholic proposal of national identity. This was possible precisely because it responded to concerns of identity Republican Brazilian society, then in the process of structuring, with the converging evidence that the majority of the population considered as those of modernity - the material progress and adjustments to new life. At the same time, the proposal also Catholic response to questions from Brazilian intellectuals on the origin and future of the nation, proposing the use of historiographic narratives and symbols of Catholicism as symbols of the nation. We used, as primary sources for the work, both documentation produced under Catholic, as sources from the secular world. The theoretical framework was built from the concepts of Pierre Bourdieu, about the functioning of various social fields, and Peter Berger, of the structures of plausibility, such concepts have a better understanding of the mechanisms of development and diffusion of Catholic identity in the proposal secular society, during the period studied. Among religious nature of the documentation there is the official documentation of the Catholic Church (encyclicals and pastoral letters), and documentation produced by lay Catholics, such as newspapers, newsletters, books and documents relating to Catholic schools, was also part of our search for literature quoted and produced by Catholic intellectuals. Regarding the documentation relating to the intellectual lay out the literature produced by members of IHGB and IAHGP as well as newspapers and literature produced during the period under study. As a result we can state that the proposal for the Catholic identity was appropriate for the Brazilian intellectual elite Brazilian through conciliation of arguments of Catholicism and modernity.

**KEYWORDS:** Nation, Elites, National Identity, History of Religions



## **LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS**

### **ARQUIVOS E BIBLIOTECAS**

Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife  
Arquivo da Assembléia Legislativa de Pernambuco  
Arquivo do Colégio Nóbrega – Universidade Católica de Pernambuco  
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano  
Biblioteca Almeida Cunha – 5ªSR/IPHAN/MinC  
Biblioteca Central da UFPE  
Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação da UFPE  
Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE  
Biblioteca Pe. Aloísio Mosca de Carvalho - Universidade Católica de Pernambuco  
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco  
Gabinete Português de Leitura  
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco  
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

### **SITES**

Portal da Câmara dos Deputados ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br))  
Portal DEHON – Brasil (Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus)  
([www.dehonbrasil.com](http://www.dehonbrasil.com))  
Portal Domínio Público – Biblioteca Digital (<http://www.dominiopublico.gov.br>)  
Site CATHOLIC ENCYCLOPEDIA ([www.newadvent.org/cathen/](http://www.newadvent.org/cathen/))  
Site da Academia Brasileira de Letras ([www.academia.org.br](http://www.academia.org.br))  
Site da Assembléia Legislativa de Pernambuco ([www.alepe.pe.gov.br](http://www.alepe.pe.gov.br))  
Site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais  
([www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br))  
Site da Enciclopédia Itaú Cultural da Literatura Brasileira ([www.itaucultural.org.br](http://www.itaucultural.org.br))

Site da Fundação Casa de Rui Barbosa ([www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br))

Site da Fundação Joaquim Nabuco ([www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br))

Site da Liga de Defesa Nacional (

Site da Ordem dos Advogados de Pernambuco – OAB-PE ([www.oabpe.org.br](http://www.oabpe.org.br))

Site da Revista Intellectus ([www.intellectus.uerj.br](http://www.intellectus.uerj.br))

Site da Revista Scientia Plena ([www.scientiaplena.org.br](http://www.scientiaplena.org.br))

Site da Santa Sé - Vaticano ([www.vatican.va](http://www.vatican.va))

Site da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos ([www.classica.org.br](http://www.classica.org.br))

Site da Sociedade São Vicente de Paulo em Pernambuco ([www.vicentinospe.org](http://www.vicentinospe.org))

Site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
([www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br))

Site do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas ([www.cieaa.ueg.br](http://www.cieaa.ueg.br))

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

Site do Instituto Histórico de Petrópolis ([www.ihp.org.br](http://www.ihp.org.br))

Site do Instituto Histórico do Ceará ([www.institutodoceara.org.br](http://www.institutodoceara.org.br))

Site do Senado Federal do Brasil ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br))

Site História da Educação Brasileira – HISTEDBR ([www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br))

Site Instituto de Estudos da Religião ([www.iser.org.br](http://www.iser.org.br))

Site pessoal de Bresser Pereira ([www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br))

Site Scientific Eletronic Library Online Brasil ([www.scielo.br](http://www.scielo.br))

## LISTA DE TABELAS

TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco	112
TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero	130
TABELA III - Associações católicas identificadas em Pernambuco	141
TABELA IV: Breve biografia de Luiz Corrêa de Britto, Carlos Alberto de Menezes, Francisco Barreto Rodrigues Campello e Antônio Vicente de Andrade Bezerra	145
TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco	146
TABELA VI: <i>Pauta da grande romaria de 4 de novembro de 1900</i> (Jornal <b>JESUS REDEMPTOR: Jesus Christo VENCE! Jesus Christo REINA! Jesus Christo IMPERA!</b> , Recife, 4 nov. 1900)	177
TABELA VII: Lista dos intelectuais que pertenciam ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras, quando de sua fundação em 1897	239
TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX	248

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
-------------------------	-----------

### PARTE I:

<b>IDENTIDADE NACIONAL, SECULARIZAÇÃO E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA: REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS</b>	<b>16</b>
<b>1. IGREJA CATÓLICA E SECULARIZAÇÃO NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>17</b>
1.1 O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A RELIGIÃO NO BRASIL.....	19
1.2 RELAÇÕES ENTRE O CATOLICISMO E A MODERNIDADE NO BRASIL.....	35
<b>2. DEBATES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL.....</b>	<b>58</b>
2.1 O QUE É A NAÇÃO? .....	58
2.2 HISTORIOGRAFIAS DA NAÇÃO.....	67
2.3 HISTORIOGRAFIA DA IDENTIDADE NACIONAL (CATÓLICA) ....	84
2.4 O CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO.....	92

### PARTE II:

<b>PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A IDENTIDADE BRASILEIRA</b>	<b>103</b>
<b>3. INTELECTUAIS CATÓLICOS: CAMPOS E ESTRATÉGIAS</b>	<b>104</b>
3.1. <i>HABITUS</i> INTELECTUAL CATÓLICO .....	104
a) Intelectuais membros do clero católico	109
b) Intelectuais leigos	140
3.2. CATOLICISMO: PROGRESSO E BEM .....	181

<b>4. SÍMBOLOS DA NAÇÃO CATÓLICA .....</b>	<b>208</b>
4.1. NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS DE UM BRASIL CATÓLICO.....	<b>208</b>
4.2. CATOLICISMO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA NAÇÃO .....	<b>232</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>265</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>269</b>
 <b>APÊNDICE.....</b>	<b>284</b>



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

**Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional.** Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930, por **Emanuela Sousa RIBEIRO**

Is licensed under a Creative Commons 3.0 Brasil License:  
Atribuição: Uso Não-Comercial - Vedada a Criação de Obras Derivadas

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como cerne a análise da influência católica na formação da identidade nacional, durante o período compreendido entre 1889 e 1930, tendo como recorte espacial privilegiado o Estado de Pernambuco. Analisamos a formação e a difusão de uma identidade católica para o Brasil do século XX que, formulada pelos intelectuais católicos, durante a República Velha, perpassou diversos segmentos socioculturais do país, e permaneceu válida/eficaz até a década de 70, do mesmo século, quando a relação entre religião e sociedade passou a ser mediada por novos conflitos de ordem política, vinculados ao surgimento da Teologia da Libertação, e ao contexto ditatorial vivido especialmente no Brasil e na América Latina<sup>1</sup>.

Este tema é um desdobramento de nossa dissertação de mestrado, intitulada **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**, defendida no ano de 2003, no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, também sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sylvana Brandão de Aguiar.

A partir dos estudos que desenvolvemos sobre as relações entre catolicismo e modernidade no Maranhão durante a República Velha, ampliamos nosso objetivo de análise, buscando entender estas relações em um recorte mais amplo.

Originalmente nosso projeto de tese tratava do *catolicismo romanizado e a construção da identidade das elites urbanas nordestinas – 1890 a 1922*. Porém, durante as pesquisas que realizamos, e ao longo dos encontros de orientação, pudemos observar elementos que nos indicaram a necessidade de ampliar nossas investigações.

Constatamos que, efetivamente, houve um modo de ser elite no Brasil do final do século XIX e início do XX que estava relacionado a uma postura católica. Também chegamos à conclusão que, do ponto de vista qualitativo, as confluências

---

<sup>1</sup> Cf.: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro (Orgs.). **Sociologia da religião e mudança social**. Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus, 2004. Ver especialmente os três artigos que tratam do catolicismo: PIERRUCCI, Antônio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo; ROSADO-NUNES, Maria José. O catolicismo sob o escrutínio da modernidade.; BRITO, Ênio José da Costa. Agonia de um modelo.

que identificamos nas relações entre modernidade e catolicismo no contexto maranhense repetiam-se no âmbito nacional.

Assim, concluímos que a confluência entre modernidade e catolicismo era parte de um projeto maior, o da construção de uma identidade católica para o Brasil. Inferimos, portanto, que a própria identidade das elites brasileiras foi perpassada pela proposta católica de identidade nacional. Por estes motivos resolvemos ampliar o escopo deste trabalho, passando à análise da proposta identitária católica para a nação.

Esta proposta identitária respondia aos anseios da sociedade republicana brasileira, então em processo de estruturação, exatamente porque convergia com os elementos que a maioria da população entendia como os da modernidade – as mudanças materiais oriundas da tecnologia – e, ao mesmo tempo, mantinha o repertório moral de ordenamento social.

A proposta católica, ao mesmo tempo, respondia também às perguntas dos intelectuais brasileiros sobre a origem e o futuro da nação, propondo como resposta o uso de narrativas historiográficas e símbolos oriundos do catolicismo como narrativas e símbolos da nação.

Ao longo da construção deste trabalho tomamos como referencial teórico os conceitos propostos por Pierre Bourdieu, acerca do funcionamento dos diversos campos sociais, do *habitus* e do capital simbólico. Estes conceitos nos auxiliaram na compreensão dos mecanismos de formulação e difusão da proposta identitária católica durante o período estudado.

Recorremos ainda ao conceito de plausibilidade, formulado por Peter Berguer para analisar as condições de aceitação dos conteúdos propostos pelos intelectuais católicos na sociedade civil brasileira.

Nosso ponto de partida foi a discussão teórica acerca dos diversos conceitos que a historiografia utiliza para tratar tanto do período quanto do tema que estamos analisando: secularização, modernidade e identidade nacional. Consideramos imprescindível a realização destes debates teóricos para o desenvolvimento de qualquer produção historiográfica, principalmente no doutoramento.

Assim, optamos por dividir todo o trabalho em duas partes: a primeira, composta de dois capítulos, busca realizar uma análise mais profunda dos

elementos teóricos envolvidos; a segunda, composta de três, concentra-se na análise, de cunho empírico, à luz da fundamentação teórica, da documentação reunida.

Deste modo, no primeiro capítulo, discutimos em profundidade as relações entre religião, catolicismo e modernidade, tanto no âmbito mais geral da História e da Sociologia das Religiões, quanto em relação à produção historiográfica brasileira sobre o tema.

No segundo capítulo realizamos uma discussão historiográfica sobre a temática da identidade nacional e das características do campo intelectual brasileiro. Analisamos de que maneira a historiografia brasileira vem tratando do tema, e discutimos de que maneira podemos, a partir da experiência histórica brasileira, apropriar-nos do conceito de campo, tal como proposto por Bourdieu.

Na segunda parte deste trabalho, realizando as análises de cunho mais empírico, fazemos uso intenso das fontes primárias listadas no Apêndice deste trabalho. Esta segunda parte está também dividida em dois capítulos, nos quais caracterizamos, interpretando a documentação, o *habitus* intelectual brasileiro e o projeto identitário católico para a nação.

No capítulo três, o primeiro da segunda parte, analisamos as condições de plausibilidade do projeto identitário católico, que decorre da homogeneidade do *habitus* intelectual brasileiro. Examinamos o *habitus* intelectual pernambucano, identificando e caracterizando os intelectuais pernambucanos católicos, e evidenciamos a homogeneidade das estratégias de mobilização social utilizadas por intelectuais católicos e não-católicos.

Acreditamos que o grupo católico atuou em diversos campos da sociedade brasileira, dado que, conforme demonstraremos ao longo do trabalho, seus membros ocupavam, simultaneamente, espaços importantes no mundo laico. Tratamos das diversas formas de atuação dos intelectuais católicos na sociedade e discutimos a capilaridade que as associações leigas ofereciam para a difusão da proposta identitária católica.

Ainda neste capítulo analisamos as estratégias discursivas dos intelectuais católicos, que se utilizaram de uma estratégia que chamamos de *sacralização do progresso*, através do qual um conjunto de argumentos típicos da



modernidade foi revestido de conteúdos da moral católica. Este processo foi fundamental para a homogeneização do *habitus* intelectual católico e não-católico.

No capítulo quatro, caracterizamos os argumentos do projeto identitário católico para a nação, analisando três itens: a relação com o estrangeiro, em especial com Portugal; a interpretação do popular; e a construção do Estado.

Esses itens, originalmente propostos por Renato Ortiz para análise da identidade nacional, foram analisados a partir de documentação produzida por intelectuais católicos, tanto no âmbito nacional quanto regional. Procuramos relacionar os discursos identitários católicos com as principais correntes de interpretação da nacionalidade, evidenciando de que maneira este discurso pode se fazer plausível no campo intelectual brasileiro.

No último item, analisamos as narrativas historiográficas da nação construídas por intelectuais católicos e não católicos, visando identificar a construção de símbolos e narrativas católicas que, ao mesmo tempo em que reforçaram a noção de uma identidade católica para a nação, fizeram a ligação deste passado, pretensamente católico, com o presente e o futuro. Destacamos, neste item, os diversos mecanismos de naturalização da identidade católica da nação, e a pretensa despolitização deste discurso que pôde adequar-se ao novo sistema político.

Utilizamos como fontes primárias para este trabalho tanto documentação produzida no âmbito católico como no âmbito laico. Dentre a documentação de cunho religioso destacamos a documentação oficial da Igreja católica (encíclicas e cartas pastorais) e a documentação produzida pelo laicato, como por exemplo, jornais, boletins, opúsculos e livros. Analisamos documentos referentes a escolas católicas; e, para fins de comparação, livros didáticos não católicos.

A fim identificar a presença de intelectuais católicos no ambiente intelectual laico utilizamos também documentação produzida na Assembléia Legislativa (Anais da Câmara dos Deputados de Pernambuco) e a bibliografia consultada e produzida no IHGB.

Em todas as citações optamos por atualizar a grafia, visando tornar o texto mais agradável para o leitor.

**PARTE I:**

**IDENTIDADE NACIONAL, SECULARIZAÇÃO E A**

**IGREJA CATÓLICA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA:**

**REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

## 1. IGREJA CATÓLICA E SECULARIZAÇÃO NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Ao longo dos capítulos seguintes analisaremos a proposta católica para uma identidade brasileira durante a República Velha. Antes, porém, de realizarmos esta análise parece-nos ser importante refletir sobre como pôde apresentar-se como legítima<sup>2</sup>, e plausível, diante da elite republicana, uma proposta identitária que era proveniente de uma interpretação religiosa da realidade, em um mundo que se pretendia secularizado.

O conceito de plausibilidade<sup>3</sup>, formulado por Peter Berger, perpassa toda a argumentação deste trabalho, pois, precisamos compreender quais foram os elementos que possibilitaram a aceitação do projeto identitário católico na sociedade republicana. Assim, é imprescindível analisarmos os elementos constituintes da estrutura de plausibilidade construída pelos intelectuais católicos.

Segundo Berger, devemos analisar:

os seres humanos específicos que *habitam* nela [a estrutura de plausibilidade], a rede conversacional pela qual estes *habitantes* mantêm a realidade em questão funcionando, as práticas e rituais terapêuticos e as legitimações que os acompanham<sup>4</sup>.

Dentro desse quadro, a análise do processo mais amplo de secularização da sociedade ocidental moderna é de extrema importância para que possamos avaliar a plausibilidade da proposta de identidade católica - formulada no momento mesmo em que, no Brasil, separavam-se, legal e, de certa forma, consensualmente, Igreja e Estado.

Para esse fim, precisamos trabalhar com duas problemáticas distintas. Uma primeira discussão, mais geral, volta-se para a análise do processo de secularização da sociedade ocidental moderna, e sua aplicação no caso brasileiro – temática abordada a partir do ponto de vista da Sociologia da Religião. Outra

---

<sup>2</sup> Cf.: BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 126 – 142.

<sup>3</sup> BERGER, Peter L. **Rumor de Anjos**. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2.ed.rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. Ver especialmente o *Capítulo 2: A perspectiva da sociologia: relativizar os relativizadores*.

<sup>4</sup> BERGER, Peter L. *Op. Cit.*, p. 68

discussão gira em torno das características do catolicismo no Brasil e das relações entre este e a modernidade, durante o período estudado – esta segunda, uma temática abordada principalmente pela História. Conforme poderemos perceber, estes dois eixos de análise desenvolveram-se de maneira desconectada, embora toquem temas extremamente próximos. É nossa tarefa, neste capítulo, relacionar as duas abordagens, a fim de explicitar os mecanismos utilizados pelo catolicismo para que a sua proposta identitária fosse plausível no ambiente racionalizado brasileiro.

## 1.1 O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A RELIGIÃO NO BRASIL

Iniciamos nossa análise com o estudo do processo de secularização, partindo da definição, já clássica, proposta por Peter Berger, em 1969: *por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos*<sup>5</sup>.

O autor especifica ainda o processo de secularização nos diversos aspectos da vida social; um primeiro aspecto mais geral, o da história ocidental moderna, em que

a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo<sup>6</sup>.

Um segundo aspecto, socioestrutural, da cultura e símbolos, que

afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência,<sup>7</sup> como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular do mundo<sup>7</sup>.

E, um terceiro aspecto, subjetivo, em que ocorre

uma secularização da consciência. Isso significa, simplificando, que o Ocidente moderno tem produzido um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas<sup>8</sup>.

Ao esclarecer este conceito, Berger, busca escapar do uso do termo

como um conceito ideológico altamente carregado de conotações valorativas, algumas vezes positivas, outras negativas. Em círculos anticlericais e *progressistas*, tem significado a libertação do homem moderno da tutela da religião, ao passo que, em círculos ligados às Igrejas tradicionais, tem sido combatido como *descristianização, paganização* e equivalentes<sup>9</sup>.

A definição de secularização proposta por Berger é atualmente bastante difundida, inclusive no âmbito eclesiástico católico, em que o uso do conceito é

<sup>5</sup> BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 119.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> BERGER, Peter. *Op. Cit.*, p. 119 – 120.

<sup>9</sup> BERGER, Peter. *Op. Cit.*, p. 118.

semelhante. Por exemplo, recentemente, em maio de 2007, o cardeal Tarcisio Bertone, Secretário de Estado do Vaticano e Camerlengo da Igreja Católica, assim explicou o conceito de secularização em um congresso sobre o mesmo tema:

A nível fenomenológico, por secularização entende-se um processo que caracteriza sobretudo as sociedades ocidentais e é marcado pelo abandono dos esquemas religiosos e de um comportamento de tipo sacral. Historicamente este processo está ligado ao de emancipação da esfera política daquela religiosa e percebe-se a si mesmo como o restabelecimento da razão e daquilo que é razoável. Parece que, separando os valores do Cristianismo, privatizando a fé e tornando a moral autónoma da religião, teriam sido colocadas as bases<sup>10</sup> para construir uma humanidade autenticamente livre e digna<sup>10</sup>.

Percebe-se, claramente, o recurso à história para compreensão do tema, bem como o uso de conceitos sociológicos para explicação dos seus mecanismos de efetivação.

De fato, se buscamos identificar a origem etimológica do termo vamos encontrar sua proveniência no latim clássico: *saeculum*, de onde o adjetivo *saecularis*, que significa: geração, raça, tempo, longa série de anos<sup>11</sup>.

A utilização do termo enquanto conceito político está relacionado à Reforma Protestante, quando, no contexto da Paz de Westfalia, em outubro de 1684, precisou-se de uma palavra que exprimisse, de uma maneira indireta, o fim do monopólio católico e, conseqüentemente, o seqüestro (a perda) do patrimônio eclesiástico católico. Este uso se tornou bem vez mais freqüente no final do século XVIII e início do XIX, período clássico da expropriação dos bens religiosos especialmente na França, Áustria e Alemanha<sup>12</sup>.

Por analogia, o termo secularização passou a ser utilizado, no direito canônico<sup>13</sup>, para designar a excomunhão perpétua, ou seja, a saída de um

<sup>10</sup> DISCURSO DO CARDEAL TARCISIO BERTONE POR OCASIÃO DO CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE "CRISTIANISMO E SECULARIZAÇÃO. DESAFIOS PARA A IGREJA E PARA A EUROPA", pronunciado em 29 de maio de 2007. Disponível em: [www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/card-bertone/2007/documents/rc\\_seg-st\\_20070529\\_universita-europea\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2007/documents/rc_seg-st_20070529_universita-europea_po.html). Acesso em: 22 Setembro 2007.

<sup>11</sup> MILANO, A. Secolarizzazione. In: BARBAGLIO, Giuseppe; DIANICH, Severino. (Orgs.). **Nuovo Dizionario di Teologia**. 7ed. Milão: Edizioni San Paolo, 1994. p. 1407.

<sup>12</sup> *Idem*.

<sup>13</sup> MILANO, A. *Op. Cit.* p. 1408.

Não confundir o direito canônico com o Codex Juris Canonici. O direito canônico pode ser compreendido como um conjunto de leis/jurisprudências/consultas que regia a administração da Igreja, desde sua institucionalização (séc. IV); enquanto o Codex Juris Canonici só surgiu em 1917, sob o pontificado de Bento XV, que organizou um código jurídico pela primeira vez, nos moldes dos códigos de direito laicos. Neste caso, o uso do termo secularização para indicar excomunhão é

indivíduo da vida monástica, e seu retorno para o mundo – a perda de um religioso, se fazemos o paralelo com a perda das propriedades eclesiásticas.

Ainda utilizando o raciocínio analógico, podemos perceber a transposição do termo secularização do uso político-jurídico para o uso filosófico cultural: passando a indicar o fim de um poder e de um controle eclesiástico, agora no sentido mais amplo, abrangendo toda a sociedade, ou seja, muito mais próximo do sentido atual de perda de influência da Igreja na sociedade civil.

Durante os processos de expropriação das propriedades eclesiásticas do início do século XIX na Alemanha e França, o termo secularização não só foi usado de maneira militante, como também passou a designar um conceito, uma forma ideal de compreensão da realidade vivida no Ocidente àquele momento. Chama-nos atenção o fato de que o termo só começou a ter uso corrente no início do século XX:

Que a palavra *secularização* sirva para indicar um processo histórico, é um dado bastante recente. No uso corrente, só no início do século XX, essa palavra foi empregada por aqueles que se empenhavam para conquistar a emancipação da autoridade e da influência da religião. **Enquanto Lübbe afirma que a *secularização* se transformou em um conceito historiográfico, ao contrário Nijk pensa que ela não chegou nunca a representar uma categoria de análise historiográfica, mas conservou sempre um caráter casual, periférico e polivalente**<sup>14</sup> (grifo nosso).

Precisamente neste período – início do século XX – é que surgem os escritos de Weber, um dos principais teóricos do processo de secularização como categoria de análise historiográfica e, principalmente, sociológica. Este autor nos apresenta o conceito de secularização como parte de um processo mais amplo de racionalização da sociedade capitalista ocidental.

No conjunto da produção weberiana o termo secularização aparece em vários sentidos, embora predomine sua aplicação em estudos que enfocam o contexto jurídico, conforme explica em sua tese de livre-docência Antônio Flávio Pierucci<sup>15</sup>:

---

bastante anterior ao Codex Juris Canonici, datando do século XVI. (MARRAMAIO, Giacomo. **Céu e terra: genealogia da secularização**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 17 – 18., 1997. *Apud*: PIERRUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Jun 1998, vol. 13, nº 37, p. 23. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 19 Fevereiro 2007.)

<sup>14</sup> MILANO, A. *Op. Cit.* p. 1409.

<sup>15</sup> Dentre tantos comentadores da obra de Max Weber optamos por utilizar as interpretações de Antônio Flávio Pierucci e Lísias Nogueira Negrão em virtude do profícuo debate levado a efeito por

É tamanha a desproporção entre a quantidade concentrada de ocasiões em que *Säkularisation / Säkularisierung / säkularisiert / säkularisierend* aparecem no ensaio de sociologia do direito e, de outro lado, suas esporádicas e rarefeitas aparições noutros textos e contextos teóricos da obra weberiana, que tudo se passa como se aí se expressasse uma tácita intenção de indicar que o objeto designado é, no seu cerne, naquilo que realmente conta, jurídico-político. Em minha pesquisa pude constatar *empiricamente* nos escritos de Weber uma dominância do sentido original do nome, antiguidade de sentido que não se apaga, não se retrai, está sempre ali, sempre despontando, e isto certamente nos pode ajudar quando se trata de, como se propunha ele, *olhar de frente o rosto do nosso tempo* e, com toda a honestidade intelectual possível, seguir o *destino do nosso tempo [das Schicksal unserer Zeit]*<sup>16</sup>.

Apesar desta predominância Pierucci explica, com clareza, sua concepção acerca dos usos da secularização por Weber, fazendo também uma precisa explanação acerca da divergência entre os conceitos de secularização e desencantamento:

O importante a reter é que Weber realmente distingue os diferentes processos. Enquanto **o desencantamento do mundo fala da ancestral luta da religião contra a magia**, sendo uma de suas manifestações mais recorrentes e eficazes a perseguição aos feiticeiros e bruxas levada a cabo por profetas e hierocratas, vale dizer, a repressão político-religiosa da magia (Thomas, 1985), a **secularização, por sua vez, nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião**, tendo como manifestação empírica no mundo moderno o declínio da religião como potência *in temporalibus*, seu *disestablishment* (vale dizer, sua separação do Estado), a depressão do seu valor cultural e sua demissão/liberação da função de integração do social<sup>17</sup>. (grifo nosso)

Dado que o cerne da obra de Weber é a análise do longo processo de racionalização da sociedade ocidental, é como se os conceitos de racionalização, desencantamento do mundo e secularização, formassem a estrutura explicativa da formação do ocidente laico: através da progressiva racionalização do fenômeno

---

ambos desde 1998 até 2005, acerca do conceito de secularização em Weber, e do processo de secularização da sociedade brasileira. (Cf.: PIERRUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Jun 1998, vol. 13, nº 37, p. 23. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 19 Fevereiro 2007. Ver também: NEGRÃO, Lísias Nogueira. Nem "jardim encantado", nem "clubes dos intelectuais desencantados". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 Fevereiro de 2007.). Também devemos mencionar a constância do trabalho de Pierrucci na análise da obra weberiana, destacando, especialmente sua obra sobre o conceito de desencantamento do mundo em Weber (Cf.: PIERRUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.).

<sup>16</sup> PIERRUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. p. 22.

<sup>17</sup> *Idem*. p. 9.



religioso dá-se o desencantamento do mundo mágico (desmagificação) operado pelas grandes religiões, cuja ação, embora desmagificante, confere sentido estrutural às sociedades humanas. Abandonando a magia, abandonava-se também a individualização dos atos e dos sentidos, abandonava-se o irracionalismo dos fenômenos místicos, dando lugar ao fenômeno religioso institucionalizado (historicamente identificado com as religiões monoteístas, desde o judaísmo).

Posteriormente, ocorreria a secularização, que remeteria diretamente à separação institucional das instâncias religiosa e político-jurídica, com a justificação deste último através da racionalidade laica e não do sentido religioso anterior. Neste ponto a religião continuaria a conferir sentido à sociedade, porém, de uma maneira mais racional, com uma cosmogonia teorizada, sistematizada e socialmente segregada, uma vez que no mundo secularizado a religião é apenas parte da realidade social, apenas um dos elementos que podem conferir sentido à sociedade.

Segundo Weber, podemos afirmar também que o fenômeno de secularização no Ocidente cristão teria sido acelerado pelo processo de modernidade técnico-científica, que buscou adequar todas as áreas da sociedade aos *imperativos de coerência lógica e ao teste empírico*<sup>18</sup>.

Como última instância do processo de racionalização, se processaria outro tipo de desencantamento do mundo, o desencantamento via ciência – última etapa de racionalização social conhecida na humanidade – que, por sua vez, não confere novo sentido estrutural à sociedade. Neste ponto não mais se trataria de desmagificação, e sim de desendeusamento, uma vez que a religião, terminantemente, não seria mais conferidora de sentido à sociedade, sendo substituída por uma racionalidade que *não doa, nem tem a pretensão de doar, sentido ao mundo, aos acontecimentos, às coisas que “simplesmente são e acontecem*”<sup>19</sup>.

Esta tese weberiana foi a base de toda uma sociologia da religião que previu o fim das religiões nas sociedades ocidentais, conforme explica Peter Berger:

---

<sup>18</sup> MARIZ, Cecília Loreto. A sociologia da religião em Max Weber. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião**. Enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 72.

<sup>19</sup> PIERRUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. p. 154.

*A idéia é simples: a modernização leva necessariamente a um declínio da religião, tanto na sociedade como na mentalidade das pessoas*<sup>20</sup>.

As reflexões teóricas que defendem a relação intrínseca entre modernidade, secularização e declínio da religião, podem, segundo Joanildo Burity, ser agrupados em torno de duas grandes linhas de interpretação:

(i) Secularização como uma *condição* (ou corolário) para o desenvolvimento da sociedade moderna, tendo que se constituir como um *passo necessário* (ou tendência inelutável) de qualquer processo de modernização;

(ii) A Secularização como uma estratégia por meio da qual o discurso da modernidade foi erigido e aberto um espaço frente à visão de mundo cristã hegemônica e às instituições animadas/subordinadas por/a ela. Nesse caso o conceito se refere a uma reocupação ou deslocamento de conceitos e motivos cristãos<sup>21</sup>.

Ou seja, em ambas correntes, a modernidade e a secularização juntas são responsáveis pelo fim da religião<sup>22</sup>, de tal maneira que os conceitos acabam por se fundir, tornando difícil, se não impossível, analisar uma sociedade moderna, ou em vias de modernização, na qual haja espaço legítimo para a religião.

Porém, os elementos empíricos têm colocado em dúvida esta tese. Desde a década de setenta do século XX, a Sociologia das Religiões tem realizado um profícuo debate acerca do ressurgimento do fenômeno religioso nos dias atuais.

O próprio Peter Berger realizou uma revisão das suas teses, afirmando que:

Toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de *teoria da secularização* está essencialmente equivocada. Em trabalhos anteriores, contribuí para essa literatura. Eu estava em boa companhia – a maioria dos sociólogos da religião tinha opiniões semelhantes, e nós tínhamos boas razões para afirmá-las<sup>23</sup>.

Berger, em seus trabalhos mais recentes, vem propondo a tese da *dessecularização do mundo*, afirmando a ocorrência de uma *ressurgência da religião em todo o mundo*<sup>24</sup>, seja em virtude das incertezas postas pela modernidade, seja

<sup>20</sup> BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, nº 21, 2000. Disponível em: [www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger\\_21.1\\_2000.pdf](http://www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger_21.1_2000.pdf). Acesso em: 18 Maio 2008. p. 10.

<sup>21</sup> BURITY, Joanildo. Trajetórias da religião e da modernidade. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 13, nº 1, 2007. p. 35.

<sup>22</sup> *Idem*. p. 38.

<sup>23</sup> BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. p. 10.

<sup>24</sup> *Idem*. p. 17

como uma reação dos setores pobres da sociedade à secularização imposta pela elite<sup>25</sup>.

Analisando o artigo de Berger ao qual nos reportamos acima, Cecília Loreto Mariz nos lembra que o uso do termo dessecularização pressupõe a aceitação de um processo, já executado, de secularização. Assim, percebemos que Peter Berger não extingue a validade do conceito de secularização, apenas deixa de tratá-lo como uniforme e imperativo:

Deixando claro que tanto secularização quanto dessecularização são processos em curso, Berger procura entender ambos como frutos da relação dialética entre religião e modernidade em diferentes contextos e momentos históricos. Apesar de negar uma teoria da secularização simples e mecânica, o autor não nega a secularização como tal. Reconhece-a como uma dimensão que marca a sociedade contemporânea, mas sublinha o seu limite, destacando ainda que esse processo pode gerar o seu oposto<sup>26</sup>.

Peter Berger revisou também – ainda que apenas de passagem – um outro argumento importante acerca da relação entre religião e sociedade no mundo moderno, a necessidade da dimensão religiosa nas organizações sociais:

De certa maneira, não há o que explicar. Fortes sentimentos religiosos sempre existiram; o que é preciso explicar é sua ausência mais que sua existência. O secularismo moderno é um fenômeno muito mais intrigante do que todas essas explosões religiosas – assim como a universidade de Chicago é um tema mais interessante para a sociologia da religião do que as escolas islâmicas de Qom. Em outras palavras, os fenômenos aqui considerados de certo modo apenas servem para demonstrar a continuidade do lugar da religião na experiência humana<sup>27</sup>.

Embora não desenvolva o argumento, Berger afirma, como regra, a existência de uma dimensão religiosa em todas as sociedades. Assim, o autor desloca o olhar do observador para a especificidade do processo da secularização, entendida agora como uma exceção patrocinada pela modernidade. Assim, Berger nos sugere a necessidade de aprofundar a análise da relação entre religião e modernidade.

A tese da oposição entre religião e modernidade – e conseqüentemente da secularização como libertação da dominação da religião – se ampara em uma

---

<sup>25</sup> *Id. Ibidem.*

<sup>26</sup> MARIZ, Cecília Loreto. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, nº 21, 2000. Disponível em: [www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/mariz21.1\\_2000.pdf](http://www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/mariz21.1_2000.pdf). Acesso em: 18 Maio 2008. p. 26.

<sup>27</sup> BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. p. 18.

forte tradição historiográfica e sociológica que remonta, ainda segundo Joanildo Burity, à relação política entre o Antigo Regime e a religião:

Tal narrativa remonta aos contornos *iniciais* da modernidade e é fundamentalmente baseada na oposição entre o **ancièn régime** e a sociedade moderna, sendo a religião uma representante destacada do primeiro campo. Dessa narrativa deriva a idéia de: (i) uma insuperável resistência colocada pela religião à auto-afirmação do *homem moderno*; (ii) um vínculo natural entre a religião e o sancionamento da ordem estabelecida, ou em outros termos, entre religião e integração social; (iii) uma tendência ao fim da religião, que já era um elemento forte do discurso sociológico sobre a religião<sup>28</sup>.

Burity desenvolve sua argumentação afirmando que esta oposição entre modernidade e religião é fruto de uma experiência histórica específica de constituição da modernidade na Europa (especialmente pós-revolução francesa), não se tratando de uma oposição intrínseca entre religião e modernidade<sup>29</sup>.

De fato, ao fazemos uma incursão pelos diversos significados do termo modernidade, podemos perceber que oposição entre Antigo Regime e sociedade moderna é apenas uma das tantas formas possíveis de compreender o que é a modernidade e qual é o lugar da religião nos diversos *modos de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, aproximadamente, e que em seguida se tornaram mundiais em sua influência*<sup>30</sup>.

A fim de analisar os diversos significados associados ao conceito de modernidade, recorreremos a Jacques Le Goff, que insere o conceito em uma oposição mais ampla: entre os conceitos de antigo/moderno. Este autor apresenta as diversas experiências históricas ocidentais em que esta oposição, entre antigo/moderno, assumiu características distintas:

A palavra *moderno* nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja *modernidade* foi assinalada por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a idéia de modernização logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> BURITY, Joanildo. *Op. Cit.* p. 20.

<sup>29</sup> *Idem.* p. 22.

<sup>30</sup> GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. p.

<sup>31</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 169 – 170.

Além de apontar os diversos usos do termo moderno, Le Goff diferencia basicamente duas maneiras principais de opor antigo/moderno. A primeira remete à longa duração da Europa pré-industrial, entre os séculos VI e XVIII, em que a relação entre antigo e moderno não é de ruptura, mas de afirmação do moderno através de relação com o antigo.

Neste período é importante sublinharmos que a própria Igreja Católica patrocinou dois processos de modernização. O primeiro, através do surgimento do movimento místico chamado *Devoção Moderna*, que nos séculos XIV e XV propôs à sociedade, como saída para os graves problemas do final da Idade Média, *uma nova orientação da vida espiritual visando à perfeição cristã e à união com Deus*<sup>32</sup>. Embora para os dias atuais o movimento surgido naquele período não se identifique com a modernidade, naquele período este movimento promoveu grandes reformas nas Ordens religiosas e influenciou a vida dos leigos católicos. Uma das principais obras produzidas neste período foi **Imitação de Cristo**<sup>33</sup>, um conjunto de quatro livros que indicava os meios para a melhor relação com o divino, através a freqüência aos sacramentos e da reflexão contínua da Escritura<sup>34</sup>.

O segundo movimento de modernização promovido pela Igreja Católica foi o Concílio de Trento. Ocorrido entre 1545 e 1563, este Concílio teve como principal característica o estudo e a sistematização de diversos pontos da doutrina católica:

Ele esclarece um grande número de pontos dogmáticos nunca definidos explicitamente no passado e conclama a reformas em todos os domínios da pastoral. Muitos textos conciliares representaram o resultado de uma longa reflexão, como aqueles que tratam da justificação, da colaboração de Deus e do homem na salvação. Outros textos são marcadamente antiprotestantes<sup>35</sup>.

Embora tenha sido bastante lenta a vivência prática dos pontos definidos pelo Concílio de Trento, tratou-se de um dos maiores esforços de sistematização, e

---

<sup>32</sup> UNIVERSIDADE POPULAR MARIANA. **Curso de História da Igreja**. Recife: Secretaria da Universidade Popular Mariana, 2006, Caderno 4, p. 49.

<sup>33</sup> Para os fins deste trabalho é relevante sabermos que esta obra foi traduzida para o português, e publicada no Brasil, em 1903, pelo Conde de Affonso Celso, um dos mais atuantes intelectuais católicos do país durante o período que vimos estudando.

<sup>34</sup> UNIVERSIDADE POPULAR MARIANA. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>35</sup> COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. Tomo II. Do século XV ao século XX. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001, p. 32.

de racionalização da doutrina e da vivência católica<sup>36</sup>, provavelmente só comparável ao Concílio Vaticano II<sup>37</sup>, ocorrido já no século XX.

Apesar da grande relevância destes movimentos de modernização, tratou-se, em ambos, de movimentos de afirmação do moderno através da relação com o antigo.

Segundo Jacques Le Goff, somente às vésperas da Revolução francesa é que *os homens das Luzes vão substituir a idéia de um tempo cíclico, que torna efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos, pela idéia de um progresso linear que privilegia sistematicamente o moderno*<sup>38</sup>.

A segunda forma de opor antigo/moderno, de acordo com Le Goff, é permeada pela revolução industrial - na passagem do século XIX para o XX -, que, agora sim, desvaloriza, sistematicamente o antigo. Esta nova tensão entre antigo/moderno foi expressada através de três pólos de conflito:

movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de *modernismo* – termo que marca o endurecimento, pela passagem à doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da *modernização*, que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a *modernidade*<sup>39</sup>.

Podemos perceber que Le Goff não aponta o domínio da religião como domínio de oposição intrínseca ao moderno. Ao tratar da relação entre o moderno e a religião, Le Goff trata de um processo de ampliação do debate<sup>40</sup>, e não de oposição:

A *devotio moderna* não altera os fundamentos do Cristianismo, a Reforma do século XVI não se assume como movimento *moderno* (pelo contrário, com as suas referências ao Antigo Testamento, à Igreja Primitiva, etc.) e o movimento *modernista*, no início do próprio século XX, teria tido um alcance limitado se a alta hierarquia da

<sup>36</sup> Sobre o Concílio de Trento ver: JEDIN, Hubert. **Concílios ecumênicos: História e doutrina**. São Paulo: Herder, 1961.

<sup>37</sup> Sobre o Concílio Vaticano II ver: ALBERIGO, Giuseppe (Ed., et al). **História do concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1996; AZZI, Riolando. O Concílio Vaticano II no contexto da igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. **REB: Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, RJ, v. 66, n. 263, p. 337-369, abr. 2006.

<sup>38</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 178 – 179.

<sup>39</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 179.

<sup>40</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 191.

Igreja católica não lhe tivesse dado um significado que ultrapassa os seus objetivos. A entrada do domínio religioso na esfera do confronto antigo/moderno assinala a ampliação do debate<sup>41</sup>.

O autor equipara – na *ampliação do debate* – a influência da religião a dois outros campos: a história moderna e a ciência<sup>42</sup>. Trataremos de ambos, história e ciência, na segunda parte desta tese.

Por fim, Le Goff apresenta quatro elementos, que, agindo isoladamente, ou em conjunto, influem na autopercepção da sociedade ocidental moderna, a saber:

O primeiro é a percepção daquilo que se passou a chamar, em certas épocas, a aceleração da história. Para que haja conflito entre modernos e antigos é contudo preciso que esta geração permita um conflito de gerações. (...) A oposição antigo/moderno, que é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado, agudece-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos.

O segundo elemento é a pressão que os progressos materiais exercem sobre as mentalidades contribuindo para as transformar. (...)

Em certos casos um choque exterior ajuda a tomada de consciência. (...)

Finalmente, a afirmação da modernidade, mesmo que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais e tecnocratas. Fenômeno da tomada de consciência de um progresso, por vezes contemporânea da democratização da vida social e política, a modernidade mantém-se no plano da elaboração, de uma elite, de grupos, de capelas<sup>43</sup>.

Mais uma vez, podemos perceber que a religião – ou a oposição à religião – não atua, necessariamente, como elemento constitutivo da modernidade. A relação da sociedade com religião não é, para Le Goff, um dos elementos que influem na autopercepção de uma sociedade como sendo moderna<sup>44</sup>.

Outros historiadores que trabalham com o recorte temático e/ou cronológico da modernidade também apontam para a persistência do fenômeno

---

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 191 – 192.

<sup>43</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 196 – 197.

<sup>44</sup> É interessante observar que Le Goff nem sequer concorda com a tese weberiana da relação entre religião protestante e racionalização do ocidente. (Cf.: LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p.192.)

religioso no mundo moderno, descartando a oposição/exclusão entre religião e mundo moderno, mesmo quando se trata da modernidade industrial do século XIX.

René Rémond, especialista no estudo da História Política do século XIX, ao tratar das relações entre religião e sociedade naquele período, afirma que a oposição entre Igreja católica romana e revolução francesa foi alimentada pelo confronto entre ambos; e a ruptura serviu, ao longo do século seguinte, como *norma aos sistemas de aliança. A ponto de parecer natural aos olhos de toda pessoa inteligente do século XIX que a religião era aliado natural da ordem e da reação*<sup>45</sup>. Podemos perceber que este autor retorna ao argumento de que a exclusão da religião do mundo moderno é fruto de uma experiência histórica específica, não se tratando de um antagonismo *a priori* entre sociedade moderna e religião.

Rémond afirma que o fato religioso é parte do estudo das sociedades humanas como um todo, e que não é *apenas a história propriamente política que clama pela evocação do fato religioso: é toda a história das sociedades*<sup>46</sup>. Segundo Rémond, nas sociedades atuais este antagonismo desapareceu e as relações entre política e religião católica estão assumindo novas formas. O autor questiona a validade da tese da secularização irreversível da sociedade:

Seria correto dizer-se que o desaparecimento de toda crença religiosa, que a abolição universal do sentimento religioso são o termo obrigatório da evolução, cujos sintomas acabamos de apurar? Seria o ateísmo generalizado o resultado natural, lógico, irreversível, da secularização da sociedade, da laicização do poder, assim como da indiferença dos indivíduos ante a questão religiosa? É justamente esta a perspectiva traçada por certos sistemas filosóficos e políticos. (...) A esse respeito, o historiador, que não pode raciocinar senão a partir do que observa, é obrigado a constatar que, por enquanto, essa antecipação continua a ser um ato de fé. A realidade é mais complexa e comporta simultaneamente evoluções em sentidos diferentes<sup>47</sup>.

Estes argumentos, datados de 1974, foram reafirmados pelo grupo de historiadores que, ao redor de Rémond, estão trabalhando com a nova história política. Em 1988, na obra **Por uma história política**, organizada pelo mesmo autor, há um capítulo dedicado à Religião e Política. Neste, a historiadora Aline Coutrot afirma que:

<sup>45</sup> RÉMOND, René. **O século XIX**, 1815 – 1914. 8ed. São Paulo: Cultrix, 2002. p. 175.

<sup>46</sup> RÉMOND, René. *Op. Cit.* p. 165.

<sup>47</sup> RÉMOND, René. *Op. Cit.* p. 173 - 174.



Os desafios do mundo moderno que provocaram muitas recusas e conflitos, se contribuem para marginalizar as Igrejas, não servem apenas para precipitar seu declínio. Um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade, sem contar as remanescências e as permanências. A religião continua a manter relações com política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal forma que o assunto é de grande atualidade<sup>48</sup>.

Feitas estas considerações sobre a natureza das relações entre religião e modernidade, podemos retornar ao argumento desenvolvido por Joanildo Burity. Este autor afirma que não podemos perder de vista que a oposição entre religião e modernidade ocorreu apenas em uma experiência histórica de modernidade, entre tantas outras possíveis:

A modernidade, ao se expandir historicamente pelo mundo, hibridizou-se ou alterou-se em vista de sua repetição, no confronto entre as forças sociais modernizadoras e as antimodernas, dando origem a diversos modos de existência. Muito poucos destes demandaram ou implicaram no esgotamento da religião, seja em sua dimensão institucionalizada, seja em sua dimensão de fé pessoal e comunitária<sup>49</sup>.

Esta assertiva apóia-se na concepção de que não existe um único modelo de modernidade. Conforme também afirma Krishan Kumar:

a modernidade é uma coisa diversificada, mesmo em sua forma ocidental. A modernidade norte-americana - estilo EUA – é diferente da modernidade européia. A latino-americana, tanto da norte-americana quanto da européia. Há uma ampla literatura sobre as variedades européias de modernidade –*ocidental, oriental e centro-européia* -, embora na própria Europa Ocidental haja diferentes formas no norte e no sul, assim como os modelos *continental* e *anglo-saxão*<sup>50</sup>.

Este debate, até agora mantido no campo da Sociologia e da História, tem chegado a conclusões relevantes também no campo da Filosofia. Esta disciplina vem analisando a própria natureza da modernidade e do processo de secularização, especialmente através de um profícuo debate entre as idéias de *Hans Blumenberg* e *Karl Löwith* em torno da tese da secularização, que nega à idade moderna a propriedade de suas concepções<sup>51</sup>.

<sup>48</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 335.

<sup>49</sup> BURITY, Joanildo. *Op. Cit.* p. 38-39.

<sup>50</sup> KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 35.

<sup>51</sup> SOUZA, José Carlos Aguiar de. **O projeto da modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. p. 15.

Estes autores discutem a própria identidade da modernidade, em um debate que atinge o cerne da identidade da sociedade ocidental moderna<sup>52</sup>. Segundo a argumentação de Löwith a modernidade seria apenas uma atualização da proposta cristã de sociedade; esta concepção retira grande parte da autonomia, e da independência, que os modernos pensavam possuir diante das interpretações não religiosas da realidade.

De acordo com a tese proposta por Löwith, ao se entender a secularização como uma caminhada irreversível para o fim das religiões tradicionais, os modernos estavam utilizando o conceito de secularização como uma categoria para realizar a hermenêutica da modernidade. Assim, os modernos estariam propondo um sentido para a modernidade, ou seja, uma teleologia para a sociedade moderna.

Ainda segundo Löwith esta teleologia seria, na realidade, uma dimensão teológica, uma herança mal disfarçada da escatologia cristã. A origem da presença teológica na modernidade estaria posta na sociedade ocidental a partir não só de respostas, mas, principalmente, de perguntas fundamentais, como, por exemplo: qual o sentido da história, ou para onde caminha a humanidade. Estas perguntas, oriundas da gramática cristã, foram aceitas pela modernidade como legítimas e passíveis de resposta pela razão.

Assim, os modernos mudaram o vetor de resposta – substituindo a religião pela razão – mas mantiveram as mesmas questões propostas pelo cristianismo, que, ao contrário dos modernos, já as tinham pré-respondidas pela revelação. Ou seja,

Karl Löwith desafia os próprios fundamentos da idade moderna, ao negar que a modernidade possua uma legitimidade própria. A tese de Löwith faz uma análise histórica das filosofias da história e de suas celebrações do progresso inevitável. Existem pressuposições teológicas camufladas na consciência histórica moderna que tornam ilegítima a idade moderna como um todo. A modernidade nada mais é que uma versão secularizada da escatologia cristã<sup>53</sup>.

Hans Blumenberg repropõe os termos da discussão feita por Löwith, afirmando que a idéia moderna do progresso inevitável não é uma consequência da

---

<sup>52</sup> Baseamos nossas análises acerca desta polêmica, principalmente na obra: SOUZA, José Carlos Aguiar de. **O projeto da modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

<sup>53</sup> SOUZA, José Carlos Aguiar de. *Op. Cit.* p. 17.

secularização do padrão escatológico da teologia cristã. Para Blumenberg a idéia de progresso tal como posto nos dias atuais seria conseqüência de dois rompimentos efetivados pela modernidade: um em relação ao lugar do sujeito na geração do conhecimento e outro em relação aos padrões científicos e estéticos do passado.

Ao propor o método como gerador do conhecimento, o homem moderno teria se emancipado de outras formas do conhecer (revelado, por exemplo); e ao romper com a ciência aristotélica e com a arte de inspiração helênica, o homem teria se emancipado dos a priori da ciência aristotélica. Através destes dois rompimentos o homem moderno teria feito a *afirmação-do-self*, que segundo Blumenberg precisaria de uma teoria do progresso inevitável e infinito para resolver a

frustração e a insatisfação do homem moderno com seu próprio momento histórico. (...) A idéia de progresso possui também uma função protetora, na medida em que assegura, a cada geração, que o presente se encontra ligado ao futuro<sup>54</sup>.

A perspectiva de que os problemas postos pela sociedade pré-moderna continuam precisando de respostas na idade moderna é muito relevante para os fins deste trabalho, pois, independente de concordarmos com a noção de legitimidade, ou ilegitimidade, da modernidade<sup>55</sup>, é importante observarmos que o processo de secularização ainda procura responder questões existenciais da humanidade – ponto no qual concordam Löwith e Blumenberg.

Partindo deste pressuposto podemos compreender a relevância – e a legitimidade – dos temas propostos pelo cristianismo, tanto católico quanto protestante, para discussão nas sociedades modernas. Deste ponto de vista, é interessante observar que os católicos, ao proporem uma identidade para a nação, já possuíam um trunfo na mão, o trunfo das respostas reveladas, das respostas pré-determinadas pela religião, que eram, desde muito, conhecidas pela sociedade. Estas verdades reveladas poderiam ser legitimadas se convergissem, nos métodos de implementação, com as verdades e respostas científicas e viabilizassem uma melhora na vida material humana; conforme analisaremos adiante.

Posto que a temática da secularização exigiu-nos uma análise mais densa, lembramos que a finalidade precípua da discussão realizada até o momento

<sup>54</sup> SOUZA, José Carlos Aguiar de. *Op. Cit.* p. 83-84.

<sup>55</sup> Pessoalmente acreditamos que os argumentos de Löwith são mais consistentes. Blumenberg para desmontar a tese de Löwith precisa recorrer à uma época pré-escatológica, que, acreditamos não deva ser levada em consideração quando se trata da análise da sociedade ocidental, sob o risco do anacronismo.

é a análise do *locus* do catolicismo na República brasileira, pois, a maneira como compreendemos o processo de secularização e sua relação com a modernidade orienta nossa abordagem no âmbito brasileiro.

Se adotássemos o ponto de vista de que a secularização é o *processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos*<sup>56</sup>, não haveria sentido em propormos como tema central desta tese a análise de uma identidade nacional aventada pelo catolicismo, uma vez que tratar-se-ia de um agente social em franco descompasso com o processo de racionalização da sociedade moderna, portanto, incapaz de conferir sentidos à sociedade brasileira da época.

Assim, ao tratarmos da religião sem excluí-la do mundo moderno e sem contrapô-la automaticamente à modernidade, podemos compreender melhor os mecanismos utilizados pelo catolicismo para que a sua proposta identitária fosse legítima no ambiente racionalizado brasileiro.

---

<sup>56</sup> BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. p. 119.

## 1.2 RELAÇÕES ENTRE O CATOLICISMO E A MODERNIDADE NO BRASIL

A discussão acerca do papel do catolicismo no processo de secularização no Brasil está permeada pela argumentação weberiana.

Segundo Lísias Nogueira Negrão, por exemplo, o processo de racionalização não ocorreu no Brasil:

Insisto que não houve, de forma significativa, nada semelhante à mensagem profética racionalizadora neste contexto religioso prenhe de encantamento. Os grupos protestantes históricos (batistas, presbiterianos metodistas), potenciais herdeiros da racionalidade e da ascese puritana tradicional, são minoritários, crescendo apenas vegetativamente, a não ser quando também se pentecostalizam e, portanto, aderem à milagrosa manifestação do Espírito. (...) Os maiores grupos religiosos brasileiros, inclusive os católicos – lembre-se de que Weber considerou o surgimento do catolicismo um retrocesso no processo de desencantamento – permanecem com sua mentalidade encantada, buscando e participando de rituais mágicos<sup>57</sup>.

O mesmo autor afirma que ocorreu no Brasil a secularização, porém, não, a desmagificação:

O Brasil é, de fato, secularizado: existe a separação entre Igreja e Estado, a administração realiza-se a partir de códigos legais e órgãos executivos seculares, sem nenhuma influência decisiva por parte de grupos religiosos. A ciência, a tecnologia e o cálculo racional presidem às atividades produtivas<sup>58</sup>.

Negrão destaca a atuação do Estado através das intervenções militares e do processo de escolarização formal; sempre ressaltando o processo incompleto da secularização no Brasil:

Sendo a racionalização mediante o desencantamento - isto é, a desmagificação - um passo teoricamente prévio porém historicamente não efetivado no Brasil, mas antecedente necessário à posterior racionalização secularizante na análise weberiana referente à emergência do capitalismo no mundo ocidental, como teria se dado a secularização no Brasil?<sup>59</sup> (...).

Minha hipótese para explicar tal descompasso é de que **nossa modernização racionalizante é extra-religiosa**. Sem contar com a racionalização prévia da desmagificação/ desencantamento, a

<sup>57</sup> NEGRÃO, Lísias Nogueira. Nem "jardim encantado", nem "clube dos intelectuais desencantados". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 Fevereiro de 2007. p. 15.

<sup>58</sup> *Idem*.

<sup>59</sup> *Idem*.

modernidade foi introduzida com maiores esforços pelos seus agentes, em especial o Estado<sup>60</sup> (grifo nosso).

Segundo o autor, tratar-se-ia, portanto, de uma racionalização não completamente efetivada no Brasil moderno devido a incompletude do processo de desmagificação religiosa.

Ainda acompanhando o raciocínio de Negrão, o catolicismo por ele identificado como ortodoxo, romanizado, teria permanecido, desde a colônia, passando pelo império e até quase todo o período republicano restrito à *delgadas camadas populacionais urbanas litorâneas, sobre as quais atuaram sobretudo ordens religiosas afinadas com o projeto de romanização do catolicismo no Brasil*<sup>61</sup>. No mais, seria característica da religião no Brasil, desde a colônia até os dias atuais, *uma mentalidade religiosa híbrida e sincrética, densamente mágica e encantada*<sup>62</sup>.

Para fazer tal afirmação Negrão baseia-se em trabalhos de Antônio Cândido de Mello e Sousa<sup>63</sup>, Duglas Teixeira Monteiro<sup>64</sup> e Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>65</sup>.

Outra corrente historiográfica pode ser analisada para falar do catolicismo popular e do seu sincretismo religioso e mentalidade mágica, conforme apontaremos a seguir.

Inicialmente destacamos a produção historiográfica ligada ao CEHILA<sup>66</sup>, cujos estudos apontam as mesmas características sublinhadas por Negrão para o catolicismo popular brasileiro desde a colônia até o império. Destacamos Frei Hugo Fragoso, que identifica as seguintes características das religiões populares:

---

<sup>60</sup> *Idem.*

<sup>61</sup> NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 14.

<sup>62</sup> *Idem.*

<sup>63</sup> CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1972. *Apud*: NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 14.

<sup>64</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974. *Apud*: NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 14.

<sup>65</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965. *Apud*: NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 14.

<sup>66</sup> A Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe (CEHILA) foi criada em 1973, com a proposta de “compreender a história da Igreja a partir do povo, a partir do pobre”. O Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina – Brasil é a seção brasileira da instituição, tendo sido fundada no mesmo ano, com mesma proposta. (Cf.: RODRIGUES, José Honório. Prólogo. *In*: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil** – Primeira Época. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/1. p. 9.)

Antes de tudo tratava-se de uma religião de expiação. (...) Havia uma atitude de sobrevalorização dos atos individuais de piedade sobre os atos que exprimiam mais a piedade eclesial. (...)

Outro aspecto típico da religiosidade do nosso povo era o de uma religião moralizante. A moral centrava-se na moral sexual. (...) Este mesmo aspecto moralizante era em última análise legalista e individualista. (...)

E finalmente um outro aspecto característico da religiosidade do nosso povo era o providencialismo natural. Um conceito de Providência Divina, que na ordem natural vinha transferir para Deus o que o homem devia fazer; que esperava de Deus que Ele viesse suprir as deficiências humanas. (...)<sup>67</sup>.

Eduardo Hoornaert – também representante do CEHILA -, apresenta grande ênfase nas mudanças ocorridas no catolicismo brasileiro desde o final do império, mormente no período republicano:

A acentuada clericalização da vida eclesial no Brasil não correspondeu ao que tinha nascido e crescido aqui nos três séculos anteriores. O princípio mais comunitário das confrarias e das beatarias tinha encontrado um *modus vivendi* com o princípio mais hierárquico defendido pelo clero. Havia mútua compreensão e relativa autonomia dos movimentos religiosos oriundos do povo. Agora, com a **romanização**, toda a vida eclesial tinha que subordinar-se à autoridade clerical que estava situada na área da sociedade política (área do poder)<sup>68</sup>.

Podemos perceber que as análises de Fragoso e Hoornaert – que representam a visão do CEHILA - acerca do catolicismo popular brasileiro no final do Império coincide, largamente, com a visão de Negrão acerca da mentalidade encantada presente nas religiões brasileiras.

Divergem, porém, no que tange aos conceitos de romanização do catolicismo no Brasil. Negrão fala de um processo de romanização de longa duração, presente desde a colônia, enquanto o CEHILA, quando se refere à romanização, está tratando apenas da segunda metade do século XIX e do início do século XX.

Esta abordagem do processo de romanização do catolicismo proposta pela CEHILA também coincide com a proposta do sociólogo Pedro Ribeiro de

---

<sup>67</sup> FRAGOSO, Hugo (Frei). A Igreja na formação do Estado liberal. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil** – Segunda Época. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/2, p. 222 – 223.

<sup>68</sup> HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 311.

Oliveira, que analisa a romanização no mesmo corte cronológico – final do século XIX e início do XX – e relaciona o processo à necessidade de

reforma do aparelho eclesiástico. Questões como a relação entre a Igreja e o Estado ou Igreja e Sociedade só entram como condicionantes do problema básico que é a reorganização do episcopado e do clero<sup>69</sup>.

Referem-se todos a processos históricos com durações distintas, mas com resultados semelhantes.

Negrão utilizou o termo *romanização* como se fora sinônimo de *ultramontanismo* - um processo histórico inscrito na longa duração.

A título de esclarecimento, devemos salientar que a longa duração está relacionada ao contexto europeu; conforme análise, já clássica, de Hans Küng, que trata da história geral da Igreja Católica. Küng caracteriza o movimento ultramontano – termo surgido na França para designar os católicos que eram favoráveis à centralização do catolicismo em torno da figura papal, situada em Roma, atrás dos montes Pirineus – através de cinco características principais: centralização, legalização, politização, militarização e clericalização<sup>70</sup>. Esta análise faz pouco sentido no recorte brasileiro, visto tratar-se de um conceito formulado para análise dos séculos XI a XV<sup>71</sup>.

Para tratar do contexto brasileiro, deu-se preferência ao uso do termo *romanização*<sup>72</sup>. Segundo a bibliografia clássica sobre a *romanização*<sup>73</sup>, esta

---

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 282.

<sup>70</sup> KÜNG, Hans. **Igreja Católica**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. Especialmente o capítulo 5: *A Igreja está dividida*.

<sup>71</sup> Analisamos esta questão em nossa dissertação de mestrado: RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 44 – 48. E no artigo: RIBEIRO, Emanuela Sousa. Convergências entre Modernidade e Romanização do Catolicismo no Brasil da Primeira República. In: BRANDÃO, Sylvania; MARQUES, Luiz; CABRAL, Newton.. (Org.). **História das Religiões no Brasil**: volume 4. 1 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, v. 4, p. 257-289.

<sup>72</sup> *Foram os historiadores ligados ao CEHILA que difundiram a utilização do termo romanização como sinônimo do projeto ultramontano de restauração católica para o Brasil dos séculos XIX e XX. O conceito de romanização já aparece formulado no tomo II/2 da obra História da Igreja no Brasil, publicado em 1980, que se tornou um clássico para qualquer estudo de história das religiões no Brasil* (RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 34).

<sup>73</sup> Destacamos os diversos trabalhos de Riolando Azzi (AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1978; AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. In: **Religião e Sociedade**, São Paulo, n. 1, 1977, pp. 125 – 149; AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870 – 1920). In: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-Americana**, São Paulo: Paulinas /



enfatizou o afastamento entre catolicismo e modernidade, e corroborada pela teoria da neocrisandade<sup>74</sup>, teria *apontando um hiato da Igreja na sua relação com a sociedade civil*<sup>75</sup>.

É quase unânime a tese de que a romanização do catolicismo teria sido fator fundamental para afastar a Igreja, e os católicos brasileiros, da modernidade.

Em nossa dissertação de mestrado<sup>76</sup> revisamos a tese do afastamento entre catolicismo e modernidade, concluindo que, pelo contrário, as relações entre o catolicismo e a modernidade foram de aproximação. Na intenção de disciplinar a sociedade, e de normatizar as manifestações da religião, das religiosidades e das culturas das populações pobres, a Igreja católica e a modernidade protagonizaram muito mais convergências do que antagonismos<sup>77</sup>.

Se adotássemos este ponto de vista da oposição entre catolicismo e modernidade, seria inútil analisarmos a proposta identitária católica para o Brasil, pois que esta, uma vez em oposição à modernidade, não seria plausível para um

Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina, 1984. p. 94 – 123). Bem como: CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995; COMBLIN, José (Pe.). Situação histórica do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 26, fasc. 3, Setembro de 1966. pp. 575 – 601; ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

Diversos trabalhos analisaram o catolicismo brasileiro, em diversos recortes regionais, no final do século XIX e início do século XX, utilizando o conceito de romanização como explicativo a suposta polarização entre Igreja e modernidade, por exemplo: MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil: Uma trajetória Reformista (1872 – 1945)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

<sup>74</sup> A *neocrisandade* é um conceito proposto por Thomas Bruneau para se referir à reaproximação entre Igreja e Estado, que, segundo Bruneau, teria ocorrido no Brasil durante a década de trinta do século vinte; neste período a Igreja católica teria retomado sua relação com o Estado nos moldes da situação vivida durante o período colonial e imperial. Bruneau argumenta que durante a República Velha ocorreu um hiato na relação de cumplicidade entre Igreja e Estado. (Cf.: BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974). Consideramos que esta tese não se sustenta quando partimos para a análise empírica de qualquer aspecto das relações Igreja e Estado, conforme analisamos em nossa dissertação de mestrado (Cf.: RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.). Porém, o modelo da *neocrisandade* continua sendo utilizado como eixo interpretativo das relações entre religião, Estado e modernidade. Por exemplo, em evento científico ocorrido em 2006 ainda foi apresentado um Simpósio intitulado *Catolicismo na América Latina no século XX: o modelo de “neo-crisandade”*; no texto de apresentação do Simpósio a coordenadora reafirmou suposto afastamento ocorrido entre Igreja e Estado: “A Igreja Católica, após ter-se oposto ao Estado Liberal e ser por ele perseguida (...)” (Cf: PEREIRA, Mabel Salgado. *Catolicismo na América Latina no século XX: o modelo de “neo-crisandade”*. In: MARTINS, Isildinha; CAMPOS, Leonildo Silveira; RIVERA, Dario Paulo Barrera. **Caderno de resumos do XI Congresso Latinoamericano sobre Religião y Etnicidad**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 35).

<sup>75</sup> BRUNEAU, Thomas. *Op. cit.* p. 27 – 30.

<sup>76</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* Ver o Capítulo 1 - Modernidade e Romanização na Historiografia Brasileira

<sup>77</sup> Cf.: RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.*

Brasil em vias de modernização, e, em última instância não faria sentido para o Brasil do futuro. Assim, é de extrema importância analisarmos com mais vagar a tese da romanização no Brasil e de sua relação de hostilidade para com a modernidade.

Antes de passar ao estudo da relação entre catolicismo e modernidade, convém analisar com mais profundidade o argumento do sociólogo Lísias Negrão sobre o papel do catolicismo como elemento de retrocesso no processo de racionalização do ocidente<sup>78</sup>.

Negrão utilizou este argumento para falar da incompletude do processo de desmagificação e de secularização no Brasil, analisando o catolicismo brasileiro da mesma maneira que Weber analisou o catolicismo na Europa do século XVI<sup>79</sup>. Para Weber o protestantismo teria sido o responsável por institucionalizar *uma religião menos ritualista, mais intelectualizada, mais ética, menos “mágica”*<sup>80</sup>, enquanto o catolicismo, especialmente no período da Contra-Reforma, teria representado um retrocesso neste processo.

Ao contrário de Negrão, acreditamos que, no Brasil da República Velha, o catolicismo teve atuação completamente distinta, favorecendo a racionalização da religião e auxiliando o Estado e os intelectuais, inclusive os laicos ou não católicos, no processo de desmagificação e racionalização da religião. Esta concepção está intimamente ligada a uma revisão do conceito de romanização – tal como vimos realizando desde nossa dissertação de mestrado – pois precisamos perceber as reelaborações e diferentes vivências que permearam as relações da Igreja católica dita romanizada com a modernização das sociedades. Através, principalmente, do combate às práticas do catolicismo dito popular, e da aproximação com os elementos da ciência e da tecnologia modernas, a Igreja Católica atuou como elemento racionalizante no contexto brasileiro.

A fim de aprofundar a análise da especificidade do caso brasileiro, é importante lembrar que o próprio Weber formulou o conceito de racionalização religiosa, que designa *um processo de intelectualização da oferta religiosa*<sup>81</sup>. Este

---

<sup>78</sup> NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 15.

<sup>79</sup> *Idem.*

<sup>80</sup> MARIZ, Cecília Loreto. A sociologia da religião em Max Weber. *In*: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião**. Enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. P. 76.

<sup>81</sup> PIERRUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. p. 87.

conceito - embora tenha, originalmente, servido para identificar o processo de racionalização religiosa surgido com as religiões monoteístas, desde o judaísmo - pode ser aplicado à situação brasileira, a fim de analisar a atuação do catolicismo no Brasil.

Não podemos perder de vista a necessidade adaptar os conceitos propostos por Weber à especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro; afinal,

Weber analisa o percurso de cada sociedade em sua especificidade histórica, [de maneira que] não seria possível construir leis para evolução social, e assim cada caso exigiria uma explicação própria que somente poderia ser elaborada ad hoc<sup>82</sup>.

Voltando ao nosso objetivo central desta seção - discutir as relações entre catolicismo, romanização e modernidade no Brasil da República Velha - é importante analisarmos a origem da pretensa oposição entre catolicismo e modernidade na experiência histórica brasileira.

A concepção da oposição entre catolicismo e modernidade baseia-se, via de regra, nos mais conhecidos documentos canônicos anti-modernos: encíclica *Mirari Vos* (Gregório XVI, 1832), *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (Pio IX, 1864), *Pascendi Dominici Gregis* (Pio X, 1900).

Em nossa dissertação de mestrado, realizamos detidas análises do documento que consideramos mais relevante: o *Syllabus Errorum*, que nomeia todos os *erros* da modernidade. Nossa intenção era esclarecer o que a cúria romana chamava, na octogésima e última sentença do *Syllabus Errorum*, de progresso, liberalismo e civilização moderna, com os quais afirmava não poder conciliar-se nem transigir. Chegamos à conclusão que:

Não encontramos entre os erros supracitados, condenações ao progresso técnico, à urbanização ou ao sistema republicano de governo, que foram a tônica do processo de modernização no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX. E também não encontramos esse tipo de condenação nos documentos que complementaram e atualizaram as condenações da *Quanta Cura* e do *Syllabus*: a encíclica *Pascendi Dominici Gregis* publicada pelo Papa Pio X (1903 – 1914) juntamente com o decreto *Lamentabili* em 1907.

Pelo contrário, encontramos na encíclica *Quanta Cura*, já em 1864, o princípio que aproximou o catolicismo romanizado e a Modernidade

---

<sup>82</sup> MARIZ, Cecília Loreto. A sociologia da religião em Max Weber. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *Op. Cit.*, p. 70.

durante o período que estamos estudando: a preocupação com os fundamentos da ordem religiosa e da ordem social<sup>83</sup>.

Mesmo quando Pio X, na encíclica *Pascendi*, fala do movimento modernista, está se referindo a um movimento teológico,

desencadeado na Igreja Católica na viragem do séc. XIX para o séc. XX com o objectivo de adaptar a doutrina e as estruturas do catolicismo às tendências do pensamento contemporâneo. Os adeptos deste movimento pretenderam assumir-se como renovadores da Igreja para melhor a adaptar às condições modernas do pensamento e da acção<sup>84</sup>.

Assim, o modernismo, segundo João Batista Libâneo, reflete problemas de ordem teológica e exegética:

A maioria dos modernistas, exegetas e historiadores do dogma, propõem a reformulação no conceito de revelação e do dogma, introduzindo aspectos evolucionistas, imanentistas e subjetivistas. **Reagindo contra a rigidez dogmática, introduzem o pensar histórico, sujeito a progresso**<sup>85</sup> (grifo nosso).

Ou seja, não se trata de uma condenação aos melhoramentos modernos materiais e sim a um movimento teológico surgido no contexto francês, que teve pouca repercussão no Brasil, e mesmo na Europa, como afirma Le Goff:

o movimento *modernista*, no início do próprio século XX, teria tido um alcance limitado se a alta hierarquia da Igreja católica não lhe tivesse dado um significado que ultrapassa os seus objetivos<sup>86</sup>.

Segundo afirma Le Goff, este modernismo teológico apresentou três conseqüências bem distintas: uma ação imediata de massas contra a influência da Igreja católica na Itália – cujo contexto político não pode ser comparado com o brasileiro; uma confusão generalizada em torno do uso do termo moderno, sendo utilizado para contrapor-se a integrista<sup>87</sup>, e para combinar-se em uma extensa gama

<sup>83</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* p. 51.

<sup>84</sup> FELÍCIO, Manuel da Rocha. Na viragem do século (XIX – XX). A crise modernista. **Revista MÁTHESIS**, n 11, 2002. p. 377 – 387. Disponível em: [www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mathesis11/mathesis11\\_373.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mathesis11/mathesis11_373.pdf). Acesso em: 28 Maio 2006.

<sup>85</sup> A encíclica *Pascendi Domini Gregis* destina-se fundamentalmente a responder e condenar um movimento intelectual católico, cujo principal mentor era o padre Alfred Loisy, que tencionava adaptar o pensamento moderno aos dogmas e ao magistério da Igreja: (LIBANIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia**. Perfil, Enfoques, Tarefas. 3ed. São Paulo: Loyola, 2001. p. 142).

<sup>86</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 191.

<sup>87</sup> A tradicional divisão dos católicos em integristas, jesuítas e modernistas foi proposta por A. Gramsci. Estes três grupos *representam as três tendências “orgânicas” do catolicismo, ou seja, são as forças que disputam a hegemonia na Igreja romana*. Os católicos integristas *representaram uma tendência européia do catolicismo, politicamente de extrema-direta* (...). Os jesuítas representam uma terceira via entre integristas, de extrema-direita, e modernistas, de extrema esquerda. (Cf.:

de variantes: *fala-se por exemplo de modernismo ascético e modernismo militar, de semimodernismo e de modernização*<sup>88</sup>; e, por fim, a consequência que Le Goff julga mais duradoura:

Para concluir, Émile Poulat pôs bem em evidência o alcance final do modernismo. No interior do catolicismo e para além dele, em todos os meios ocidentais em que a sua influência se fazia mais ou menos sentir, restringe o domínio do *crível* e amplia o do *cognoscível*. *Moderno* torna-se assim a pedra de toque de uma remodelação fundamental no campo do saber<sup>89</sup>.

Assim, precisamos analisar as relações da Igreja com os modernismos em distintas temporalidades<sup>90</sup>, diferenciando-se as diversas possibilidades de combinações e/ou antagonismos entre o catolicismo e o mundo moderno e, em especial, diferenciando a esfera do discurso e dos documentos oficiais, da esfera das vivências cotidianas da elite católica e mesmo da população em geral. Não podemos perder de vista o fato de que

apesar de seguirem orientações da autoridade romana, os integrantes da Igreja Católica pertenciam a distintos níveis hierárquicos e ocupavam diversos lugares de poder dentro da própria instituição e da sociedade civil, possuindo também distintas maneiras de viver a sua religiosidade. Assim, por vezes, os diversos estratos da Igreja reelaboraram as orientações provenientes do setor dirigente e as adequaram a sua realidade, à sua compreensão de mundo e ao seu raio de ação social<sup>91</sup>.

Diante deste cenário é importante retomarmos uma definição proposta por Le Goff, a que já nos referimos anteriormente: a tomada de consciência de que o fenômeno da modernidade, *mesmo que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais e tecnocratas*<sup>92</sup>.

Ou seja, se queremos analisar um fenômeno que estabelece sentido para a sociedade como um todo, não devemos tratar da modernidade, e sim do progresso. Afinal, é o progresso técnico e científico que, durante os séculos XIX e XX, atinge – mesmo no plano ideal – a sociedade como um todo, pois é o progresso que promete melhorar as condições materiais da existência humana.

---

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 153 – 164).

<sup>88</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 182.

<sup>89</sup> *Idem.*

<sup>90</sup> BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 44 – 59.

<sup>91</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* p. 12-13.

<sup>92</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 197.

Seguindo ainda a argumentação de Jaques Le Goff devemos distinguir entre progresso científico e técnico e progresso moral:

Se o primeiro foi, desde a Antiguidade, semipercebido, o segundo foi negado quase sistematicamente até o século XVIII. Em seguida, espalhou-se a idéia – não necessariamente nos meios *materialistas* – de que o progresso tecnológico arrastava consigo o progresso político senão o moral, enquanto que em outros meios, e sobretudo desde há uns cinquenta anos, se impunha a idéia de que não só o progresso moral não tinha seguido o progresso técnico, mas que tinha também efeitos deletérios sobre a moralidade individual e coletiva<sup>93</sup>.

Voltaremos a tratar do progresso moral na segunda parte deste trabalho, referente aos intelectuais católicos no Brasil; neste ponto, reafirmamos que a Igreja católica manteve relações diferentes com os diversos elementos que constituíram a modernidade, e em especial com o progresso técnico, pois este, mesmo na esfera dos discursos e documentos oficiais, não foi desqualificado pela Igreja.

Afinal, se a modernidade, tal como era vivida pela maioria das pessoas, trazia a esperança de uma vida melhor, auxiliada pelos progressos técnicos, não haveria contradição em aceitar estes melhoramentos. Os próprios bispos brasileiros, reunidos em 1915 por ocasião da publicação de uma pastoral coletiva, afirmaram categoricamente:

A Igreja, sempre conseqüente consigo mesma, se por uma parte **reprime a liberdade desenfreada**, que leva à licença e à escravidão o indivíduo e a sociedade, por outra parte **aceita de boa vontade os melhoramentos trazidos pelos tempos presentes**, sempre que realmente constituam elemento de prosperidade para esta vida, que é como uma jornada que nos conduz à vida sem fim. Portanto, **afirmar que a Igreja se opõe à constituição moderna das nações e que sistematicamente rejeita e repele o adiamento do nosso século é uma vã e pura calúnia**<sup>94</sup> (grifo nosso).

Podemos perceber que existiam dois vetores distintos na relação com o mundo moderno: um de negação da liberdade desenfreada, e o outro de aceitação, com boa vontade, dos melhoramentos que conduzissem à prosperidade. Eram os dois pólos da atuação da Igreja: ao mesmo tempo em que aceitava os melhoramentos modernos, se apresentava como tutora da sociedade para garantir a

<sup>93</sup> LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 235.

<sup>94</sup> **Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915**. 17 de janeiro de 1915, Adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às Recentes Decisões das Sagradas Congregações Romanas, sem local: sem editora, 1948. p. 43.

ordem social. Assim, em princípio, não havia motivos para opor religião e melhoramentos modernos.

E foi, entre estes dois pólos de ação, que encontramos nosso argumento acerca do catolicismo como vetor de desmagificação/racionalização religiosa em um mundo politicamente secularizado: urgia apresentar à recém surgida sociedade civil uma religião mais racional, superando o estigma do catolicismo como religião eivada de superstições, idolatrias e misticismos.

Michel Lagrée, em obra publicada originalmente em 1999, analisou a relação entre religião e técnica na França dos séculos XIX e XX, e chegou a conclusões muito esclarecedoras acerca da relação entre religião e progresso técnico, exatamente no corte cronológico que vimos analisando.

O objeto da obra de Lagrée é a *mudança da técnica, na medida em que ela interferiu com as representações e os comportamentos religiosos como adjuvante ou como inibidora*<sup>95</sup>.

Assim como os demais pesquisadores do tema, Michel Lagrée dedica-se, inicialmente, a analisar as relações da Igreja com o progresso técnico utilizando, como fonte primária, a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus Errorum*, publicados pelo papa Pio IX, em 1864 - documentos a que já nos referimos anteriormente. A seguir, o autor analisa a atuação de Pio IX no que diz respeito às condições da vida material, assim, Lagrée afirma

que Pio IX, que viera a encarnar o processo de recusa absoluta de *compor* (**componere**) e de *se reconciliar* (**sese reconciliare**) com os princípios jurídicos e políticos das sociedades modernas, saídas direta ou indiretamente do sismo de 1789, era também o Papa que inaugurara nos Estados Pontificais em sua agonia uma forma de despotismo esclarecido no que se refere à vida material e à introdução das comodidades modernas, estrada de ferro, telégrafo, etc. A contradição é apenas aparente<sup>96</sup>.

O autor percebe que a oposição da Igreja à modernidade corresponde a uma oposição a qualquer corpo doutrinal que

podia contribuir para enfraquecer, no que quer que fosse a posição da Igreja: a liberdade de expressão, as religiões colocadas em pé de igualdade – e até mesmo a irreligião – devia então ser condenado irrevogavelmente. (...) Em contrapartida, pudemos observar, ao nos lançarmos nesta espécie de história religiosa das técnicas, que a

<sup>95</sup> LAGRÉE, Michel. **Religião e tecnologia**: a benção de Prometeu. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 25.

<sup>96</sup> LAGRÉE, Michel. *Op. Cit.* p. 487.

mesma atitude negativa não reinava diante da dimensão tecnológica da modernidade<sup>97</sup>.

Após analisar a relação dos católicos – desde a alta hierarquia até os leigos e as suas associações – com as técnicas do setor primário (agricultura e pesca), da energia e dos materiais, do cotidiano (têxteis e construção), dos transportes, e da informação e comunicação, o autor conclui que os católicos não só aceitaram os melhoramentos técnicos da modernidade, como também dialogaram com a técnica, *tanto porque eles podiam diminuir o sofrimento dos homens e fazer recuar um pouco a maldição de Adão, quanto porque permitiram uma modernização do catolicismo*<sup>98</sup> (grifo nosso).

Esta questão da modernização do catolicismo precisa ser evidenciada, pois representou uma via efetiva de conciliação entre catolicismo e a modernidade em plena era da romanização, usando, como estratégia de atuação, a aproximação através do progresso material e da pretensa melhoria nas condições de vida da sociedade. Ao mesmo tempo, é importante levar em consideração as experiências de vida dos católicos no seu dia-a-dia, em que as mudanças técnico-científicas faziam parte do cotidiano dos indivíduos, independente de sua condição religiosa, conforme explica Lagrée:

Em condições iguais, além do mais, a aceitação da civilização industrial em sua dimensão tecnológica estava ligada à tendência de estar em acordo com o seu tempo, ou ao menos ao realismo que mandava alinhar-se com as reações comuns à opinião pública. No final das contas, mesmo que houvesse efetivamente um debate sobre as consequências da Revolução Industrial – o que dava lugar para a condenação, pelo catolicismo intransigente, dos excessos do liberalismo econômico – ninguém queria abandonar as locomotivas pelas diligências, ou a lâmpada de Edison pela lâmpada a óleo<sup>99</sup>.

Por fim, Michel Lagrée vai além da própria noção de aceitação, afirmando que *a modernização passava pela instrumentalização das novas técnicas pelo próprio catolicismo*<sup>100</sup>. O autor exemplifica esta situação lembrando-se da reativação da efervescência das peregrinações graças às estradas de ferro, bem como do uso dos meios de comunicação de massa para a catequese.

---

<sup>97</sup> *Idem.*

<sup>98</sup> LAGRÉE, Michel. *Op. Cit.* p. 488.

<sup>99</sup> LAGRÉE, Michel. *Op. Cit.* p. 490.

<sup>100</sup> *Idem.*



Já pudemos apontar esta situação também para o catolicismo no Brasil do final do século XIX e início do século XX; quando em nossa dissertação de mestrado afirmamos que:

Consciente do fascínio que a ciência e a técnica provocavam na sociedade em geral, e, quem sabe se também preocupada com as questões da época, a Igreja romana procurou desfazer a imagem de opositora da ciência, propagandeada pelos livre-pensadores<sup>101</sup>.

Naquela ocasião levantamos extensa documentação sobre a aproximação da Igreja Católica, no Maranhão, com os elementos do progresso técnico e científico. Pudemos perceber que o progresso técnico e material não só foi aceito pela Igreja católica, como foi o vetor de aproximação entre o catolicismo e as elites locais, pois,

A magnificência das festas católicas combinava-se, perfeitamente, com as aspirações modernizadoras da elite regional - sempre presente nos eventos promovidos pelo clero e sempre disposta a auxiliá-lo nas suas inúmeras obras de caridade. As festas de largo, as procissões, novenas e missas freqüentadas pelas elites, no centro da cidade, foram como que reinventadas através das novas devoções e novas confrarias, perdendo sua identificação com o catolicismo popular, o qual foi expulso para os bairros periféricos, onde vivia a população pobre<sup>102</sup>..

O catolicismo não só adotou as prescrições da modernidade técnico-científica, como também as incentivou através das suas vivências cotidianas.

Através dos melhoramentos da vida material, e do discurso da ciência, o catolicismo dito romanizado convergiu com o mundo moderno, tornando-se legítimo para uma sociedade que vivia a modernidade muito mais através das novas técnicas científicas do que dos sistemas filosóficos e políticos. Para a população em geral, inclusive para as elites, a modernidade não era um sistema filosófico de compreensão da realidade, era, sim, uma nova forma de viver, sentida através do

higienismo, das descobertas da medicina, do desenvolvimento científico, do embelezamento das praças, ruas e igrejas, das fábricas e outras novidades técnicas, que não ameaçavam o status[da Igreja] na sociedade brasileira e adequavam-se ao novo *modus vivendi* das elites laicas<sup>103</sup>.

Os autores que trabalharam com o conceito de romanização no Brasil transpuseram a polarização política existente na cena religiosa européia para o

<sup>101</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* p. 107.

<sup>102</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* p. 153.

<sup>103</sup> *Idem.*

contexto brasileiro, confundindo a acentuada hierarquização implantada pelo catolicismo dito romanizado com a refutação da modernidade técnica e instrumental.

A fim de evitar esta confusão, quando usamos o termo romanização estamos nos referindo apenas ao processo de especialização da função religiosa católica, e de consolidação de um corpo de especialistas religiosos totalmente distinto dos leigos, efetivamente surgido no Brasil do final do século XIX e início do XX, situação que caracteriza um campo religioso, tal como propõe Bourdieu, baseando-se em Weber:

Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um **corpo de especialistas** religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um *corpus* deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em **leigos** (ou **profanos**, no duplo sentido do termo) destituídos do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal<sup>104</sup>.

A consolidação deste corpo hierárquico e especializado no Brasil da República Velha possibilitou que a Igreja propusesse o seu segundo pólo de atuação em relação à modernidade: o seu papel de tutoria da sociedade brasileira, necessário para indicar os limites da modernidade em sua relação com a ordem social.

Ao longo da segunda parte desta tese analisaremos um dos principais componentes do projeto católico para a nação: o argumento de que só o catolicismo poderia trazer o verdadeiro progresso para o país pois a Igreja, pretendendo-se responsável pela formação do Brasil, seria, em última instância, a responsável pelo desenvolvimento da nação, desde sua formação até o futuro.

Retomando o argumento do catolicismo como vetor de desmagificação e de racionalização religiosa, inferimos que, através da aproximação com a modernidade técnica e científica, o catolicismo dito romanizado atuou como vetor de racionalização da sociedade civil, opondo-se, sistematicamente, às crenças mágicas em um mundo politicamente secularizado e contrário às manifestações do irracionalismo da maioria da população brasileira, com sua *mentalidade encantada*,

---

<sup>104</sup>. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 39.

*buscando e participando de rituais mágicos*<sup>105</sup> - para usar os termos postos por Lísias Negrão.

É interessante observarmos como as qualificações propostas por Negrão coincidem com a crítica proposta pelo catolicismo às religiões populares, conforme afirmamos em nossa dissertação:

Precisamente neste aspecto, da crítica ao catolicismo popular, o catolicismo romanizado encontrou seu maior ponto de confluência com a Modernidade das elites e até mesmo com os grupos de livre-pensadores moderados, que certamente concordavam com a afirmação do bispo D. Francisco sobre a religião praticada pela maior parte dos maranhenses: *É uma espécie de religião natural, laivada e eivada de superstições mais ou menos grosseiras!*<sup>106</sup>.

Assim, se iniciamos nosso percurso defendendo a tese de que o catolicismo dito romanizado convergia com a modernidade, a fim de garantir a ordem social e normatizar/disciplinar a sociedade civil, neste ponto ampliamos o escopo de nossa tese, afirmando que o próprio catolicismo se modernizou.

A partir de um catolicismo *modernizado* foi possível oferecer aos brasileiros uma alternativa religiosa condizente com os anseios de modernização do país. Só assim proposta identitária católica faria sentido no Brasil republicano, oferecendo ao país a possibilidade da desmagificação/racionalização religiosa.

Acreditamos que os segmentos sociais que foram alvos/agentes do catolicismo dito romanizado e da propaganda de outras religiões, eram, exatamente, os mesmos representantes do grupo sociopolítico - *o Estado e seus aliados privados, tais como grupos de produtores de bens e serviços, nacionais e estrangeiros, mecanismos de comunicação de massa*<sup>107</sup> - que implementou no Brasil os elementos extra-religiosos que Negrão aponta como vetores do processo de secularização. Ou seja, amparados por uma percepção religiosa desmagificada estes grupos sociais, majoritariamente católicos, puderam atuar na esfera religiosa e civil, implementando os vetores de um desenvolvimento nacional moderno, capitalista, e racionalizado – tornando o projeto católico de identidade nacional legítimo para a sociedade brasileira.

Poderíamos discutir até que ponto este processo atingiu a sociedade como um todo, pois, efetivamente a elite intelectual e política brasileira atuava

<sup>105</sup> NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 15.

<sup>106</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* p. 113.

<sup>107</sup> NEGRÃO, Lísias Nogueira. *Op. Cit.* p. 15.

sobretudo no mundo urbano, enquanto que a maioria da população brasileira no final do século XIX e início do século XX vivia no mundo rural<sup>108</sup>.

Precisamente neste ponto reside a importância do catolicismo como vetor de racionalização religiosa. Enquanto representante da religião da maioria da população<sup>109</sup>, a Igreja católica era a única instituição capaz de atuar em todo o país, do litoral ao interior. Era o catolicismo, que efetivamente tinha condições de atingir a população do mundo rural.

Neste ponto apresentamos a argumentação do sociólogo Sérgio Miceli, que trata da *expansão organizacional da Igreja e a “estadualização” do poder eclesiástico*<sup>110</sup>. Segundo Miceli, durante a República Velha, a Igreja católica realizou uma política de estadualização da presença eclesiástica, acompanhando as divisões territoriais propostas pelo Estado:

a política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao brindar todos os estados brasileiros com pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo que se pautava pelas linhas de força que presidiram à montagem do pacto oligárquico, vale dizer, o atendimento ao requisito mínimo de uma diocese, mesmo nos estados menores, não cerceou a concentração de recursos organizacionais – circunscrições, dignitários, seminários, escolas, pessoal eclesiástico, etc. – nos estados hegemônicos do regime republicano (pela ordem, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia)<sup>111</sup>.

Ou seja, através dos seus recursos organizacionais (congregações, escolas, seminários, missões, associações de leigos, entre outros) a Igreja católica tinha condições de atingir a maioria da população brasileira, tanto através da aproximação política com a elite, como, principalmente através de sua atuação no dia-a-dia da população pobre<sup>112</sup>.

Assim, não podemos deixar de apontar o fato de que a influência da Igreja católica no processo de racionalização da sociedade não foi homogêneo; devemos

<sup>108</sup> Os dados do censo de 1940 indicavam que apenas 31,3% da população brasileira morava em cidades. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=892&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1). Acesso em: 19 fev. 2008.

<sup>109</sup> O mesmo censo de 1940 indica que 95% da população declarava-se católica. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=892&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1). Acesso em: 19 fev. 2008.

<sup>110</sup> MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 59.

<sup>111</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.* p. 67.

<sup>112</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.* p. 66 e 77. O autor apresenta duas estratégias da Igreja Católica: a aproximação política e a recatolicização.

escalonar, e relativizar, sua atuação, distinguindo entre regiões que foram mais ou menos atingidas pelas instituições católicas que transmitiram os vetores da racionalização na sociedade. Neste processo devemos destacar, principalmente, a atuação do clero em associação com os leigos, através da *implantação maciça de obras pias sob severo controle diocesano liquidando com o regime até então vigente das irmandades*<sup>113</sup>. Conforme trataremos na segunda parte deste trabalho, as associações de leigos católicos eram as associações religiosas que tinham maior capilaridade social e, dentre estas, destacaram-se as associações de intelectuais católicos, cuja ação foi fundamental no processo de desmagnificação do catolicismo.

Outros autores vêm trabalhando com a temática das convergências entre religião e alguns elementos da modernidade. No âmbito do catolicismo brasileiro, destacamos a contribuição de Emerson Giumbelli, que chega a conclusões muito relevantes ao analisar o panorama religioso brasileiro e compará-lo ao caso francês.

Giumbelli se propõe a sublinhar **a descontinuidade conceitual que funda o sentido moderno da noção de “religião”, aspecto que por sua natureza mesma a “tese da secularização” não leva em conta**<sup>114</sup> (grifo nosso). Ou seja, para este autor, durante a modernidade, a religião mudou seu lugar na sociedade e teve suas ações limitadas, porém sem *jamais ter deixado de ser algo visto e constituído como um domínio social fundamental*<sup>115</sup>.

Partindo destas premissas, Giumbelli analisa a liberdade religiosa no Brasil e na França, desde sua origem até os dias atuais e a problemática dos novos movimentos religiosos. No caso do Brasil o autor analisa a época da separação Igreja/Estado, a fim de estudar as origens de nossa liberdade religiosa.

Giumbelli defende tese de que *a forma como se configurou a “liberdade religiosa” no Brasil dependeu de um determinado modo de intervenção do Estado e contou com o papel positivo e central da Igreja Católica*<sup>116</sup>.

Segundo Giumbelli a relação entre religião e política no Brasil, até os dias atuais, é ainda consequência dos arranjos realizados durante a República Velha,

---

<sup>113</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>114</sup> GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França.** São Paulo: Attar Editorial, 2002. p. 31.

<sup>115</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 31.

<sup>116</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 238.

quando na sociedade brasileira reconheceu-se, pela primeira vez, um lugar diferenciado para religião no seio da sociedade, separando-se Estado e Igreja.

O autor relativiza a separação ocorrida durante este período, afirmando que a separação não se traduziu em oposição:

Contas feitas, parece que em nosso regime de *separação* pululavam os vínculos, compromissos, contratos, cumplicidades entre autoridades, aparatos estatais e representantes e instituições católicas<sup>117</sup>.

Giumbelli afirma ainda que esta relação estreita entre República brasileira e Igreja católica não implicou em alteração do estatuto da liberdade religiosa<sup>118</sup>.

Por este motivo, segundo Giumbelli, a consolidação do estatuto da liberdade religiosa no Brasil possui íntima ligação com a jurisprudência criada em torno dos bens da Igreja Católica. O Estado brasileiro, seguidamente, optou por não intervir nos bens que pertencessem às associações religiosas, equiparando-as às associações civis:

No Brasil, assim como a lei 173 mergulhou as associações religiosas no universo das demais associações, os coletivos religiosos passaram, em certas dimensões de sua vida econômica, por um processo de indistinção em relação a outras associações civis. Mas é importante mostrar como, sob outros aspectos, o caráter *religioso* de um patrimônio ou de um coletivo serviu para criar-lhes condições especiais<sup>119</sup>.

Curiosamente, o saldo dos debates realizados em torno da situação dos bens da Igreja católica, ao mesmo tempo que foi responsável por equiparar a Igreja católica às demais religiões, reforçou a normativa interna católica, o direito canônico, pois, no âmbito jurídico brasileiro

se tornara amplamente aceita a posição que concordava em reconhecer a especificidade da Igreja Católica em termos da sua organização e hierarquia interna. Ou seja, o fato de uma associação considerar-se católica trazia consigo a obrigação para seus membros de obediência e submissão às autoridades eclesiásticas<sup>120</sup>.

Assim, o Estado brasileiro, incluiu as associações religiosas na mesma legislação que se aplica ao universo amplo das *peças jurídicas de direito privado*, onde se incluem as *sociedades mercantis*, de finalidade econômica e as *sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade*

<sup>117</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 246.

<sup>118</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 247.

<sup>119</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 270.

<sup>120</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 271.

*pública e as fundações*<sup>121</sup> - que se definem genericamente por oposição às associações com finalidade econômica.

O saldo deste processo foi o reforço das liberdades religiosas para todas as confissões e igrejas, situação esta que foi reforçada através da aceitação, da autodeterminação religiosa de cada *sociedade não mercantil*.

Para os fins deste trabalho é importante sublinhar a relação que Giumbelli aponta entre catolicismo e liberdades religiosas, apresentando-nos mais uma faceta do papel racionalizador da Igreja católica na experiência histórica brasileira. Trata-se também de um autor que, como nós, é contrário à tese da neocristandade, não adotando a premissa do afastamento entre Igreja católica e sociedade civil durante a República Velha.

Embora não seja o foco desta tese, lembramos ainda, para pesquisas futuras, de autores que têm apontado a possibilidade de que outras religiões tenham contribuído para o processo de desmagificação religiosa no Brasil. Estas, conquanto não tenham logrado, no início do século XX, conversões em massa, foram responsáveis por contribuir para uma nova postura dos brasileiros em relação aos fenômenos religiosos.

Paula Montero, em artigo publicado em 1994, nos apresenta uma outra visão sobre a relação entre magia e racionalidade no Brasil. A autora, a fim de analisar as religiões no Brasil, apresenta uma convergência entre modernidade e religião, afirmando que *o contraponto magia/razão tende a reduzir a complexidade do fenômeno religioso a apenas uma (e não a mais importante) de suas dimensões*<sup>122</sup>.

Segundo Montero, no Brasil o **arcaico**, responde aos desafios do **moderno**; *pela lógica da magia, o brasileiro interpreta, num código que está disponível e lhe é familiar, a sociedade, o poder e a política*<sup>123</sup>.

Sem entrar na discussão sobre o panorama religioso brasileiro dos dias atuais, que é o objeto último do trabalho de Paula Montero, interessa-nos analisar os

<sup>121</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* p. 273.

<sup>122</sup> MONTERO, Paula. Magia, racionalidade e sujeitos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 26, 1994. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_06.htm). Acesso em: 22 Setembro 2007. p. 1.

<sup>123</sup> MONTERO, Paula. *Op. Cit.* p. 18.

caminhos através do qual a autora delinea a aproximação da magia com a razão no Brasil.

Inicialmente a autora reconhece que

os elementos mágicos presentes nas visões de mundo religiosas-populares não operam aqui em estado *puro*; eles foram trabalhados e transformados lentamente pelo processo de modernização da sociedade brasileira, que levou de algum modo ao desenvolvimento do individualismo, da noção de responsabilidade moral e à legitimação da racionalidade científicotecnológica<sup>124</sup>.

Paula Montero afirma ainda que essa transformação através do processo de modernização da sociedade brasileira permanece ainda pouco estudado, porém, através de estudos específicos, seria possível ter pistas interessantes.

A autora extrai suas conclusões de estudos na área das religiões populares brasileiras, mormente no âmbito das religiões mediúnicas, como o espiritismo kardecista e as religiões de matriz afro-brasileira (tanto a umbanda quanto o candomblé), apontando diversas estratégias de aproximação das religiões mágicas com o mundo moderno e racional (a existência de um amplo espectro de religiões mágicas no Brasil e o seu aspecto concorrencial), e apontando também determinadas condições da secularização jurídico-política brasileira (como a corrupção, o nepotismo, e similares), que impediriam o desenvolvimento completo do racionalismo.

Segundo Montero, após a publicação do decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, que decretou liberdade de culto no país e separou definitivamente Igreja e Estado no Brasil, todas as denominações religiosas passaram a concorrer abertamente entre si, ou seja, todas as denominações foram obrigadas a recorrer ao *processo cognitivo de validade da argumentação*.

Assim, uma vez obrigadas a usar a argumentação para conquistar novos adeptos, as denominações religiosas – organizadas em Igrejas ou não – foram obrigadas também a se representarem de maneira atraente para a sociedade da época, e, no contexto do século XX, nada poderia ser mais atraente do que a razão, o progresso, a civilização. Este processo foi largamente adotado pelo catolicismo em suas relações com a modernidade.

---

<sup>124</sup> MONTERO, Paula. *Op. Cit.* p. 11.



Também analisando o universo religioso afro-brasileiro, Roberto Motta se refere, em artigo publicado em 2003, a um processo de transformação da religião em *religião da modernidade*<sup>125</sup>.

Tendo em vista o crescimento das religiões reafricanizadas, especialmente do candomblé, Motta afirma que se trata de um problema de identitofagia, em que a africanidade avança a passos largos na substituição da negritude, como elemento de identificação social. Assim, pode-se

reconhecer pelo menos uma sutil afinidade entre a modernidade, ao menos em versão brasileira, e a religião afro-brasileira [tal como está posta nos dias atuais]. É que ambas abandonam as noções cristãs de pecado (*original* ou *atual*), culpa e expiação<sup>126</sup>.

No âmbito do catolicismo, Motta trata não somente de uma modernidade à brasileira<sup>127</sup>, mas reconhece na atuação do catolicismo progressista um vetor de eliminação da magia<sup>128</sup>, de acordo com a proposta weberiana.

Ou seja, este autor reconhece a especificidade do processo histórico brasileiro em sua relação com a modernidade, e, reconhece ainda, a capacidade do catolicismo brasileiro de realizar a racionalização religiosa através de um dos seus movimentos internos, cuja ênfase colocada na história acarreta a desvalorização da prática ritual<sup>129</sup>. Embora não esteja tratando do mesmo corte cronológico que elegemos, refere-se ao mesmo processo de racionalização via catolicismo.

Análise semelhante é levada a efeito por Artur Cesar Isaia, que estuda o *elogio do progresso* efetivado pelo discurso dos umbandistas na primeira metade do século XX. Segundo Isaia,

A nova religião era apresentada como totalmente inserida em um modo de vida urbano e civilizado. A Umbanda, na ótica desses intelectuais, aparecia como uma religião que incorporava os códigos simbólicos da modernidade. Portanto, lançavam seu interdito às práticas **em completo contraste com a evolução moral, material e espiritual da vida moderna, que misturavam rituais bárbaros provindos do africanismo, com práticas católicas e concepções kardecistas**. A Umbanda, através de seu esforço racionalizador, de

---

<sup>125</sup> MOTTA, Roberto. Continuidade e fragmentação nas religiões afrobrasileiras. In: SCOTT, Parry; ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p. 143.

<sup>126</sup> *Idem.*

<sup>127</sup> *Idem.*

<sup>128</sup> MOTTA, Roberto. *Op. Cit.* p. 140.

<sup>129</sup> *Idem.*

seu substrato doutrinário, deveria banir as práticas do africanismo<sup>130</sup>.  
(grifo nosso)

Mais uma vez se tratou de uma estratégia de racionalização religiosa, levada a efeito por intelectuais ligados à umbanda brasileira.

Da síntese entre os três autores inferimos que, para compreender o atual crescimento das religiões ditas mágicas, é necessário lançar um outro olhar para o processo de modernização vivido no Brasil, e para a própria capacidade de resposta das religiões, das mais diversas matrizes, aos dilemas da sociedade moderna, mormente à secularização.

No âmbito protestante, também há indícios de uma aproximação entre as estratégias da religião e da modernidade, em especial

o apelo intelectual de uma religião afinada com as ciências, com república, com o liberalismo e com o nacionalismo era tomado como argumentação suficiente para convencer as elites dos benefícios do protestantismo como religião nacional em contraposição ao catolicismo<sup>131</sup>.

Embora possamos afirmar que ao longo do século XIX o protestantismo no Brasil não tenha utilizado, de maneira generalizada, as representações modernas na sua propaganda<sup>132</sup>, durante a República diversas denominações protestantes procuraram transmitir a impressão de que o protestantismo seria *mais apto para inserir o Brasil na onda de modernidade que assolava o continente, a partir dos Estados Unidos*<sup>133</sup>.

<sup>130</sup> ISAIA, Artur César. **O Elogio ao Progresso na obra dos Intelectuais de Umbanda**. In: Site do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas. Disponível on-line em: [www.cieaa.ueg.br/downloads/documentos/elogio-progresso.pdf](http://www.cieaa.ueg.br/downloads/documentos/elogio-progresso.pdf), pesquisado em 08/02/2009, 12:43h.

<sup>131</sup> SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luís: Edfma; São Paulo: ABHR, 2006. p. 159.

<sup>132</sup> Em seu já clássico trabalho sobre a Questão Religiosa no Brasil, David Gueiros afirma que as várias seitas protestantes no Brasil, entre 1808 e 1875, a saber, o luteranismo, o anglicanismo, o metodismo, o congregacionalismo e o presbiterianismo, apresentavam-se de quatro ângulo diferentes e quase equidistantes: a) como “modernistas” indiferentes e irreligiosos; b) como moderadamente religiosos, mas pregadores do “progresso”, da indústria e do comércio; c) como zelosos pregadores do Evangelho e distribuidores de Bíblias; e por fim; d) como místicos e fanáticos messiânicos. Não se pode generalizar classificando esses grupos por origem nacional ou preferência sectária, porque em cada caso havia muitas exceções à regra. (VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 1980. p. 49).

<sup>133</sup> SIEPIERSKI, Paulo Donizeti. Educação protestante e modernidade na década de 20 em Pernambuco. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Orgs.). **Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX**. Brasília: CNPq; Recife: FJN, Editora Massangana, 2001. p. 105.

Atualmente já não são poucos os estudos que apontam a contribuição dos protestantes na formação do ethos brasileiro, destacando sua atuação através da educação e da aproximação com a modernidade<sup>134</sup>.

As diversas análises que apontam, no campo religioso brasileiro, para um papel desmagificante exercido por outras denominações religiosas além do catolicismo, corroboram com a tese de que a secularização ocorrida no Brasil foi favorecida pelo processo de racionalização religiosa protagonizado por diversas religiões. São também bons indícios da necessidade de reavaliação do papel das religiões no mundo atual.

---

<sup>134</sup> Cf.: MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O Celeste Porvir**. A inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Editora IMS, 1995; SIEPIERSKI, Paulo Donizeti. *Op. Cit.*; SANTOS, Lyndon de Araújo. *Op. Cit.*

## 2. DEBATES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL

### 2.1 O QUE É A NAÇÃO?

Etimologicamente o conceito de identidade nos remete ao conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa ou, ao aspecto coletivo de um *conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou conhecido*<sup>135</sup>; ou seja, tanto se trata de uma característica individual (de um indivíduo ou de uma nação), quanto de uma característica que se conforma através da percepção do outro, que o outro reconhece.

Tanto mais complexo quando, ao falarmos de uma identidade nacional, estamos nos referindo à identidade de 14 milhões de indivíduos<sup>136</sup> e à percepção que tinham do Brasil os demais países do mundo ocidental à época do nosso estudo.

Além desta acepção etimológica do conceito de identidade, diversas outras concepções de identidade podem ser apontadas principalmente pela antropologia cultural e/ou social, pela sociologia, pela filosofia, entre outros campos do conhecimento humano; porém, trabalhamos identidade através da história, que é, essencialmente, a relação entre um tempo e um espaço recortados do todo pelo historiador.

Enfatizamos o aspecto do recorte porque acreditamos que somente através do recorte podemos analisar a identidade apreendida pela visão historiográfica: uma identidade que é projeto<sup>137</sup>, é modelo<sup>138</sup> é interpretação<sup>139</sup>, é

---

<sup>135</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1071.

<sup>136</sup> Exatos 14.333.915. População do Brasil segundo estimativas o censo de 1890. Estima-se que em 1920 a população brasileira tenha duplicado, atingindo 30.635.605 milhões de habitantes. FONTE: Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível on-line, no seguinte endereço: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872\\_1920.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm), pesquisado em 04/12/2007, às 10:27h.

<sup>137</sup> A historiadora Maria Aparecida Rezende Mota ao analisar a biografia de Sílvio Romero e utilizá-lo como chave de leitura para a compreensão da atmosfera intelectual do final do século XIX e início do XX, nos apresenta *projetos de Brasil e conceitos de nação*, múltiplos e convivendo no mesmo recorte temporal e espacial. (MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero**: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Cf.: Introdução).

<sup>138</sup> *Idem*.

memória social<sup>140</sup>, e, como toda memória, é escolha, é processo – processo identitário. No dizer de Lilia Schwarcz:

a identidade, em seu sentido mais óbvio, é um pressuposto; não é dado puro, sendo sempre uma construção. Não é, porém, o espaço do aleatório, na medida em que seu sentido parte de um universo cultural reconhecível e compartilhado<sup>141</sup>.

Portanto, para os fins deste trabalho analisamos um recorte da identidade nacional, entendida não como a identidade, impossível de ser apreendida pelo historiador, mas como um projeto de identidade que, formulado por intelectuais católicos, foi compartilhado pela população brasileira e identificado pelo mundo exterior.

Antes, porém, de qualquer debate historiográfico acerca da temática da identidade brasileira, convém fazermos uma delimitação de nosso campo de trabalho, esclarecendo os conceitos fundantes do estado-nação ocidental.

Inicialmente devemos dissociar os dois termos: Estado e nação. O surgimento do Estado remonta ao processo de centralização política ocorrida na Europa ocidental, entre os séculos XIII e XVI, quando o poder religioso e o poder civil procuraram estabelecer seus campos de atuação, demarcando seus espaços no mundo político. Na Europa pré-moderna surgiram os primeiros elementos que caracterizam o Estado:

o *território* – extensão física suficientemente ampla de terreno, de modo a permitir a crescente integração de interesses e relações entre grupos vizinhos e a receber o reconhecimento e a disciplina institucional<sup>142</sup> - e a *organização burocrática* – a condição do príncipe e de seus auxiliares, das camadas que representavam a organização do poder que delas derivava. O *Estado*, em conclusão, de tudo que diz respeito à esfera da vida humana organizada, não diretamente voltada para fins espirituais<sup>143</sup>.

<sup>139</sup> O historiador José Carlos Reis vem analisando as *identidades brasileiras* através de *interpretações de Brasil*. (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. Cf.: Introdução.)

<sup>140</sup> A historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti ao analisar a relação entre políticos e historiadores no início da república brasileira analisa a construção de uma memória nacional. (JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.p. 124)

<sup>141</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 351.

<sup>142</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Vol. 1, p. 426.

<sup>143</sup> *Idem*. p. 426-427.

A exclusão dos elementos religiosos da gerência do Estado ainda tardaria dois séculos. A disputa catolicismo *versus* protestantismo, vivida pela Europa e pelo Novo Mundo entre os séculos XVI e XVII, foi fundamental, não devido à vitória deste ou daquele, mas porque resultou – a longo prazo - na exclusão de ambos da esfera do Estado.

Por fim, as dinâmicas econômicas européias demandaram também o Estado laico, cada vez mais ordenador das diferenças socioeconômicas. Deste modo, o Estado moderno apresentou-se como:

a imagem moderna de única e unitária estrutura organizativa formal da vida associada, de autêntico aparelho da gestão do poder, operacional em processos cada vez mais próprios e definidos, em função de um escopo concreto: a paz interna do país, a eliminação do conflito social, a normalização das relações de força, através do exercício monopolístico do poder por parte do monarca, definido como soberain enquanto é capaz de estabelecer, nos casos controversos, de que parte está o direito, ou, como se disse, de decidir em casos de emergência<sup>144</sup>.

Somou-se a esta capacidade de decidir em caso de emergência, a capacidade do rei de relacionar-se com indivíduos, súditos das mais diversas categorias, e não mais com parentelas nobres ou famílias fiéis, como fora característica das relações políticas feudais. Este aspecto das relações políticas modernas está na base da *tomada de consciência por parte do indivíduo da identidade e da característica comum dos seus interesses privados*<sup>145</sup>. O Estado progressivamente assumiu os contornos modernos de catalizador e ordenador dos interesses individuais, transformando-os em bem coletivo:

é por essas vias e sobretudo na base do desenvolvimento econômico, verdadeiro princípio unificador dos interesses comuns dos súditos, severamente empenhados não apenas na defesa das coisas privadas mas na valorização política do domínio privado, que se foi formando a moderna *sociedade civil* como conjunto organizado dos interesses privados<sup>146</sup>.

A existência da sociedade civil por si só colocou em xeque a existência do último elemento pré-moderno que subsistia no Estado absolutista: o príncipe, herança incômoda da organização política feudal. Assim, convergiram o fim dos direitos feudais e a idéia de um governo saído da vontade da sociedade civil, ou,

---

<sup>144</sup> *Idem.*

<sup>145</sup> *Idem*, p. 429.

<sup>146</sup> *Idem.*

como se dizia, da vontade do povo<sup>147</sup> - expressa na Revolução Francesa, que inaugurou o Estado moderno.

Fundada a crença na eficácia da hegemonia estatal, este modelo de organização social humana assumiu estruturas de governabilidade tão diversas quanto a monarquia, a república, a democracia e o totalitarismo. Entretanto, para além das estruturas de governabilidade assumidas pelos Estados modernos, o que mais deve nos chamar atenção é o fato de que, *uma determinada forma de governo passa a elaborar também, de modo até inédito, o conceito de si mesma*<sup>148</sup>. Assim, ao longo dos diversos sistemas de governabilidade assumidos pelo Estado, foram também diversas as idéias em torno de si – ou, melhor dizendo, do que constituiria a Nação. Estas idéias foram, e são, sempre datadas, e são operacionais em um recorte cronológico que costuma coincidir com os sistemas de governabilidade em vigor no Estado.

Se analisamos o uso corrente do termo *nação* no mundo medieval, o encontramos identificado

a uma comunidade psicológica reconhecida, mas não identificada com um dos grandes conjuntos políticos que existem atualmente; se tem a impressão de que cada uma das unidades intermediárias que hoje em dia chamamos *províncias* ou *regiões* teria podido originar um estado político<sup>149</sup>.

As nações inglesa, francesa, alemã, normanda, borgonhesa, lombarda, romana, siciliana, flamenga, por exemplo, eram todas nações igualmente reconhecidas na Idade Média central<sup>150</sup>.

Ao longo de toda a Idade Moderna o termo *nação* foi utilizado de forma imprecisa para designar a *simples idéia de grupo, ou a idéia de toda e qualquer forma de comunidade política (...), para designar toda a Europa, ou estados como a França e a Espanha, ou os Estados regionais, ou as simples cidades-Estado*<sup>151</sup>. Somente após a revolução francesa, o termo *nação* passou a ser associado a um determinado tipo de unidade política, surgido do contexto revolucionário: o estado-nação moderno.

<sup>147</sup> VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. 4 ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1982. p. 165.

<sup>148</sup> BORNHEIM, Gerd. "Natureza do Estado moderno". In: NOVAES, Adauto. *Op. Cit.*, p. 209.

<sup>149</sup> VILAR, Pierre. *Op. Cit.*, p. 159 (tradução livre da autora).

<sup>150</sup> *Idem*.

<sup>151</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Vol. 2, p. 795.

Cada sistema de governabilidade adotado pelo estado-nação moderno construiu, assim, as suas fórmulas jurídico-burocráticas, mas, principalmente construiu também a sua nação ideal, a sua cultura nacional, pois, tal como afirma Stuart Hall: *Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade”*<sup>152</sup>.

Compreendemos assim que tanto a nação quanto a cultura nacional são construções culturais que produzem sentidos para um determinado momento histórico do estado-nação, *as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia de nação tal como representada em sua cultura nacional*<sup>153</sup>.

Com esta afirmação não pretendemos atribuir ao conceito de nação um caráter de *discurso nacionalista cínico do Estado, ligado à expansão do capitalismo*<sup>154</sup>, nem seu extremo oposto, que pressupõe a existência de um *discurso nacionalista culturalista sincero do povo-nação*<sup>155</sup>, pretendemos apenas sublinhar que a nação, enquanto comunidade simbólica, é historicamente construída<sup>156</sup>, ou seja, que estamos utilizando uma abordagem não-essencialista do conceito de nação, em que esta é informada por escolhas, ao contrário da abordagem essencialista da nação em que a identidade é um dado a priori, pré-concebido e imutável<sup>157</sup>.

---

<sup>152</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 49.

<sup>153</sup> *Idem*.

<sup>154</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 16.

<sup>155</sup> *Idem*.

<sup>156</sup> O historiador José Carlos Reis, em seu livro “As Identidades do Brasil 2”, conclui, amparado em Stuart Hall, que a nação é uma comunidade simbólica, e que, portanto, não há sentido em recorrermos à antítese entre nacionalismo cínico do Estado *versus* nacionalismo sincero do povo-nação - assertivas com as quais estamos plenamente de acordo. Entretanto, o autor afirma a existência da nação *como anterior, exterior, posterior e superior ao Estado, como a mais global representação da identidade de um povo, que inclui o Estado, justificando as metáforas da “alma”, do “gênio”, do “espírito”* (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 16.), assertiva com a qual não concordamos, uma vez que consideramos que a formulação de nação tal como a utilizamos atualmente, e mesmo tal como a utiliza o autor – como a *mais global representação da identidade de um povo* – é incompatível com a história da Europa pré-moderna; reafirmamos nossa concepção de que o conceito de nação não pode ser pensado fora do contexto do Estado moderno.

<sup>157</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 12. O historiador estabelece a diferença entre estes dois usos do conceito de nação, utilizando como referencial teórico as abordagens de Michel Foucault sobre a construção do conhecimento das ciências humanas e as relações de poder no mundo intelectual (Cf.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, e, FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997) e as



No que diz respeito aos conceitos de nação que influenciaram mais diretamente o Brasil, devemos nos referir às duas matrizes intelectuais que se fizeram presentes no país no final do século XIX e início do XX: a matriz germânica, para quem a nação era uma região que partilhava raça, língua e costumes, e a matriz francesa, cujo conceito de nação remetia aos que *querem viver juntos*.

Assim a fundamentação etnicista<sup>158</sup> como constituinte do modelo de nação germânica – cujo Estado fora fundado em 1871 – pôde ser sentida não somente através da influência intelectual e política da geração de 1870<sup>159</sup> – na qual se destacaram Tobias Barreto e a Escola do Recife – mas até mesmo através da organização religiosa dos imigrantes alemães, para quem a germanidade transplantava-se junto com os indivíduos de *raça germânica*, que emigrados para o Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mantinham em suas Igrejas, luteranas ou católicas que fossem, uma estreita relação entre confissão de fé, cultura e identidade germânica<sup>160</sup>.

A matriz francesa, por sua vez, encontrou seu maior expoente nas formulações de Ernest Renan, cujo ensaio *O que é uma nação*, originalmente apresentado como conferência à Sorbonne, em 1882, contrapõe-se à concepção alemã de estado-nação, apresentando uma longa análise da história dos principais estados-nação europeus, a fim de concluir que *uma nação é um princípio espiritual, resultante das complicações profundas da história, uma família espiritual, não um grupo determinado pela configuração do solo*<sup>161</sup>. Ou seja, segundo Renan, a existência da nação depende não apenas do passado em comum, ou das formações orgânicas presentes na sociedade (o organicismo alemão), mas sim da

expressão de uma vontade de indivíduos associados: a formação de um ser espiritual, surgido de um processo de assimilação de grupos diversos que, de uma parte, com a ajuda do esquecimento de sua

---

discussões de Stuart Hall sobre a identidade na modernidade e na pós-modernidade (Cf.: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, e, SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004).

<sup>158</sup> Cf.: LEFORT, Cláudio. "Nação e soberania". In:NOVAES, ADAUTO. *Op. Cit.* p. 60 e 62.

<sup>159</sup> Geração de 1870 é a designação usual de um "movimento intelectual" surgido no Brasil durante este período, sobre o tema ver: ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil – Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>160</sup> DREHER, Martin N.. **Igreja e Germanidade**. 2 ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003. Cf.: Capítulos 4 e 5.

<sup>161</sup> ERNEST, Renan. **Qu'est-ce qu'une nation?**. Textos escolhidos e apresentados por Joël Roman. Paris: Presses Pocket, 1992. *Apud*: LEFORT, Cláudio. "Nação e soberania". In:NOVAES, ADAUTO. *Op. Cit.* p. 60.

origem, chegam a formar uma comunidade a seus próprios olhos sagrada<sup>162</sup>.

Segundo a historiadora Lúcia Lippi<sup>163</sup> teria sido o modelo francês de nação, o que mais teria repercutido na intelectualidade brasileira. Efetivamente, a presença de Ernest Renan nos meios intelectuais brasileiros foi constante ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX - não por acaso Ernest Renan foi condecorado por D. Pedro II<sup>164</sup>. E Joaquim Nabuco afirma, em suas memórias, ter sido, por volta de 1872, *o mais sugestionado dos nossos renanistas*<sup>165</sup>.

Não queremos afirmar, entretanto, que a noção francesa de nação excluiu a influência da nação ao estilo germânico, pois,

é preciso notar que uma nova perspectiva sobre a nação não significa, necessariamente, que as demais desapareçam do cenário das representações. Temos como que a sedimentação de novas camadas no solo; a cada momento histórico elas podem ser revolvidas e voltam a aparecer sob novas configurações<sup>166</sup>.

Para os fins deste trabalho é importante ressaltarmos que ambos conceitos de nação – francês ou germânico - reservavam um papel privilegiado para a história na sua formulação nacional. No caso alemão, lembramos o pioneirismo germânico, já no início do século XIX, na estruturação do estudo da história através de universidades e academias:

fortalecida com a vontade (de saber? de poder?) dos seus príncipes, a *sábia Alemanha* (Renan) colige, reúne, publica ou expõe, aperfeiçoa as ciências auxiliares e ensina-as àqueles que, nos seus seminários, praticam a peregrinação às fontes<sup>167</sup>.

Este movimento de *febre documental* atingiu rapidamente toda a Europa, e ao final do século XIX a França havia já estruturado um sólido sistema de

<sup>162</sup> LEFORT, Cláudio. "Nação e soberania". In: NOVAES, ADAUTO. *Op. Cit.* p. 61.

<sup>163</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 188.

<sup>164</sup> PEREIRA, Nilo. **Pernambucanidade: Alguns aspectos históricos**. Recife: Secretaria de Turismo, 1983. Volume 2, p. 155.

<sup>165</sup> NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. p. 79.

<sup>166</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Op. Cit.*, p. 189.

<sup>167</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987. p. 126.

instituições estatais de pesquisa e ensino de história<sup>168</sup> que serviu como modelo para grande parte da América Latina, em especial para o Brasil<sup>169</sup>. Afinal,

se a França é um sujeito, se a *rica herança das lembranças* é a garantia da *vontade de viver juntos* (Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?*, 1882), a pesquisa erudita da história crítica não é mais do que os ramos de uma árvore cuja raiz é o ensino primário. A história, constitutiva da identidade nacional e transformada na mais forte das tradições coletivas, se transforma em memória através de uma grande quantidade de instrumentos de transmissão, dos quais a escola é o principal<sup>170</sup>.

Ainda como parte deste mesmo movimento que transformou a narrativa histórica em memória nacional, encontramos, no bojo das concepções da nação francesa, as primeiras práticas de *patrimonialização* do passado capitaneadas pelo Estado. Passou-se então a compreender o movimento em torno do patrimônio nacional, como a obrigatoriedade da guarda e da proteção, por parte do Estado, dos *tesouros da antiga França*<sup>171</sup>.

O patrimônio histórico tornou-se, a partir de 1830, mais um ramo da árvore que compunha a história nacional francesa; quando da criação do Comitê dos Trabalhos Históricos (1834), da Comissão de Monumentos Históricos (1837) e do corpo de inspetores dos monumentos históricos (1830)<sup>172</sup>, claro estava que sua finalidade era *dar às intenções do governo um caráter de conjunto e de regularidade*<sup>173</sup>, ou seja, sua finalidade era a criação de uma cultura nacional.

Do exposto percebemos que, ao longo da formação do Estado-nação, a existência de uma cultura nacional não pôde prescindir da narrativa histórica.

Segundo Stuart Hall<sup>174</sup>, a nação moderna pode se imaginar através de cinco elementos principais, todos eles ligados à história: 1) a *narrativa da nação*, ou seja a história que é usualmente transmitida socialmente através da mídia, da cultura popular ou da literatura; 2) a *ênfase nas origens, na continuidade, na tradição*

<sup>168</sup> *No princípio do século XIX contavam-se na Alemanha uma dúzia de cadeiras de história, mas nenhuma em França. No final do século, o seu número eleva-se, respectivamente, a 175 e 71. (Cf.: CARBONELL, Charles-Olivier. Op. Cit., p. 127 - 129).*

<sup>169</sup> Pelo menos até a reforma de ensino de 1971 o Brasil seguia os padrões franceses na organização da vida acadêmica.

<sup>170</sup> BURGUIÈRE, André (Org.). **Dizionario di Scienze Storiche**, Milano: Edizioni Paoline, 1992. p. 549.

<sup>171</sup> Relatório de Guizot, 1830. In: CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 260.

<sup>172</sup> Cf.: CHOAY, Françoise. *Op. Cit.*

<sup>173</sup> Relatório de Guizot, 1830. In: CHOAY, Françoise. *Op. Cit.*, p. 261.

<sup>174</sup> HALL, Stuart. *Op. Cit.*, p. 52 – 56.

e na *intemporalidade*, como se fosse sempre possível *ir* ao passado e *resgatar* o que há de imutável no caráter nacional; 3) a *invenção da tradição*, compreendida como a institucionalização de um conjunto de práticas que através da repetição reafirmam um passado histórico conveniente para a nação; 4) o *mito fundacional*, que remete a origem da nação para um passado distante, mítico, mas ao mesmo tempo ordenador do passado; e 5) um *povo ou folk puro*, original, depositário da verdadeira identidade – biológica – da nação.

Esta reflexão sobre os diversos usos da história na construção da nação foi fundamental para que pudéssemos identificar as áreas onde nossa pesquisa empírica precisou ser realizada, pois a variada gama de atuação dos intelectuais católicos tornou bastante difícil a seleção dos temas para redação da segunda parte desta tese.

Para os fins deste trabalho, é ainda necessário analisarmos de que maneira a historiografia brasileira tem tratado o conceito de nação.

## 2.2 HISTORIOGRAFIAS DA NAÇÃO

Ao longo de uma revisão historiográfica acerca da questão da identidade nacional brasileira, podemos perceber que, praticamente até meados da década de 70 do século XX, as abordagens acerca da questão nacional estiveram ancoradas em uma perspectiva essencialista do conceito de nação. Esta perspectiva trata o conceito de identidade nacional como estivessemos tratando da análise de um dado empírico, que precisava apenas ser identificado/descoberto pelos historiadores; assim, os debates sobre a identidade brasileira costumavam girar em torno da busca pelo verdadeiro caráter nacional<sup>175</sup>.

Ao examinarmos a historiografia latinoamericana do século XIX podemos perceber que a idéia da *existência ontológica de nacionalidades*<sup>176</sup> também era consensual. Esta noção era complementada pela super valorização dos modelos estrangeiros de identidade, aparentemente, para os historiadores e demais intelectuais daquele momento, cabia apenas escolher dentre os modelos estrangeiros – tradicional e ibérico - ou progressista - norte-americano, francês ou inglês – aquele que melhor correspondesse às necessidades do país<sup>177</sup>.

No início do século XX – tanto durante as primeiras décadas, como durante o período nacionalista que compreende as décadas de 30 e 40 - o debate acerca da identidade nacional também não discutia o seu caráter ontológico. De Manoel Bonfim<sup>178</sup> a Gilberto Freyre<sup>179</sup>, passando por Eduardo Prado<sup>180</sup> ou Sérgio

---

<sup>175</sup> Sobre o tema podemos citar o excelente artigo da historiadora Claudia Wasserman, que analisa a questão nacional na América Latina, desde o século XIX até os dias atuais. (WASSERMAN, Claudia. “A historiografia latinoamericana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade”. In: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.). Destacamos também a obra de Carlos Guilherme Mota (MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. São Paulo: Ática, 1994). Devemos citar ainda as lúcidas análises de José Roberto do Amaral Lapa acerca dos trabalhos historiográficos nacionais já no século XX, pois, embora não esteja voltado para as questões da formação nacional, o autor traça um claro perfil de como se fazia a historiografia brasileira até o período em questão (LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea**. A história em questão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.).

<sup>176</sup> WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p 268.

<sup>177</sup> *Idem.*

<sup>178</sup> Para uma análise da obra de Manoel Bonfim, ver: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 186 – 188.

<sup>179</sup> Sobre Gilberto Freyre ver: BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre – Casa Grande & Senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 1. 3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

Buarque de Holanda<sup>181</sup> - para citar autores brasileiros<sup>182</sup> - não havia dúvidas acerca da existência de um caráter nacional, autenticamente brasileiro ou latinoamericano, as discussões giravam em torno do momento histórico em que este caráter surgiu, que grupos sociais, nacionais e/ou étnicos contribuíram para sua formação e quais marcas estes grupos teriam deixado na identidade das nações latinoamericanas. Autores como o mexicano Samuel Ramos<sup>183</sup>, o argentino Ezequiel Martínez Estrada<sup>184</sup>, compartilhavam as preocupações de Bonfim, Freyre, Eduardo Prado e Sérgio Buarque de Holanda:

Identificavam a nação como entidade cuja existência era indiscutível, pelo menos desde a independência, mas que possuía uma série de vícios e defeitos de origem. Dentre as anomalias da formação do caráter nacional, consideravam o *ritmo lento*, o *despovoamento*, a *herança portuguesa ou espanhola*, a *tendência à imitação* e outros males que afetavam a construção da nacionalidade plena em seus países<sup>185</sup>.

Na mesma época nacionalista (décadas de 30 e 40) a abordagem marxista aportou na América Latina. Autores como Caio Prado Jr.<sup>186</sup>, no Brasil, e José Carlos Mariátegui<sup>187</sup>, no Peru, formularam análises em que a existência da nacionalidade continuava como dado ontológico.

As análises identitárias inspiradas no materialismo histórico não tinham a intenção de caracterizar o Brasil, tal como o tinham feito os historiadores anteriores. Havia, entre os historiadores materialistas, a preocupação de *investigar os motivos de nosso longo atraso*<sup>188</sup>. Assim, ainda partindo de uma perspectiva essencialista da

<sup>180</sup> Sobre Eduardo Prado ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A ilusão americana – Eduardo Prado. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 1.3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

<sup>181</sup> Sobre Sérgio Buarque de Holanda ver: SALLUM JR., Brasília. Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 1.3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

<sup>182</sup> A referência a estes autores visa apenas exemplificar o universo intelectual das primeiras décadas do século XX. Buscamos mesclar autores com diferentes visões sobre a nação, mas que utilizaram a perspectiva essencialista da identidade nacional.

<sup>183</sup> RAMOS, Samuel. **El perfil del hombre y la cultura en Mexico**. México: Espasa-Calpe, 1996. *Apud*: WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p 268.

<sup>184</sup> MARTÍNEZ ESTRADA, E. **Radiografía de la pampa**. 13 ed. Buenos Aires: Losada, 1991. *Apud*: WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p 275.

<sup>185</sup> WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p. 275.

<sup>186</sup> PRADO JR., Caio. **Evolução política no Brasil**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. *Apud*: WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p. 275.

<sup>187</sup> WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p. 275.

<sup>188</sup> SILVA, Maria Iracema. Marxismo e historiografia brasileira: uma abordagem possível. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels da história**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 69. (Textos apresentados no Simpósio Marx e Engels na História, realizado no Departamento de História da FFLCH – USP, em novembro de 1995).

nação, as análises do materialismo histórico deslocaram o olhar historiográfico para a formação e o desenvolvimento, ou subdesenvolvimento do Estado nacional<sup>189</sup>, deixando de lado as análises voltadas exclusivamente para a análise do caráter nacional<sup>190</sup>.

Mesmo quando da criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, e da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em 1948, e, posteriormente, quando da formulação da teoria da dependência, a perspectiva essencialista da nação brasileira, e latinoamericana, permaneceu, posto que a preocupação com o desenvolvimento do Estado-nação centrava os olhares deste grupo em uma outra discussão, voltada para o desenvolvimentismo. Conforme analisa Bresser Pereira<sup>191</sup> o debate não girava em torno da busca da essência da nação, e sim em busca da construção de um Estado-nação capaz de garantir o desenvolvimento:

Nesse contexto, o nacionalismo de países em desenvolvimento que, a partir do fim da segunda guerra mundial, pensam em reduzir seu atraso em relação aos países ricos não significa rejeição do estrangeiro, nem mesmo correspondência na nação com o Estado-nação, mas a ideologia da formação do Estado-nação, essencial ao desenvolvimento nacional<sup>192</sup>.

Nas décadas de setenta e oitenta, segundo análise da historiadora Claudia Wasserman,

os autores contemporâneos, a exemplo dos autores discutidos anteriormente, não debateram a própria essência das nações. Apresentam-nas como um dado indiscutível, localizado antes ou logo

<sup>189</sup> SILVA, Maria Iracema. Marxismo e historiografia brasileira: uma abordagem possível. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Op. Cit.*, p. 67 – 70.

<sup>190</sup> Segundo Claudia Wasserman a abordagem do materialismo histórico buscava identificar os “inimigos da nação”, deslocando a discussão para a relação entre a nação e o imperialismo. Segundo a autora “a nação era tida como dado apriorístico e as soluções apresentadas estavam baseadas na eliminação de “inimigos retrógrados”, ligados às reminiscências de um suposto feudalismo latino-americano” (WASSERMAN, Claudia. *Op. Cit.*, p. 276). Aparentemente, a autora reduz sua análise deste período à abordagem de Nelson Weneck Sodré, que baseava-se no etapismo e no antiimperialismo de inspiração político-partidária, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (Sobre o assunto ver: KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 370-371).

<sup>191</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan, 2005, p. 201-232. Disponível on-line em: [www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1534](http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1534), pesquisado

<sup>192</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Op. Cit.*, p. 211.

depois das independências, porém inacabado, como por exemplo, na obra de Luis Vitale, Carlos Pereyra, Jaime Pinski, Octavio Ianni<sup>193</sup>.

Concordamos com a assertiva da Wasserman - acerca da perspectiva essencialista do conceito de nação – porém, não podemos desconhecer que apesar de não terem discutido a questão da nacionalidade enquanto comunidade simbólica com múltiplos significados, estes intelectuais brasileiros produziram, ainda nas décadas de 60 e 70, significativos trabalhos que buscaram analisar a problemática da política, e do embate entre as classes, através de uma perspectiva cultural, realizando estudos que destacaram as relações de sincronia e/ou a diacronia na estrutura social brasileira; tais estudos, trataram a questão da nacionalidade e contribuíram para a adoção de uma perspectiva não essencialista da identidade brasileira, já no final da década de 70.

Referimos-nos especialmente à produção da Escola Sociológica Paulista, principalmente, de autores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni. É impossível negar que análises acerca da relação entre o religião/folclore e a estruturação social<sup>194</sup>, ou sobre o papel do negro na sociedade brasileira<sup>195</sup> tenham já levantado debates importantes acerca da existência de uma cultura nacional brasileira a priori; ou que obras sobre a relação do Estado com a cultura (popular e letrada)<sup>196</sup>, não tenham já iniciado uma relativização do conceito de nação como dado ontológico.

Discordamos, ainda, da generalização apresentada por Wasserman quando se refere ao uso do conceito de nação durante as décadas de 60 e 70 do século XX. Fora do grupo da Escola Sociológica Paulista, outros autores - não analisados por Wasserman - produziram obras fundamentais para a uma análise não ontológica do conceito de nação brasileira. É imprescindível tratarmos da obra de psicologia social produzida por Dante Moreira Leite e da análise realizada sobre a questão racial no Brasil efetivada pelo brasilianista Tomas Skidmore, ambas obras publicadas ainda no final da década de 60 e durante a década de 70.

---

<sup>193</sup> *Idem*, p 278.

<sup>194</sup> Cf.: FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1979. (Primeira edição de 1961). Ver também FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil**. São Paulo: Anhembi, 1958.

<sup>195</sup> Cf.: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1972, e, FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

<sup>196</sup> Cf.: IANNI, O. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, e, IANNI, O. **Revolução e cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.



Dante Moreira Leite, em sua obra *O Caráter Nacional Brasileiro*<sup>197</sup> foi pioneiro no sentido de tratar a nação brasileira como uma construção ideológica, entendendo que as teorias do caráter nacional *estão relacionadas, se não com todos, com vários aspectos da vida social*<sup>198</sup>, assim, podemos afirmar que este autor, claramente, utilizou o conceito de nação imprimindo-lhe o caráter de projeto, utilizando, para tanto, o olhar da Psicologia Social e da Sociologia. Nas palavras do autor, a finalidade de sua obra era apresentar

várias interpretações do caráter brasileiro, supondo-se que revelam diferentes etapas na maneira de intelectuais brasileiros verem o Brasil e as características psicológicas do povo brasileiro. Procura-se, antes de mais nada, uma apresentação tão fiel quanto possível dessas ideologias<sup>199</sup>.

Analisando a identidade projetada para o Brasil por diversos grupos de intelectuais, Dante Moreira Leite inaugurou, no Brasil, os estudos sobre a construção das identidades nacionais. Entretanto, como podemos perceber pela quase ausência de referências acerca da obra na bibliografia sobre a identidade nacional, a publicação parece ter sido *esquecida*, conforme afirma Carlos Guilherme Mota,

à época de sua publicação o trabalho não provocou a polêmica que seria de se esperar, o que talvez se explique se for considerado o contexto muito mais radical em que surgiu, no qual, em várias frentes, o pensamento de extrema-esquerda mais apontava para o futuro do que se voltava para o passado, para uma reavaliação dos tradicionais *intérpretes* do Brasil<sup>200</sup>.

A segunda obra a que nos referimos anteriormente, foi publicada em 1976<sup>201</sup> por Thomas Skidmore e,

apesar de ter sofrido uma série de críticas, continua sendo uma opção para se tratar do impacto das expedições de Belisário Pena e Artur Neiva sobre o meio político e intelectual. Além disso, ele é útil para se trabalhar com a evolução do debate sobre raça e

---

<sup>197</sup> LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983. Esta obra nasceu em 1954, como tese de doutoramento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tendo sido publicada no mesmo ano com o seguinte título: "O caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos"; sua segunda edição, bastante modificada, data de 1968, e da terceira edição no tivemos notícia. A quarta, e última edição, foi intitulada pelo próprio autor como "definitiva", foi editada em 1983.

<sup>198</sup> LEITE, Dante Moreira. *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>199</sup> LEITE, Dante Moreira. *Op. Cit.*, p. 143

<sup>200</sup> MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. São Paulo: Ática, 1994. p. 240.

<sup>201</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

nacionalidade, o que envolve os temas da imigração, do trabalho do homem brasileira e do homem negro em especial<sup>202</sup>.

Dado que o cerne da obra é a questão racial, a problemática da nacionalidade aparece em segundo plano, porém, em virtude, principalmente da grande divulgação que a obra alcançou, a análise da relação entre raça e nação contribuiu para o debate em questão.

No mesmo período – década de 70 - um outro debate importante estava sendo travado no campo do conhecimento histórico, tratava-se de uma revisão do conceito de *historiografia*. Acreditamos que esta discussão, capitaneada José Roberto do Amaral Lapa, teve conseqüências significativas, ainda que indiretas, para a relação dos historiadores brasileiros com o conceito de nação.

Na obra *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão*, cuja primeira edição é de 1976, o historiador Amaral Lapa trouxe a público uma clara distinção entre história-vivida, história-narrativa do passado e historiografia, sendo esta última caracterizada como

a análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e do seu processo de produção (...). A proposta conceitual específica para a Historiografia compreende, portanto, no caso, dois níveis: a) epistemológico e b) da prática social<sup>203</sup>.

Esta diferenciação, que atualmente é usual<sup>204</sup>, foi motivadora de intenso debate<sup>205</sup> entre o autor e os historiadores Clóvis Moura, Francisco Iglésias e Nilo Odália, que se opunham, ou pelo menos questionavam a validade, de tal distinção,

<sup>202</sup> GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 271.

<sup>203</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>204</sup> Ver, por exemplo, recentes trabalhos de historiografia que utilizam esta perspectiva: SILVA, Rogério Forastieri. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001., especialmente o Capítulo 1. Ver também a obra: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, e, do mesmo autor: **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Podemos citar ainda: Ciro Flamarion Cardoso, que em obra recente, afirmou: *A Historiografia é: 1) uma filosofia ou metodologia aplicada da História: modos de fazer, concepções sobre o fazer, exemplificados; 2) o conjunto das obras históricas produzidas numa época ou num país; 3) o estudo sistemático de um historiador, escola de historiadores ou época (ou local) da produção histórica, buscando estabelecer padrões de compreensão e explicação.* (CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 115.)

<sup>205</sup> Este debate veio a público em 1981 quando da publicação da segunda edição da obra (solicitada ao autor pela Editora Vozes já em 1979), acrescida da correspondência trocada pelos três intelectuais.

argumentando que o uso do termo no sentido proposto por Lapa trazia *maiores complicações e não maior clareza*<sup>206</sup>.

Odália afirmava a postura tradicional, até aquele momento, sobre a história da história:

Quanto a mim, prefiro chamar de Filosofia do Conhecimento Histórico, Crítica do Conhecimento Histórico ou ainda Epistemologia do Conhecimento Histórico o que você denomina de Historiografia e deixar reservado esse vocábulo para designar o conhecimento histórico ou as obras em que se consubstancia esse conhecimento histórico<sup>207</sup>.

Percebemos que, a concepção de historiografia proposta por Odália não reconhecia/valorizava o caráter relacional da produção de conhecimento histórico, considerando, portanto, a *historiografia*, tal como proposta por Amaral Lapa, como uma redundância.

Outro aspecto significativo da historiografia brasileira àquele período foi apontado, na mesma obra, por Amaral Lapa. Segundo o autor, até aquele momento havia um *pacto consensual* no que se referia à elaboração das principais análises historiográficas brasileiras, enfatizava-se: *o caráter repetitivo dos modelos analíticos, em relação aos perfis e às obras mais significantes, e do arrolamento dos impedimentos à maior operacionalidade do historiador*<sup>208</sup>. Lapa apresentou o historiador José Honório Rodrigues<sup>209</sup> como maior expoente deste tipo de análise historiográfica, reafirmando a necessidade de adotar novas categorias analíticas e de valorizar autores que se encontravam alijados da visão historiográfica de então<sup>210</sup>.

Da relação entre estas duas polêmicas/críticas capitaneadas por Lapa, podemos inferir que o autor referia-se a existência de análises historiográficas lineares e descritivas, que tratavam apenas de uns poucos *medalhões*<sup>211</sup> da produção histórica brasileira, como *Varnhagen, Capistrano e outros mais, [que] para*

<sup>206</sup> Afirmação de Nilo Odália. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 247.

<sup>207</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 247-248.

<sup>208</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 207

<sup>209</sup> Em coleta sistemática de dados sobre trabalhos historiográficos, intitulada *Bibliografia básica da Historiografia brasileira*, Lapa identificou 58 títulos, destes, 17 foram escritos por José Honório Rodrigues. (LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 208 – 209)

<sup>210</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 207 – 210.

<sup>211</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 207.

*nós representavam algo, enquanto outros vários não eram sequer considerados em nossos esquemas analíticos*<sup>212</sup>.

Duas obras são citadas por Lapa como exemplares do que o autor considerava como um

repensar do quadro historiográfico convencional. O primeiro é a tese de doutoramento de Pedro de Alcântara Figueira, *Historiografia brasileira: 1900 – 1930 (Análise Crítica)* e o segundo, o trabalho de Carlos Guilherme Mota, *a Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica, divulgado na revista “Debate e Crítica”*<sup>213</sup>.

Infelizmente não conseguimos ter acesso à tese de Pedro de Alcântara Figueira, porém, analisando o artigo de Carlos Guilherme Mota, podemos perceber que se trata, para a época de sua publicação, de uma nova maneira de fazer análises historiográficas, em que o autor buscava não somente listar obras e autores, mas principalmente analisar

o background político, social e ideológico da história do Brasil a partir da Revolução de 1930, até os dias que fluem [1974]. (...) não se pode conceber análise historiográfica eficaz que não seja, ao mesmo tempo, uma análise ideológica<sup>214</sup>.

A análise do referido artigo, bem como a comparação das análises historiográficas realizadas por Amaral Lapa, com as análises de autores seus contemporâneos, mais especialmente com a obra de José Honório Rodrigues, nos indicam que estava se construindo uma nova metodologia para a escrita da historiografia nacional, em que se buscava: identificar as intenções ideológicas dos autores e obras estudados<sup>215</sup>, *o porque foi introduzido o conhecimento histórico e ao consumo de quem ele se destina, quais foram suas repercussões no meio em que foi produzido, e como se deu a descompartmentalização da história na constelação das ciências sociais*<sup>216</sup>.

Esta nova forma de se fazer historiografia, para não falar da própria consolidação do conceito de historiografia, parece ter sido de grande importância para as análises que se realizaram nas décadas seguintes sobre os movimentos

<sup>212</sup> Reposta de Lapa a Nilo Odália. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 254.

<sup>213</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 208

<sup>214</sup> MOTA, Carlos Guilherme. “A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica”. In: **Revista Debate & Crítica**, São Paulo: HUCITEC, 1975. Número 5, março de 1975. p. 1-2.

<sup>215</sup> *A ideologia é aí objeto e não motor do conhecimento histórico* (LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 211.)

<sup>216</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 213.

intelectuais de maneira geral, em especial sobre os movimentos intelectuais que se propunham a construir a nação brasileira em momentos de transição política (Império e República), pois se estabeleceu uma base mais segura, em termos metodológicos, para a contextualização de grupos de historiadores e/ou outros intelectuais e sua relação com o mundo sóciopolítico.

O salto qualitativo das análises historiográficas<sup>217</sup> foi imprescindível para que a disciplina evitasse o *estudo ideográfico de casos particulares e buscasse reinserir a obra ou o autor singular (...) como objeto no sistema de relações constitutivo da classe dos fatos (reais ou possíveis) de que faz parte sócio logicamente*<sup>218</sup>, apresentando reflexos importantes na maneira como se passou a compreender a construção da(s) identidade(s) nacional(is).

Retomando a análise direta de como o conceito de nação tem sido manejado pelos historiadores brasileiros, é necessário lembrar que a perspectiva não essencialista da nação está diretamente ligada às modificações teórico-metodológicas ocorridas na própria história-disciplina, através das contribuições da Nova História na década de 70, mais sentidas no Brasil a partir do final da década de 80, em virtude de nossa tardia organização acadêmica, conforme salientam Fico e Polito:

Há um tipo de descompasso: enquanto na França já amadureciam as concepções do que seria a Nova História, no Brasil dos anos 70 foram importadas problemáticas relacionadas principalmente ao que se pode caracterizar como a primeira fase da *Escola dos Annales (...)* Temáticas desenvolvidas na França nos anos 50 somente o seriam no Brasil nos anos 70. Da mesma forma, trabalhos brasileiros que incorporaram as contribuições da chamada *Nova História* surgiram apenas nos anos 80<sup>219</sup>.

<sup>217</sup> Aparentemente a consolidação desta nova maneira de fazer historiografia influenciou, e/ou foi influenciada, também pela consolidação dos cursos de pós-graduação no país, ocorrida na década de 80 (FICO, Carlos e POLITO, Ronald. "A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica". In: MALERBA, Jurandir. **A velha história**. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 194). A produção de dissertações e teses implica, necessariamente, na realização de revisões historiográficas, deste modo, os historiadores educam o olhar para o exercício da crítica e da contextualização das obras dos demais historiadores que trabalharam com o tema em questão.

<sup>218</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 183. Esta discussão foi levada a efeito pelo autor para tratar da história da literatura, porém, parece-nos adequado para dar conta da consolidação da historiografia. Cf.: BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, p. 183 – 186.

<sup>219</sup> FICO, Carlos e POLITO, Ronald. "A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica". In: MALERBA, Jurandir. *Op. Cit.*, p. 191.

Vale a pena lembrarmos que, apesar da influência marxista na produção histórica brasileira, a maioria das pesquisas em história nas décadas de 50 e 60 eram *factualistas* e *empiricistas*<sup>220</sup>, ou seja, persistia uma grande influência positivista.

Assim, no Brasil, foi somente a partir dos últimos anos da década de 70 e, principalmente durante a década de 80 que

começaram a se manifestar os efeitos daquela experimentação cultural do final da década de 1960 e começo de 70, que, em grande parte, repôs o debate político em termos culturais, não mais como uma luta exclusiva no campo social direto, mas no campo da disputa pelos valores simbólicos<sup>221</sup>.

Diversos historiadores, ao longo da década de 80, realizaram análises históricas que buscavam analisar grupos menores da sociedade brasileira - escapando às classes sociais no sentido mais ortodoxo do termo - tanto no âmbito da história política quanto no âmbito dos ambientes culturais/intelectuais, permitindo-lhes descobrir novas nuances nas meta-narrativas tradicionais sobre a história brasileira, em especial sobre a história da primeira república, conforme nos indica Lapa em uma revisão historiográfica acerca deste período:

Nessa linha, um conjunto de obras tem representado o que de mais significativo dispomos com respeito à história social e da cultura do período. Veja-se a propósito os livros de Sidney Chalhoub sobre os trabalhadores, José Murilo de Carvalho sobre as frustrações da cidadania, Nicolau Sevcenko sobre a produção das idéias na literatura, Rachel Soihet que trata das mulheres pobres na ordem urbana republicana bem como ainda Magali Engel estudando o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro de 1840 a 1890<sup>222</sup>.

Dentre os autores citados acima, destacamos dois, cuja obra é significativa para o estudo da nação enquanto comunidade simbólica: Nicolau Svecenko e José Murilo de Carvalho

O historiador Nicolau Svecenko, em *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, publicada em 1983, analisou, ainda que este não fosse seu ponto focal, duas propostas distintas de nação brasileira durante a República Velha:

---

<sup>220</sup> *Idem*.

<sup>221</sup> Entrevista de Nicolau Sevcenko. In: MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 346.

<sup>222</sup> LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História política da República**: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República. Campinas, SP: Papyrus, 1990. p. 20 21.

Euclides de Cunha, fiel às suas diretrizes filosóficas, significava a sua perspectiva da formação de uma nação homogênea a partir do conceito biológico de raça. (...) Nada poderia haver de mais estranho do que essa certeza científica para Lima Barreto. Para esse autor, persuadido da superioridade do seu idealismo de sólido fundo ético, somente o amor, entendido como uma ampla disposição altruística, poderia estabelecer os vínculos estreitos de uma comunidade nacional<sup>223</sup>.

Enquanto José Murilo de Carvalho, através de obras como *Os bestializados*, publicada em 1987, e *Formação das almas*, já de 1990, analisou:

a relação entre povo e poder. (...) O objeto deslocou-se do Estado e do governo para a sociedade e o povo e a abordagem abriu-se para novos temas e fontes: imaginário, símbolos, mitos e valores; pinturas, caricaturas, monumentos, rituais, literatura<sup>224</sup>.

Em ambos autores, podemos perceber que o estudo de fenômenos culturais foi fundamental para a utilização não essencialista do conceito de nação e de identidade nacional brasileira.

Para os fins deste trabalho é importante situar neste contexto historiográfico do final da década de 70 e da década de 80, também um dos principais autores que trabalham com a temática da intelectualidade brasileira: o sociólogo Sérgio Miceli, cuja obra trataremos adiante, quando caracterizarmos o grupo que vimos chamando de *intelectuais*<sup>225</sup> e, especialmente os *intelectuais católicos*<sup>226</sup>.

O debate sobre as questões políticas, culturais e religiosas na sociedade brasileira, parece ter sido o ponto de partida para a análise das *diferentes maneiras como a identidade nacional e a cultura brasileira foram consideradas*<sup>227</sup>. Entretanto, mais uma vez, o pioneirismo na análise do tema nos chegou através de outra disciplina, desta vez a Sociologia, especificamente da obra de Renato Ortiz, intitulada *Cultura brasileira & Identidade Nacional*, cuja primeira edição data de 1985. Em sua abordagem sobre a temática da nação brasileira, Renato Ortiz afirma que *existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos*

<sup>223</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e crise cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 243.

<sup>224</sup> Entrevista com José Murilo de Carvalho. In: MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. *Op. Cit.*, p. 176.

<sup>225</sup> Cf.: MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979, e, MICELI, Sergio. **Poder, Sexo e Letras na República Velha** (estudo clínico dos anatólios). São Paulo: Perspectiva, 1977.

<sup>226</sup> Cf.: MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

<sup>227</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 8.

*interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado*<sup>228</sup>, solidificando uma postura não essencialista do conceito de nação, que passou a ser adotada por uma grande gama de autores, tanto na Sociologia quanto na História.

A análise realizada por Ortiz beneficiou-se dos seus estudos acerca da cultura e religião popular e afro-brasileira<sup>229</sup>, conforme podemos entrever através da ampla gama de referências a autores clássicos sobre o tema como Roger Bastide, Joana Elbein, Edson Carneiro, Nina Rodrigues e Artur Ramos. Também salta aos olhos a presença de autores ligados à Escola Sociológica Paulista, como Florestan Fernandes e Otávio Ianni, bem como à obra fundamental de Dante Moreira Leite, cuja obra já analisamos anteriormente. Do ponto de vista das influências externas, Ortiz se diz amparado por um referencial teórico *que se inicia com Durkheim e Mauss em seus estudos sobre as categorias de classificação primitiva, e que deságua em autores mais recentes como Victor Turner e Clifford Geertz*<sup>230</sup>.

Nestes campos de estudo – cultura e religião afro-brasileira - é imprescindível a relativização da noção de identidade(s), pois as identidades muitas vezes são múltiplas, sincréticas, híbridas e/ou fragmentadas.

O debate sobre a nação brasileira teve ainda dois importantes impulsos: os estudos em torno da Era Vargas, capitaneados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, e os debates sobre a pós-modernidade ou modernidade tardia<sup>231</sup>.

---

<sup>228</sup> *Idem*, p. 8-9.

<sup>229</sup> Observamos que sua obra *A morte branca do feiticeiro negro*, já havia sido publicada desde 1978 (Cf.: ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. Umbanda: integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978.).

<sup>230</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. p. 9.

<sup>231</sup> Este ponto pode ser analisado sob duas vertentes. Uma primeira vertente produziu abundante literatura, questionando a validade dos conceitos tradicionais do estado-nação moderno, conforme vimos analisando até o momento. Esta produção refletiu-se no descentramento do objeto de estudo: as análises sobre o Estado (sobre o aparelho ideológico do Estado), foram substituídas por análises dos discursos que constroem o Estado (por exemplo: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3.ed. Campinas: Pontes, 2003), ou por análises sobre as diversas identidades que constroem a nação (como em: SCOTT, Parry; ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Universitária da UFPE, 2003.). Não nos aprofundaremos no estudo deste tipo de abordagem por entender que estes são já uma consequência da desnaturalização do conceito de nação e da negação de sua existência ontológica, ou seja, são uma consequência do processo que ora estamos analisando. O segundo impulso proporcionado pelos estudos da pós-modernidade, ou modernidade tardia, para a análise das questões nacionais, diz respeito aos estudos sobre a pós-modernidade e sua relação com os fenômenos religiosos, a crise das grandes religiões (associadas ao Estado moderno) e o fenômeno do “ressurgimento” religioso nos dias atuais. Este item foi analisado, naquilo que tange a este tese, no capítulo anterior (**2. IGREJA CATÓLICA E SECULARIZAÇÃO NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**).



O CPDOC foi criado em 1973, como uma instituição de pesquisa *com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas, tendo inicialmente seu próprio acervo como fonte privilegiada de consulta*<sup>232</sup>. Em torno desta instituição desenvolveram-se diversos estudos sobre *uma história política a partir da documentação das elites*<sup>233</sup>, especialmente voltados para a análise da Era Vargas. A partir de trabalhos como *Estado Novo: ideologia poder*<sup>234</sup>, publicado em 1982 pelas historiadoras Lúcia Lippi, Ângela de Castro Gomes e Mônica Pimenta Velloso e *A invenção do trabalhismo*, tese de doutorado da historiadora Ângela de Castro Gomes, defendida em 1987 e publicada no ano seguinte, utilizaram-se cada vez mais categorias de interpretação que não buscavam mais identificar as *verdadeiras* versões do Estado Novo, mas rastrear cada uma das interpretações e usá-las como contexto para a compreensão das demais<sup>235</sup>. Esta concepção teórico-metodológica - baseada em teóricos como Paul Ricoer, Clifford Geertz e Karl Mannheim<sup>236</sup> - teve implicações diretas não somente na concepção de nação durante o Estado Novo, mas também na concepção de *nação* tal como vinha sendo usualmente posta até então.

Ao longo das décadas de 80 e 90 o núcleo original de pesquisadores do CPDOC - Ângela de Castro Gomes, Helena Bomeny e Lúcia Lippi Oliveira<sup>237</sup> - afirma que originalmente os trabalhos do CPDOC não foram bem aceitos por alguns setores acadêmicos,

pelo fato de (...) dizer que os intelectuais de direita, principalmente os autoritários, e os empresários não eram nada incompetentes, muito pelo contrário! Por isso, precisavam ser estudados e levados a sério; não se tratava de dizer que eram reacionários e ponto<sup>238</sup>.

Era, ainda, a tese da nação brasileira (o uso ontológico do conceito) em busca dos seus inimigos – *inimigos* que compunham a *elite burguesa* nacional – que

<sup>232</sup> Site institucional do CPDOC, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm), pesquisado em 16/01/2008, às 00:02h.

<sup>233</sup> Entrevista de Ângela de Castro Gomes. In: MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. *Op. Cit.*, p. 297.

<sup>234</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

<sup>235</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. p. 8.

<sup>236</sup> Karl Mannheim foi também referencial teórico da obra de Dante Moreira Leite (Ver nota 56).

<sup>237</sup> BASTOS, Elide Rugai. "O CPDOC e o pensamento social brasileiro". In: CAMARGO, Célia [et al].

**CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003. p. 98-119. Ver nota 1.

<sup>238</sup> Entrevista de Ângela de Castro Gomes. In: MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. *Op. Cit.*, p. 297.

dificultavam a aceitação da perspectiva não-essencialista do conceito de nação. Estas dificuldades de diálogo com alguns setores da academia parecem ter gradualmente se desvanecido com as mudanças na situação política do Brasil pós-redemocratização e, principalmente, através da atuação das autoras no ambiente universitário. Ângela de Castro Gomes graduou-se na Universidade Federal Fluminense e foi docente da mesma universidade entre 1984 e 1997, quando se aposentou, tendo acompanhado *o notável salto de qualidade do Departamento de História da UFF [quando] lá se criou um pólo importantíssimo de excelência na produção historiográfica nacional*<sup>239</sup>, o que certamente contribuiu para a difusão de suas concepções historiográficas.

Já Lúcia Lippi Oliveira atuou - e atua - profissionalmente no CPDOC; suas relações com o ambiente universitário ocorreram através de seu doutoramento em Ciência Política, cursado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), durante os anos de 1980 a 1986. Sua tese de doutoramento originou a obra *A questão nacional na primeira república*, publicada em 1990, na qual a construção de visões diversas da nação brasileira é o tema central. O orientador da tese foi o sociólogo Gabriel Cohn, e Otávio Ianni fez parte de sua banca examinadora – ambos representantes da Escola Sociológica Paulista, e precursores das análises não essencialistas da nação.

De qualquer maneira, é bastante significativo que a antropologia hermenêutica e interpretativa de Clifford Geertz<sup>240</sup> esteja presente em ambas bibliografias, pois nos indica a possível origem do uso de universos simbólicos que fazem sentido apenas dentro do seu recorte de tempo e espaço<sup>241</sup> – a nosso ver, concepção imprescindível para o uso do conceito de nação como construção simbólica e não como dado ontológico.

Ângela de Castro Gomes e Lúcia Lippi foram ainda as primeiras editoras da revista *Estudos Históricos*, criada no CPDOC em 1988, cuja linha editorial tem

<sup>239</sup> Entrevista de Ângela de Castro Gomes. In: MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. *Op. Cit.*, p. 303.

<sup>240</sup> Em 1973 Geertz publicou *A interpretação das culturas* (Cf.: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978).

<sup>241</sup> De acordo com Ronaldo Vainfas, o conceito –chave que Geertz passou para a historiografia é o da *descrição densa: (...) trata-se de uma operação hermenêutica de textos e códigos, uma decifração que se produz a partir do registro analítico do observador fiel ao discurso do universo cultural pesquisado*. (VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**. Os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 123).

grande sintonia com trabalhos na área da historiografia<sup>242</sup>. Destacamos os primeiros números de *Estudos Históricos*, cujos temas e colaboradores foram particularmente relevantes na construção de uma análise historiográfica sobre a temática da nação(ões) brasileira (s): Caminhos da Historiografia (1988/1) e Identidade Nacional (1988/2)<sup>243</sup>.

Em *Estudos Históricos* número 1, dedicada ao estudo da historiografia, podemos encontrar três artigos e uma entrevista que se relacionam com a temática da construção da nação: o já clássico artigo de Manoel Salgado sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção de uma história nacional - parte de sua tese de doutoramento intitulada *A escrita da história e a questão nacional no Brasil - 1838-1857*<sup>244</sup>, defendida em 1987; o artigo de Ricardo Benzaquem sobre a metodologia moderna utilizada por Capistrano de Abreu em sua produção histórica<sup>245</sup> e um artigo de Francisco Iglésias sobre a contribuição de José Honório Rodrigues para a história brasileira<sup>246</sup>, além de uma entrevista com François Furet acerca das relações entre história e historiadores.

Em *Estudos Históricos* número 2, destacamos o artigo de Elisa Maria Pereira Reis<sup>247</sup>, em que a cientista política destaca explicitamente o conceito de nação como:

um processo histórico contínuo, e não a uma forma acabada de organização social. Mais ainda, embora as fases iniciais desse processo influenciem decisivamente a definição da ordem sócio-política em gestação, não estamos frente a um fenômeno que tome forma de uma vez por todas. As construções do Estado e da nação

<sup>242</sup> Podemos ler o seguinte depoimento no número 17 da Revista *Estudos Históricos*: *Fiel como sempre aos compromissos que nortearam sua fundação, Estudos Históricos retorna às questões historiográficas*. (ESTUDOS HISTÓRICOS, nº 17, 1996/1, pag.1. Apresentação da edição destinada à historiografia, organizada por Francisco Falcon)

<sup>243</sup> Não desconhecemos a relevância dos demais números (especialmente o número 4, dedicado a *República*), porém, acreditamos que os dois primeiros números podem ser indicados como espaços aglutinadores de pesquisadores interessados no tema da nação.

<sup>244</sup> O orientador da dissertação de mestrado de Manoel Luis Lima Salgado Guimarães, defendida em 1982 e intitulada "Educação e Modernidade" foi Eduardo Jardim de Moraes, que em 1978 publicou significativo estudo sobre o projeto de cultura nacional formulado pelos intelectuais modernistas (MORAES, Eduardo Jardim. **A brasilidade modernista**, sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978).

<sup>245</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. "Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. in: Revista *Estudos Históricos*, nº 1, 1988/1, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/27.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/27.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 21:44h

<sup>246</sup> IGLÉSIAS, Francisco. "José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira". in: Revista *Estudos Históricos*, nº 1, 1988/1, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/28.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/28.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 21:48h. José Honório Rodrigues falecera no ano anterior à publicação deste artigo.

<sup>247</sup> Acreditamos que Elisa Maria Pereira Reis manteve relações com grupo do CPDOC-FGV através do IUPERJ, onde foi professora entre 1981 e 1995; na mesma instituição Ângela de Castro Gomes defendeu seu mestrado (1978) e doutorado (1987).

dizem respeito a processos dinâmicos que interagem continuamente com as práticas concretas de classes e grupos com as quais desempenham um jogo de influências mútuas<sup>248</sup>.

Comparecem ainda em *Estudos Históricos* número 2 o antropólogo Roberto DaMatta<sup>249</sup>, figura obrigatória em qualquer discussão sobre a identidade nacional<sup>250</sup>; Mônica Velloso analisando a construção da identidade nacional através da literatura<sup>251</sup>; Eduardo Jardim de Moraes, tratando da identidade nacional projetada pelos modernistas<sup>252</sup>; e, indiretamente, Renato Ortiz, através da resenha da obra *A moderna tradição brasileira*, levada a efeito por Lúcia Lippi<sup>253</sup>.

Acreditamos que os números 1 e 2 da revista *Estudos Históricos*, sintetizam o argumento central dos intelectuais ligados ao CPDOC-FGV (e de seus colaboradores mais ou menos próximos) em torno do conceito de nação, argumento este que foi aplicado em vários recortes de tempo e espaço pelo grupo.

Após a consolidação desta perspectiva não essencialista da nação, já no final da década de 80 e início da década de 90, diversos trabalhos têm sido publicados, analisando a construção da nação sob os mais variados recortes<sup>254</sup>; diversidade que, entretanto, ainda merece ser bastante explorada.

Um dos recortes que, até o momento, tem recebido pouca atenção da historiografia é a proposta católica de uma identidade nacional durante a república

<sup>248</sup> REIS, Elisa Maria Pereira. "O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro". in: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 21:55h.

<sup>249</sup> DAMATTA, Roberto. "Brasil: Uma Nação em Mudança e uma Sociedade Imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro". in: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/35.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/35.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:31h.

<sup>250</sup> Referimo-nos, especialmente à obra: DAMATA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. Síntese de diversos estudos sobre o tema da identidade (antropológica) brasileira.

<sup>251</sup> VELLOSO, Mônica. "A literatura como espelho da nação". in: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/37.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/37.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:26h.

<sup>252</sup> MORAES, Eduardo Jardim de. "Modernismo revisitado". in: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/36.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/36.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:28h.

<sup>253</sup> LIPPI, Lúcia. "Seja moderno, seja conservador". in: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/42.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/42.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:40h.

<sup>254</sup> Por exemplo: PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional." in: LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. p. 17 – 38; LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Luperj, 1999. MORAES, Maria Thereza Didier de. "A nação como construção". in: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 21, 2003. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária, 2005. p. 137 – 159.

velha. Conforme analisaremos, a seguir, a historiografia tem consagrado poucos estudos aos intelectuais católicos enquanto formuladores de uma proposta identitária brasileira.

### 2.3 HISTORIOGRAFIA DA IDENTIDADE NACIONAL (CATÓLICA)

A bibliografia que trata das formulações identitárias brasileiras durante a República Velha é escassa<sup>255</sup> e, via de regra, confunde-se com a bibliografia referente à historiografia brasileira e à própria história política da república velha. Ainda assim, podemos perceber que o catolicismo tem pouco espaço nestas abordagens.

No grupo que analisa, especificamente, a formulação da identidade nacional durante a República Velha destacamos apenas José Murilo de Carvalho e Lúcia Lippi.

José Murilo de Carvalho está voltado para o estudo das visões de república que disputaram a hegemonia sociopolítica brasileira durante a República Velha. Segundo o autor, para além da legitimação política, as propostas republicanas supunham também *modelos de organização da sociedade*<sup>256</sup>, ou seja, mesmo buscando a legitimação de um regime político, existia a intenção, implícita, de formular uma identidade para o novo Brasil que se estruturava. Os responsáveis por esta formulação identitária – ideológica – eram as elites educadas, responsáveis também pelo *extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite*<sup>257</sup>, abordagem que compartilhamos.

Carvalho identificou três grupos políticos que apresentaram visões distintas para a República Velha: os jacobinos, os liberais à americana e os positivistas<sup>258</sup>. Dentre estes, o autor destaca os jacobinos<sup>259</sup> e os positivistas como mais *eficientes* no uso de símbolos identitários para a república brasileira, uma vez que ambos grupos inspiraram-se na experiência da república francesa.

---

<sup>255</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes, em artigo que faz um balanço historiográfico da Primeira República: *Não se pode dizer que seja extensa a bibliografia que privilegia o estudo da Igreja durante a Primeira República, mas pode-se sentir que ela cresce a partir dos anos 70. Este fato deve-se, em boa parte, tanto ao estímulo produzido pelo movimento reformador católico que foi esposado pelo clero latino-americano em geral, quanto à tensão que, após 1964, passou a marcar as relações Estado-Igreja no Brasil.* (GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 267).

<sup>256</sup> CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 9.

<sup>257</sup> *Idem.* p. 10.

<sup>258</sup> *Idem.* p. 9.

<sup>259</sup> Sobre o grupo jacobino ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893 – 1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Convém destacar que este autor não faz referência explícita a atuação de intelectuais católicos, porém, trata da influência do catolicismo nos capítulos 3 e 4, quando analisa a construção dos símbolos republicanos.

O autor assinala a importância do referencial católico utilizado pelos republicanos para consolidar a memória de Tiradentes como herói cívico brasileiro: *as representações plásticas e literárias de Tiradentes, e mesmo as exaltações políticas, passaram a utilizar cada vez mais a simbologia religiosa e a aproximá-lo da figura de Jesus Cristo*<sup>260</sup>. E, no capítulo seguinte, evidencia também os conflitos ocorridos quando do uso da alegoria feminina para representar a república. Tratava-se de uma disputa entre católicos e positivistas. Opunham-se os símbolos religiosos marianos à imagem de Clotilde de Vaux, a *Beatriz* idealizada por Augusto Comte. Segundo José Murilo de Carvalho,

houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida. (...) Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação. (...) A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mais ainda, em derroca do cívico perante o religioso<sup>261</sup>.

Até onde nos foi possível pesquisar, a historiadora Lúcia Lippi escreveu o único trabalho que conhecemos, que efetivamente dá relevo aos intelectuais católicos na construção de uma proposta de identidade brasileira.

De acordo com esta autora podemos falar, genericamente, de dois modelos, que valorizam de maneira diferente, a herança portuguesa na identidade nacional:

Uma destas versões avaliava positivamente o passado colonial e imperial. Acreditava na excelência das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ***ação da Igreja Católica***. Para ela, a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular<sup>262</sup> (grifo nosso).

---

<sup>260</sup> *Idem.* p. 64.

<sup>261</sup> *Idem.* p. 93 – 94.

<sup>262</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Questão nacional na Primeira República”. In: DE LORENZO, Helena C. e COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p. 186.

No livro **A questão nacional na primeira república**<sup>263</sup>, Lippi apresenta o intelectual Eduardo Prado como intelectual que corporificava as idéias deste modelo de nação<sup>264</sup>.

O outro modelo de nação, representado por Raul Pompéia, pretendia romper com o *passado português corporificado no regime monárquico*<sup>265</sup>, voltando-se para o mundo político e cultural norte-americano.

Como podemos perceber, esta autora também inclui, no debate sobre o nacional, a *intelectualidade científica da época*<sup>266</sup>, portadora de um discurso extremamente pessimista acerca das possibilidades de desenvolvimento da nação brasileira, amparando-se nas teorias da desigualdade racial.

E, por fim, apresenta a versão nacional calcada no *ufanismo vigente nos primeiros anos do século XX*<sup>267</sup>; este modelo de nação baseava suas premissas nos recursos naturais da nação. Segundo Lippi, este modelo de nação foi capaz de unir os movimentos nacionalistas civis e católicos, identificando o nacionalismo ao catolicismo após a década de 20.

Lúcia Lippi apresenta *uma história das versões sobre a nação no Brasil*<sup>268</sup>, tendo como lente metodológica a história intelectual<sup>269</sup>. Esta autora apresenta uma abordagem aproximada à de José Murilo de Carvalho sobre os intelectuais, considerando-os agentes de um *ideário nacionalista*:

Os intelectuais, independente de sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em *pensar* o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. (...) Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição<sup>270</sup>.

A lente metodológica da história intelectual, direciona o trabalho de Lippi para uma análise das *formas de pensamento*<sup>271</sup>, tal como proposto por Mannheim: *na análise de Mannheim as diferentes correntes políticas e sociais dos séculos XIX e*

<sup>263</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

<sup>264</sup> Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. Ver: Segunda parte, Capítulos 4, 7 e 8.

<sup>265</sup> *Idem*.

<sup>266</sup> *Idem*

<sup>267</sup> *Idem*

<sup>268</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. p. 12.

<sup>269</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. Cit.* p. 21.

<sup>270</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. Cit.* p. 187.

<sup>271</sup> *Id. Ibid.*, p. 18.



*XX aparecem como tipos-ideais da variabilidade de conduta e de Weltanschauung na sociedade moderna*<sup>272</sup>.

Assim, embora a autora apresente o catolicismo como extremamente relevante para a formulação de uma versão identitária para o Brasil, não apresenta os intelectuais católicos agentes de um modelo de identidade, pois sua intenção não é analisar a implementação da proposta identitária católica para o Brasil.

Outras obras, de caráter historiográfico, são também relevantes para conhecermos de que maneira os historiadores brasileiros situam o catolicismo no panorama da formação identitária nacional.

O historiador José Carlos Reis (1999), por exemplo, divide as duas sínteses do Brasil, em duas correntes divergentes de *interpretação do nacional*:

**a do descobrimento do Brasil (1850 – 1930)**, aqui representada por Varnhagen e Gilberto Freyre, que **priorizam a continuidade em relação à mudança**, que preferem o passado brasileiro ao futuro, preferem o Brasil português ao Brasil brasileiro, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Desde essa perspectiva o futuro do Brasil deverá ser ou o mesmo passado ou a melhoria do passado. A tese do *progresso linear e gradual* é interpretada de modo conservador: é o mesmo que se aperfeiçoa<sup>273</sup>. (grifo nosso)

E a outra interpretação do Brasil que Reis denomina de **redescobrimto do Brasil (1900 a 1960-70)**:

**priorizam a mudança em relação à continuidade**, variando a ênfase, preferem a ruptura com o passado, preferem o brasileiro ao português, o Brasil moderno ao tradicional, colonial. (...) O futuro do Brasil deveria continuar, acelerando e aprofundando, a ruptura que se desenhava desde o início da colonização. O futuro não será luso-brasileiro, mas brasileiro: uma nação livre, soberana, autônoma, habitada por um povo novo, com interesses e sentimentos singulares<sup>274</sup>. (grifo nosso)

Esta proposição, desenvolvida pelo autor em 1999, continuou sendo utilizada em seus escritos mais recentes, publicados em 2006<sup>275</sup>.

Assim, percebemos que Reis, ao analisar as propostas identitárias, não somente está falando de projetar a identidade nacional no passado, mas,

<sup>272</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>273</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. p. 16.

<sup>274</sup> REIS, José Carlos. *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>275</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

principalmente, fala de diagnosticar a identidade nacional a fim de projetar a identidade do futuro brasileiro.

Reis centra suas análises em um tipo de abordagem historiográfica que privilegia alguns autores específicos, passando ao largo dos grupos de intelectuais. Porém, podemos comparar as duas *sínteses do Brasil* propostas por Reis com a abordagem efetivada por Lúcia Lippi, identificando a versão do *descobrimento do Brasil (1850 – 1930)*<sup>276</sup> ao modelo que avaliava positivamente o passado colonial e imperial<sup>277</sup>.

A historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti analisou os *grupos sociais* do Brasil na República Velha, fazendo a relação entre seu posicionamento político e as posturas historiográficas/acadêmicas a que deram origem.

Em artigo que analisa as *explicações políticas oferecidas pelos testemunhos de época e as posturas historiográficas mais marcantes*<sup>278</sup>, a autora identificou a existência de quatro grupos sociais, que geraram *quatro conjuntos de explicações sobre o processo político de implantação da República*<sup>279</sup>, e, acrescentamos, projetaram quatro identidades nacionais diferentes, com futuros diferentes para o Brasil: 1) os militares, que idealizaram a *instituição de uma República democrática conduzida pela ditadura nacionalista*; 2) o grupo civil, que *identificava-se com o progresso e a modernidade, frutos da dinâmica econômica cafeeira, defendendo a autonomia municipal como um dos esteios da sociedade democrática*; 3) os republicanos sul-riograndenses, influenciados pelo positivismo castilhistas, favoráveis à ditadura republicana; 4) os monarquistas, que desenvolveram um discurso de idealização do império, catalisando ao seu redor todos os descontentes com a realidade da época, sendo, contudo, *desqualificadas as origens históricas de sua produção, acoimadas de saudosistas e antiprogressistas*<sup>280</sup>.

Já a historiadora Maria Aparecida Rezende Mota analisou estes *grupos sociais e seus retratos de Brasil* distinguindo apenas três grupos de *letrados*

<sup>276</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC. p. 16

<sup>277</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Questão nacional na Primeira República". In: DE LORENZO, Helena C. e COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. p. 186

<sup>278</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República". In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 119

<sup>279</sup> *Idem*. p. 131.

<sup>280</sup> *Idem*. p. 132.

*brasileiros, divididos entre a esperança e o pessimismo*<sup>281</sup>: 1) liberais, republicanos ou monarquistas, que buscavam a *eliminação da centralização político-administrativa e a garantia da liberdade nos planos religioso, intelectual, social e econômico, através da subordinação de todos, enquanto cidadãos, à lei civil*<sup>282</sup>; 2) positivistas, para os quais o atraso do Brasil também era preocupante, embora, à luz da lei da evolução humana formulada por Augusto Comte o estágio primitivo, “teológico-metafísico”, no qual o país se encontrava seria fatalmente superado<sup>283</sup>; 3) católicos, que diante da *questão religiosa* e da república se viram obrigados a resignificar a questão nacional no presente – em que a *ordem política nacional deveria subordinar-se, em todos os sentidos, à orientação da Igreja*<sup>284</sup> - e no passado, considerando que a *formação do povo brasileiro e a construção de sua unidade política tinham sido, portanto, resultados da unidade religiosa que aqui vigorava desde o início*<sup>285</sup>.

Além das abordagens que buscam identificar diversos grupos antagônicos em sua formulação identitária, outros historiadores buscaram encontrar contribuições de grupos sociais distintos na formação da identidade brasileira.

Lyndon de Araújo Santos revisando a produção historiográfica sobre o protestantismo no Brasil e fazendo uso de fontes primárias protestantes, católicas e laicas, analisou a influência do *ethos* protestante na cultura brasileira da primeira república, concluindo que

o protestantismo enquanto religião oficial não atuou de forma direta e decisiva na cultura e na religiosidade, destacando-se como um movimento de vanguarda nas mudanças operadas na primeira república, também tomando os campos da política e da economia. (...) No entanto, no estrato mais cotidiano da vivência dos sujeitos, da subjetividade, das visões de mundo, das práticas e das estratégias, **outros ritmos e faces do sagrado foram demonstrados**<sup>286</sup> (grifo nosso).

Destacamos também a obra do filósofo Eduardo Jardim de Moraes acerca da *questão da brasilidade* presente no modernismo literário e sua contribuição para a discussão nacional então em curso. Segundo este autor o movimento modernista

<sup>281</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero**: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 57.

<sup>282</sup> *Idem.* p. 54.

<sup>283</sup> *Idem.* p. 56.

<sup>284</sup> *Idem.* p. 57.

<sup>285</sup> *Idem.* p. 57.

<sup>286</sup> SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado**: protestantismo e cultura na primeira república brasileira. São Luís: Edfma; São Paulo: ABHR, 2006. p. 278

precisa ser compreendido em seus aspectos extraliterários para que possamos perceber sua atuação para além da renovação estética. Segundo Moraes, a partir de 1924 os modernistas pretenderam *elaborar um projeto de cultura nacional em sentido amplo*<sup>287</sup>.

Para o nosso estudo é importante perceber a existência de grupos intelectuais que buscaram, fora da esfera política, criar uma identidade para a nação, uma identidade ao mesmo tempo moderna e brasileira, teoricamente distante das cópias estrangeiras.

Diante da grande diversidade de estudos sobre a questão das identidades nacionais, consideramos necessário identificar pontos em comum entre tantas análises, a fim de percebermos quais são os vetores através dos quais as diversas propostas identitárias são apresentadas à sociedade brasileira. Acreditamos que Renato Ortiz apresenta a mais abrangente resposta acerca dos mecanismos de formulação de identidades nacionais.

De acordo com Ortiz, o fio condutor do debate sobre a identidade brasileira é a necessidade de formulação de *uma identidade que se contraponha ao estrangeiro*<sup>288</sup>. Mais especificamente, no caso do Brasil da república velha, via de regra, o estrangeiro remetia à herança da colonização portuguesa, conforme pudemos perceber também nas abordagens de Lúcia Lippi<sup>289</sup>, José Murilo de Carvalho<sup>290</sup> e José Carlos Reis<sup>291</sup>.

Afirmando que as proposições identitárias nacionais são disputas de poder, Ortiz explica que estas se processam através de dois vetores principais: 1) *uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais* e 2) *a construção do Estado brasileiro*<sup>292</sup>.

Autores como Lúcia Lippi Oliveira endossam esta perspectiva, afirmando que

O nacionalismo procura ser uma elaboração racional da identidade coletiva ainda que lance mão, entre outros elementos, de símbolos

<sup>287</sup> MORAIS, Eduardo Jardim. **A Brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 73.

<sup>288</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 7.

<sup>289</sup> Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**.

<sup>290</sup> Cf.: CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*

<sup>291</sup> Cf.: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC.

<sup>292</sup> *Idem*. p. 9.

afetivos. Existiu um nacionalismo que privilegiava os **aspectos políticos relacionados à formação dos Estados modernos**, outro que se organizava com base nos **traços culturais típicos de cada grupo social**, e ainda um terceiro que abrangia os aspectos políticos e culturais, associando ao êxito da estruturação do Estado a obediência às tendências culturais. **Estes e outros nacionalismos não constituem tipos teóricos, mas nos fornecem subsídios para entender casos concretos**<sup>293</sup> (grifo nosso).

Durante o período que estamos estudando, a *reinterpretação do popular* implicava, necessariamente, na discussão sobre quem era o povo brasileiro, com a *noção de povo se identificando à problemática étnica*<sup>294</sup>. Ao mesmo tempo, a caracterização racial (e conseqüentemente cultural, conforme se pensava à época) estava imbricada com o meio natural, *com as fronteiras delimitadas pela geografia nacional*<sup>295</sup>. Eram as amarras científicas da época<sup>296</sup>.

Assim, para identificarmos e analisarmos a proposta identitária católica, temos que analisar como o grupo católico reinterpreta o popular e também como este grupo projeta o Estado brasileiro e seu papel neste Estado. Ambas premissas perpassam todos os capítulos deste trabalho, que foi estruturado a partir da atuação dos intelectuais atuando em seu próprio campo e, ao mesmo tempo, mediando/significando a identidade do popular e do Estado brasileiros, formulando, de maneira explícita, as propostas de identidade nacional que circularam na arena social.

---

<sup>293</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. p. 13.

<sup>294</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. p. 17.

<sup>295</sup> *Idem*.

<sup>296</sup> Cf.: JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

## 2.4 O CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO

Quando nos referimos às identidades nacionais, no plural, estamos reconhecendo, implicitamente, a existência de indivíduos/grupos sociais que realizam a seleção e a construção – racionalmente ordenada - das identidades nacionais que concorrem para a estruturação da nação. Estes indivíduos/grupos podem se aglutinar a partir das mais diversas características – econômicas, acadêmicas, de origem étnica, naturalidade, religião, entre tantas outras possibilidades, que podem ainda ser combinadas, compondo um estrato da sociedade que genericamente chamamos de intelectuais.

Se nos perguntarmos, atualmente, quem são os intelectuais seguramente teremos uma grande gama de indivíduos a serem listados: professores dos mais diversos níveis, membros de instituições de pesquisa, mas também alguns políticos, músicos, pintores... Rapidamente nos viria à mente também um questionamento sobre os indivíduos que produzem a chamada *cultura popular*, são intelectuais também?

Inferimos que o uso do termo intelectual está intrinsecamente relacionado com a temática da cultura. E, quando estabelecemos a distinção, já clássica<sup>297</sup>, entre *cultura erudita (concentrada nas universidades)*, *indústria cultural*, *cultura popular* e *cultura criadora individualizada* (que remete aos indivíduos que produzem cultura fora da universidade)<sup>298</sup>, de pronto nos perguntamos qual o lugar do intelectual nestas definições, uma vez que o senso comum associa os intelectuais apenas à cultura erudita.

Este questionamento se torna tanto mais complexo quando partimos do princípio de que as culturas ditas erudita e popular mantêm relações íntimas entre si, em um processo de *circularidade cultural*<sup>299</sup> – hipótese formulada por Bakhtin de *uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante*<sup>300</sup> - e que a relação da indústria cultural com os demais aspectos da

<sup>297</sup> Cf.: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. O ensaio de Alfredo Bosi, intitulado “Cultura brasileira e culturas brasileiras” foi escrito entre 1979-80.

<sup>298</sup> BOSI, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 308-309.

<sup>299</sup> Cf.: BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora UNB, 1987. Ver especialmente a Introdução – “Apresentação do Problema” e o Capítulo Primeiro – “Rabelais e a história do riso”.

<sup>300</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 23.

cultura não é somente de massificação empobrecedora, mas também de resignificação e criação<sup>301</sup>.

Efetivamente o termo *intellectual* é bastante impreciso, e só começou a ser utilizado no sentido hodierno a partir do contexto russo (segundo metade do século XIX), a fim de designar o conjunto de pessoas cultas, com instrução superior, que se opunham à política czarista<sup>302</sup>.

Originário do latim, o termo *intelligentsia* teve utilização corrente no contexto russo oitocentista, sendo incorporado ao vocabulário italiano no final do século XIX, mantendo o mesmo sentido de grupo que criticava o poder estabelecido. Porém, foi a partir de 1898 que o termo ganhou uso corrente no ambiente francófono e em suas zonas de influência: durante o caso Dreyfus<sup>303</sup> um grupo de escritores publicou um manifesto, favorável ao réu, intitulado *Manifeste des intellectuales*, em que o termo foi usado com o sentido atual, de

um grupo de homens não políticos, conhecidos por sua atividade prevalentemente literária, que tomam posição como homens de letras com respeito a uma prevaricação do poder político, e combatem a razão de Estado em nome da razão sem outras especificações, defendendo a verdade da qual se consideram os depositários e os defensores contra a *mentira útil*<sup>304</sup>.

Também merece destaque o envolvimento do termo com as polêmicas da social-democracia no final do século XIX, e, posteriormente, da concepção leninista acerca da consciência socialista, pois em ambas situações os intelectuais foram apontados como uma camada distinta das demais – tanto distintos da classe dominante, quanto distintos do segmento proletário – o que lhes tornaria aptos para intervir, com isenção de interesses, nos assuntos políticos. Lenin foi ainda mais

<sup>301</sup> Cf.: MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?** Poder e massas na indústria da cultural e da comunicação no Brasil. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

<sup>302</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Vol. 1, p. 637. Ver também: BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 121-122.

<sup>303</sup> O caso Dreyfus ocorreu na França, entre 1894 e 1906, quando um oficial de artilharia do exército, o judeu Alfred Dreyfus, foi acusado de alta traição. Ao longo do processo, em que o oficial foi injustamente condenado, diversos temas políticos estiveram subjacentes ao julgamento de Dreyfus, especialmente o anti-semitismo. O caso foi particularmente importante na conformação da esfera pública francesa e na legitimação da intervenção de intelectuais na esfera política. (RICHARD, Paul. **Os grandes processos da história**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.)

<sup>304</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 123.

longe, afirmando que a consciência socialista somente poderia ser formulada pelos intelectuais, que a transmitiriam aos proletários<sup>305</sup>.

Na perspectiva do materialismo histórico destacou-se Antonio Gramsci, que diante da tese da consciência socialista, resolveu o problema da aparente *incapacidade* intelectual dos proletários afirmando a existência de grupos intelectuais também entre as massas, os quais progressivamente se afastam das atividades manuais para dedicarem-se somente ao trabalho intelectual<sup>306</sup>.

Quando retomamos a origem, e as principais teorias, em torno do conceito de *intelectual*, queremos sublinhar o fato de que, somente entre o final do século XIX e a primeira metade do XX, a categoria dos *intelectuais* passou a fazer parte da sociedade civil dos países ocidentais, sendo, a partir de então, *conclamados*, tanto pelos políticos profissionais de esquerda e de direita, quanto pela opinião pública, a opinar sobre os problemas sociais, a fim contribuir em sua solução, como homens do saber. Inclusive, é relevante ressaltar que a própria esfera pública<sup>307</sup> dos séculos XIX e XX não pode prescindir dos intelectuais em sua configuração. Por estes motivos analisamos a origem do termo e do seu uso corrente, buscando esclarecer o uso do conceito.

Para os fins deste trabalho, ao caracterizarmos os intelectuais recorreremos ao uso do termo no âmbito da nova história política, tal como foi formulado por Jean François Sirinelli, que defende

uma definição **de geometria variável, mas baseada em invariantes**. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, **uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento**<sup>308</sup> (grifo nosso).

Esta acepção engloba uma quantidade bastante significativa de indivíduos sob a designação genérica de intelectuais, porém, tem a vantagem de

<sup>305</sup> *Idem*.

<sup>306</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 17- 30.

<sup>307</sup> Conceito de Jurgen Habermas, que, originalmente, faz referência ao aparelhamento social da chamada *sociedade burguesa* na Europa, especificamente na Inglaterra, do século XVIII, quando se diferenciam os espaços do *setor privado* (composto pela *sociedade civil* e o pelo *espaço íntimo da pequena família*) e do *poder público* (da burocracia do *Estado* e da *Corte*), ambos mediados, ou relacionados, pela *esfera pública política* e pela *esfera pública literária*, que conformam o *mercado de bens culturais*. (Habermas, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 45-46).

<sup>308</sup> SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 242.



ordená-los segundo sua atuação social e sua rede de relações. A partir desta concepção ampliada de *intelectual* pudemos, nesta tese, englobar sob o rótulo de *intelectuais católicos*, indivíduos filiados a diversas associações católicas destinadas à ação social<sup>309</sup>, ou que fizeram parte da hierarquia da Igreja Católica, independente do seu grau de escolarização formal.

Norberto Bobbio propõe uma distinção entre

dois tipos principais (ou ideais) de intelectuais, [que chamou] de ideólogos e de expertos, compreendendo por ideólogos aqueles que fornecem princípios-guia (precisamente as ideologias) aos detentores do poder político atual ou potencial, e, por expertos, aqueles que fornecem conhecimentos técnicos<sup>310</sup>.

Acreditamos que diferenciação proposta por Sirinelli é mais operacional, uma vez que não hierarquiza os saberes - diferenciando conhecimentos ditos *técnicos* dos conhecimentos ditos *ideológicos* – posto que mesmo os saberes técnicos podem ser *ideologizáveis*.

Em ambas acepções, porém, podemos perceber que, *grosso modo*, os intelectuais são um grupo que opera com *conhecimento* e *cultura*, ou seja, tipos específicos de capital, relacionados aos *instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo*<sup>311</sup>.

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, além do capital econômico, as sociedades estruturam-se através de outros capitais - cultural, social e simbólico.

O capital cultural corresponde às qualificações que tornam o agente social apto a atuar no campo intelectual. Estas qualificações podem estar: 1) *no estado incorporado*, quando construídas no âmbito familiar e se revelam incapazes de *assegurar a perpetuação dos recursos culturais destinados a desaparecer ao*

---

<sup>309</sup> Foi bastante significativa para nossa identificação dos intelectuais católicos a análise que os próprios membros do Círculo Católico de Recife fizeram, em 1910, sobre sua própria instituição: *Disse então que o Círculo Católico não era uma associação religiosa, era uma obra social católica, inspirada nas verdades imutáveis da doutrina evangélica, moldada nos princípios cristãos, a cujo influxo se tem realizado no mundo inteiro um conjunto de obras sociais, que atendem a todas as manifestações da atividade humana.* Após esta análise o diretor do Círculo afirmou que os membros deviam se dedicar ao estudo dos problemas sociais, traçando um plano de ação calcado no estudo dos problemas sociais, compreendido como dever de todos os cristãos: *Para o cumprimento deste dever é poderoso o auxílio que podem prestar os Círculos Católicos, centros de estudo que devem ter uma repercussão duradoura, não só sobre a vida dos sócios, mas também sobre os destinos da nação.* (BRITO, Luiz Corrêa de. **Acção Social Catholica**. Obras dos Círculos Catholicos. Conferencia realizada no "Circulo Catholico de Pernambuco", pelo seu presidente Dr. Luis Corrêa de Brito. Recife: Typ. do Diario de Pernambuco, 1910, p. 1 e 15).

<sup>310</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. p. 97.

<sup>311</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 16.

*mesmo tempo em que os agentes seus portadores*<sup>312</sup>, por exemplo, recursos de oratória/eloquência individuais; 2) em *estado objetivo*, quando podem ser perpetuados por instrumentos exteriores ao indivíduo, que perpetuam o capital cultural, como os trabalhos escritos ou as obras de arte, cujo detentor monopoliza os *recursos simbólicos da sociedade – religião, filosofia, arte, ciência – através da monopolização dos instrumentos de apropriação destes recursos*<sup>313</sup>; e 3) em *estado objetivo e produzidos pelo sistema de ensino*, ou seja, referentes aos saberes legitimados por diplomas escolares, e pelas demais

formas de poderes (credentials), no sentido de *prova escrita de qualificação que confere crédito ou autoridade*, é inseparável daquela que garante o direito ao definir posições permanentes independentes dos indivíduos biológicos reivindicados por elas e suscetíveis de serem ocupadas por agentes biologicamente diferentes, embora intercambiáveis, em relação aos diplomas que deverão possuir<sup>314</sup>.

O capital social se refere às redes de relações estabelecidas entre os agentes ou grupos sociais, que criam e mantêm laços de sociabilidade com indivíduos representativos dentro do grupo e para a conformação do grupo, por exemplo, através da partilha do mesmo *estilo de vida*<sup>315</sup>, o qual o pode ser expresso, por exemplo, no compartilhamento de espaços de moradia, de lazer e de consumo.

Por fim, o capital simbólico compreende a *distinção*, ou seja, a percepção – óbvia para os agentes sociais - de si e do seu grupo como indivíduos que compartilham hierarquias simbólicas, assim,

a procura da distinção – que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual – produz separações destinadas a serem percebidas ou, melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza (em francês fala-se de distinção natural)<sup>316</sup>.

Estes capitais são os poderes que os diversos agentes sociais utilizam à *maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado*<sup>317</sup>.

<sup>312</sup> BOURDIEU, P. **A produção da crença**, contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004. p. 197. (Capítulo intitulado: *Modos de Dominação*).

<sup>313</sup> *Idem*, p. 198.

<sup>314</sup> *Idem*, p. 198-199.

<sup>315</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 144. (Artigo intitulado: *Espaço social e gênese das classes*).

<sup>316</sup> *Idem*.

<sup>317</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 134. (Artigo intitulado: *Espaço social e gênese das classes*).

Os campos, por sua vez, são os espaços em que as redes e relações sociais constituem uma área de atuação específica de determinado grupo, gerando lucro social – campo intelectual, campo religioso, campo da política formal, entre tantos outros campos, que podem ainda dar origem a subcampos, divisões internas dos campos.

Sempre relacional<sup>318</sup> - porque se constrói em relação aos outros campos - a noção de campo funciona como o espaço em que os agentes sociais *jogam* com os capitais adequados, conjugando-os de maneira a manter-se em evidência no seu próprio campo e na relação do seu campo com os demais<sup>319</sup>:

A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumentos de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado, define o estado das relações de força – institucionalizadas em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos -, entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações<sup>320</sup>.

Assim, partindo das análises de Bourdieu, podemos identificar a existência de um campo intelectual brasileiro durante o final do século XIX e início do século XX – percepção mais ampla do que a da existência dos *intelectuais* apenas - cujos membros compartilhavam capital cultural, social e simbólico. Consideramos que a noção de campo intelectual, e mais especificamente, de um subcampo intelectual católico, é indispensável para compreendermos que os intelectuais católicos estavam agrupados, e se relacionavam com os intelectuais leigos, através dos mesmos mecanismos de inserção e disputa de poder utilizados pelos intelectuais não católicos, ou seja, partilhavam o mesmo *habitus*, que funcionava como um:

sistema de disposições para a prática, [como] um fundamento objetivo de condutas regulares, logo da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (...), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias<sup>321</sup>.

Ao utilizarmos o conceito de *habitus* queremos sublinhar a sua relação intrínseca com as práticas, pois, segundo Bourdieu, *o habitus mantém com o mundo*

<sup>318</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 63 – 65. (Artigo intitulado: *A Gênese dos conceitos*).

<sup>319</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 135 (Artigo intitulado: *Espaço social e gênese das classes*).

<sup>320</sup> *Idem*.

<sup>321</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. 1ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 98.

*social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica*<sup>322</sup>. As práticas de agrupamento e mobilização no campo intelectual brasileiro foram as mesmas para católicos e não-católicos.

Uma questão, porém, foi levantada acerca do uso do conceito de campo para tratar da realidade brasileira. O problema foi exposto, com clareza, já em 1989-90, pelo sociólogo Daniel Pécaut, que se perguntou, se, no Brasil, seria *possível falar num campo intelectual fundado numa lógica interna de funcionamento*<sup>323</sup>. Ao expressar esta dúvida, Pécaut referia-se, nas entrelinhas, ao uso que o também sociólogo Sérgio Miceli havia feito do conceito para tratar do campo intelectual em suas obras<sup>324</sup>.

Amparado na concepção bourdieusiana de *campo* e na noção de *interesse*<sup>325</sup>, Miceli foi pioneiro no estudo sociológico

das relações entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil e das estratégias de que lançaram mão para se alçarem às posições criadas nos setores público e privado do mercado de postos entre 1920 e 1945<sup>326</sup>.

Em seus estudos Miceli traçou biografias de diversos intelectuais, agrupando-os e procurando identificar as *experiências sociais* que moldaram sua identificação enquanto intelectual (por exemplo, situação socioeconômica decadente ou pertencimento a um ramo *pobre* da família, rede de relações sociais, etc.), concluindo que ao mesmo tempo em que efetivamente surgiram novos postos de trabalho (vinculados ou não ao Estado), também ocorreu o declínio de um grupo sociopolítico que reconverteu seu antigo poder econômico em poder intelectual, *sucumbindo* ante o poder de sedução dos postos públicos, a fim de continuar sendo elite.

O trabalho de Pécaut funda sua compreensão na perspectiva de que os intelectuais brasileiros não formavam um campo com uma lógica interna de funcionamento, assim, sua atuação ocorria através da formação de uma *cultura*

<sup>322</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>323</sup> PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática,, 1990. p. 18

<sup>324</sup> Cf.: MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha** (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977, e, MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

<sup>325</sup> O interesse pode ser compreendido como uma forma de manutenção de poder, satisfação das suas aspirações por poder (econômico, social, simbólico, etc.).

<sup>326</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945)**. p. XV.

*política*, que lhes fornecia *as formas concretas de sociabilidade e de comunicação*<sup>327</sup>, identificando-os como grupo. Esta situação possibilitou aos intelectuais brasileiros *ser elite quando necessário, ou povo quando conveniente*<sup>328</sup>.

Assim, segundo Pécaut, a construção do *campo intelectual* é que investia os intelectuais de poder, e não, como supunha Miceli, os intelectuais disputavam o poder no seu próprio campo.

Para os fins deste trabalho, este debate nos interessa enquanto laboratório para o uso do conceito de campo para tratar dos intelectuais brasileiros. Acreditamos que os autores discutem problemas diferentes, afinal, partem de pressupostos teóricos distintos. O referencial teórico de Pierre Bourdieu parte do princípio de que *a realidade social é um conjunto de relações de forças entre classes historicamente em luta umas com as outras*<sup>329</sup>, e Sérgio Miceli, na linha bourdiesiana, construiu toda a sua obra estudando as relações existentes entre a classe dominante e os intelectuais, compartilhando, com Bourdieu a idéia de que os *campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder*<sup>330</sup>.

Já Daniel Pécaut, amparado em Mannheim, não está buscando inserir os intelectuais no embate promovido pelas relações de força entre as classes, pois entende que os intelectuais são uma

camada social sem vínculos: múltiplos laços subsistem, a cada momento, com os mais diversos grupos sociais, começando pelas várias elites, e esses laços são recursos que lhes permitem aumentar sua influência<sup>331</sup>.

Esta diferença de ponto de vista tem sua origem no lugar que Mannheim reivindica para os intelectuais no debate sociológico: a sociologia do conhecimento, ou seja, reservando para os mesmos um espaço demarcado na estrutura social, que Bourdieu recusa.

Segundo Bourdieu os intelectuais estão inseridos, como todos os demais agentes sociais, no próprio debate sobre a estrutura da sociedade, não existindo uma lógica interna específica para o campo intelectual. Assim, o funcionamento do

<sup>327</sup> PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>328</sup> PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>329</sup> BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 21.

<sup>330</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. 1ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p 174.

<sup>331</sup> PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.*, p. 8.

campo intelectual é semelhante ao funcionamento dos demais campos, conforme explica Bourdieu:

De um certo ponto de vista, o campo literário (ou o científico) é um campo como todos os outros (contra todas as formas de hagiografia ou, simplesmente, contra a tendência de pensar que os universos sociais onde são produzidas essas realidades de exceção que são a arte, a literatura ou a ciência só podem ser totalmente diferentes, diferentes sob todos os aspectos): trata-se de uma questão de poder<sup>332</sup>.

De fato, também podemos afirmar que no Brasil, do final do século XIX e início do século XX, também não havia – via de regra – indivíduos cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual<sup>333</sup>. Assim, o esquema teórico de Pierre Bourdieu só pode ser utilizado para a análise dos intelectuais brasileiros se não esperarmos encontrar no campo intelectual indivíduos cuja atividade produtiva esteja circunscrita **apenas** ao campo intelectual.

Esta constatação empírica, porém, não invalida o uso do conceito, afinal, os mecanismos de estruturação dos campos (as relações entre os diversos capitais) podem ser identificados em qualquer análise sobre o universo intelectual ocidental moderno – do qual o Brasil foi/é tributário.

Um bom exemplo do uso do conceito de campo para trabalhar com intelectuais em um sentido mais amplo do termo é a obra do historiador francês Christophe Charle, que busca analisar os intelectuais na Europa durante o século XIX, abordando realidades tão distintas quanto França, Espanha, Alemanha, Europa central e Inglaterra, entre outras. Christophe Charle adota um conceito bourdiesiano muito amplo para caracterizar um intelectual: trata-se de *um especialista no trato com os bens simbólicos*<sup>334</sup>. A partir desta noção ampla de intelectual, Charle consegue analisar *este conceito em todos os significados históricos que se lhe atribuem no espaço de tempo estudado*.

O autor reconhece, ao longo do processo de formação do conceito de intelectual três dimensões diferentes que estiveram associadas aos intelectuais: uma dimensão social, uma dimensão cultural e uma dimensão política; afirmando que

toda definição estandardizada de *intelectual*, quer dizer, toda definição ahistórica, tende sem razão a dar preferência a uma das

<sup>332</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. p. 170.

<sup>333</sup> Cf.: MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**.

<sup>334</sup> CHARLE, Christophe. **Los intelectuales en el siglo XIX**. Precursores del pensamiento moderno. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2000. p. XVI

três dimensões. Assim, as definições funcionalistas fazem finca-pé na divisão do trabalho entre trabalhadores manuais e intelectuais e ampliam a totalidade dos grupos que assim se denominam na mesma medida em que se eleva o nível cultural de um país. As definições culturalistas ou políticas adotam, ao contrário, uma perspectiva elitista e se limitam àquelas pessoas intelectualmente produtivas que, especificamente, se encontram no campo de visão: as elevam à categoria de modelos e porta-vozes de todos os intelectuais. Esta concepção profética, romântica, remonta à primeira metade do século XIX, e dominou, durante longo tempo, tanto a história do espírito como da literatura e da ciência<sup>335</sup>.

Como *solução* para este impasse, Charle propõe-se a recorrer aos *sistemas de classificação social e seu desenvolvimento nas sociedades europeias do século XIX*<sup>336</sup>, integrando profissionais distintos ao grupo dos intelectuais, e entendendo que o campo intelectual

constitui o vínculo mediador que permite fazer uma nova exposição do papel dos intelectuais. Não podemos conceber este espaço em sua lógica sociocultural enquanto não o colocamos em relação com as mudanças sociais de caráter geral dentro do meio intelectual. E, vice-versa, só este espaço das lutas simbólicas nos dá acesso às questões sociais gerais que constituem o tema dos debates intelectuais<sup>337</sup>.

Uma vez que nosso objeto é a análise da proposta de uma identidade nacional católica, já partimos do princípio de que o campo intelectual (onde ocorrem as vivências típicas do meio intelectual) tem intersecção<sup>338</sup> com o campo político (de onde provém parte das questões sociais gerais que constituem tema de debate entre os intelectuais). Esta constatação, a nosso ver, não apresenta nenhum tipo de incompatibilidade com a operacionalização do conceito de campo tal como proposto por Bourdieu, pois este autor, quando trata dos agentes sociais que conformam os campos, não pretende encontrá-los em estado puro<sup>339</sup> e, quando trata do campo político, encontra em sua conformação uma série de elementos comuns ao campo intelectual, como por exemplo,

<sup>335</sup> CHARLE, Christophe. *Op. Cit.*, p. XVII.

<sup>336</sup> CHARLE, Christophe. *Op. Cit.*, p. XIX.

<sup>337</sup> CHARLE, Christophe. *Op. Cit.*, p. XXII.

<sup>338</sup> Cf. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, p. 53 - 58. (Artigo: Introdução a uma sociologia reflexiva).

<sup>339</sup> Acreditamos que para Bourdieu a noção de campo é operacional, e visa ordenar as diferentes relações entre os capitais (por exemplo, em determinado campo um tipo de capital é mais relevante do que em outro). O fundamento da interpretação de Bourdieu acerca da realidade social são as relações entre os diversos capitais em campos diversos: *A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles (...). Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços do jogo possíveis.* (BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 135; Artigo Espaço social e gênese das classes)

o aparecimento de instituições (como, em França, o Instituto de Ciências Políticas e a Escola Nacional de Administração) encarregadas de selecionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, homens políticos, jornalistas políticos, altos funcionários, etc<sup>340</sup>.

Em última instância, lembramos que o conceito de campo não se remete à profissões específicas<sup>341</sup>, e sim a formas de atuação social.

Assim, podemos falar de um campo econômico, com lucros financeiros em jogo; de um campo intelectual, com capital cultural em questão; de um campo político, com lucros em forma de capital social; e de um campo religioso, com capital simbólico em jogo. Nos espaços de inter-relação entre estes três campos encontramos nosso grupo da elite intelectual católica, composta por indivíduos com relevância no mundo econômico, político, intelectual e religioso.

Assim, nossa escolha metodológica implica já em uma tomada de posição acerca da existência de um subcampo de intelectuais católicos, por oposição a uma série de interpretações da historiografia brasileira que não identificam os intelectuais católicos como agentes propositivos de uma identidade nacional<sup>342</sup>.

Outra decorrência desta delimitação teórica é a opção por circunscrever este trabalho ao campo intelectual e sua interação com os demais campos, não sendo nosso objetivo realizar a análise de como a *cultura popular* resignificou as identidades propostas pelos católicos. Assim, deixamos implícita nossa percepção da validade do processo de circularidade cultural, porém, reiteramos que este não é nosso objeto de estudo.

Na segunda parte desta tese, e especialmente no próximo capítulo, faremos a caracterização empírica do subcampo intelectual católico e do *habitus* intelectual brasileiro.

---

<sup>340</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 170. (Artigo A representação política).

<sup>341</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 40. (Artigo Introdução a uma sociologia reflexiva).

<sup>342</sup> Este item foi analisado nos capítulos 2.2. HISTORIOGRAFIAS DA NAÇÃO e 2.3. HISTORIOGRAFIA DA IDENTIDADE NACIONAL (CATÓLICA).



**PARTE II:**

**PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS**

**PARA A IDENTIDADE BRASILEIRA**

### 3. INTELLECTUAIS CATÓLICOS: CAMPOS E ESTRATÉGIAS

#### 3.1. *HABITUS* INTELLECTUAL CATÓLICO

Ao considerar a Igreja católica como uma instituição fortemente hierarquizada, muitas vezes tendemos a identificar os membros da hierarquia como produtores exclusivos do discurso intelectual católico, e a adotar, como fontes de pesquisa do discurso católico, apenas os documentos oficiais: tais como bulas e encíclicas papais e cartas pastorais de bispos<sup>343</sup>.

Porém, como instituição do campo religioso, a Igreja católica compõe-se de grupos distintos que embora não façam a operação do sagrado, como a faz o clero, produzem discursos e práticas que também compõem o catolicismo, traduzindo, adaptando e divulgando os documentos oficiais e mediando a relação do campo religioso com os demais campos. É reducionista a abordagem que não analisa o catolicismo, e a própria Igreja católica, para além da sua hierarquia interna<sup>344</sup>.

Como pudemos perceber em nossa dissertação de mestrado<sup>345</sup>, a produção dos documentos oficiais da Igreja não implica na sua circulação e, muito menos, em sua difusão e implementação pelos fiéis. Assim, é importante analisar o projeto de identidade católica para a nação tanto a partir do exposto pelos intelectuais da alta hierarquia clerical quanto pelos intelectuais leigos, que, na maioria das vezes, foram os responsáveis pela intervenção política que propiciou a aceitação deste projeto pela sociedade brasileira.

A identificação dos intelectuais do campo religioso é bastante complexa, uma vez que estamos tratando de um grupo que atua, ao mesmo tempo, nos dois

---

<sup>343</sup> Esta opção metodológica significa, do ponto de vista historiográfico, uma limitação da linha divisória entre fontes oficiais e não oficiais, opção herdada de Leopold Von Ranke. Dito de outra maneira, as correspondências entre sacerdotes e superiores, ou entre membros do clero e o Estado ou sociedade em geral, também constituem documentação oficial, posto que todo documento produzido exclusivamente pelas instituições com finalidade exclusiva de repassar visões administrativas é permeado de oficialidade.

<sup>344</sup> Sobre o campo religioso ver: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004;, Capítulo 2: Gênese e estrutura do campo religioso.

<sup>345</sup> Cf.: RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Ver especialmente o Capítulo 2 - A Igreja Católica e os Tempos Modernos.

campos: o religioso, uma vez que são crentes/fiéis católicos, e o intelectual, uma vez que estes fiéis atuam na sociedade laica através da operacionalização do capital cultural escolarizado<sup>346</sup>. Trata-se de um grupo que formula um discurso de crente/fiel, enquanto membro do campo religioso, e, ao mesmo tempo, formula as mesmas questões produzidas por ateus, maçons, positivistas e protestantes no que tange à identidade nacional.

Para identificar quais católicos deveriam ser selecionados como os intelectuais que buscamos analisar neste trabalho, levamos em consideração o conceito de *habitus*, formulado por Bourdieu para a compreensão das realidades sociais e suas estratégias de reprodução. Segundo este autor,

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas<sup>347</sup>.

Assim, ao longo de nossa pesquisa empírica identificamos os intelectuais católicos a partir das evidências de sua atuação prática no campo intelectual, tanto laico quanto religioso.

Entendemos que esta atuação ocorreu não somente através da produção escrita e oral (textos doutrinários, discursos, conferências, artigos de jornal, artigos científicos, artigos acadêmicos), mas também através do seu engajamento na difusão do projeto católico de identidade nacional: organização de eventos acadêmicos e religiosos, publicação e edição de obras e, direção de associações diversas, conforme analisaremos a seguir. Deste modo, pudemos identificar bispos, padres e freis, mas também industriais, deputados, historiadores, engenheiros, corretores e advogados.

Assim, não trabalhamos apenas com intelectuais que produziram textos, mas também com intelectuais que implementaram estratégias de ação para difundir na sociedade brasileira a identidade nacional católica<sup>348</sup>.

---

<sup>346</sup> Cf.: BOURDIEU, P. **A produção da crença**, contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004. p. 197. (Capítulo intitulado: *Modos de Dominação*) e BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. p. 144. (Artigo intitulado: *Espaço social e gênese das classes*).

<sup>347</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. 1ª reimpr. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 158.

<sup>348</sup> Esta estratégia de abordagem do tema foi inspirado na abordagem de Angela Alonso acerca dos intelectuais da geração de 1870 (Cf.: ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil – Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.).

Reafirmamos que esta seleção/classificação não foi baseada em critérios que usualmente são utilizados para identificar intelectuais, como escolarização, geração ou escola metodológica<sup>349</sup>, mas nas estratégias de atuação empírica dos diversos intelectuais católicos.

Tais estratégias foram de grande relevância para nossa compreensão da situação dos intelectuais católicos no contexto da República velha, pois, em um contexto de reorganização institucional a Igreja católica não quis, ou não pôde, lançar mão de uma força-tarefa organizada em partidos políticos, nem em associações de amplitude nacional. Os livre-pensadores<sup>350</sup> atacariam frontalmente uma ofensiva católica formal e ainda não havia quadros para a composição de grandes estruturas nacionalmente organizadas como, por exemplo, viria a ser, décadas depois, organizada a Liga Eleitoral Católica, ou, mais ainda a Ação Católica especializada<sup>351</sup>.

Muito mais eficaz<sup>352</sup>, e viável, foi a utilização de espaços não oficiais, e de movimentos de menor escala, para a formulação e difusão de uma identidade católica para o Brasil. As estratégias de atuação, na prática, foram fragmentadas em grupos de tamanhos, constituição e grau de engajamento variados, que se utilizaram de estratégias de mobilização tão variadas quanto periódicos, manifestos, organização de eventos públicos, comícios, recitais, procissões, peregrinações, assistência social, associações e projeções cinematográficas.

---

<sup>349</sup> Até mesmo porque no contexto que estamos analisando ainda não haviam sido fundadas as universidades católicas e mesmo os colégios secundários católicos encontravam-se em processo de consolidação. Sobre este tema consultar: CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

<sup>350</sup> Livre-pensadores eram intelectuais que *organizaram-se, em diferentes períodos, como movimentos específicos de feições particulares, sobretudo no final do século XIX e inícios do XX, articulando-se em primeiro lugar com tendências políticas liberais e radicais tais como o anarquismo e o socialismo e em seguida, com a Maçonaria e com correntes espiritualistas* (SILVA, Eliane Moura. “Maçonaria, anticlericalismo e livre-pensamento no Brasil (1901-1909).” Apresentação na Mesa Redonda Maçonaria e Cidadania no XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em julho de 1997. Disponível on-line em: [www.unicamp.br/~elmoura/Ma%20naria%20Anticlericalismo%20e%20Livrepensamento.doc](http://www.unicamp.br/~elmoura/Ma%20naria%20Anticlericalismo%20e%20Livrepensamento.doc), pesquisado em 13/10/08).

<sup>351</sup> O modelo das grandes associações de leigos que cobriam grande parte do território nacional e unificavam as pequenas associações leigas da República velha, tem sido o parâmetro utilizado pelos estudiosos para tratar dos “movimentos religiosos” fortes e eficazes. Amparados nestes exemplos é que os estudiosos afirmam a eficiência da Igreja católica após a década de trinta. A falta deste tipo de unidade institucional nas associações católicas da República velha pode explicar a interpretação corrente na historiografia, de que neste período a Igreja foi frágil, conforme afirma a tese da neocristandade (discutida no item 1.2 RELAÇÕES ENTRE O CATOLICISMO E A MODERNIDADE NO BRASIL deste trabalho).

<sup>352</sup> Utilizamos o termo “eficaz” no sentido de planejamento político e ações públicas, não desassociados dos conceitos de eficácia e efetividade.

Estes grupos intelectuais, além do fato de compartilharem da mesma fé e do mesmo referencial sociocultural, compartilharam do mesmo *repertório*<sup>353</sup>, ou seja, do mesmo

conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. [um repertório] É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas (Swindles, 1986). Não importa a consistência teórica entre seus elementos. Seu arranjo é histórico e prático<sup>354</sup>.

O *repertório* utilizado pelos intelectuais católicos na produção e difusão da sua proposta identitária para o Brasil utilizou argumentos, autores e obras comuns aos intelectuais laicos, pois buscavam construir um catolicismo racionalizado e plausível para a sociedade hodierna, conforme analisaremos no capítulo seguinte.

Por fim, lembramos que para caracterizar corretamente os *intelectuais católicos* é mais importante identificá-los com a elite brasileira, do que com alguma instituição ou grupo político em particular.

Estes intelectuais representaram uma parcela significativa da elite brasileira, compreendida como um *grupo de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros*<sup>355</sup>. Assim, estamos trabalhando com uma via de mão-dupla: tanto é significativo o fato de que os intelectuais leigos católicos faziam parte da elite, como é significativa a percepção de que sua participação em atividades de cunho intelectual era uma das estratégias de reprodução social comuns à elite no período em análise.

A fim de tornar mais clara esta exposição, e de dar relevo à relação dos membros da hierarquia com os leigos católicos, optamos por dividir os intelectuais objeto deste estudo em dois subgrupos, os quais foram formulados a partir da relação dos intelectuais com a hierarquia da Igreja:

- a) intelectuais membros do clero católico,
- b) intelectuais leigos.

Como estratégia didática para caracterização dos grupos de intelectuais, selecionamos um conjunto de intelectuais católicos cuja biografia, e a produção

<sup>353</sup> ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>354</sup> *Idem.*

<sup>355</sup> HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 8

bibliográfica, é exemplar para caracterizar o grupo intelectual em questão, e suas estratégias de atuação<sup>356</sup>. Entretanto, lembramos que esta escolha foi guiada pela disponibilidade de fontes e pela exemplaridade dos personagens, não se tratando de uma opção metodológica pela prosopografia, nem pela biografia coletiva<sup>357</sup>, pois nossa intenção é caracterizar o subcampo intelectual católico enquanto espaço relacional.

Feitos estes esclarecimentos, passamos a caracterizar os grupos de intelectuais que delimitamos.

---

<sup>356</sup> Valorizamos sobretudo a participação em associações intelectuais leigas (IAHGP, IPL, IHGB, ABL) e católicas (Círculo Católico, Conferências Vicentinas, jornais católicos) e a existência de publicações.

<sup>357</sup> Segundo Christophe Charle: *A prosopografia ou biografia coletiva é um método que, após ter sido inventado e praticado sobretudo em história antiga e medieval, muito se desenvolveu nos últimos 40 anos em história moderna e contemporânea. Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.* (CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Op. Cit.*, p. 41).

### a) Intelectuais membros do clero católico

Este grupo compõe-se de membros do clero nacional - formado não apenas pelos núncios, cardeais, arcebispos, bispos, *prelados nullius dioeceseos* e superiores religiosos em geral, mas também pelos demais sacerdotes, tanto os do clero diocesano (ou secular), quanto os do clero regular<sup>358</sup>, isto é, os sacerdotes pertencentes às Ordens e Congregações religiosas.

O grupo do clero dirigente nacional é o que vem sendo mais estudado pela historiografia. Sérgio Miceli dedicou-lhe excelente estudo, intitulado *A elite eclesiástica brasileira*, no qual analisa a organização hierárquica da Igreja brasileira, e caracteriza as diversas áreas de atuação dos prelados brasileiros<sup>359</sup>.

Segundo Miceli, após a separação entre Igreja e Estado, ocorrida em 1890, os doze bispos brasileiros tiveram como tarefa principal reorganizar internamente a Igreja, desenvolvendo e fixando *uma cultura organizacional própria, dotada de procedimentos uniformes de gestão e de um estilo homogêneo de comando*<sup>360</sup>.

Miceli apontou a grande ampliação da esfera de ação da elite eclesiástica brasileira, analisando todo um programa de ação que favoreceu o episcopado nacional. O autor afirma que

A reaproximação com o papado trouxe mais benefícios do que desvantagens, do ponto de vista dos interesses dominantes no interior da organização eclesiástica. A firme orientação doutrinária e sobretudo disciplinar que Roma passou a exercer através dos jesuítas e lazaristas nos seminários brasileiros, os prolongados estágios de formação da elite do clero brasileiro no exterior, as manifestações ostensivas de lealdade e ortodoxia por parte do episcopado nacional, a implantação maciça de obras pias sob severo controle diocesano liquidando com o regime até então vigente das irmandades, esses e outros fatores contribuíram eficazmente para o êxito dos trabalhos de *moralização* e profissionalização do clero nos termos das reformas estimuladas por pontífices enfraquecidos politicamente e desejosos de remanejar os recursos internos da organização<sup>361</sup>.

Para os fins deste trabalho nos importa lembrar que os bispos assumiram algumas tarefas bastante relevantes para a produção e difusão do projeto católico de identidade nacional: realizar a primeira adaptação ao contexto local da

<sup>358</sup> O clero secular é aquele ligado à estrutura pastoral e administrativa dos bispados e paróquias, enquanto o clero regular é aquele que vive sob uma regra, isto é, em comunidades de vida religiosa.

<sup>359</sup> MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

<sup>360</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>361</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 27.

documentação produzida pelo papado no âmbito internacional, divulgando-a quando oportuno; ao mesmo tempo, filtrar e adaptar também o repertório dos intelectuais leigos, apaziguando conflitos de interpretação, calando e falando quando necessário; representar, perante o Estado, as associações de católicos (clericais e do laicato); e coordenar as ações de promoção do catolicismo, em diversos campos.

Mesmo levando em consideração todas estas atividades de coordenação, não compreendemos o papel dos bispos brasileiro como o de intelectuais dirigentes, nem acreditamos que tivessem a função de censores e tutores do processo de formação do subcampo intelectual católico, como o fez Romualdo Dias<sup>362</sup>, analisando a atuação do episcopado brasileiro entre 1922 a 1935.

Segundo este autor o episcopado brasileiro repassava para os fiéis brasileiros as determinações romanas, sendo auxiliado pelos leigos, que apenas acatavam as orientações do segmento superior da hierarquia católica:

Nesses anos, a hierarquia católica empreendeu imenso esforço para definir o papel do catolicismo na sociedade brasileira. Esse período é significativo tanto pela doutrina nele presente, **proposta pela hierarquia e acatada pelos fiéis**, quanto pela intensa mobilização das massas. Em relação à doutrina, **a hierarquia, auxiliada por setores da intelectualidade, utilizou e divulgou argumentos e princípios elaborados pelo poder eclesiástico central** e pelo pensamento católico contrarrevolucionário europeu do século XIX<sup>363</sup>. (grifo nosso)

Acreditamos que tenha ocorrido ainda no período anterior a 1922, um processo semelhante ao da circularidade cultural proposto por Bakhtin<sup>364</sup>, em que tanto a hierarquia católica influenciava os intelectuais leigos, quanto era influenciado por estes.

Afinal, eram os leigos que dispunham do acesso privilegiado aos argumentos utilizados no campo intelectual laico. Argumentos estes que precisavam ser bem conhecidos não somente para combater a modernidade, como sugere grande parte da historiografia brasileira sobre o tema, mas principalmente para poder dialogar com a sociedade da época, respondendo aos questionamentos propostos pelo seu tempo.

<sup>362</sup> DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem**. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

<sup>363</sup> DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem**. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 19.

<sup>364</sup> Cf.: BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora UNB, 1987. Ver especialmente a Introdução – “Apresentação do Problema” e o Capítulo Primeiro – “Rabelais e a história do riso”.



Somente a relação entre os intelectuais do clero – os bispos, em especial – e os intelectuais católicos leigos pôde formular um catolicismo racionalizado, modernizado, e plausível<sup>365</sup> para a sociedade brasileira.

Assim podemos compreender a importância dos documentos produzidos no âmbito da hierarquia católica brasileira sem, contudo, reificá-los como únicos documentos aptos a veicular a proposta católica para o Brasil<sup>366</sup>. Não podemos analisar as cartas pastorais se não analisarmos também os inúmeros discursos, proferidos e impressos, pelos intelectuais católicos em ambientes tão díspares quanto às sessões do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)<sup>367</sup> ou as conferências dos Congressos Católicos<sup>368</sup>.

Efetivamente grande parte da documentação produzida pelos bispos pernambucanos durante o período estudado diz respeito à difusão de orientações recebidas do papado, conforme podemos identificar na Tabela I<sup>369</sup>, que mostra todas as cartas pastorais que conseguimos identificar ao longo de nossa pesquisa.

---

<sup>365</sup> Cf.: BERGER, Peter L. **Rumor de Anjos**. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2.ed.rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

<sup>366</sup> No capítulo seguinte, em que caracterizaremos a proposta católica para a identidade nacional, utilizaremos largamente os documentos produzidos pelo bispado, mas sempre a partir da perspectiva de que eles refletem um conjunto de influências distintas, e não a tradução literal das orientações emanadas de Roma.

<sup>367</sup> Discurso proferido pelo Cônego Pereira Alves em 27 de janeiro de 1915 no Instituto Arqueológico de Pernambuco. *In*: ALVES, Côn. Pereira. **Discursos e Conferências**. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Edição da Revista Maria.

<sup>368</sup> CONGRESSO CATÓLICO. **Annaes da Obra dos Congressos Catholicos em Pernambuco**. Recife: A Provincia, 1902.

<sup>369</sup> TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco.

TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco

AUTOR	DOCUMENTO	EDITORA	DATA	CONTEÚDO
D. João Esberard	<i>Da Igreja e da sua divina missão.</i> Carta Pastoral do Bispo de Olinda saudando aos seus diocesanos	Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos	1891	158 páginas, escrita por ocasião da chegada do bispo na diocese (que então compreendia os estados de PE, PB, AL e RN). Na segunda parte, lição sobre o que é a igreja católica: <i>a Igreja catholica, (...), acha-se investida de um triplice poder, - o de magisterio, o de ministerio e o de regimen</i> (p. 27). Discorre longamente sobre a Igreja como corpo místico, sua infalibilidade, sua animação pelo Espírito Santo e a sucessão apostólica do papa e dos bispos.
D. João Esberard	<i>Christovão Colombo.</i> Carta Pastoral de D. João Esberard – Bispo de Olinda. Publicando letras apostolicas do Santo Padre Leão XIII ácerca do 4º anniversario secular da descoberta da America	Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos	1892	52 páginas, escrita por ocasião do 4º Centenário da descoberta das Américas. Publica e comenta a Letra Apostólica escrita pelo papa Leão XIII sobre a efeméride. Cristóvão Colombo é descrito como herói cristão, já que, ao contrário de outros navegadores, tinha a intenção de dilatar o cristianismo quando descobriu a América.
D. João Esberard	<i>As minhas despedidas.</i> Carta de D. João Esberard – Arcebispo de São Sebastião no Rio de Janeiro. Aos fiéis da Diocese de Olinda	Recife: Typ. de F. P. Boulitreau	1894	Carta de despedida do bispo, agradecendo ao clero e aos fiéis da diocese. Não é uma carta pastoral, é uma carta pessoal, que foi publicada no jornal <i>Era Nova</i> , de propriedade do ex vigário-geral Augusto Franklin Moreira da Silva.
D. Manoel dos Santos Pereira	<i>Carta Pastoral do Exm. e Revm. Snr. Bispo de Olinda D. Miguel dos Santos Pereira saudando aos seus diocesanos</i>	Bahia: Lytho – Typographia V. Oliveira & C.	1894	33 páginas, escrita por ocasião da chegada do bispo na diocese, saudando os fiéis e pranteando D. Macedo Costa. Na segunda parte, lição sobre a autoridade da Igreja, defendendo a figura do papa e preconizando a obediência à Igreja. No último trecho desenvolve a idéia de que amar a Igreja é amar a pátria: <i>Com a Igreja amemos também a pátria; amemol-a muito, Amados Filhos, Amemol-a com dedicação, até ao sacrificio. Entre os innumeraveis beneficios que o Cristianismo, pelo seu ensino e pelo seu espirito, derrama no seio da humanidade, um dos mais consideraveis é a particular efficacia com que elle desperta, sustenta e desenvolve o verdadeiro patriotismo</i> (p. 29).

TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco

AUTOR	DOCUMENTO	EDITORA	DATA	CONTEÚDO
D. Manoel dos Santos Pereira	<i>Carta Pastoral de D. Manoel dos Santos Pereira</i> – Bispo de Olinda. A proposito da solemne homenagem a Jesus Christo Redemptor e ao seu Vigario. No fim do seculo XIX e começo do seculo XX.	Recife: Atelier Miranda	1899	27 páginas. Anuncia e organiza a homenagem ao Cristo Redentor e ao papa (Leão XIII), na passagem do século, que havia sido proposta pela Cúria romana, através de carta do cardeal Jacobini.
Mons. Marcelino Pacheco do Amaral	<i>Carta-Circular do Vigario Capitular de Olinda</i> . Sobre a consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus.	Recife: Empreza d'A Provincia	1900	20 páginas. Escrita pelo administrador da diocese, depois do falecimento de D. Manoel (25-04-1900), propondo a consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus, na linha da Encíclica <i>Annum Sacrum</i> , de Leão XIII e dispondo a fórmula oficial desse ato de piedade.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz <i>Carta Pastoral do Bispo de Olinda</i> . Recommendando a Liga Contra o Protestantismo	Recife: Empreza d'A Provincia	1902	10 páginas, datada de 27 de dezembro de 1902. Contra as doutrinas propostas pelos protestantes, incentivando o apoio à Liga contra o protestantismo.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz <i>Carta Pastoral de D. Luiz Raymundo da Silva Britto</i> .	Recife: Typ. Salesiana	1903	8 páginas, datada de 27 de novembro de 1903. Defendendo o dogma da Imaculada Conceição de Maria e preparando as celebrações do cinquentenário da sua proclamação.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz <i>Carta Pastoral do Bispo de Olinda</i> . Ordenando a prégação tempo quaresmal	Recife: Emp. d'A Provincia	1903	5 páginas, datada de 03 de fevereiro de 1903. Organizando as celebrações do 25º aniversário da eleição do papa Leão XIII.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz <i>Carta Pastoral de D. Luiz Raymundo da Silva Britto ao revm. cabido, clero e fieis da Diocese de Olinda</i> . Annunciando a morte S. S. Padre Leão XIII e a eleição do S. S. Padre Pio X	Recife: Typ. Salesiana	1903	15 páginas, datada de 24 de agosto de 1903. Anuncia a morte, em 20 de julho, de Leão XIII e a eleição do cardeal Giuseppe Melchiorre Sarto, que assumiu o nome de Pio X.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz <i>Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. Snr. Bispo de Olinda</i> . Annunciando a continuação do Collegio Diocesano da cidade de Olinda, sob nova direcção	Recife: Emp. d'A Provincia	1904	6 páginas, datada de 18 de janeiro de 1904. Anuncia a chegada dos padres do Sagrado Coração de Jesus para dirigir o Colégio diocesano, em virtude da nomeação do antigo diretor, monsenhor Antonio Fabrício de Araújo pereira como bispo do Piauí.

TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco

AUTOR	DOCUMENTO	EDITORA	DATA	CONTEÚDO
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz da <i>Carta Pastoral do Bispo de Olinda</i> . Mandando observar a Encyclica – Arcebo Nimis do SS. Padre Pio X sobre o ensino da doutrina cristã	Recife: Typ. Salesiana	1905	30 páginas, datada “de Roma, junto a São Pedro”, em 15 de abril de 1905. Mandando aplicar, na diocese, a recém promulgada encíclica de Pio X, <i>Acerbo Nimis</i> , sobre o ensino da doutrina católica.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz da <i>Carta Pastoral do Bispo de Olinda</i> . Publicando a carta do Eminentíssimo Cardeal Prefeito da S. C. das Indulgencias e S. Reliquias sobre um Triduo de Preces em honra do Santissimo Sacramento	Recife: Typ. da Livraria Contemporanea	1907	7 páginas, datada de 13 de junho de 1907, com mais 7 contendo o Formulário do Tríduo, promulgado em Roma, pelo cardeal Serafino Cretoni, no dia 10 de abril de 1907.
D. Raymundo da Silva Britto	Luiz da <i>Constituições Synodales da Diocese de Olinda</i> . Promulgadas no 1º Synodo reunido em Fevereiro de 1908 pelo Bispo Diocesano D. Luiz Raymundo da Silva Britto	Recife: Typ. da Livraria Contemporanea	1908	Publicação de 180 páginas, composta dos seguintes documentos: <i>Carta Pastoral</i> apresentando e publicando as <i>Constituições Sinodais</i> , de 17 páginas, datada de 06 de fevereiro de 1908 (foi distribuída também em um opúsculo independente); <i>Circular</i> , de 2 páginas, convocando os Exercícios Espirituais para 26 de janeiro de 1908, datada de 11 de novembro de 1907; <i>Atas do Sínodo Diocesano</i> , iniciado em 03 de fevereiro e encerrado em 05 de fevereiro de 1908 (p. 21-34); <i>Constituições Sinodais</i> (p. 35-112); Portaria divulgando a <i>Tabella Diocesana</i> , promulgada em 31 de janeiro de 1907 (p. 113-131); e vários <i>Appendices</i> (p. 133-180), entre os quais um <i>Pequeno Catecismo das Mães</i> (para o Ensino dos Filhos pequeninos e dos Rudes) (p. 137-154). A Carta enfatiza a necessidade do bom comportamento do clero, afirmando que os sacerdotes devem ser modelo para os leigos; solicita também que o clero compreenda a importância das Constituições Sinodais.

TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco

AUTOR	DOCUMENTO	EDITORA	DATA	CONTEÚDO
D. Luiz Raymundo da Silva Britto	<i>Carta Pastoral do Bispo de Olinda</i> . Publicando as suas impressões de sua viagem a Europa	Recife: Typ. a vapor – J. Agostinho Bezerra	1908	24 páginas, datada de 8 de novembro de 1908. O bispo relata as impressões de sua viagem (para visita <i>ad limina</i> e, por coincidência, participação na Peregrinação brasileira organizada pelo Cardeal Arcoverde) fazendo um paralelo entre os países europeus, principalmente Portugal e França, e o Brasil, no que diz respeito ao estado moral e religioso da sociedade. Relata também sua passagem por Lourdes, e fala dos milagres e comoções que presenciou. Narra o Congresso Eucarístico de Londres que assistiu, fazendo panegírico da cidade e do seu povo e, finalmente, relata sua visita ao papa.
D. Sebastião Leme	<i>Carta Pastoral de D. Sebastião Leme</i> – Arcebispo Metropolitano de Olinda. Saudando os seus diocesanos	Petrópolis: Typ. Vozes	1916	138 páginas (mais uma Errata), datada de 16 de julho de 1916. Talvez a mais famosa das Cartas Pastorais já publicadas por um bispo brasileiro. O novo arcebispo apresenta-se e expõe o seu plano de trabalho, cujo índice ocupa 13 folhas. Divide-se nas seguintes seções: Introdução; Primeira parte: O grande mal e suas causas (em 2 seções); Segunda parte: Da ignorância religiosa (em 3 seções); Terceira parte: Meios de conjurar o grande mal da ignorância religiosa (em 6 seções) e Quarta parte e Conclusões.
D. Miguel de Lima Valverde	<i>Carta Pastoral de D. Miguel de Lima Valverde</i> – Arcebispo de Olinda e Recife. Saudando aos seus diocesanos	Porto Alegre: Typographia do Centro	1922	32 páginas (mais um <i>Mandamento</i> ), enviada de Santa Maria, RS, e datada de 03 de maio de 1922. No segundo parágrafo o novo arcebispo escreve: <i>No centenário da independência política de nossa Pátria, sejam estas palavras do Apostolo [de Ef. 1, 1, citadas no 1º parágrafo] o nosso hymno de ação de graças, e, ao mesmo tempo, a protestação solemne de que reconhecemos os soberanos direitos de Deus sobre nós, suas criaturas (p. 3).</i>
D. Miguel de Lima Valverde	<i>Carta Pastoral de D. Miguel de Lima Valverde</i> – Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Sobre o próximo quinquagesimo aniversário da Consagração da Archidiocese de Olinda e Recife ao Sagrado Coração de Jesus	Recife: Oficinas Graphics d' A Tribuna	1924	12 páginas, datada de 08 de maio de 1924. Convoca e organiza as comemorações do quinquagésimo aniversário da consagração da arquidiocese ao Sagrado Coração de Jesus, promovida por D. Frei Vital.

TABELA I – Cartas pastorais publicadas em Pernambuco				
AUTOR	DOCUMENTO	EDITORIA	DATA	CONTEÚDO
D. Miguel de Lima Valverde	<i>Carta Pastoral de D. Miguel de Lima Valverde</i> – Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Aos Reverendssimos parachos e a todo clero secular e regular sobre o ensino da doutrina christã	Recife: Oficinas Graphics d' A Tribuna	1924	7 páginas, datada de 25 de agosto de 1924. Dispõe sobre a preparação “dos meninos” para a Primeira Comunhão.
D. Miguel de Lima Valverde	<i>Carta Pastoral</i> . Quaresma de 1931	Recife: Oficinas Graphics da Associação da Bôa Imprensa	1931	12 páginas (texto em duas colunas), datada de 18 de fevereiro de 1931. Carta de <i>instrução, conforto e estímulo a quantos de vós possam delles carecer, dado que a situação actual, trabalhada por crises varias, reclama de nossa parte uma atenção acurada</i> , em função da diminuição do respeito e o acatamento devido à autoridade (p. 3).

No entanto, pudemos inferir que nenhum dos documentos papais apresentados foi divulgado sem um texto prévio de contextualização, em que os bispos situaram o documento no âmbito local, destacando os trechos do documento que faziam mais sentido para a população local.

A segunda maior quantidade de documentos publicados pelos bispos é composta por saudações, de chegada e de partida, aos fiéis, e à comemoração de devoções. Tratava-se de documentos que divulgavam uma espécie de conteúdo programático da futura atuação dos bispos ao assumirem o seu episcopado e, ao final deste, um balanço, com os devidos agradecimentos, do que havia sido realizado.

A difusão das devoções<sup>370</sup> pode ser compreendida, para os fins deste trabalho, como mais uma oportunidade de divulgação pública dos ideais da identidade católica para o país. Pois, as festas públicas eram sempre espaço para sermões, conferências e discursos que tratavam de temas relevantes para os intelectuais católicos.

Por fim, para além dos documentos papais que foram publicados, queremos chamar atenção para os que não foram publicados. Efetivamente seria necessária a constituição de uma equipe de pesquisadores para sistematizar e comparar toda a documentação produzida pelo papado e o que foi, de fato, publicado pelos bispos brasileiros. Entretanto, até onde pudemos pesquisar - e apenas como sugestão para futuras análises - acreditamos que os bispos brasileiros realizaram uma seleção dos documentos publicados, evitando divulgar aqueles que tratavam de temas alheios ao contexto local, ou que tratavam de temas delicados, que já vinham sendo resolvidos de alguma outra maneira.

Por exemplo, não localizamos nenhuma divulgação, através de cartas pastorais, das diversas encíclicas de Pio X sobre as relações entre Igreja e Estado na França<sup>371</sup> e em Portugal<sup>372</sup>, que foram bastante comentadas no Brasil pela

---

<sup>370</sup> Devoção, em análises acadêmicas, possui uma dimensão muito mais ampla. Sobre o tema ver: BRANDÃO, Sylvana. "São Francisco das Chagas do Canindé". In: BRANDÃO, Sylvana. **História das Religiões no Brasil 3**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

<sup>371</sup> Encíclica **Vehementer nos**, publicada pelo Papa Pio X em 11/02/1906 (Disponível on-line em: [www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_11021906\\_vehementer-nos\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11021906_vehementer-nos_en.html), pesquisado em 10/01/2009, às 18:48h), e encíclica **Gravissimo Officii Munere**, publicada pelo Papa Pio X em 10/08/1906 (Disponível on-line em: [www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_10081906\\_gravissimo-officii-munere\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_10081906_gravissimo-officii-munere_en.html), pesquisado em 10/01/2009, às 18:50h).

imprensa<sup>373</sup>. Este assunto não foi tratado pelo bispo da época, D. Luiz de Britto, que, poucos anos antes citava transversalmente as perseguições ao catolicismo em Portugal, em sua Carta Pastoral de 1908, na qual relatava aos fiéis a sua viagem apostólica a Roma<sup>374</sup>.

Foram os intelectuais católicos do jornal *Tribuna Religiosa* os que se encarregaram de polemizar com o correspondente em Portugal do *Diário de Pernambuco*, que se colocava favorável à perseguição<sup>375</sup>.

O mesmo raciocínio, da circularidade<sup>376</sup> entre intelectuais leigos e intelectuais do clero, deve ser aplicado para entender o papel dos líderes episcopais católicos na promoção de estratégias de mobilização. O trabalho cotidiano de mobilização de fiéis para a implementação do projeto católico de identidade nacional era coordenado pela hierarquia católica – este é o único elemento do conceito tradicional de romanização com o qual concordamos incondicionalmente<sup>377</sup> -, mas não era dominado/controlado exclusivamente por este grupo, que ainda dava os primeiros passos no seu processo de organização interna<sup>378</sup>.

Um dos possíveis exemplos do papel dos bispos na condução dos empreendimentos que demandavam mobilização da sociedade é a fundação do *Círculo Católico de Pernambuco*, uma associação de leigos católicos que tinha por finalidade congregar homens, para o estudo e a ação social, através dos princípios da doutrina social da Igreja.

<sup>372</sup> Encíclica **iamdudum**, publicada em Roma, em 24 de maio de 1911 (Disponível on-line em: [www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_24051911\\_iamdudum\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_24051911_iamdudum_en.html), pesquisado em 10/01/2008, 18:45h)

<sup>373</sup> A CORRESPONDENCIA DE PORTUGAL EM O DIARIO DE PERNAMBUCO. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 13 mai. 1911. p. 2.

<sup>374</sup> BRITTO, D. Luiz Raymundo da Silva. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Publicando as suas impressões de sua viagem a Europa. Recife: Typ. a vapor - J. Agostinho Bezerra, 1908. p. 7-10.

<sup>375</sup> O texto católico apresenta forte conteúdo anti-semita, creditando aos judeus parte da perseguição que a República portuguesa movia aos católicos. (A CORRESPONDENCIA DE PORTUGAL EM O DIARIO DE PERNAMBUCO. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 13 mai. 1911. p. 2).

<sup>376</sup> BAKTHIN, Mikhail. *Op. Cit.*

<sup>377</sup> Conforme analisamos no item 1.2 RELAÇÕES ENTRE O CATOLICISMO E A MODERNIDADE NO BRASIL deste trabalho.

<sup>378</sup> A organização interna dos bispos brasileiros seria completada em 1952, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e dos prelados latinoamericanos apenas em 1955 com a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Sobre este tema ver: QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência nacional dos bispos do Brasil**: Comunhão e co-responsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977).



Fundado em 1907, o Círculo Católico funciona até os dias atuais, tendo sua sede própria localizada na Rua do Riachuelo, nº 105, edifício Círculo Católico, Boa Vista, Recife – PE, mesmo endereço em que funciona desde 1931<sup>379</sup>.

De acordo com o exposto pelos cinco bispos que participaram de sua fundação, a criação de Círculos Católicos era já uma intenção do papa Pio X (1903 – 1914):

A idéia da criação de círculos católicos está compreendida no programa que o atual Pontífice Pio X traçou para o governo da Igreja, cujo destino em boa hora lhe foram confiados – **istaurare omnia in Christo**: restaurar tudo em Cristo<sup>380</sup>.

Esta afirmação poderia nos inclinar a acreditar que a criação do Círculo em Pernambuco tenha sido obra direta do então bispo, D. Luiz de Britto, obedecendo a ordens emanadas de Roma. Entretanto, a criação do Círculo Católico de Pernambuco foi gestada no âmbito de atuação de uma associação de leigos destinada à assistência social e à oração – a Conferência Vicentina - e do clero regular – de frei Mathias Teves, franciscano, residente no Convento Franciscano do Recife -, conforme expõe a narrativa de um dos sócios fundadores.

Eduardo Dubeux, então jovem membro da Conferência Vicentina de São Luiz Gonzaga, e sócio-fundador do Círculo Católico, afirma que a primeira idéia de fundação do Círculo partiu, inicialmente, do franciscano frei Mathias Teves que, ministrava aulas de alemão a outro grupo de jovens católicos:

Em uma dessas reuniões a que estive presente, apesar de não ser seu aluno, frei Mathias, pela primeira vez, aventou a idéia de fundar ali mesmo no Convento, com seus alunos, um Círculo Católico, e logo me levou a uma grande sala que fica no ângulo Convento à rua do Imperador, onde julgava-se poderia instalar, embora em caráter provisório, o Círculo Católico<sup>381</sup>.

Prosseguindo a narrativa afirma ainda que, paralelamente, a idéia também germinava no diretor então presidente da Sociedade S. Vicente de Paulo:

Tempos depois, o Dr. Manoel Gomes de Mattos, então presidente da Sociedade de S. Vicente de Paulo, confiou-me o seu projeto de

<sup>379</sup> O Círculo Católico comemorou 100 anos de fundação em 2007, tendo sido homenageado pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, em reunião solene, ocorrida em 10 de outubro de 2007, a requerimento do deputado Ricardo Teobaldo (FONTE: [www.alepe.pe.gov.br/inicio.php?printpreview&secaofake=155&deputado=155&secao=284&gab=2&numero=444/2007&docid=646153](http://www.alepe.pe.gov.br/inicio.php?printpreview&secaofake=155&deputado=155&secao=284&gab=2&numero=444/2007&docid=646153), pesquisado em 15/04/2008, 07:09h).

<sup>380</sup> POLYANTHÉA Comemorativa das bodas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932], p. 40.

<sup>381</sup> *Idem*, p. 39.

fundar um Círculo Católico, em Recife, e para trocar idéias a respeito determinou um dia na semana para os confrades vicentinos se reunirem em sua residência á rua do Príncipe, onde hoje se acha instalado o Colégio Santa Margarida<sup>382</sup>.

O catalisador destas duas iniciativas teria sido D. Luiz de Britto, que também tencionava fundar um Círculo Católico no Recife:

Em conversa com o nosso querido Bispo de então Sr. D. Luiz de Britto, relatei o que vinha fazendo a Conferência de S. Luiz de Gonzaga e o entusiasmo de seus jovens confrades em se empenharem no desenvolvimento da ação social católica em nossa terra. Foi nesta ocasião que ouvi dos lábios do saudoso prelado as seguintes frases: *Não descansarei enquanto não fundar um Círculo Católico para vocês. Tenho as minhas vistas voltadas para aquele terreno ali defronte do palácio, (referia-se ao Palácio Episcopal) e logo que possa angariar os meios necessários, compraremos o terreno e edificaremos um prédio para nele instalar o nosso Círculo Católico*<sup>383</sup>.

Conforme temos analisado, a relação entre o clero dirigente, o papado e os fiéis, era mais complexa do que o simples cumprimento de ordens. Neste caso, por exemplo, uma vez que todos os envolvidos partilhavam do mesmo *repertório*, a idéia surgiu em ambientes distintos, sendo apenas catalisada pela autoridade eclesiástica, que mandou reunir os dirigentes leigos, o frei franciscano e mais sessenta jovens; e em 10 de dezembro de 1907 pôde fundar, oficialmente, o Círculo Católico de Pernambuco. Sem a interferência do papado, mas, seguramente, em consonância com as suas diretrizes.

Situações como esta não são casuais, nem excepcionais, pois mesmo as obras sociais que estavam sob a assistência direta do clero não haviam sido, necessariamente, gestadas no seio da alta hierarquia católica. Citamos como exemplo desta situação a fundação do Dispensário São Sebastião, uma obra de assistência social que visava centralizar a distribuição de esmolas para os moradores de ruas do Recife, oferecendo-lhes também apoio espiritual.

Em 1917, o padre salesiano José Venâncio de Mello fundou, em uma casa localizada à frente do Hospital Pedro II (no bairro dos Coelhos), uma associação de assistência social que visava atender os mendigos e indigentes do Recife através da distribuição de alimentos e roupas e da assistência espiritual. Segundo o relato do padre-fundador, sua idéia surgiu no âmbito privado, e apenas

---

<sup>382</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>383</sup> *Idem*, p. 40.

um ano depois da sua idealização foi transmitida ao então arcebispo, D. Sebastião Leme:

(...) quando V. Ex<sup>a</sup>. chegou a esta cidade, trazendo como expressão de sua missão santa e admirável carta pastoral sobre o ensino da doutrina cristã, compreendi que V. Ex<sup>a</sup>. se interessaria pela sorte destes infelizes tão necessitados do pão espiritual, da instrução religiosa. Conversando um dia com V. Ex<sup>a</sup>. e falando de passagem, sobre o pequeno catecismo que eu dava aos mendigos, antes de lhes distribuir a pequena esmola, V. Ex<sup>a</sup>. me disse: *Padre José, estou com vontade de entregar as esmolas que se distribuem aqui, à porta do [palácio] para o Sr. lá as distribuir*<sup>384</sup>.

O arcebispo, pouco tempo depois foi posto a par da totalidade do projeto, concedendo uma carta de apresentação ao padre, que se encarregou de toda a efetivação da ação:

Tendo explicado um dia a V. Ex<sup>a</sup>. as idéias que me vinham ao espírito a este respeito, V. Ex<sup>a</sup>. me disse que as idéias vinham de Deus e que era preciso pô-las em prática, porque teriam grande aceitação por parte do povo pernambucano. Falei com o padre Superior da nossa casa e mais algumas pessoas que se prontificaram em me auxiliar. Tendo pedido a V. Ex<sup>a</sup>. um cartão de apresentação ao invés V. Ex<sup>a</sup>. deu-me uma carta que considero como o ato de fundação da obra e sua benção<sup>385</sup>.

Como podemos observar, não é possível analisar corretamente a atuação dos católicos, intelectuais ou não, se tomarmos os bispos, ou o clero dirigente, como mentores intelectuais que apenas impunham seus projetos. Só poderemos caracterizar um subcampo intelectual católico se entendemos que os leigos, e o clero não dirigente, eram também agentes do processo de formulação e difusão do ideário católico e, para os fins deste trabalho, se também os entendemos como formuladores do projeto católico de identidade nacional.

Assim, devemos sublinhar o papel de catalisadores assumido pelos líderes da hierarquia católica, uma vez que a estes cabia coordenar as estratégias de mobilização levadas a efeito pelos católicos em suas unidades administrativas. Cientes das demais iniciativas de âmbito nacional, e com mais facilidade de comunicação com os demais Estados da federação, e com a própria unidade territorial sob sua administração, os líderes da hierarquia católica foram capazes de

<sup>384</sup> RELATORIO: sobre a obra Dispensario S. Sebastião, no anno de 1917, apresentado ao Exm. Sr. Arcebispo e aos bemfeitores dessa instituição pelo Padre José Venancio de Mello. Imprensa Official, Recife, anno III, n. 149, 11 jul. 1918, p. 2029.

<sup>385</sup> *Idem*.

incentivar, ou frear, os diversos agentes da elaboração e difusão do projeto católico de identidade brasileira.

A mobilização tanto se fez a partir da criação, ou apoio, de associações de estudo – como o Círculo Católico, as Congregações Marianas, a Liga para a Restauração dos Ideais -, apoio a conferencistas – como o frei franciscano Mathias Teves, ou o engenheiro Luiz Correia de Brito -, como através da difusão de novas devoções – como o Sagrado Coração de Jesus -, e da promoção de eventos – como os Congressos Católicos Arquidiocesanos.

A fim de que a Igreja católica pudesse fazer frente às exigências dos novos tempos, os bispos, como dirigentes espirituais e materiais, desenvolveram também uma forte atuação como uma espécie de produtores culturais. Uma vez que eram os representantes legais da Igreja católica em cada estado da federação, cabia aos bispos e aos superiores das ordens e congregações religiosas, o relacionamento com o Estado brasileiro, bem como a representação formal/legal das diversas associações de interesse público dirigidas por católicos.

Esta condição tornou-se cada vez mais relevante na medida em que o Estado brasileiro desistiu de incorporar os bens da Igreja católica, e percebeu a necessidade da continuidade das atividades de assistência social que a mesma tradicionalmente mantinha.

É importante compreendermos também, os limites do episcopado, que se faziam sentir tanto no âmbito doutrinário quanto, principalmente, no âmbito de atuação prática, sempre limitada pela pouca quantidade de membros do clero secular. O bispo D. Luiz de Britto lembrava esta situação em 1908, quando publicava as Constituições Sinodais da Diocese de Olinda e Recife:

Não é o número que servirá de instrumento nas mãos de Deus, para suas costumadas vitórias. (...) Somos poucos, mas, convêm que sejamos fortes para o derradeiro combate, cujo resultado a serie de vitórias passadas nos garante. Sejam pois cuidadosos na escolha dos que tem de remar conosco na mística barca, que há de obedecer à voz poderosa do Senhor: DUC IN ALTUM<sup>386</sup>.

---

<sup>386</sup> “Faça-se ao largo!” (Lc 5, 6). BRITTO, D. Luiz Raymundo da Silva. **Constituições Synodales da Diocese de Olinda**. Promulgadas no 1º Synodo reunido em Fevereiro de 1908 pelo Bispo Diocesano D. Luiz Raymundo da Silva Britto. Recife: Typ. da Livraria Contemporanea, 1908, p. 10.

O conselho para o cuidado na escolha dos companheiros foi bastante acatado, mas não impediu que o apoio dos leigos fosse, cada vez mais, assumindo papel determinante no âmbito católico, como veremos adiante.

A fim de contribuir nas tarefas de *istaurare omnia in Christo: restaurar tudo em Cristo*<sup>387</sup>, outra parte da hierarquia católica assumiu funções bastante relevantes: tratava-se dos regulares, que compunham o segundo subgrupo de intelectuais católicos membros do clero.

Durante o período estudado as ordens religiosas então existentes em Pernambuco – carmelitas, franciscanos e beneditinos – passavam pelo processo de restauração religiosa, assim como no resto do país.

Todas foram atingidas, ao longo do século XIX, pelas contínuas interdições impostas pelo governo imperial à entrada de noviços<sup>388</sup>, que acarretaram uma drástica diminuição no número de seus membros. Para a maioria das antigas ordens religiosas, a separação entre Igreja e Estado significou uma oportunidade para sua restauração.

No final do século XIX e início do XX a hierarquia católica brasileira convidou inúmeras ordens e congregações religiosas estrangeiras para trabalharem no país:

Entre os principais institutos religiosos masculinos chegados ao Brasil, entre 1880 e 1900, destacam-se os dominicanos (1882), os salesianos (1883), os redentoristas (1894), os verbitas e os claretianos (1895), e os maristas (1897). Entre as congregações femininas lembraremos apenas as religiosas de Sion (1889) e as Filhas de Maria Auxiliadora (1892)<sup>389</sup>.

Grande parte desses religiosos que vieram para o Brasil eram provenientes de países onde houvera, ou ainda estava havendo, perseguição religiosa. Por exemplo, os franciscanos que restauraram, em 1892, a ordem no Nordeste eram provenientes da Saxônia, onde todas as ordens e congregações religiosas tinham sido supressas (menos as que se dedicavam à enfermagem) em

<sup>387</sup> POLYANTHÉA Comemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932], p. 40.

<sup>388</sup> Cf.: BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos Estados liberais: 1880 – 1930. In: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.

<sup>389</sup> AZZI, Riolando. As irmãzinhas da Imaculada Conceição. In: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 26.

1875<sup>390</sup>; e os jesuítas, chegados em Salvador em 1910 e em Recife em 1917, vinham fugidos, literalmente, da revolução republicana portuguesa<sup>391</sup>.

Mesmo os religiosos provenientes de regiões onde as relações entre Igreja e Estado eram mais pacíficas - como foi o caso da restauração dos carmelitas, ocorrida em Pernambuco em 1894 através de religiosos espanhóis<sup>392</sup>, e da restauração beneditina, ocorrida em Pernambuco no ano de 1895, com religiosos provenientes da Bélgica<sup>393</sup> - tinham bastante conhecimento dos conflitos ocorridos no universo europeu, uma vez que haviam recebido, em seus países, muitos dos religiosos expulsos de outras nações.

Conheciam todos, portanto, o clima de hostilidade do Estado para com as ordens religiosas, encontrando no Brasil ampla liberdade para o seu funcionamento, principalmente após a promulgação da Constituição brasileira de 1981, que garantiu a liberdade de atuação das ordens religiosas, pois, *praticamente, não passara ao corpo da lei o parágrafo 8º do artigo que excluía do país os jesuítas e proibia o estabelecimento ou fundação de novos conventos ou ordens monásticas*<sup>394</sup>.

Ao lado das antigas ordens religiosas floresciam no país as congregações masculinas e femininas, a exemplo dos salesianos chegados em 1894 a Pernambuco, das Damas Cristãs (instaladas em Pernambuco em 1896), das beneditinas missionárias de Tutzing (que em 1903 se instalaram em Olinda), da Congregação da Sagrada Família (chegada no Recife em 1902) e da Congregação de Irmãos Maristas (chegado em Pernambuco em 1910)<sup>395</sup>.

Rapidamente podemos observar a importância quantitativa e qualitativa da presença destes religiosos na época. Provenientes da Europa em processo de modernização, e habituados à oposição dos livre-pensadores; para estes religiosos(as) a situação política vivida no Brasil da República Velha não era uma

<sup>390</sup> FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). **Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1891(3) – 1991(3)**. Da Província da Sta. Cruz... Para a Terra da Sta. Cruz. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas de Salvador, [1991]. Coleção Cadernos da Restauração, vol. 2, p. 7.

<sup>391</sup> AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936**. Recife: FASA, 1986, p. 2-3.

<sup>392</sup> FIGUEIRÔA, Frei Tito (OCarm.). **A brilhante senhora dos muitos rostos e sua festa**. Contribuição ao estudo dos rituais urbanos, no Brasil. Texto mimeografado, p. 56.

<sup>393</sup> LUNA, Dom Joaquim G. de. **Os monges beneditinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947, p. 41.

<sup>394</sup> LUSTOSA, Frei Oscar de F. (O.P.). Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890): Uma passagem para a libertação. *In: Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 35, fasc. 139, setembro de 1975, p. 640.

<sup>395</sup> BELLO, Ruy de Ayres. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978. Coleção Pernambucana, vol. XVIII, p. 170 – 176.

novidade; novidade eram os problemas da sociedade brasileira: o analfabetismo, as superstições populares e a falta de infra-estrutura básica para o clero.

Os(as) religiosos(as) europeus viam na realidade brasileira os mesmos defeitos/problemas apontados pelos intelectuais brasileiros laicos como entrave ao desenvolvimento nacional.

Ao mesmo tempo em que Sílvio Romero via no Brasil a falta de *gente válida*, causada por *certa incapacidade orgânica, oriundos de vícios étnicos, falta de educação ou seleção*<sup>396</sup>, os franciscanos de origem saxônica diagnosticavam a mesma situação, conforme apontam os estudos de Hugo Frago:so:

Bem característico dessa visão é o quadro pintado no Anuário da Província da Saxônia, em 1906, a partir das informações enviadas pelos missionários que aqui trabalhavam. **Na realidade brasileira não se vê nada de positivo, mas tão somente ignorância religiosa, superstições de toda espécie, falta de vida espiritual profunda, materialismo generalizado, imoralidade desbragada, desorganização da família, falta de educação dos filhos, desrespeito à autoridade, corrupção da vida pública, analfabetismo em grande escala, nível baixíssimo das escolas públicas e particulares**, um jornalismo eivado de liberalismo religioso e moral, um clero esquecido dos seus deveres sacerdotais etc<sup>397</sup>. (*grifo nosso*)

Podemos inferir que os pontos de vista coincidentes estavam em grande parte relacionados ao fato de tratar-se do olhar estrangeiro, dito civilizado, sobre o país.

A população brasileira, em geral, identificava os religiosos como estrangeiros e, em geral, valorizava esta origem, como no caso das beneditinas de Tutzing, da Academia Santa Gertrudes, segundo estudo de Zaida Cavalcanti, que afirma:

Desde o início de suas atividades, em 1912, a Academia vinha crescendo, sempre na vanguarda dos estabelecimentos locais, recriando, à imagem brasileira, as idealizações de uma escola para meninas, segundo os conceitos vigentes na florescente Alemanha do período que antecedeu a I Guerra Mundial, e, na renovação educacional do primeiro pós-guerra<sup>398</sup>.

<sup>396</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 63.

<sup>397</sup> FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). **Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1891(3) – 1991(3)**. Coleção Cadernos da Restauração, vol. 2, p. 26.

<sup>398</sup> CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. Educadoras alemãs no trópico: as beneditinas da Academia Santa Gertrudes. Disponível on-line em: [www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate), pesquisado em 09/07/2007. p. 2.

Ao mesmo tempo, este reconhecimento, imediato e constante, da origem europeia dos religiosos também ocorreu em momentos delicados, como durante a primeira guerra mundial, quando em 7 de novembro de 1917:

Correu o boato do torpedeamento do navio-escola Benjamim Constant. O povo fora de si apedrejou e queimou várias casas alemães. Foi apedrejado o Convento de S. Fran<sup>co</sup>. Afinal era falso o boato. As pessoas sensatas condenam semelhantes excessos. [No dia seguinte, 08 de novembro de 1917:] Foi um irmão [jesuíta] visitar os Frades, que ficaram muito penhorados. O senhor Arcebispo publicou um manifesto patriótico, e ao mesmo tempo pregando o respeito às pessoas e bens dos alemães. [Em 09 de novembro de 1917:] O senhor Arcebispo dispensou os frades alemães das Capelarias e paróquias que dirigiam, assim para condescender com o sentimento patriótico, como para não expor os frades a algum desacato. [No dia 10 de novembro de 1917:] Fomos encarregados da Capelania da Casa dos Expostos (Jaqueira) e das Capelas de Beberibe e Água Fria. Estas últimas eram servidas pelos frades de Olinda<sup>399</sup>.

Para além destes conflitos localizados, acreditamos que a identificação dos religiosos estrangeiros com a modernização europeia gerou muitas simpatias da sociedade para com os religiosos restaurados e para com as congregações, vistos como o novo clero, que se opunha à ociosidade das antigas ordens religiosas contemplativas<sup>400</sup>.

As ordens restauradas e as congregações trabalhavam prioritariamente com os elementos que interessavam a todos os intelectuais, católicos e leigos: a educação de ricos e pobres<sup>401</sup>. As escolas destinadas à atender os pobres faziam questão de demonstrar o seu compromisso com a educação popular e o desenvolvimento nacional<sup>402</sup>. Enquanto as escolas católicas destinadas às elites faziam questão de apontar sua afinidade com a ciência, a razão:

O Colégio Salesiano *Sagrado Coração* edificado em sítio ameno e espaçoso, **em boas condições higiênicas**, tem por fim proporcionar aos alunos, juntamente com a educação civil e religiosa, a **cultura**

<sup>399</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário – 1917-1929*. Recife, nov. 1917.

<sup>400</sup> ROSADO NUNES, M. José F. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. *In*: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 192.

<sup>401</sup> Cf.: AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870 – 1920). *In*: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **A mulher pobre na história da igreja latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1984, pp. 95 – 123; e, DREHER, Martin N. (org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST Edições/Cehila, 2002, item *Igreja e Educação*.

<sup>402</sup> Cf.: ISAÚ, Pe. Manoel. Educação salesiana no Brasil sudeste de 1880 a 1922: dimensões e atuação em diversos contextos. *In*: Site **Navegando na História da Educação Brasileira – HISTEDBR**, Universidade Estadual de Campinas (Disponível on-line em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_061.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_061.html), pesquisado em: 04/07/2007, 9:46h).



**necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção ao grau de bacharel em ciências e letras<sup>403</sup>.**

Tratava-se, sempre, de mostrar para a sociedade que o catolicismo era capaz de atender a todas as necessidades dos tempos modernos, em especial aquelas necessidades referentes aos melhoramentos trazidos pela ciência e pela educação.

Esta era também a intenção do episcopado nacional que, ao longo do período estudado, não cessou de fazer gestões para restaurar as ordens religiosas e trazer novas congregações ao país<sup>404</sup>, especialmente com a finalidade educacional.

Desde o primeiro Congresso Católico em Pernambuco, ocorrido em 1902, os conferencistas leigos clamavam por um grande colégio católico na cidade, fazendo referência aos colégios jesuítas de Itu, Friburgo e São Leopoldo<sup>405</sup>; a mesma solicitação ocorreu no segundo Congresso Católico, de 1914; e tanto D. Luiz de Britto quanto D. Sebastião Leme convidaram os jesuítas várias vezes para realizarem a sua fundação o quanto antes<sup>406</sup>.

Além das vantagens no âmbito educacional, as ordens religiosas masculinas significavam aumento na mão-de-obra eclesiástica para as atividades cotidianas da arquidiocese: missas, confissões, batismos, casamentos, pregação em festas, entre outros.

Por exemplo, no *Diário* dos jesuítas que fundaram a missão de Pernambuco existe grande quantidade de referências aos serviços prestados pelos religiosos. Somente os registros do mês de dezembro de 1918 consignam: no dia 06 exercícios para as Dorotéias de Olinda, no dia 15 missão no Cordeiro com pregação e catequese para crianças, no dia 20 visita do arcebispo à missão do Cordeiro para crismas crianças e adultos, no dia 26 retiro às religiosas do Colégio Santa Sofia, em Garanhuns e no dia 27 retiro às beneditinas de Olinda<sup>407</sup>.

Os franciscanos, além da atuação do já referido conferencista Frei Mathias Teves, realizavam também outras obras de atendimento ao público, tanto

<sup>403</sup> FERREIRA, Julio Pires. **Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranimpho dos bacharelados em Sciencias e Letras.** Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910, p. 15.

<sup>404</sup> FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). **Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1891(3) – 1991(3).** Coleção Cadernos da Restauração, vol. 1, p. 45 – 50.

<sup>405</sup> CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. **Instrução Secundaria Christã.** Recife: Emp. d'A Provincia, 1902, p. 32.

<sup>406</sup> AZEVEDO, Ferdinand. *Op. Cit.*, p. 107 e 110.

<sup>407</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929.* Recife, dez. 1918.

nos trabalhos cotidianos de assistência espiritual<sup>408</sup> quanto na organização de obras de assistência espiritual, utilizando-se de técnicas modernas de exposição, como, por exemplo, a Liga do Apostolado para Senhores:

Ereta na Igreja de São Francisco desta cidade [Olinda], para o ensinamento da religião aos meninos e meninas, por meio de projeções luminosas, método este que até hoje tem dado tão bom resultado, e para nela se realizarem conferências apologéticas populares. Até agora, os trabalhos da Liga, as conferências e as ditas projeções se efetuaram numa sala do Convento. Mas esta já não se presta por ser pequena, e porque a ela não tem acesso senhoras, devido à clausura religiosa do Convento<sup>409</sup>.

No meio intelectual foram relevantes principalmente as Ordens religiosas (mais do que as Congregações), cujos superiores não só gozavam de grande prestígio no âmbito interno do clero secular, como também nas associações de leigos católicos. No Círculo Católico, por exemplo, já eram sócios remidos em 1932: o abade do Mosteiro de São Bento de Olinda, o diretor do Colégio Nóbrega de Recife (jesuíta), o diretor do Colégio Salesiano do Recife, o diretor do Colégio Marista de Recife, o Prefeito do Convento da Penha do Recife, o Provincial do Convento do Carmo do Recife, o Guardião do Convento de São Francisco do Recife, o Reitor do Seminário Arquiepiscopal de Olinda e o Superior dos Padres da Missão<sup>410</sup>.

É importante percebermos que não se trata de indivíduos que eram então membros do Círculo. Tratava-se de uma espécie de cadeira cativa, destinada a qualquer indivíduo que estivesse ocupando os cargos listados acima, como se fosse condição inerente ao cargo ser intelectual.

Por fim, incluímos neste grupo de intelectuais católicos pertencentes ao clero de Pernambuco, além dos bispos locais - Dom João Ferdinando Tiago Esberard (1890 – 1893), Dom Manoel dos Santos Pereira (1893 – 1900), Dom Luiz da Silva Britto (1901 – 1915), Dom Sebastião Leme (1916 – 1921) e Dom Dom

<sup>408</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário – 1917-1929*. Recife, nov. 1917.

<sup>409</sup> Petição do Frei Lucas Vonnegut ao Bispo D. Luiz da Silva Britto, datada de 08/08/1914, escrita em Olinda, em que pede material de construção disponível nas ruínas da antiga matriz de S. Pedro. *Apud*: MUELLER, Frei Bonifácio (O.F.M.). **Olinda e suas igrejas**. Esboço histórico. Recife: [Livreria Pio XII], 1945, p. 115.

<sup>410</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932], p. 12.

Miguel de Lima Valverde (1922 – 1951)<sup>411</sup> – outros dignatários do clero secular e regular, cuja atuação foi extremamente importante no âmbito intelectual católico.

Como podemos observar, na TABELA II<sup>412</sup>, o clero pernambucano publicou diversas obras de divulgação, tendo realizado muitas conferências tanto nas associações intelectuais católicas da época quanto em ambientes não-católicos. Alguns destes homens eram também membros da mais importante associação intelectual leiga da época, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862 e destinado a

coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter, ou do que tiver notícia, pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até os nossos dias<sup>413</sup>.

---

<sup>411</sup> Em 05 de dezembro de 1910 a diocese de Olinda foi elevada a arquidiocese. Para análise dos prelados pernambucanos ver: SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE / Editora Associação Reviva, 2006.

<sup>412</sup> TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero. As cartas pastorais produzidas pelos bispos foram analisadas na Tabela I.

<sup>413</sup> Estatuto do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, publicado em 1862. Arquivo do IAHGP.

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
Adaucto Aurelio de Miranda Henriques	Dom	- Arcebispo da Paraíba entre 1894 e 1935	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Alfredo Xavier Pedrosa	Cônego	—	- Redator do jornal “A Tribuna” <sup>415</sup> . - Especialista em latim <sup>416</sup> . - Membro da Academia Pernambucana de Letras <sup>417</sup> . - Publicou o livro intitulado Gotas de Orvalho <sup>418</sup> . - Publicou: PEDROSA, Alfredo Xavier. <b>Compêndio de literatura cristã</b> . Porto Alegre: Livraria Globo, 1937. - Escreveu sob o pseudônimo de “Paulino d’Alva” “Paulo Girand”, “Ruth”, “Zacheu” e “C. X. P.” <sup>419</sup> .
Alvaro Negromonte	Mons.	—	- Colaborador habitual do jornal “A Tribuna” em 1925 - Publicou diversos escritos educação e moral <sup>420</sup> . - Publicou: NEGROMONTE, Álvaro. <b>O caminho da vida: moral cristã</b> . 19. ed. Rio de Janeiro: Rumo, 1945.

<sup>414</sup> As informações biográficas de bispos e arcebispos estão disponíveis on-line em: [www.catholic-hierarchy.org](http://www.catholic-hierarchy.org), pesquisado em 12/02/09, às 18:27h. As informações referentes ao Círculo Católico foram pesquisadas em: POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932]. E as informações referentes à participação/colaboração no jornal A Tribuna e na Associação da Boa Imprensa estão disponíveis em: NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181-190.

<sup>415</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181.

<sup>416</sup> Cf.: TUFFANI, Eduardo. **Os estudos latinos no Brasil**, p.6. In: Site da **Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos**. Disponível on-line em: [www.geocities.com/textosbec/tuffani.doc](http://www.geocities.com/textosbec/tuffani.doc), pesquisado em 12/02/2009, 21:06h.

<sup>417</sup> Todas as informações referentes aos membros da Academia Pernambucana de Letras estão disponíveis em: PARAÍSO, Rostand. **Academia Pernambucana de Letras: sua história**. Recife: APL, 2006. Volume 1.

<sup>418</sup> ALVES, Cônego José Pereira. **Discursos e Conferências**. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

<sup>419</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos**. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1983. Disponível on-line em: [www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf), pesquisado em 12/02/2009, 20:26h.

<sup>420</sup> Cf.: ORLANDO, Evelyn de Almeida e NASCIMENTO, Jorge Carvalho. “A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o discurso da moralização da nação”. In: Revista Scientia Plena, vol. 3, nº 5, 2007. Disponível on-line em: [www.scientiaplenua.org.br/sp\\_v3n5p180\\_185.pdf](http://www.scientiaplenua.org.br/sp_v3n5p180_185.pdf), pesquisado em 14/02/2009, 10:34h.

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicou: NEGROMONTE, Álvaro. <b>A educação sexual:</b> para pais e educadores. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.</li> <li>- Publicou: NEGROMONTE, Álvaro. <b>As fontes do salvador:</b> missa e sacramentos. 19. ed. Rio de Janeiro: Rumo, 1962.</li> <li>- Publicou: NEGROMONTE, Álvaro. <b>História da igreja:</b> para o curso colegial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.</li> <li>- Publicou: NEGROMONTE, Álvaro. <b>Noivos e esposos:</b> problemas do matrimônio. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.</li> <li>- Publicou: NEGROMONTE, Álvaro. <b>O que é o espiritismo.</b> Rio de Janeiro: Santa Maria, 1949.</li> </ul>
Amando Agostino Bahlmann	D. frei	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Franciscano</li> <li>- Bispo de Santarém entre 1907 e 1939</li> </ul>	- Sócio honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Antonio dos Santos Cabral	Dom	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bispo de Natal entre 1917 e 1920</li> <li>- Arcebispo de Belo Horizonte entre 1921 e 1967</li> </ul>	- Sócio honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Antonio S. de Sá Leitão	Padre Dr.		- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932.
Augusto Álvaro da Silva	Dom	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eleito primeiro bispo de Floresta em 1911, onde permaneceu até 1915.</li> <li>- Em 1915 foi nomeado para bispo de Barra do Rio Grande – BA.</li> <li>- Em 1925 foi assumiu o cargo de arcebispo primaz de Salvador – BA.</li> <li>- Em 1953 foi elevado a cardeal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redator do jornal “A Tribuna”<sup>421</sup>.</li> <li>- Sócio Honorário do Círculo Católico em 1932.</li> <li>- Sócio correspondente do IAHPG desde 21/04/1914</li> </ul>
Augusto Franklin M. da Silva	Vigário	—	- Publicou: SILVA, Vig. Augusto Franklin M. da. <b>Discurso proferido na festa solemne da excelsa Virgem Nossa Senhora do Carmo em seu contexto da cidade do</b>

<sup>421</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181.

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero <sup>414</sup>			
NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
			Recife no dia 16 de julho de 1895 pelo Vigário Augusto Franklin M. da Silva. Recife: Typographia E. F. Boulitreau, 1895
Benedito Paulo Alves de Souza	Dom	- Bispo do Espírito Santo entre 1918 1946	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Benigno Lyra	Cônego	—	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
Caetano de Messina	Frei	Missionário Capuchinho	- Em suas missões pelo interior de Pernambuco fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas de N. Sra. do Bom Conselho, em 1853. - Presidente da Liga Contra o Protestantismo, fundada em 1902 <sup>422</sup> - Faleceu em 1929.
Carlos Leoncio da Silva	Padre Dr.	- Salesiano	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Publicou: SILVA, Pe. Carlos Leoncio. <b>Religião e pedagogia</b> . Recife: [s.n.], 1932. - Publicou: LEÔNCIO, Carlos. <b>Pedagogia</b> : manual teórico-prático para uso dos estudantes. São Paulo: Salesiana, 1938.
Celestino Pedavoli	Frei	Missionário Capuchinho	- Polemista contra o protestantismo, protagonizou duas queimas de bíblias protestantes em 1903 <sup>423</sup> . - Publicou: PEDAVOLI, Frei Celestino. <b>Combate ao Protestantismo</b> <sup>424</sup> . - Publicou: PEDAVOLI, Frei Celestino. <b>Discurso pronunciado na 2ª sessão do 1º Congresso Catholico Arquidiocesano na igreja do Espírito Santo, a 24 de Junho</b> . Recife: Atelier Miranda, 1902.

<sup>422</sup> BRITTO, D. Luiz Raymundo da Silva. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Recommendando a Liga Contra o Protestantismo. Recife: Empreza d'A Provincia, 1902.

<sup>423</sup> ARAÚJO, Vicente Férrer de Barros Wanderlei. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>424</sup> ARAÚJO, Vicente Férrer de Barros Wanderlei. *Op. Cit.*, p. 26.

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
Duarte Leopoldo e Silva	Dom	- Bispo de Curitiba entre 1904 e 1905 - Arcebispo de São Paulo entre 1906 e 1938	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Guilherme Vassem	Padre	- Missionário - Dirigiu o Seminário Diocesano do Ceará <sup>425</sup>	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, tendo participado da sua Diretoria entre 1907-09.
Guilherme Vollet	Padre		- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932.
Helvécio Gomes de Oliveira	Dom	-Bispo de São Luís – MA ente 1918 – 1921 - Arcebispo de Mariana – MG entre 1922 – 1960	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Hermeto José Pinheiro	Dom	- Lente de filosofia do Seminário de Olinda. - Foi bispo de Uruguaiana desde 1912 até 1941, ano de sua morte.	- Sócio Honorário do Círculo Católico em 1932. - Publicou: PINHEIRO, Pe. Hermeto. <b>O Catholicismo e as Escolas Philosophicas</b> . Conferencia em homenagem a Christo Redemptor, pelo Padre Hermeto Pinheiro. Recife: Atelier Miranda, 1901. - Polemista contra o protestantismo, cujos artigos foram reunidos em: PINHEIRO, Pe. Hermeto. <b>A Igreja Catholica e o Protestantismo</b> . <sup>426</sup>
Jeronymo de Assumpção	Cônego	—	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1915-17. - Membro do IAHPG desde 10/6/1915
João Baptista da Costa	Padre	—	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
João Fernando Santiago Esberard	Dom	- Bispo da diocese de Olinda e Recife entre 1890-1893. - Arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro entre 1893 – 1897.	- Publicou as Cartas Pastorais listadas na TABELA I <sup>427</sup> .

<sup>425</sup> SOBREIRA, Pe. Azarias. “Dom Manuel da Silva Gomes”. In: Revista do IHGC, t. LXXXVI (1972): 147-150. Disponível on-line em: [www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-DomManuelSilvaGomes.pdf](http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-DomManuelSilvaGomes.pdf) pesquisado em 14/02/2009, 09:57h

<sup>426</sup> Não localizamos esta obra, que foi citada em: ARAÚJO, Vicente Férrer de Barros Wanderlei. **Seitas protestantes em Pernambuco (séculos 19 e 20)**. Subsídios históricos. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, 1905, p. 26.

<sup>427</sup> A fim de evitar repetições desnecessárias optamos por não inserir as Cartas Pastorais publicadas pelos bispos listados nesta Tabela, pois já tratamos do tema na **TABELA I – Cartas pastorais**.

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
João Irineu Joffily	Dom	- Nomeado bispo auxiliar de Olinda e Recife em 1914. - De 1916 até 1925 foi bispo de Manaus. - De 1925 a 1931 foi arcebispo de Belém. - De 1931 até 1951 foi arcebispo emérito de Belém.	- Sócio Honorário do Círculo Católico em 1932. - Sócio correspondente do IAHPG desde 16/03/1916
João Tavares Moura	Dom	Em 1919 era Cônego, reitor do Colégio Diocesano <sup>428</sup> . Primeiro bispo de Garanhuns, desde 1919, até sua morte em 1928.	- Redator do jornal "A Tribuna" <sup>429</sup> .
José Antônio de Oliveira Lopes	Dom	- Eleito bispo de Pesqueira (ex-Floresta) em 1915.	- Foi assistente eclesiástico do Círculo Católico - Sócio correspondente do IAHPG desde 17/11/1904
José do Carmo Barata	Cônego Dr.	—	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Participou da diretoria do Círculo Católico de Pernambuco entre 1915-17. - Publicou: BARATA, Cônego José do Carmo. Apontamentos para a história eclesiástica de Pernambuco. <i>In</i> : Revista do IAHPG, Recife, vol. 24, n 115-118, p. 319-433, 1922. - Publicou: BARATA, Cônego José do Carmo. <b>Uma Questão atual: Conferencia pronunciada na juventude catolica feminina de Pernambuco</b> . Recife: Off. Graph. da Ass. da Bôa Imprensa, 1934. - Publicou: BARATA, Cônego José do Carmo. <b>Pequena cruzada de Pernambuco: obra catholica de assistencia social às creanças pobres</b> . Recife: Off. Graph. da Ass. da Bôa Imprensa, 1934.
José Pereira Alves	Dom	- Professor e reitor do Seminário de Olinda, Deão do Cabido da Catedral de Olinda,	- Sócio Honorário do Círculo Católico em 1932. - Redator, gerente e diretor do jornal "A Tribuna" <sup>432</sup> .

<sup>428</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife. (806.090 NOB), dia 21 de junho de 1919

<sup>429</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181.



TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
		<p>Monsenhor Protonotário Apostólico, Governador do Bispado e Vigário Capitular da Arquidiocese de Olinda e Recife<sup>430</sup>.</p> <p>- Em 1919 era Deão, reitor do Seminário Diocesano<sup>431</sup></p> <p>- Em 1921 foi Vigário Capitular da Arquidiocese de Olinda e Recife.</p> <p>- Eleito bispo de Natal em 1923; em 1928 foi transferido para o bispado de Niterói, onde permaneceu até sua morte em 1947.</p>	<p>- Membro honorário do IAHGP desde 27/11/1915</p> <p>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</p> <p>- Publicou: ALVES, Cônego José Pereira. <b>Discursos e Conferências</b>. Recife: Imprensa Industrial, 1917. (Volume I e II, patrocinado pela Revista “Maria”)<sup>433</sup></p> <p>- Publicou: ALVES, José Pereira. <b>Palavras de fé</b>. Recife: Imprensa Industrial<sup>434</sup>.</p> <p>- Membro efetivo da Academia Petropolitana de Letras</p> <p>- Dirigiu os jornais “A Tribuna Religiosa”, “Mês do Clero” e a revista “Maria”. Na Diocese de Natal fundou um Seminário, a Federação Católica do Rio Grande do Norte e o Diário Católico daquela cidade<sup>435</sup>.</p> <p>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</p>
Leonardo Mascello	Padre	—	<p>- Sócio correspondente do IAHGP desde 18/04/1912</p> <p>- Redator do jornal “A Tribuna”<sup>436</sup>.</p> <p>- Publicou o livro intitulado <b>Místicas flores a Maria</b><sup>437</sup></p> <p>- Publicou o livro: MASCELLO, Leonardo. <b>Folhas ao vento</b>. [Recife], 1910<sup>438</sup>.</p>

<sup>432</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181, 183.

<sup>430</sup> Site do Instituto Histórico de Petrópolis, disponível on-line em: [www.ihp.org.br/colecoes/lib\\_ihp/docs/jfan20070325.htm](http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/jfan20070325.htm), pesquisado em 12/02/09, às 18:37h.

<sup>431</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário – 1917-1929*. Recife. (806.090 NOB), dia 21 de junho de 1919

<sup>433</sup> ALVES, Cônego José Pereira. **Discursos e Conferências**. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

<sup>434</sup> Não localizamos esta obra, que foi mencionada em: [www.ihp.org.br/colecoes/lib\\_ihp/docs/jfan20070325.htm](http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/jfan20070325.htm), pesquisado em 12/02/09, às 18:37h.

<sup>435</sup> Site do Instituto Histórico de Petrópolis, disponível on-line em: [www.ihp.org.br/colecoes/lib\\_ihp/docs/jfan20070325.htm](http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/jfan20070325.htm), pesquisado em 12/02/09, às 18:37h

<sup>436</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 183.

<sup>437</sup> ALVES, Cônego José Pereira. **Discursos e Conferências**. Recife: Imprensa Industrial, 1917

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
			- Professor de língua e literatura italiana <sup>439</sup> . - Publicou: MASCELLO, Leonardo. <b>A esthetica do silencio</b> . Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1919.
Lourenço Giordani	Padre	- Provavelmente era salesiano	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932
Luiz Gonzaga Cabral	Padre	- Jesuíta	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco - Jesuíta português, segundo, e principal, diretor da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica na Baía (entre 1917 e 1933) - Orador sacro, professor de português <sup>440</sup> .
Luiz Raymundo da Silva Britto	Dom	- Primeiro arcebispo da arquidiocese de Olinda e Recife (1901-1915)	- Publicou as Cartas Pastorais listadas na TABELA I. - Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
Manoel Antonio de Paiva	Dom	- Bispo de Ilhéus – BA entre 1915 – 1928 - Bispo de Garanhuns – PE entre 1929 – 1937	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Manoel da Silva Gomes	Dom	- Arcebispo do Ceará entre 1914 e 1941	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco - Fundou em Fortaleza os colégios Salesiano, Marista, das Dorotéias. - Fundou o jornal católico “O Nordeste” <sup>441</sup>
Manoel dos Santos Pereira	Dom	- Bispo auxiliar da arquidiocese de Salvador entre 1890 -1893. - Bispo da diocese de Olinda e Recife entre 1893-1900.	- Publicou as Cartas Pastorais listadas na TABELA I.
Marcelino Pacheco do Amaral	Monsenhor	- Vigário capitular	- Publicou as Cartas Pastorais listadas na TABELA I.

<sup>438</sup> Não localizamos exemplar desta obra, que foi citada em: [www.castrignanodeigreci.it/storia-della-comunita/paese-natio.html](http://www.castrignanodeigreci.it/storia-della-comunita/paese-natio.html), pesquisado em 12/02/09, 21:55h.

<sup>439</sup> Leonardo Mascello, poeta e sacerdote italiano, nasceu em Castrignano dei Greci em 1877 e morreu em 1951, em Olinda no Brasil.

<sup>440</sup> AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste** 1911 – 1936. Recife: FASA, 1986, p. 70 – 76.

<sup>441</sup> SOBREIRA, Pe. Azarias. “Dom Manuel da Silva Gomes”. In: Revista do IHGC, t. LXXXVI (1972): 147-150. Disponível on-line em: [www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-DomManuelSilvaGomes.pdf](http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-DomManuelSilvaGomes.pdf) pesquisado em 14/02/2009, 09:57h

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
Mathias Teves	Frei	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Franciscano.</li> <li>- Definidor da Província, Mestre dos Irmãos leigos, cronista do convento e bibliotecário, no Convento Franciscano de Pesqueira – PE.</li> <li>- Definidor da Província no Convento Franciscano de Olinda.</li> <li>- Secretário da Província no Convento Franciscano de Salvador.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Participou da diretoria do Círculo entre 1907-09</li> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Sócio correspondente do IAHGP desde 05/10/1906</li> <li>- Fundador da Congregação Mariana de S. Luiz, em Salvador – BA<sup>442</sup>.</li> <li>- Fundador do Círculo Operário do Recife, juntamente com o Pe. Guilherme Vaessen e o leigo Eduardo Dubeux.</li> <li>- Co-fundador da Escola de Belas Artes do Recife.</li> <li>- Conferencista da Conferência Vicentina de São Luiz Gonzaga, do Círculo Católico<sup>443</sup></li> <li>- Professor de Filosofia, Biologia e História da Igreja.</li> <li>- Publicou: TEVES, Fr. Mathias. <b>Necessidade da Revelação.</b> Conferencia Catholica realizada no Instituto Archeologico em 15 de setembro de 1907 por Frei Mathias Teves. Recife: Typ. J. Agostinho Bezerra, 1907</li> <li>- Publicou: TEVES, Mathias Frei. <b>A igreja de S. Francisco da Bahia.</b> Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.</li> <li>- Publicou: TEVES, Matias. <b>Entre os mucambos do Recife.</b> Mensageiro da Fé: [s/l.], 1948.</li> </ul>
Miguel de Lima Valverde	Dom	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bispo da diocese de Santa Maria entre 1911 - 1922</li> <li>- Arcebispo da arquidiocese de Olinda e Recife entre 1922-1951.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicou as Cartas Pastorais listadas na TABELA I.</li> <li>- Sócio honorário do IAHGP desde 10/01/1925</li> <li>- Presidente de Honra do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
Pompeu Duarte Diniz	Monsenhor	—	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
Ricardo Ramos de Castro Vilela.	Dom	Primeiro bispo de Nazaré da Mata, eleito em 1919, tendo ali permanecido até 1958,	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Honorário do Círculo Católico em 1932.</li> </ul>

<sup>442</sup> FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). **Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1893 – 1993.** Da Província da Sta. Cruz... Para a Terra da Sta. Cruz. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas de Salvador, [1993]. Coleção Cadernos da Restauração, volume 10, p. 11.

<sup>443</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bodas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932], p. 39

TABELA II – Intelectuais católicos membros do clero<sup>414</sup>

NOME	TRATAMENTO	CARGOS ASSUMIDOS NA IGREJA	ÁREAS DE ATUAÇÃO NO CAMPO INTELECTUAL
		quando morreu.	
Santino Maria da Silva Coutinho	Dom	- Arcebispo do Pará entre 1906 e 1922 - Arcebispo de Alagoas entre 1923 e 1939	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
Sebastião Leme da Silveira Cintra	Dom	- Entre 1911 e 1916 foi Bispo auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro - Arcebispo da arquidiocese de Olinda e Recife entre 1916-1921. - Entre 1921 e 1930 foi arcebispo coadjutor da Arquidiocese do Rio de Janeiro. - Foi elevado a cardeal em 1930.	- Publicou as Cartas Pastorais listadas na TABELA I. - Sócio honorário do IAHGP desde 11/01/1917 - Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1915-17.
Severino Vieira de Melo	Dom	- Eleito bispo de Teresina – PI em 1923, onde permaneceu até 1955.	- Sócio Honorário do Círculo Católico em 1932. - Sócio correspondente do IAHGP desde 17/11/1904
Theophilo Tworz	Padre	_____	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco

Identificamos também que a participação dos membros do clero regular/secular em eventos - conferências e solenidades - promovidos por associações civis também era bastante comum, como nos mostram, mais uma vez os diários dos jesuítas da missão pernambucana:

Em 19 de novembro de 1917: *Festa da Bandeira – foi feriado. Ao meio dia o Colégio fio assistir a solenidade do hasteamento da bandeira no Quartel General.*

No mês de agosto de 1918 estiveram os jesuítas em eventos promovidos pela Faculdade de Direito: *Foi o R. P. Reitor com o P. Cabral assistir á seção literária promovida pela Faculdade de Direito*<sup>444</sup>.

Em 24 de fevereiro de 1919: *O Pe. Superior foi assistir à solene instalação do Instituto dos professores de Humanidades, no Ginásio Pernambucano. Vieram 3 professores convidar os nossos para o ato*<sup>445</sup>.

Em 07 de abril de 1919: *Houve uma reunião da colônia portuguesa no salão do Gabinete Português de Leitura, para prolongar a obra = Pro Patria = até a maioria dos órfãos da guerra. Houve pouca gente*<sup>446</sup>.

Estes exemplos poderiam ser repetidos à exaustão, pois a participação do clero nas atividades civis era bastante intensa naquele período, uma vez que, tratava-se do mesmo campo intelectual, e das mesmas atividades nacionalistas, de que participavam laicos e católicos.

---

<sup>444</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 13 ago. 1918.

<sup>445</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 24 fev. 1919.

<sup>446</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife. 07 abr. 1919.

## **b) Intelectuais leigos**

O segundo grupo de intelectuais católicos foi formado pelos leigos. Este grupo, ainda mais heterogêneo do que o anterior, formado pelos membros do clero, foi responsável por trazer para o subcampo intelectual católico o mesmo repertório utilizado pelos intelectuais não católicos.

Acreditamos tratar-se do grupo mais importante em termos das estratégias de mobilização, e, especialmente, mais importante em termos de formulação de estratégias de plausibilidade para o discurso católico em todas as áreas. Afinal, os membros do clero eram, *ex-officio*, agentes do catolicismo, enquanto os leigos o eram por livre e espontânea vontade.

Os intelectuais brasileiros durante o período estudado – tanto os católicos leigos quanto os não católicos - congregavam-se, principalmente, em associações de acesso restrito, em que a simples pertença à instituição significava já uma distinção social. Estas associações, identificadas abaixo (ver Tabela III<sup>447</sup>), foram de suma importância para a difusão do projeto católico para a identidade brasileira, uma vez que possuíam grande capilaridade social.

---

<sup>447</sup> TABELA III - Associações católicas identificadas em Pernambuco.

TABELA III - Associações católicas identificadas em Pernambuco				
Nome da associação	Finalidade	Data de fundação	Fundador(es) / Primeiro(s) diretor(es)	
Círculo Católico de Pernambuco <sup>448</sup>	<i>Centro de reunião de nossas famílias católicas, onde se promove a defesa das idéias católicas sociais, em cujos salões realizam conferências morais e científicas para os seus associados e algumas vezes para o público</i> <sup>449</sup> .	1907	D. Luiz de Britto, Frei Matias Teves, e mais 60 leigos. O primeiro presidente foi Luiz Corrêa de Brito.	
Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica <sup>450</sup>	Formação cristã da juventude acadêmica.	1924	Pe. Antônio de Magalhães, SJ. e Pe. Antônio Paulo Fernandes, SJ.	
Liga para a restauração dos Ideais <sup>451</sup>	Associação patriótica-religiosa	1926	Pe. Antônio Paulo Fernandes, SJ.	
Sociedade São Vicente de Paulo <sup>452</sup>	Apostolado de assistência aos pobres e conferências/estudos para intelectuais	1887	Carlos Alberto de Menezes	
Associação da Boa Imprensa de Pernambuco	Organizar e difundir a ação católica através dos meios de comunicação impressos.	1910 <sup>453</sup>	—	
Círculo Operário	Difusão da doutrina social da Igreja.	—	Pe. Dr. José Antônio da Costa Carvalho <sup>454</sup> ,	
União Católica de Operários <sup>455</sup>	Difusão da doutrina social da Igreja.	1919	Manoel Sabino dos Santos	
Federação Operária Cristã <sup>456</sup>	Difusão da doutrina social da Igreja e auxílios-mútuos.	1902	Carlos Alberto de Menezes	
União de Moços Católicos <sup>457</sup>	—	1928	Padre João Batista Portocarrero Costa <sup>458</sup> ,	

<sup>448</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

<sup>449</sup> CIRCULO CATHOLICO. In: Tribuna Religiosa: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda. Recife, ano XXII, nº6, p. 12, fev, 1927

<sup>450</sup> AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936.** Recife: FASA, 1986, p. 126 – 127.

<sup>451</sup> AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936.** Recife: FASA, 1986, p. 129.

<sup>452</sup> DELGADO, José Luiz. História de 125 anos. In: *Site da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco.* Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum\\_RS\\_t007\\_artigo=3&totalRows\\_RS\\_t007\\_artigo=21#3](http://www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum_RS_t007_artigo=3&totalRows_RS_t007_artigo=21#3), pesquisado em 17/01/2009, 16:35h. Esta data corresponde à fundação da primeira Conferência Vicentina, em 1899 havia já um Conselho Central, sete Conselhos Particulares e 52 Conferências (COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo.** Recife: Digital Graph Ed., 1996, p. 53).

<sup>453</sup> Não identificamos as circunstâncias exatas da fundação e direção desta associação em Pernambuco, porém, sabemos que em 1910 já existiam 60 grupos em Pernambuco (SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social.** São Paulo: Paulinas, 1988, p. 187).

<sup>454</sup> Monsenhor Severino Leite Nogueira. "Um passado que não se perdeu". In: PEREIRA, Nilo. *Pernambucanidade*, vol 3, p.329. Não localizamos maiores informações sobre esta associação.

<sup>455</sup> ACÇÃO SOCIAL CATHOLICA. In: **Tribuna Religiosa: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda.** Recife, 4 de setembro de 1919, ano XIII, nº35, p. 2. Não localizamos maiores informações sobre esta associação.

<sup>456</sup> COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo.** Recife: Digital Graph Ed., 1996.

TABELA III - Associações católicas identificadas em Pernambuco			
Nome da associação	Finalidade	Data de fundação	Fundador(es) / Primeiro(s) diretor(es)
Juventude Feminina Católica <sup>459</sup>		1933	Padre João Batista Portocarrero Costa <sup>460</sup>
Associação Católica Social da Paróquia de Piedade / Núcleo Católico de Piedade <sup>461</sup>	Obras sociais, como, por exemplo, manutenção de colégios <sup>462</sup> .	1920	Dr. Bezerra Leite <sup>463</sup> / Dr. Caetano Galhardo <sup>464</sup>
Sociedade da Propaganda Religiosa <sup>465</sup>	Auxiliar a obra do catecismo e promover palestras sobre temas religiosos, através do apostolado das projeções.	1911	Pe. José do Carmo Barata
Confederação das Associações Católicas <sup>466</sup>	Congregar as associações católicas de Pernambuco, a fim de aumentar a eficiência das ações.	1918	D. Sebastião Leme

Embora não tenhamos identificado a totalidade das associações intelectuais católicas da época, sabemos que em 1920 a Confederação das Associações Católicas da Arquidiocese de Olinda e Recife noticiava a existência de *42 associações masculinas com 1.543 associados no Recife, e interior 366, e 90 associações femininas com 18.190 associadas<sup>467</sup>, ao todo umas 20 mil almas<sup>468</sup>.*

<sup>457</sup> Monsenhor Severino Leite Nogueira. "Um passado que não se perdeu". In: PEREIRA, Nilo. Pernambucanidade, vol 3, p.327. Não localizamos maiores informações sobre esta associação.

<sup>458</sup> Padre João Batista Portocarrero Costa era Diretor Espiritual de vários jovens no Seminário Diocesano, onde ensinava filosofia. Das associações fundadas por ele surgiu a Ação Católica organizada. (Monsenhor Severino Leite Nogueira. "Um passado que não se perdeu". In: PEREIRA, Nilo. Pernambucanidade, vol 3, p. 327)

<sup>459</sup> Monsenhor Severino Leite Nogueira. "Um passado que não se perdeu". In: PEREIRA, Nilo. Pernambucanidade, vol 3, p.327. Não localizamos maiores informações sobre esta associação.

<sup>460</sup> Monsenhor Severino Leite Nogueira. "Um passado que não se perdeu". In: PEREIRA, Nilo. Pernambucanidade, vol 3, p. 327

<sup>461</sup> JORNAL O DIA, 19/06/1921. Ano II, nº 9. APEJE. Temos dúvida se se trata da mesma associação. Acreditamos que eram associações distintas, mas que trabalhavam juntas, na mesma paróquia (a paróquia da Piedade localizava-se no bairro de Santo Amaro).

<sup>462</sup> ESCOLA DE SANTO AMARO. *O Dia*, Recife, 28 mai. 1922. p. 3

<sup>463</sup> Presidente da Associação Católica Social da Paroquia de Piedade, em junho de 1921. Era médico operador e parteiro, dedicando-se especialmente às moléstias dos aparelhos respiratório e circulatório. Consultório na rua Nova, 370, 1º andar. Era anunciante do jornal O DIA. (JORNAL O DIA, 19/06/1921. Ano II, nº 9. APEJE.)

<sup>464</sup> Presidente do "Núcleo Católico" da Paroquia de Piedade, em junho de 1921. Advogado, com escritório na rua Duque de Caxias, 81, 1º andar. Era anunciante do jornal O DIA (JORNAL O DIA, 19/06/1921. Ano II, nº 9. APEJE.)

<sup>465</sup> SOCIEDADE DE PROPAGANDA RELIGIOSA. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 13 mai. 1911. p. 3.

<sup>466</sup> A FESTA ANIVERSARIA DA CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 7 out. 1920. p. 1.

<sup>467</sup> Podemos perceber o número muito maior de mulheres nas obras católicas, o que devemos creditar à finalidade diferenciada das associações católicas femininas. Sobre este tema ver: AMARAL, Walter Valdevino, RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Romanização e modernidade: as Filhas de Maria e a normatização da sociedade recifense (1890 - 1922)**. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional do GT de História das Religiões e das Religiões da ANPUH (Franca – SP, 2008), selecionado para ser publicado, sob forma de artigo, no **Dossiê Tolerância e Intolerância**



Principalmente a partir da composição do Círculo Católico de Pernambuco e da Sociedade São Vicente de Paulo, foram selecionados os indivíduos que consideramos exemplares para a caracterização do subcampo intelectual católico e do *habitus* intelectual comum aos católicos e não-católicos.

Este *habitus* intelectual comum pode ser percebido se comparamos o *habitus* intelectual laico e católico, a partir das etapas propostas por Bourdieu:

**Primeiramente**, uma análise da posição dos intelectuais e dos artistas na estrutura da classe dirigente (ou em relação a esta estrutura nos casos em que dela não fazem parte nem por sua origem nem por sua condição). Em **segundo lugar**, uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual. (...) O **terceiro e último** momento corresponde à construção do **habitus** como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes<sup>469</sup>.

A fim de analisarmos a posição dos intelectuais católicos em relação às classes dirigentes, já chamamos atenção para o fato de que os intelectuais católicos pertenciam às elites sociais pernambucanas<sup>470</sup>. Neste ponto, é importante descrever com detalhes esta elite, para o que utilizamos os critérios formulados por Robert Levine, no seu clássico estudo sobre as elites pernambucanas<sup>471</sup>.

Levine traça um perfil hipotético de um membro da elite estadual pernambucana. Embora longo, vale a pena transcrevê-lo, pois identifica o intelectual padrão de Pernambuco<sup>472</sup>:

Assumindo que ele tenha acabado de assumir seu primeiro cargo na elite, estamos em presença de um homem de seus trinta e muitos ou quarenta e poucos anos. Por nascimento ou casamento é membro de uma *família tradicional*. No primeiro caso e se a família de sua

---

**nas manifestações religiosas**, no n. 3 da **Revista Brasileira de História das Religiões**, em formato eletrônico (aguardando publicação).

<sup>468</sup> A FESTA ANIVERSARIA DA CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 7 out. 1920. p. 1.

<sup>469</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 191.

<sup>470</sup> Apesar de Bourdieu propor que “os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder” (BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**, p 174), este caso é diferenciado, uma vez que os integrantes do campo intelectual no Brasil não são indivíduos que têm a atuação intelectual como atividade exclusiva. Ver esta discussão no item 3.3 O CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO.

<sup>471</sup> LEVINE, Robert M.. **A velha usina – Pernambuco na Federação Brasileira 1889 – 1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>472</sup> Devemos observar que o trabalho de Levine foi realizado em conjunto com outros estudos, independentes mas paralelos, que analisaram o padrão das elites estaduais em Minas Gerais e São Paulo.

mãe é particularmente prestigiosa, assina agora o sobrenome dela para evidenciar o **pedrigree**. Será católico, se bem que não católico praticante<sup>473</sup>. Seu pai, senhor de engenho, coronel ou – se o nosso homem nasceu depois de 1900 – juiz ou catedrático de Direito o fez educar por professores particulares ou mandou-o para uma escola primária, pequena e exclusiva. Entrou, em seguida, para o Ginásio Pernambucano (ou, depois da I Guerra Mundial, para o Colégio Salesiano) e, finalmente, para a Faculdade de Direito. Depois de colar grau, fez alguma advocacia e brincou com o jornalismo – escrevendo, provavelmente, para qualquer dos jornais diários do Recife, que serviam como porta-vozes do partido político.

Depois de um cargo menor, ou mais de um, a carreira do nosso homem pode ter tomado um dos vários caminhos que levavam, todos, tipicamente, a altas posições. (...)

Nosso personagem terá de dividir seu tempo útil entre os deveres da repartição e outros negócios, mas isso não quer dizer que não lhe sobre tempo para atividades de recreação. (...) Como seus pares, passa a maior parte das noites longe da família, nos cafés, no seu club ou na companhia da amante do momento – jovem de família obscura ou mulatinha. É homem fino, capaz de pontuar a conversação com ilustrações dos clássicos e de demonstrar um passável conhecimento de francês, inglês, talvez mesmo de alemão e italiano. Como seus semelhantes, nos outros Estados, modela seu estilo de vida segundo padrões da sociedade a que pertence. Como nordestino, isso quer dizer especialmente que defenderá de público as virtudes da moral, da família, da castidade (para a mulher e filhas) e da religião<sup>474</sup>.

Este perfil identifica a situação econômica da elite pernambucana, visto que eram raros os indivíduos que tinham atuação exclusiva no meio intelectual. Pelo contrário, complementa Levine que:

Inúmeros membros da elite, em conseqüência, tinham de lutar para sustentar as famílias, dividindo seu tempo entre o cargo público e um segundo emprego. Alguns viviam numa ciranda de atividades remunerativas, dando aulas, advogando ou praticando a medicina por fora, escrevendo artigos para um jornal local e, talvez, integrando um conselho de empresa ou dois. (...) Em média, os pernambucanos tinham dois empregos além do oficial; a média, para os mineiros, era ainda mais alta, embora não muito mais alta; e a média para os paulistas era em torno de três. As carreiras que mais se combinavam, assim, eram o direito, o ensino e o jornalismo<sup>475</sup>.

Comparando esta biografia hipotética com os dados biográficos de alguns dos mais atuantes intelectuais católicos que identificamos ao longo de nossa pesquisa - Luiz Corrêa de Britto, Carlos Alberto de Menezes, Francisco Barreto

<sup>473</sup> Os católicos praticantes eram apenas os que pertenciam ao subgrupo intelectual católico.

<sup>474</sup> LEVINE, Robert M.. *Op. Cit.*, p. 177-178.

<sup>475</sup> *Idem*, p. 175. Alessandra El Far analisando a situação econômica dos intelectuais que fundaram a Academia Brasileira de Letras chega a conclusões semelhantes. (Cf.: EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 33 – 42).

Rodrigues Campello e Antônio Vicente de Andrade Bezerra – concluímos que, em geral, o perfil se encaixa (ver Tabela IV<sup>476</sup>).

<b>TABELA IV: Breve biografia de Luiz Corrêa de Britto, Carlos Alberto de Menezes, Francisco Barreto Rodrigues Campello e Antônio Vicente de Andrade Bezerra</b>
Luiz Corrêa de Britto (1859-1930) <sup>477</sup> , político e industrial. Natural de Salvador, Bahia. Senador por Pernambuco de 1927 a 1930. Formado em Engenharia pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Como engenheiro e servidor público trabalhou na Comissão de Abastecimento de Água, na Seção Hidráulica da Empresa de Obras Públicas do Brasil e na Estrada de Ferro Bagé-Uruguaiana. Deputado federal por Pernambuco, durante três mandatos sucessivos (1918-1926).
Carlos Alberto de Menezes (1855-1904) <sup>478</sup> , industrial. Natural do Rio de Janeiro. Formado em Engenharia pela Escola Polytechnica, transferiu-se para Pernambuco no início dos anos 90, como sócio minoritário e principal executivo da Companhia Industrial Pernambucana, CIPER (fundada 1891, inaugurada em 1895, com 559 operários). Entusiasta do catolicismo social, segundo a linha do Padre Leão Dehon, construiu, ainda em 1891, uma Vila Operária – a primeira da America Latina – e organizou todo um aparato social (escolas, clubes, associações religiosas) de modo a proporcionar absoluta segurança e conforto para seus trabalhadores e respectivas famílias. Em 1895 fundou a Sociedade de Cooperativa de Consumo (1895) – igualmente a primeira no País – uma espécie de caixa econômica dos operários da fábrica (autônoma a partir de 1900, com o nome de Corporação Operária de Camaragibe). Em 1898 criou o “Diário da Família Operária de Camaragibe”. Fundou também a Federação Operária Cristã (1902), reunindo 16 agremiações e 5.941 afiliados. Cooperava com o jornal “Era Nova”, fundado por Mons. Augusto Moreira da Silva.
Francisco Barreto Rodrigues Campello (1888-1971) <sup>479</sup> , promotor público, político e escritor. Natural do Recife. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, depois de ter cursado Medicina, na Bahia, e Farmácia, em Pernambuco. Em 1911, ingressou no Ministério Público, como primeiro promotor da Comarca do Recife. Secretário da Fazenda, no Governo Carlos de Lima Cavalcanti. Em 1933, lançando-se como candidato independente, foi o deputado mais votado à Assembléia Nacional Constituinte. Um dos fundadores do Partido Democrata Cristão (PDC). Colaborou em vários jornais de Pernambuco e foi redator de “A República”. Além das atividades jurídicas (atuou, durante 62 anos, no Fórum do Recife), exerceu o magistério, tendo sido professor das Faculdades de Direito do Recife, da Universidade do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Pertenceu à Academia Pernambucana de Letras (APL). Escreveu, entre outros, os livros <i>Evolução Histórica da Pena</i> ; <i>Reformatórias Norte-americanas</i> ; <i>Menores Delinqüentes</i> ; <i>Características do Direito Penal Militar</i> ; <i>Individualização da Pena</i> ; <i>Crime Político</i> .
Antônio Vicente de Andrade Bezerra (1889-) <sup>480</sup> , advogado e político pernambucano. Governador do Estado entre 12-10 e 06-12-1935. Presidente da Assembléia Legislativa (1935-1937). Secretário de Justiça de Pernambuco em 1911. Secretário de Estado durante o

<sup>476</sup> TABELA IV: Breve biografia de Luiz Corrêa de Britto, Carlos Alberto de Menezes, Francisco Barreto Rodrigues Campello e Antônio Vicente de Andrade Bezerra.

<sup>477</sup> Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2036](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2036); acesso em outubro de 2008.

<sup>478</sup> Cf. [www.dehonbrasil.com/bs/historico.htm](http://www.dehonbrasil.com/bs/historico.htm); [www.camaragibeonline.com/colunas/curiosidades/index.htm](http://www.camaragibeonline.com/colunas/curiosidades/index.htm); [www.coisasdecamaragibe.com.br/home/camaragibe.html](http://www.coisasdecamaragibe.com.br/home/camaragibe.html); acessos em outubro de 2008.

<sup>479</sup> Cf. [www.alepe.pe.gov.br/perfil/links/FranciscoBarretoCampello.html](http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/links/FranciscoBarretoCampello.html); acesso em outubro de 2008.

<sup>480</sup> Cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia\\_Pernambucana\\_de\\_Letras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Pernambucana_de_Letras); [www.geocities.com/capitolHill/rotunda/2209/Pernambuco.html](http://www.geocities.com/capitolHill/rotunda/2209/Pernambuco.html); [https://www.planalto.gov.br/Infger\\_07/governadores/GOV-PE.htm](https://www.planalto.gov.br/Infger_07/governadores/GOV-PE.htm); [www.potyguar.com.br/pernambuco/index\\_arquivos/governadores.htm](http://www.potyguar.com.br/pernambuco/index_arquivos/governadores.htm); [www.oabpe.org.br/memorias.asp](http://www.oabpe.org.br/memorias.asp); [www.trt6.gov.br/informativo/1998/jornaljan-fev/biblioteca.htm](http://www.trt6.gov.br/informativo/1998/jornaljan-fev/biblioteca.htm); acessos em outubro de 2008.

governo de Manoel Borba (1915-1919), foi o responsável pela criação, em dezembro de 1915, do jornal “Imprensa Oficial”. Secretário de Finanças de Pernambuco em 1916. Secretário geral (a nível de gabinete) em 1916 e 1917. Membro da Academia Pernambucana de Letras (presidente entre março de 1932 e fevereiro de 1933). Um dos fundadores da Seção de Pernambuco do Conselho da Ordem dos Advogados Brasileiros (1932). Professor e diretor da Faculdade de Direito do Recife, foi o autor do primeiro projeto convertido em lei sobre acidente de trabalho.

Não eram só esses, porém, os intelectuais católicos. Identificamos uma grande quantidade de intelectuais, listados na tabela abaixo, que tiveram atuação no meio intelectual católico (ver Tabela V<sup>481</sup>).

<b>TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco<sup>482</sup>.</b>		
<b>Tratamento</b>	<b>Nome</b>	<b>Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas</b>
Dr.	Adaucto Acton	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Adelino Pinto da Carvalheira	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Sua família foi membro da Comissão da coroação canônica de N. Sra. do Carmo – 1911 - 1919 <sup>483</sup>
	Adolpho Cardoso Ayres	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Adolpho Lacerda Machado	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Adolpho Marques da Silva	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Adriano Pinto Coelho	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Diretor da Associação da Boa Imprensa em 1928

<sup>481</sup> TABELA V: Listagem dos intelectuais que identificamos em Pernambuco.

<sup>482</sup> Todas as informações referentes ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano estão disponíveis em: REVISTA do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano. Recife: Oficinas Graphicas da Imprensa Official, 1929, Vol. XXVIII, 1927, ns. 131 a 134. As informações referentes ao Círculo Católico foram pesquisadas em: POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932]. E as informações referentes à participação/colaboração no jornal A Tribuna e na Associação da Boa Imprensa estão disponíveis em: NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181-190. As referências a cargos públicos foram pesquisadas em: LEVINE, Robert M.. **A velha usina – Pernambuco na Federação Brasileira 1889 – 1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. E, as informações sobre a Academia Pernambucana de Letras estão disponíveis em: PARAÍSO, Rostand. **Academia Pernambucana de Letras: sua história**. Recife: APL, 2006, e PARAÍSO, Rostand. **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**. Recife: APL, 2006. As demais fontes encontram-se indicadas em notas de rodapé.

<sup>483</sup> Todas as informações referentes à festa de Nossa Senhora do Carmo foram pesquisadas em: FIGUEIRÔA, Frei Tito (OCarm.). **A brilhante senhora dos muitos rostos e sua festa**. Contribuição ao estudo dos rituais urbanos, no Brasil. Texto mimeografado

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Conde	Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco - Sócio honorário do IAHGP desde 26/09/1906 - Presidente perpétuo do IHGB - Membro da Academia Brasileira de Letras - Membro da Liga de Defesa Nacional
	Affonso de Albuquerque	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Proprietário da Affonso de Albuquerque e Cia. <sup>484</sup>
	Afonso Ligório Bezerra	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1928
Dr.	Aguinaldo Lins	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Alberto Figueiredo	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Albino Neves de Andrade	- Era sócio benemérito do Círculo Católico de Pernambuco - Diretor do Círculo Católico de Pernambuco entre 1915-17
Dr.	Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos	- Escritor católico contra o protestantismo <sup>485</sup> - Presidente do Senado Estadual em 1892
	Alderico Fonseca	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932.
	Alexandre Rodrigues de Carvalho	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
Comendador	Alfredo Alvares de Carvalho	- Grande Benfeitor do Círculo Católico de Pernambuco - Sócio da Alvares de Carvalho Ltda, proprietária do Armazém do Caboclo <sup>486</sup> - Presidente do Banco do Povo - Foi ele que doou, em 1931, a nova sede do Círculo Católico de Pernambuco, no mesmo local onde atualmente existe um prédio que pertence ao Círculo.
	Alfredo Fernandes	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Alvaro Gomes de Mattos	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Diretor do Círculo Católico de Pernambuco entre 1907-09
Dr.	Alvaro Silva	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Alvino Moreira	- Gerente do jornal "A Tribuna" em 1924

<sup>484</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

<sup>485</sup> ARAÚJO, Vicente Férrer de Barros Wanderlei. **Seitas protestantes em Pernambuco (séculos 19 e 20)**. Subsidios históricos. Recife: Typographia do "Jornal do Recife", 1905., p. 26

<sup>486</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
	Antônio de Andrade Lima Filho	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930 - Membro da Academia Pernambucana de Letras - Publicou: LIMA FILHO, Andrade; PEREIRA, Nilo. <b>O bispo e o general</b> . Recife: UFPE, 1975. - Publicou: LIMA FILHO, Andrade. <b>China gordo (agamenon magalhaes e sua epoca)</b> . Recife: Ed. Universitária, 1976. - Publicou: LIMA FILHO, Andrade. <b>História amena de uma campanha</b> : crônicas políticas. Recife: [s.n.], 1948. - Publicou: LIMA FILHO, Andrade. <b>Itinerário de Osório Borba</b> : o homem que cuspiam maribondos. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1979. - Publicou: LIMA FILHO, Andrade. <b>Literatura e jornalismo</b> . Recife: Dialgraf, 1974. - Publicou: FERREIRA, Pinto; LIMA FILHO, Andrade. <b>Um novo humanismo</b> . 1. ed. Recife: Ed. APL, 1977.
	Anísio Moreira de Trindade	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Annánias Celestino de Almeida	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Antonio Bento de Menezes	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	Antonio Braz da Cunha	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932
	Antonio Caminha	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Antonio da Cruz Ribeiro	- Foi mordomo da Santa Casa de Misericórdia e depois tesoureiro por 18 anos. - Fazia parte de várias corporações religiosas. - Membro do IAHGP, onde foi tesoureiro desde 1912 até 1927 <sup>487</sup>
	Antônio Gaspar Lages	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Antonio Guedes Alcoforado	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1909
	Antonio J. Fernandes Velloso	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932.
	Antonio Nobre Filho	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco

<sup>487</sup> Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. XXVIII, 1927, ns. 131 a 134, Oficinas graphicas da Imprensa Official, 1929. p. 357 – 359.

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Dr.	Antônio Vicente de Andrade Bezerra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Diretor do jornal "A Tribuna" em 1925, redator em 1927, colaborador principal em 1932.</li> <li>- Diretor da Associação da Boa Imprensa em 1928</li> <li>- Professor da Faculdade de Direito do Recife<sup>488</sup></li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras.</li> <li>- Secretário de Justiça de Pernambuco em 1911.</li> <li>- Secretário de Finanças de Pernambuco em 1916.</li> <li>- Secretário geral (em nível de gabinete) em 1916 e 1917.</li> <li>- Presidente da Assembléia em 1933, tendo assumido o Governador do Estado entre 12-10 e 06-12-1935</li> <li>- Publicou: BEZERRA, A. V. de Andrade. <b>Da inalienabilidade dos bens dotaes; dos efeitos da transcripcao; do contracto preliminar.</b> Recife: Emp. do tempo, 1915.</li> <li>- Publicou: BEZERRA, A. V. de Andrade. <b>Acção social catholica.</b> Recife: D'A gazeta, [1920].</li> </ul>
Dr.	Armando Basto Silveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participou da Diretoria do Círculo Católico de Pernambuco entre 1915-17.</li> </ul>
	Armando Braz da Cunha	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Armando Gomes Penna	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932.</li> </ul>
	Arthur Pinto de Lemos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Gerente do Banco do Povo<sup>489</sup></li> </ul>
	Arthur Pio dos Santos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Arthur Ramos e Silva Filho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
Dr.	Arthur Silva Rêgo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1905 e 1906 participou do ciclo de conferências promovido pela Conferência Vicentina de São Luiz Gonzaga (juntamente com Lins e Silva e Matias Teves)</li> <li>- Chefe de Polícia em 1924</li> <li>- Desembargador, presidente do Tribunal de 1927.</li> <li>- Sócio efetivo do IAHPG desde 26/08/1915, tendo sido seu presidente.</li> </ul>

<sup>488</sup> FONTE: [www.dominiopublico.gov.br/download/imagem/jn003462.jpg](http://www.dominiopublico.gov.br/download/imagem/jn003462.jpg) Pesquisado em 19/01/09, 13:33h

<sup>489</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
	Aubiégio Costa	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	Augusto Lins e Silva	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Membro da Academia Pernambucana de Letras - Sócio do IAHGP desde 22/06/1917
Dr.	Augusto Netto de Mendonça Sobrinho	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Aurélio Domingues	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1927
	Aurélio Ramos	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1909
	Basílio Alcantara	- Membro do Círculo Católico
	Benjamin de Albuquerque	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Participou da diretoria do Círculo Católico entre 1907-09 e 1915-17. - Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923.
	Bernardino Ferreira da Costa	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Vice-Presidente do Banco do Povo <sup>490</sup>
	Bruno Veloso da Silveira	- Diretor da Associação da Boa Imprensa em 1928
Dr.	Candido Duarte	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Sócio do IAHGP desde 29/02/1912
	Carlos Alberto de Menezes	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932 - Presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo entre 1887-1904 <sup>491</sup> - Fundador da Companhia Industrial Pernambucana, CIPER <sup>492</sup> - Fundador da Corporação Operária de Camaragibe - Fundador da Federação Operária Cristã
	Charles R. Pratt.	- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco
	Clodoaldo Pessoa de Oliveira	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930
	Cosme da Silva Miranda	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco

<sup>490</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

<sup>491</sup> DELGADO, José Luiz. História de 125 anos. In: *Site da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco*. Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum\\_RS\\_t007\\_artigo=3&totalRows\\_RS\\_t007\\_artigo=21#3](http://www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum_RS_t007_artigo=3&totalRows_RS_t007_artigo=21#3), pesquisado em 17/01/2009, 16:35h.

<sup>492</sup> COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo**. Recife: Digital Graph Ed., 1996.



TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
	Domicio Rangel	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Sócio do IAHGP desde 31/12/1910
	Domingos de Albuquerque	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930
	Eduardo Dubeux	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Em 1932 era sócio benemérito do Círculo Católico de Pernambuco - Participou das diretorias do Círculo Católico de Pernambuco entre 1907-09 e 1915-17. - Era corretor (compra e venda de apólices federais, estaduais e municipais, ações de bancos e companhias, prédios e terrenos. Fazia câmbio), com escritório na Av. Marquês de Olinda, 58.
	Eduardo Valois	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco
	Emilio Gomes de Mattos	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	Epiphania Bezzerra	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco - Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923 - Médico
	Ernesto V. de Alcantara Barretto	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Eustáquio Gomes	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930
	Eustorgio Wanderley	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Participou da diretoria do Círculo Católico de Pernambuco entre 1915-17 - Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923 e 1925 - Membro da Academia Pernambucana de Letras - Sócio do IAHGP desde 12/12/1918 - Publicou: WANDERLEY, Eustorgio. <b>Tipos populares do Recife antigo</b> . Recife: Imprensa Oficial, 1953.
	Felisberto dos Santos Pereira	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1925 - Presidente do Tribunal de Justiça em 1931
	Fernandes da Costa	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930
	Fileno de Miranda	- Gerente do jornal "A Tribuna" em 1925 - Presidente da Cia. Uzina Tiuna <sup>493</sup>
	Flávio Celso	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1928
	Florencio J. Alves	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Francisco Barbosa Netto	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco

<sup>493</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Dr.	Francisco Barreto Rodrigues Campello	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, tendo participado da sua Diretoria entre 1915-17.</li> <li>- Era advogado com escritório à Rua do Imperador D. Pedro II, nº 247, 1º andar (mesmo endereço do escritório do também advogado Luiz Cedro)</li> <li>- Redator do jornal “A Tribuna” em 1923 e redator-chefe em 1924</li> <li>- Diretor da Associação da Boa Imprensa em 1928</li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</li> <li>- Secretário das Finanças de Pernambuco em 1932.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Barreto. <b>Pelo catholicismo e pela unidade política do Brasil:</b> (discursos na constituinte). Rio de Janeiro: Rodrigues &amp; C., 1934.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Barreto. <b>Documentário de criminalidade.</b> Recife: [s.n.], 1943.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Barreto. <b>A dupla nacionalidade dos portugueses no Brasil:</b> (teoria da quási-nacionalidade). Recife: Ciclo cultural luso-brasileiro, 1942.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Barreto. Espécies de menoridade. Menoridade social. <i>In: Verdade e Vida</i>, Recife, PE, v. 1, n. 1, p. 14-21, abr.-jun. 1948.</li> </ul>
	Francisco Pinto Torres Neves	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Frederico do Rego Maciel	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	Gabriel Dutra de Andrade	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932.
Dr.	Gastão de Araújo Livramento	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, tendo participado da sua Diretoria entre 1915-17.
	Gomes Maranhão	- Colaborador habitual do jornal “A Tribuna” em 1930
	Heloísa Fonseca	- Colaboradora habitual do jornal “A Tribuna” em 1925
	Hermogenes S. de Mello	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
	Horacio Braz da Cunha	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Foi estudante do Colégio Salesiano, tendo sido o orador da turma que se bacharelou em ciências e letras (apenas dois alunos) em 1909, seu discurso foi publicado junto com o do paraninfo <sup>494</sup> .
	Isabel Orlando	- Colaboradora habitual do jornal "A Tribuna" em 1925
	J. Falcão Filho	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923
	João B. Vasconcellos	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	João Cabral de Mello	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
Prof.	João Feliciano da Mota e Albuquerque Filho <sup>495</sup>	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1913 e em 1925
Dr.	João Landelino Dornellas Camara	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco, tendo participado da sua diretoria entre 1915-17. - Sua família foi membro da Comissão da coroação canônica de N. Sra. do Carmo – 1911 – 1919 - Foi redator (1923) e diretor (1924) do jornal "A Tribuna" e colaborador principal em 1932 - Presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo entre 1931 - 1951 <sup>496</sup> - Catedrático de Latim do Ginásio Pernambucano. - Pai do pintor João Camara <sup>497</sup>
	João Monteiro <sup>498</sup>	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923
	João Rufino da Fonseca	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1915-17
	João Sebastião F. da Silva	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	Joaquim da Fonseca Nunes de Oliveira	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1915-17
Dr.	Joaquim da Silva Cabral	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco / Dir. 1907-09 e 1915-17

<sup>494</sup> FERREIRA, Julio Pires. *Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranimpho dos bacharelados em Sciencias e Letras*. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910, p. 12

<sup>495</sup> Encontramos referência a "Dr. João Feliciano da Mota e Albuquerque", que era sócio do IAHPG desde 06/06/1912, porém não pudemos identificar se se tratava da mesma pessoa. Há também uma publicação em nome de: ALBUQUERQUE FILHO, João da Mota. **Educação e sociedade**. Recife: Rodolfo & Pereira, 1939.

<sup>496</sup> DELGADO, José Luiz. História de 125 anos. In: *Site da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco*. Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum\\_RS\\_t007\\_artigo=3&totalRows\\_RS\\_t007\\_artigo=21#3](http://www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum_RS_t007_artigo=3&totalRows_RS_t007_artigo=21#3), pesquisado em 17/01/2009, 16:35h.

<sup>497</sup> FONTE: [www.interpoetica.com/entrevista\\_jaci.htm](http://www.interpoetica.com/entrevista_jaci.htm), pesquisado em 17/01/2009, 16:46h.

<sup>498</sup> Encontramos referência a "João Felipe Monteiro" que era sócio do IAHPG em 11/01/1917, porém não pudemos identificar se se tratava da mesma pessoa.

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Dr.	Joaquim de Sá Leitão	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Médico
	Joaquim Gonçalves Ribeiro	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Joaquim Maria Moreira	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930
Dr.	José Caminha Sampaio	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Participou da diretoria do Círculo Católico de Pernambuco entre 1915-17.
	José Carlos de Souza Lobo	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932
	José Carlos Dias	- Redator-secretário do jornal "A Tribuna" em 1932
	José Costa Rego Júnior	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930 - Conselheiro de turno do Banco Regional de Pernambuco - Membro da Academia Pernambucana de Letras - Publicou: REGO JÚNIOR, Costa. <b>Evocações e panoramas</b> . [Recife: [s.n.], 1916]. In: Edição da revista Heliópolis.
	José da Silva Almeida	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	José Francisco Brandão Cavalcanti	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	José Gomes de Carvalho	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	José Gomes de Mattos	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
Comendador	José Maria de Andrade	- Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Recife - Presidente do Banco do Estado de Pernambuco em 1898.
	José Maria Mac Dowell	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	José Nunes da Cunha	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	José Sebastião de Araujo	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	José Vieira Coelho	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930 e em 1932
	Júlio Cabral	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923
	Julio Gomes de Mattos	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Dr.	Júlio Pires Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Provavelmente era professor do Colégio Salesiano</li> <li>- Publicou: FERREIRA, Julio Pires. <i>Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranimpho dos bacharelados em Sciencias e Letras</i>. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910<sup>499</sup></li> <li>- Publicou: FERREIRA, Júlio Pires. <b>Dissertacoes apresentadas a faculdade de direito do recife</b>. Recife: Imprensa Industrial, 1915.</li> <li>- Publicou: FERREIRA, Júlio Pires. <b>Grammatica portugueza</b>: 2º anno. 6. ed. refundida. Recife: Ramiro M. Costa, 1921.</li> <li>- Publicou: FERREIRA, Júlio Pires. <b>Licoes de literatura portugueza</b>. Recife: [s.n.], 1917.</li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</li> <li>- Sócio efetivo do IAGHP desde 16/12/1897</li> </ul>
	Lacerda de Almeida	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1925
	Lafayette Palmeira	- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1915-17
Dr.	Lauro Dornellas Camara	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Sua família foi membro da Comissão da coroação canônica de N. Sra. do Carmo – 1911 - 1919</li> </ul>
	Lourenço de Siqueira Cavalcanti	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
Dr.	Luiz C. Lacerda de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Participou da diretoria do Círculo entre 1907-09</li> <li>- Prefeito da Capital em 1902.</li> </ul>
Dr.	Luiz Cedro Carneiro Leão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Membro do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1915-17</li> <li>- Era advogado com escritório à Rua do Imperador D. Pedro II, nº 247, 1º andar (mesmo endereço do escritório de Barreto Campello)</li> <li>- Redator do jornal "A Tribuna" em 1927</li> <li>- Sócio do IAHGP desde 11/12/1924</li> </ul>

<sup>499</sup> FERREIRA, Julio Pires. **Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranimpho dos bacharelados em Sciencias e Letras**. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910, p. 6.

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Dr.	Luiz Corrêa de Britto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932.</li> <li>- Participou da diretoria do Círculo entre 1907-09</li> <li>- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923</li> <li>- Presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo entre 1904 – 1927<sup>500</sup> /</li> <li>- Sócio efetivo do IAHGP desde 27/11/1913</li> <li>- Sua família foi membro da Comissão da coroação canônica de N. Sra. do Carmo – 1911 – 1919</li> <li>- Foi deputado, e participou do comitê executivo do Partido Republicano em 1921.</li> <li>- Publicou: BRITTO, Luis Corrêa de. <b>Ação Social Catholica</b>. Obras dos Circulos Catholicos. Conferencia realizada no "Circulo Catholico de Pernambuco", pelo seu presidente Dr. Luiz Corrêa de Brito. Recife: Typ. do Diario de Pernambuco, 1910</li> <li>- Publicou: BRITTO, Luiz Correia de. <b>Coligação açucareira</b>: histórico - causas de insucesso - função econômica - necessidade de reorganização - bases. Recife: Imprensa Industrial, 1909.</li> <li>- Publicou: BRITTO, Luiz Correia de. <b>A questão operaria á luz dos principios christãos</b>: conferência. Recife: Typ. de Silva &amp; Ribeiro, 1905.</li> </ul>
	Luiz Delgado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Membro do Círculo Católico de Pernambuco.</li> <li>- Seu pai era Membro da Conferência de São Vicente de Paulo<sup>501</sup></li> <li>- Colaborador principal do jornal "A Tribuna" em 1932 e redator-chefe em 1934.</li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</li> <li>- Secretário da Justiça de Pernambuco em 1932.</li> <li>- Secretário da Educação e Saúde Pública em 1931.</li> <li>- Publicou: DELGADO, Luiz,. <b>Dois discursos sôbre Andrade Bezerra</b>. Recife: Imprensa Universitária, 1958.</li> <li>- Publicou: DELGADO, Luiz,. <b>Dois sistemas: A ordem jurídica positiva e o direito institucional</b> luis delgado. 1. ed. Recife: Faculdade de Direito do Recife, 1933.</li> </ul>
	Luiz Lacerda de Menezes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>

<sup>500</sup> DELGADO, José Luiz. História de 125 anos. In: *Site da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco*. Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum\\_RS\\_t007\\_artigo=3&totalRows\\_RS\\_t007\\_artigo=21#3](http://www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum_RS_t007_artigo=3&totalRows_RS_t007_artigo=21#3), pesquisado em 17/01/2009, 16:35h.

<sup>501</sup> *Idem*.

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
	Manoel Barretto Filho	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Manoel Arthur Muniz	- Advogado, formou-se na Faculdade de Direito do Recife - Membro do IAHP - Deputado estadual, mais de uma vez declarou-se católico em discursos na Assembléia <sup>502</sup> . - Líder da maioria na Assembléia em 1900 - Membro da Academia Pernambucana de Letras
	Manoel Buarque	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1909
Dr.	Manoel Caminha Sampaio	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Manoel Cirilo	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923
	Manoel da Silva Lages	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Manoel Dias dos Santos	- Diretor da Associação da Boa Imprensa em 1928
Dr.	Manoel Gomes de Mattos	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932 - Participou da Diretoria do Círculo Católico de Pernambuco entre 1907-09 - Presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo entre 1904 – 1927
	Manoel Gomes de Mattos Junior	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Manoel Lubambo	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930 e colaborador principal em 1932 - Secretário das Finanças em 1937. - Publicou: Lubambo Manoel. <b>Capitães e grandeza nacional</b> . 1. ed. Sao paulo: Nacional, 1940 - Publicou: LUBAMBO, Manoel. <b>Contra Nassau</b> . Recife: Tradição, 1944. - Publicou: LUBAMBO, Manoel. <b>Olinda e outros ensaios</b> . Recife: Tradição, 1945. - Publicou: LUBAMBO, Manoel. <b>O humanismo financeiro de Salazar</b> . Recife: Ciclo cultural luso-brasileiro, 1942.
Dr.	Manoel Maria Tavares da Silva	- Desembargador - Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932. - Participou da Diretoria do Círculo entre 1907-09

<sup>502</sup> 52ª SESSÃO ORDINARIA EM 1 DE JUNHO DE 1901. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1901. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1901. p. 77-79.

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Dr.	Manoel Netto Carneiro Campello	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, participou da diretoria do Círculo entre 1907 – 09.</li> <li>- Em 1932 já era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. <b>Instrução Secundaria Christã</b>. Recife: Emp. d'A Provincia, 1902</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. <b>Socialismo e Catholicismo</b>, Recife, 1901</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. <b>Memória Histórica da Faculdade de Direito do Recife</b> relativa ao anno de 1900 – 1901, Recife.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Netto,. <b>Á margem do parlamento</b>: discursos, projectos e interviews em 1912. 2. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1913.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Netto,. <b>Barão de Lucena</b>: esboço biographico. 2. ed. Recife: Imprensa Industrial, 1914.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Netto,. <b>Direito romano</b>: prelecções expendidas em aula. Recife: Economica, 1906.</li> <li>- Publicou: CAMPELLO, Netto,. <b>História parlamentar de Pernambuco</b>. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979. (edição fac-similar da original publicada em 1923)</li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</li> <li>- Lente Catedrático da Faculdade de Direito do Recife</li> <li>- Líder da oposição em 1908.</li> <li>- Sócio efetivo do IAHGP desde 18/07/1895, tornado honorário em 15/02/1917.</li> </ul>
	Manoel Pereira Maia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Manoel Pinto Bandeira da Carvalheira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Sua família foi membro da Comissão da coroação canônica de N. Sra. do Carmo – 1911 – 1919</li> <li>- Sócio correspondente do IAHGP desde 04/06/1908</li> </ul>
	Manoel Vidal de Negreiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 já era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Mario Gomes de Mattos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco, já havia falecido em 1932.</li> </ul>
	Maurício Legrand	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Mauro Mota	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaborador habitual do jornal “A Tribuna” em 1930</li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</li> </ul>



TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
	Milton Cabral	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930
	Nilo Pereira	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1930 - Membro da Academia Pernambucana de Letras - Secretário de Educação e Saúde Pública em 1937.
Dr.	Paulo Cavalcanti de Amorim Salgado	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Membro da Academia Pernambucana de Letras, foi tesoureiro em 1904 <sup>503</sup> .
Dr.	Pedro Celso Uchôa Cavalcanti	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco - Sócio efetivo do IAHGP desde 07/06/1894 e feito benemérito a 12/02/1920. - Publicou: WÄTJEN, Hermann; CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. <b>O domínio colonial holandês no Brasil</b> : um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
	Philomeno Raymundo de Lima	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932.
	Plácido Alves de Faria	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Proprietário da Plácido Faria e Cia <sup>504</sup> .
Dr.	Primitivo de Miranda Souza Gomes	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932.
	R. Silva	- Administrador da oficina do jornal "A Tribuna" em 1928
	Rabelo Cruz	- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1909
	Raimundo A. da Fonseca	- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco
	Raquel Lima	- Colaboradora habitual do jornal "A Tribuna" em 1927
Dr.	Renato Silveira	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco - Gerente do Banco de Crédito Real de Pernambuco

<sup>503</sup> CAMARA, Phaelante. **Dois Discursos em homenagem a Martins Junior**. Recife: Imprensa Industrial, 1904.

<sup>504</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco <sup>482</sup> .		
Tratamento	Nome	Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas
Prof.	Ruy de Ayres Bello	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diretor do jornal "A Tribuna" em 1932</li> <li>- Membro da Academia Pernambucana de Letras</li> <li>- Líder da oposição em 1893.</li> <li>- Publicou: BELLO, Ruy de Ayres. <i>Esboço de história da educação</i>. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.</li> <li>- Publicou: BELLO, Ruy de Ayres. <b>Filosofia pedagógica</b>. Rio de Janeiro: Globo, 1946.</li> <li>- Publicou: BELLO, Ruy de Ayres. <b>Princípios e normas de administração escolar</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1956</li> <li>- Publicou: BELLO, Ruy de Ayres. O Problema da verificação do rendimento escolar posição do problema. <b>Verdade e Vida</b>. Recife, PE, v. 2, n. 3/4, p. 84-92, out.-dez. 1949</li> <li>- Publicou: BELLO, Ruy de Ayres. <b>Subsídios para a história da educação em Pernambuco</b>. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.</li> </ul>
Dr.	Samuel da Gama Mac Dowell	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Honorário do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>- Sócio correspondente do IAHGP desde 08/03/1894</li> </ul>
Dr	Theophilo de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Tiburtino Mondin	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaborador habitual do jornal "A Tribuna" em 1923</li> </ul>
Dr.	Trajano A. Temporal de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco; já havia falecido em 1932</li> </ul>
	Vicente de Paulo Menezes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sócio Fundador do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
Dr.	Vicente Férrer de Barros Wanderlei Araújo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Membro do IAHGP.</li> <li>- Publicou: ARAÚJO, Vicente Férrer de Barros Wanderlei. <i>Seitas protestantes em Pernambuco (séculos 19 e 20)</i>. Subsídios históricos. Recife: Typographia do "Jornal do Recife", 1905. No texto se declara católico.</li> <li>- Publicou: ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley,. <b>A execução de Silvino de Macedo</b>: estudo crítico e histórico. 2. ed. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1906</li> <li>- Publicou: ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley,. <b>Guerra dos mascates (Olinda e Recife)</b>. 2. ed. Lisboa: A. M. Teixeira &amp; C.<sup>a</sup> (Filhos), 1915.</li> </ul>
	Virgínia de Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escreveu poesias publicadas por ocasião do 25º aniversário do Círculo Católico em 1932</li> </ul>
	Ex-officio - Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> <li>O abade D. Pedro Roeser era membro efetivo do IAGHP desde 11/06/1914</li> </ul>
	Ex-officio - Director do Collegio Maristas do Recife	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>
	Ex-officio - Director do Collegio Nobrega	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco</li> </ul>

<b>TABELA V: Listagem dos intelectuais católicos leigos que identificamos em Pernambuco<sup>482</sup>.</b>		
<b>Tratamento</b>	<b>Nome</b>	<b>Atuação em associações intelectuais, civis ou religiosas</b>
	Ex-officio - Director do Collegio Salesiano do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Guardião do Convento de São Francisco do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Prefeito do Convento da Penha do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Provincial do Convento do Carmo do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Reitor do Seminário Archiepiscopal de Olinda	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Superior dos Padres da Missão	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia da Boa Vista do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia da Graça do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia da Piedade do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia de S. José do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia de S. Pedro Gonçalves do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia da Soledade do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco
	Ex-officio - Vigário da paróquia de Santo Antonio do Recife	- Em 1932 era sócio remido do Círculo Católico de Pernambuco

Podemos perceber que muitos faziam parte de mais de uma associação intelectual católica e não pequeno número militava em associações intelectuais não-católicas, das quais as mais relevantes eram o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e a Academia Pernambucana de Letras. Também chama atenção a quantidade de publicações produzidas pelos intelectuais pesquisados.

Deste modo, inferimos que a pertença a associações intelectuais significava mais um traço de distinção social, um diferencial para os membros da elite pernambucana.

A fim de realizarmos a segunda análise proposta por Bourdieu – das relações objetivas entre as posições dos grupos intelectuais em situação de concorrência -, será necessário compararmos a organização das associações

intelectuais católicas com as não-católicas e as estratégias de mobilização de ambas<sup>505</sup>.

É importante lembramos a longa tradição do Estado brasileiro de regular, em igualdade de condições, as associações religiosas de direito misto (irmandades e confrarias) e as associações civis (ponte-pios, auxílio mútuo e similares) durante o Império<sup>506</sup>. Este imbricamento das associações religiosas com o Estado ocorreu em virtude da legislação do padroado e do beneplácito régio, vigentes desde o período colonial até o fim do regime imperial.

A herança desta legislação do século XIX criou, naquele final de século XIX e início do XX, uma forte aproximação entre ambos os formatos, que foram institucionalizados no início da República.

Durante a organização das disposições legais da República brasileira em relação às associações religiosas, as demais associações, de qualquer finalidade - não comerciais - foram juridicamente igualadas através da lei nº 173, de 10/09/1893, que regulava *a organização das instituições que se fundarem para fins religiosos, moraes, científicos, artisticos, politicos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3, da Constituição*<sup>507</sup> [de 1891].

Este fato, segundo analisa Emerson Giumbelli ao comparar o caso brasileiro com o caso francês, foi fundamental para as posteriores aproximações entre Estado e Igreja:

No Brasil, é a ausência de uma figura jurídica específica para enquadrar os coletivos religiosos que solapará as garantias do princípio da separação: não existindo distinção entre o *religioso* e outras finalidades assumidas por associações, a relação com o Estado que está vedada no primeiro caso, pode se realizar por outras justificativas<sup>508</sup>.

Uma vez que não havia distinção legal entre associações religiosas e demais associações civis houve condições para que o Estado se relacionasse com

<sup>505</sup> É relevante ainda analisarmos a constelação de autores europeus e brasileiros que eram conhecidos e citados no campo intelectual brasileiro, tanto entre católicos quanto entre não católicos. A fim de evitarmos repetições este item será analisado no capítulo seguinte.

<sup>506</sup> Cf.: RIBEIRO, Emanuela Sousa. **O poder dos Leigos**: Irmandades Religiosas em São Luís no Século XIX. São Luís: UFMA, 2000. Monografia de conclusão Curso de História na Universidade Federal do Maranhão (não publicada).

<sup>507</sup> Lei nº 173, de 10 de setembro de 1893. Disponível on-line em: [www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/república/Leis1893-Legislativo/L1893b\\_06.pdf#page=2](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/república/Leis1893-Legislativo/L1893b_06.pdf#page=2), pesquisado em 12/01/2009, 14:48h.

<sup>508</sup> GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial, 2002, p. 261.

as sociedades religiosas - o que aconteceu muitas vezes em virtude das obras de assistência social, como, por exemplo, no caso das Santas Casas de Misericórdia.

Estas associações católicas de assistência social foram, desde a colônia, responsáveis por grande parte dos hospitais e associações similares no país todo<sup>509</sup>. Durante a República o Estado brasileiro não poderia criar, rapidamente, instituições que pelo menos mantivessem nos mesmos níveis o atendimento à população pobre no país, continuando a servir-se das Santas Casas. Em Recife, por exemplo, ainda em 1919 a Santa Casa de Misericórdia era citada na mensagem de abertura do ano legislativo pelo governador Manoel Borba:

À Santa Casa de Misericórdia do Recife se acha reservado o importante serviço de assistência pública e nunca será demasiado exaltar a forma por que ela se desobriga desse penoso mandato, mau grado as dificuldades sem conta que a todo instante lhe embargam o passo, vencidas, no entretanto, pela dedicação e pela tenacidade de sua administração, chefiada pelo digno e esforçado provedor, comendador José Maria de Andrade, que a ela vota uma verdadeira soma de seus mais acrisolados afetos<sup>510</sup>.

Cumpre-nos ainda chamar atenção para questões que estão além do âmbito jurídico: o reconhecimento do Estado acerca da legitimidade da esfera religiosa, e a integração das associações católicas com as demais associações laicas.

Ao reconhecer a legalidade e a liberdade de associação das sociedades com finalidade religiosa o Estado brasileiro reconhecia as manifestações religiosas como legítimas expressões sociais<sup>511</sup>. Ou seja, apesar da constituição de 1891 não ser publicada em nome de Deus, a legislação do Estado brasileiro reconhecia, e protegia, as manifestações religiosas, situando-as no mesmo nível de legalidade, e de aceitação, das associações científicas, artísticas e políticas.

Sobre este tema ocorreu um interessante debate na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Desde, pelo menos, 1892<sup>512</sup> a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Graça de Olinda, e outras irmandades religiosas

<sup>509</sup> Acerca da instituição das Santas Casas no Brasil colonial ver: RUSSEL-WOOD, A.J.R.. **Fidalgos e filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755. Brasília: Ed. UnB, 1981.

<sup>510</sup> BORBA, Manoel Antonio Pereira. Mensagem do exm. sr. dr. Manoel Antonio Pereira Borba, governador do Estado, lida por ocasião da instalação da 1ª sessão da 10ª legislatura do Congresso do Estado. *Imprensa Oficial*, Recife, anno IV, n. 50, 6 mar. 1919. p. 772.

<sup>511</sup> Cf. GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.*. Capítulo 4: O reconhecimento da “religião” em uma “república laica”.

<sup>512</sup> 2ª SESSÃO EM 8 DE ABRIL DE 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 12.

católicas<sup>513</sup>, convidavam a Câmara para assistir à sua procissão e, todos os anos, o presidente da Câmara nomeava uma comissão de três deputados para representar a Câmara no evento. Em 20 de março de 1908, tendo recebido *ofício da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, convidando a Câmara para comparecer à trasladação do seu padroeiro*<sup>514</sup>, um dos deputados parece ter questionado a legalidade de tal comparecimento, pois o presidente da Câmara começou a justificar seu procedimento:

De acordo com as praxes estabelecidas em todas as legislaturas do regime vigente e com a minha opinião pessoal, nomeei comissão para representar a Câmara nessa solenidade religiosa. (...) Procedendo como procedi, naquela época, obedeci á pratica salutarmente instituída, e seguida ininterruptamente até agora, e ao meu modo de entender a letra e o espírito das disposições constitucionais atinentes ao assunto.

Realmente, a liberdade religiosa consagrada em nosso pacto fundamental, no seu duplo aspecto de liberdade de consciência e liberdade de cultos – não é agravada de nenhum modo pela representação da Câmara em uma solenidade cultural<sup>515</sup>.

Abriu-se na Câmara um debate sobre o tema. Na mesma sessão os deputados Henrique Wanderley e Rosa e Silva Júnior apoiaram a decisão tomada pelo presidente, mas, ainda assim, e contando com os votos dos demais deputados, resolveram enviar o ofício da Irmandade para a 1ª comissão da Câmara, que era sempre a encarregada de julgar a constitucionalidade de qualquer ato.

Em 27 de março do mesmo ano, a 1ª comissão emitiu parecer favorável<sup>516</sup> à representação da Câmara na procissão, mas o assunto não entrou na

---

<sup>513</sup> Em 1896 o convite partiu da Irmandade do Bom Jesus dos Passos da Matriz do Corpo Santo (2ª SESSÃO PREPARATORIA EM 5 DE MARÇO DE 1896. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Legislativa de 1896. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1896. p. 27), em 1903 a Venerável Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo do Recife convidou a Câmara para as procissões do Senhor Morto e do Ressuscitado (14ª SESSÃO ORDINARIA EM 21 DE MARÇO DE 1903. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1903. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1903. p. 17). Em 1906, a *comissão encarregada de fazer as procissões do Senhor Morto e Ressurreição, na cidade de Olinda* fez o mesmo convite (18ª SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE MARÇO DE 1906. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo em 1906. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1906. p. 18).

<sup>514</sup> 11ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 23.

<sup>515</sup> *Idem*.

<sup>516</sup> 16ª SESSÃO ORDINARIA EM 27 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 39.

ordem do dia para discussão, pois o parecer não foi lido no plenário, apenas publicado. Na sessão seguinte, em 30 de março<sup>517</sup>, leu-se o parecer e reacendeu-se o debate, sendo o deputado Lisboa Coutinho o único a posicionar-se contra a representação da Câmara na procissão. Variavam, porém, os motivos apresentados pelos demais deputados para apoiar o evento, uns diziam ser cortesia, outros tolerância e outros deferência. Após longos debates o assunto foi colocado em votação; e a opinião de que a Câmara devia se fazer representar na procissão ganhou por quinze votos contra um.

Apesar de formalmente encerrada a polêmica, na sessão seguinte, de 31 de março de 1908<sup>518</sup>, voltou à carga o deputado Lisboa Coutinho, afirmando querer corrigir uma interpretação errônea que fora publicada nos jornais daquela manhã. Afirmava que não queria manter a discussão no *terreno da cortesia* [para que não] *se afigure que ele se tornara descortês para com a igreja católica*<sup>519</sup>. Novamente o assunto foi longamente debatido, desta vez com mais exaltação e a profissão de fé católica do deputado Henrique Wanderley. Não se dando por vencido, o deputado Lisboa Coutinho solicitou ao final da discussão que fosse feita pesquisa na secretaria da Câmara para saber quantas vezes esta já se fizera representar em eventos religiosos.

Nas sessões seguintes o assunto não voltou à tona; aparentemente a burocracia da secretaria da Câmara venceu o deputado Lisboa Coutinho. Porém, a densidade dos debates nos permite avaliar que, efetivamente, a esfera religiosa era reconhecida como um *poder* na sociedade, conforme afirmou um dos deputados:

O Sr. Euclides Quinteiro diz que, pedindo a palavra, vem esclarecer a questão que se debate em quatro palavras. Em matéria de crença religiosa, é dos que aceitam que cada um deve pensar como entende; quanto a ser a matéria constitucional ou não, não quer entrar em divagações. **Limita-se a lembrar que em nossa constituição federal não permite que nenhum poder deixe de ser respeitado**<sup>520</sup>. (*grifo nosso*)

<sup>517</sup> 18ª SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 44-47.

<sup>518</sup> 19ª SESSÃO ORDINARIA EM 31 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 48 – 50.

<sup>519</sup> *Idem*.

<sup>520</sup> 19ª SESSÃO ORDINARIA EM 31 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 50.

O reconhecimento da esfera religiosa como uma esfera lícita e legalmente aceitável da atividade humana tornava coerente um argumento recorrente dos conferencistas católicos: a necessidade humana da revelação, a par do conhecimento científico, uma vez que a religião era parte constitutiva da própria condição humana:

De certo, sem religião alguma, sem alguma idéia religiosa não se nos apresenta nenhum povo na história, fato este confirmado pelas sumidades da etimologia moderna; nunca ninguém afirmou que o mundo jamais tenha sido ateísta. (...) Basta citar o radicalista Cabanis<sup>521</sup>: *O ateísmo diz ele está em contradição com as impressões mais espontâneas, irrefutáveis que todos os dias recebemos com a voz universal da natureza (Lettres sur les causes premiéres)*. Pois a religião é uma lei imanente, necessidade profunda, de que o homem desfazer-se não pode e que deve ser satisfeita<sup>522</sup>.

Esta era a base que permeava a formulação de idéias das associações intelectuais católicas: uma vez que a religião era inerente à condição humana, para ser um homem completo era necessário que as associações de estudo e pesquisa – destinadas a remediar os males da humanidade – estivessem sob a inspiração religiosa.

Este discurso esteve presente não apenas nas associações católicas, mas também em outras matrizes religiosas da época. O argumento da necessidade da religião na vida humana esteve na base do sucesso editorial de livros e revistas publicados, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em torno de temas ocultistas por Antônio Olívio, fundador do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento e da editora O Pensamento<sup>523</sup>.

Por exemplo, o prólogo da segunda edição da obra *O Adepto, ou ensinamento de alta magia*, publicado em primeira edição em 1909, reafirma a necessidade da religião na vida humana:

<sup>521</sup> Pierre-Jean-Georges Cabanis (1757 – 1808) foi um médico francês que se dedicou a analisar as relações entre o físico e o moral, entre o material e o espiritual, defendendo a importância do sistema nervoso no ser humano, especialmente do cérebro. Provavelmente é chamado de *radicalista* porque concluiu que *tanto o materialismo quanto o espiritualismo são interpretações metafísicas que nunca podem ser confirmadas mediante os fatos*. (MORA, José Ferrater *et. all.* Dicionário de Filosofia. Rio de Janeiro: Loyola, 2000. Tomo I, p. 384).

<sup>522</sup> TEVES, Fr. Mathias. **Necessidade da Revelação**. Conferencia Catholica realizada no Instituto Archeologico em 15 de setembro de 1907 por Frei Mathias Teves. Recife: Typ. J. Agostinho Bezerra, 1907, p. 9.

<sup>523</sup> Cf.: RAMACHANDRA, Adilson Silva. **Pensamento em mutação**. Trajetória de uma editora 1907 – 2007. Rio de Janeiro: Pensamento, 2007.



Faz mais a magnífica obrinha: demonstrando a inanidade das desoladoras doutrinas do materialismo neantistas [sic], oferece na sua leitura uma doutrina eminentemente consoladora, que explica o verdadeiro papel da nossa vida terrena; explica o que somos, d'onde viemos e para onde vamos, guiados pela centelha do Absoluto que cada um de nós traz dentro de si.

E em obediência, pois, às considerações que acabamos de formular, pensa o editor fazer obra meritória e grata, principalmente aos estudiosos e amadores do psiquismo sadio, publicando uma nova edição, correta e melhorada d'O Adepto e promovendo a sua difusão por entre os que, desabusados dos dogmas absurdos das religiões positivas e das vans promessas da ciência materialista, anseiam por uma âncora em que possam firmar a sua fé vacilante que voga ao acaso no grande mar da Dúvida. Rio de Janeiro, 1911<sup>524</sup>.

As associações que combinavam conhecimento científico/racional com conhecimento religioso/crença em alguma divindade foram muito abundantes, uma vez que havia reconhecimento social para a religião, entendida como campo legítimo da atividade humana.

Segundo Nelson Saldanha o mesmo raciocínio pode explicar *a enorme voga do positivismo no Brasil*:

O ideário positivista, porém, continuou tomando corpo: os brasileiros sempre gostam das filosofias que têm algo de religião. Não era, como às vezes se supõe, a *ausência* de outros conteúdos doutrinários no país que dava à filosofia positiva o ensejo de dominar grande parte da situação: é que efetivamente o tipo de atitude intelectual de nossas elites naquela hora era propício a adotar os caracteres do comtismo: valorização do saber positivo, disciplina e amor da ordem, hierarquização mística, ortodoxia sem catolicismo<sup>525</sup>.

Assim, as associações católicas não estavam fora do campo intelectual da época por mesclar ciência e fé, pois, naquele momento, a crença no melhoramento das condições materiais da existência humana através da ciência justificava a formação das mais diversas associações de estudos, científicas e de ação social; e o *habitus* do pensamento religioso entre as elites intelectuais brasileira favorecia a mescla da religião com aquelas sociedades. Assim, popularam as Ligas, os Círculos, as Sociedades, tanto com inspiração religiosa quanto completamente laicas.

<sup>524</sup> HARNOLD, Hans. **O Adepto**, ou ensinamentos de alta magia. 2 ed. Rio de Janeiro, 1911. Prólogo do editor.

<sup>525</sup> SALDANHA, Nelson. **História das Idéias Políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968, p. 229.

Neste sentido, é importante percebermos que embora o Estado não protegesse as associações católicas, também não as discriminava nem lançava mão dos seus bens, como acontecera em países onde o Estado controlava os bens do clero regular<sup>526</sup>.

Mais ainda, podemos perceber que, indiretamente, o Estado brasileiro procurou absorver as grandes matrizes religiosas da época - em especial, o catolicismo, mas também os protestantismos e o espiritismo:<sup>527</sup> - quando se negou a conceder o status de religião aos cultos afro-brasileiros e ao chamado baixo espiritismo. Estas manifestações religiosas foram enquadradas, à época, na legislação que tratava do charlatanismo, do curandeirismo e do exercício ilegal da medicina<sup>528</sup>.

Além disso, é importante lembrarmos que somente membros da elite eram capazes de se movimentar na burocracia necessária para o reconhecimento legal das associações intelectuais e religiosas. Deste modo, as associações religiosas legalmente constituídas – sempre católicas, protestantes ou espíritas - ocupavam um patamar social superior, pois eram normatizadas, e protegidas, pela lei.

O enquadramento na legalidade – e o status social – podia, geralmente, ser percebido apenas pelo formato da associação, cuidadosamente discriminado no artigo 3º da lei nº173:

Art. 3º Os estatutos, bem como o registro, declararão

§1º A denominação, fins e sede da associação ou instituto.

§2º O modo pelo qual a associação é administrada e representada activa e passivamente em Juízo, e em geral nas suas relações para com terceiros.

<sup>526</sup> Cf.: FREI BARTOLOMEU, OCarm. As Ordens Religiosas e as leis da mão-morta na República Brasileira. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 9, março 1949, fasc. 1.

<sup>527</sup> Segundo Angélica Almeida: *O Espiritismo buscava se afirmar portador de um saber científico, capaz de submeter os fenômenos espirituais aos domínios da ciência, admitindo a existência do espírito e a sua influência nos desequilíbrios físicos e mentais* (Almeida, Angélica Aparecida Silva de. **Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)**. Tese de doutorado defendida em Campinas, SP: [s. n.], 2007. p. 69). Assim, rapidamente o espiritismo se diferenciou dos demais cultos em que havia possessão por espíritos, ganhando o status de religião. Sobre o tema ver também: ISAIA, A. C.. “Espíritas e Republicanos no Brasil”. In: XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade. ALER - Asociación Latinoamericana para el estudio de las religiones, 2006, São Bernardo do Campo. *Mundos Religiosos: Identidades y Convergencias*, 2006.

<sup>528</sup> Cf.: ALVES VELHO, Yvonne Maggie. **Medo do feitiço** - relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, e, STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à Brasileira**. São Paulo: Edusp/Orion, 2003.

§3º Si os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações que os representantes da associação contrahirem expressa ou intencionalmente em nome desta<sup>529</sup>.

Assim, eram semelhantes, no formato, associações tão díspares quanto o Centro Beneficente de Ciências Ocultas do Brasil<sup>530</sup>, a Federação Espírita Pernambucana<sup>531</sup>, o Centro Republicano Maciel Pinheiro<sup>532</sup>, a Liga de Defesa Nacional<sup>533</sup>, o Círculo Católico de Pernambuco<sup>534</sup> e a Liga contra o Protestantismo<sup>535</sup>. Tanto o formato – juridicamente exigido - quanto as estratégias de mobilização eram as mesmas em associações católicas e não católicas.

A esfera pública brasileira, ainda em processo de consolidação, oferecia, no final do século XIX e início do XX, os mesmos espaços de mobilização que estiveram disponíveis desde o segundo império. Assim, os intelectuais brasileiros fundaram sociedades, clubes e pequenos jornais. Organizaram eventos, efemérides, intervenções públicas, comícios, banquetes, recitais, passeatas, viagens de propaganda<sup>536</sup>.

A realização de eventos apresentava, publicamente, as alianças de cada grupo, ao tomar parte – ou não – dos mesmos. Um bom exemplo desta representação de amizades, ou de dissensões, entre os grupos de intelectuais foi a queixa, expressa pelos maçons, por terem sido excluídos das comemorações promovidas, em 1917, pelo IAHGP dos movimentos revolucionários de 1817, em detrimento das representações católicas.

Sabendo que seria publicada na Imprensa Oficial a ata da 7ª reunião da 1ª sessão ordinária do Conselho Municipal do Recife, realizada em 02 de março de

---

Lei nº 173, de 10 de setembro de 1893. Disponível on-line em: [www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1893-Legislativo/L1893b\\_06.pdf#page=2](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1893-Legislativo/L1893b_06.pdf#page=2), pesquisado em 12/01/2009, 14:48h.

<sup>530</sup> ESTATUTOS DO CENTRO BENEFICENTE DE SCIENCIAS OCCULTAS NO BRAZIL: Título da associação. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 128, 12 jun. 1918. p. 1743-1744.

<sup>531</sup> EXTRACTO DA CONSTITUIÇÃO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA PERNAMBUCANA. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 15, 11 fev. 1916. p. 122

<sup>532</sup> ESTATUTOS DO “CENTRO REPUBLICANO MACIEL PINHEIRO”. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 21, 18 fev. 1916. p. 182, e, ESTATUTOS DO “CENTRO REPUBLICANO MACIEL PINHEIRO”. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 22, 19 fev. 1916. p. 199.

<sup>533</sup> Ata da primeira reunião da Liga de Defesa Nacional, de 23 de setembro de 1916. Disponível on-line em: [www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm](http://www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm), pesquisado em: 03/11/2006.

<sup>534</sup> POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife: s/ed., [1932].

<sup>535</sup> BRITTO, D. Luiz Raymundo da Silva. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Recommendando a Liga Contra o Protestantismo. Recife: Empreza d’A Provincia, 1902.

<sup>536</sup> ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 264, 283 - 287.

1917, o conselheiro Manoel Arão solicitou que o seu protesto – de cunho puramente pessoal, conforme sua afirmação - fosse inserido em ata:

Tendo o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano na organização do programa das festas com que comemora o centenário da revolução republicana de 1817, omitido qualquer referência ou representação por parte da maçonaria pernambucana, que não somente foi inspiradora como a iniciadora desse como dos demais movimentos, que visaram em Pernambuco a integração da pátria, sobre um regime que os direitos de cada um tivessem perfeita efetividade; como de outra parte, nesse programa, figura o clero por uma representação especial, sobre o falso pressuposto de que os sacerdotes católicos que tomaram parte naquele movimento, o fizeram em nome das doutrinas e da ação da igreja, quando, na realidade, eles não foram, como frei Caneca, senão portadores das idéias das lojas maçônicas de que faziam parte<sup>537</sup>.

Continua o orador a desfiar os seus motivos, segundo ele, em prol da verdadeira história dos fatos, demonstrando-nos o quanto eram significativos os convites para a presença, ou a ausência, nos eventos promovidos pelos intelectuais. Segundo a interpretação do conselheiro, neste caso, o IAHGP teria demonstrado sua oposição à maçonaria e seu apoio ao catolicismo.

Salta à vista a necessidade de representação mútua, uma vez que se as associações intelectuais relevantes eram convidadas, ao mesmo tempo, se tornavam importantes exatamente porque recebiam convites.

Nos eventos destacavam-se os oradores (no caso de sessões magnas ou comemorativas) e conferencistas (palestrantes convidados a dissertar sobre algum tema), que ganhavam notoriedade no meio intelectual e, não raras vezes, publicavam suas falas em opúsculos, os quais eram distribuídos entre as próprias associações intelectuais a fim de perenizar e amplificar a difusão da informação transmitida oralmente<sup>538</sup>.

A partir desta perspectiva de perenizar e, principalmente, de amplificar a difusão das falas, as associações de intelectuais precisaram ter órgãos na imprensa que veiculassem suas idéias. Assim, mais uma vez associações díspares nos fins

<sup>537</sup> ACTA DA 7ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO RECIFE, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 1917. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 60, 17 mar. 1917. p. 714

<sup>538</sup> Por exemplo: CAMARA, Phaelante. **Conferencia pronunciada na Federação Operaria Christã em homenagem a lei reguladora dos syndicatos profisionaes no Brasil**. Recife: Albergue Typographico, 1907, ou, CAMARA, Phaelante. **Discurso proferido pelo Dr. Phaelante Camara na Academia Pernambucana de Letras, ao tomar posse da cadeira para que foi eleito na vaga de João Gregorio Gonsalves Júnior**. Recife: Emp. d'A Provincia, 1902, ou ainda, CAMARA, Phaelante. **Dois Discursos em homenagem a Martins Junior**. Recife: Imprensa Industrial, 1904.

eram semelhantes em estratégias de mobilização: publicavam revistas o IAHPG<sup>539</sup>, as Filhas de Maria<sup>540</sup> e a Corporação Médica da Diretoria de Higiene de Pernambuco<sup>541</sup>, entre outras. No entanto, a maior parte optava por publicar jornais, pois

A imprensa periódica era a marca registrada da cultura regional urbana em Pernambuco – o orgulho da elite e uma parte essencial do sistema político. Em 1899, um total de 1.239 periódicos haviam publicado pelo menos um número, e não menos do que 1.165 dentre eles eram do Recife. (...) Em 1916, Pernambuco era o segundo dos Estados do Norte e Nordeste (depois da Bahia) em circulação de jornais, e o sexto no país<sup>542</sup>.

As associações católicas, em todo o país, também percebiam a importância da imprensa escrita. Em 1898 o jornal *A Crença* afirmava: *A grande arma da Igreja hoje em dia é o jornalismo católico*<sup>543</sup> (Pio IX). Em 1911 era a vez do jornal *Tribuna Religiosa* afirmar:

O jornal penetra em toda parte, passa por todas as mãos, e transmite rapidamente o veneno letal da indiferença, das dúvidas, da descrença e da heresia. Os católicos, dignos deste nome, têm o dever de apostolar a causa da boa imprensa, guerreando sem tréguas as publicações danosas e promovendo a difusão das folhas católicas<sup>544</sup>.

E, dez anos depois, em 1921, repetia o mesmo discurso o jornal *O Dia* ao falar da *má imprensa*:

Com efeito sendo ela, como se reconhece, um instrumento de construção moral, quantas vezes transforma-se em camartelo da impiedade, da devassidão e do anarquismo, e destrói tudo aquilo que a Religião e a Moral vinham edificando!<sup>545</sup>.

Para os intelectuais católicos tratava-se de distinguir a imprensa boa – católica – da má imprensa – atéia, positivista, protestante, maçônica ou espírita -, nunca de indispor-se contra os meios de comunicação de massa.

<sup>539</sup> REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Recife, PE: O Instituto, 1925. A Revista do IAHPG continua sendo publicada até os dias atuais.

<sup>540</sup> MARIA. Revista das Filhas de Maria, Olinda – PE, a. IV, n. 2, fev. 1916. A Revista Maria continua em funcionamento até os dias atuais. Sobre o tema ver: AMARAL, Walter Valdevino; RIBEIRO, Emanuela Sousa. “Catolicismo e imprensa feminina no Recife: a revista Maria (1913-1930)”. In: I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões / Pluralismos, 2007, João Pessoa - PB. I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões / Pluralismos, 2007.

<sup>541</sup> ARCHIVOS de Hygiene Publica e Medicina Tropical. Orgam da Corporação Medica da Directoria de Hygiene de Pernambuco, [Recife], jul. 1915.

<sup>542</sup> LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, p. 104-105.

<sup>543</sup> A CRENÇA: Revista quinzenal consagrada aos interesses catholicos, Recife, ano II, n. 6, nov. 1898. p. 81.

<sup>544</sup> A BOA IMPRENSA E AS FILHAS DE MARIA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 8 jul. 1911. p. 1.

<sup>545</sup> MISSÃO DESVIRTUADA. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 31 mar. 1921. p. 1.

A obra da boa imprensa, organizada pela hierarquia da Igreja brasileira, a fim de conclamar o trabalho dos fiéis na esfera pública, foi institucionalizada em 1910, com a inauguração do Centro da Boa Imprensa:

Da fundação do C.B.I. [Centro da Boa Imprensa] decorreu o Congresso de Jornalistas Católicos, realizado de 31 de março a 4 de abril de 1910, em Petrópolis. Decorreu também a criação da Liga da Boa Imprensa, braço direito do C. B.I., que se difundiu por todo o país, agrupando sacerdotes, juristas, médicos, advogados, professores, pessoas de todas as classes sociais. Em 1910 o movimento abrangia 50 grupos; em 1924, 727 grupos, assim distribuídos pelos estados: Minas, 134, Ceará, 98; São Paulo, 92; Pernambuco, 60; Rio Grande do Norte, 30; Rio Grande do Sul, 30; Distrito Federal (Guanabara), 29; Sergipe, 20; Maranhão, 14; Paraná, 14; Santa Catarina, 11; Espírito Santo, 6; Mato Grosso, 6; Goiás, 5; Alagoas, 4; Amazonas, 2; Acre, 2. Devido à crise econômica, nunca se chegou à casa dos mil grupos<sup>546</sup>.

Para os fins desta tese devemos enfatizar a atuação do jornal *A Tribuna*, por onde passaram muitos dos intelectuais católicos (do clero e leigos) que vimos estudando<sup>547</sup>.

Fundado pela Pia Associação de São Luiz Gonzaga, com aprovação eclesiástica, em 1906 - antes mesmo da criação do Centro da Boa Imprensa - este jornal funcionou até, pelo menos, 1955<sup>548</sup>. Podemos considerá-lo o porta-voz dos intelectuais pernambucanos católicos, noticiando as atividades católicas e laicas do Estado.

Por fim, dentre as estratégias de mobilização dos intelectuais católicos e não-católicos devemos citar os eventos públicos: os congressos, as datas comemorativas, as passeatas/procissões e as missas campais.

Já no último quartel do século XIX os congressos tornaram-se uma febre nacional – e internacional - pois não só funcionavam como espaços de encontro dos membros e simpatizantes das associações, como também davam demonstrações públicas de força de uma causa, ou de uma religião.

Todos os tipos de associações fizeram congressos, desde a Igreja católica<sup>549</sup> até os prefeitos<sup>550</sup>, passando pelos geógrafos<sup>551</sup> e os historiadores<sup>552</sup>.

<sup>546</sup> SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação**: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 187.

<sup>547</sup> Ver: TABELA V: Listagem dos intelectuais que identificamos em Pernambuco.

<sup>548</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915), p. 181-190.

<sup>549</sup> CONGRESSO CATÓLICO, 1902, Recife, PE. **Annaes da Obra dos Congressos Catholicos em Pernambuco**. Recife: A Provincia, 1902.

Segundo Marly Mota, *pode-se entender, pois, a ocorrência simultânea de congressos e conferências sobre temas variados – história, direito, engenharia, química, educação – , como a indicar que idéias, mais do que expostas, deveriam ser discutidas*<sup>553</sup>.

Os Congressos católicos de Pernambuco<sup>554</sup>, e os nacionais<sup>555</sup>, foram grandes mobilizações populares e serviram para colocar na ordem do dia os assuntos mais relevantes para os intelectuais católicos.

O catedrático da Faculdade de Direito, e intelectual católico leigo, Manoel Netto Carneiro Campello discursou sobre a importância dos Congressos durante o Primeiro Congresso Católico de Pernambuco, lembrando inclusive exemplos de outros países:

Não me assiste o direito de mostrar-vos a importância dos Congressos Católicos nem tampouco de fazer a sua apologia, porque desta como daquela, vós tendes a mais nítida compreensão. Eles são incontestavelmente úteis na atualidade e sobretudo necessários.

Se lançarmos as vistas para os congressos já realizados, veremos que os relevantes serviços, que eles têm prestado à humanidade e à religião pela propagação da fé cristã e pela solução do problema social, já se fizeram sentir em países como a Alemanha, Itália, França, Portugal, Bélgica, Estados Unidos e Canadá<sup>556</sup>.

Muitos destes eventos publicaram obras reproduzindo as falas proferidas na ocasião, na intenção de divulgar e perenizar as discussões<sup>557</sup>.

<sup>550</sup> CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 264, 23 dez. 1916. p. 3342-3344.

<sup>551</sup> QUINTO CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA – Relatório. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 211, 15 out. 1916. p. 2750-2752.

<sup>552</sup> O primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocorreu em 1914 (CF.: IHGB. **Índice dos Anais dos Congressos e Simpósio realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 2003, p. 4).

<sup>553</sup> MOTTA, Marly Silva da. "Ante-sala do paraíso", "vale de luzes", "bazar de maravilhas" - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p. 10.

<sup>554</sup> Cf.: AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936**. Recife: FASA, 1986, p. 106 e 111.

<sup>555</sup> Sobre o assunto ver: DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem**. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 107 – 130.

<sup>556</sup> CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. **Instrução Secundaria Christã**. Recife: Emp. d'A Provincia, 1902, p. 6.

<sup>557</sup> Cf.: CONGRESSO CATÓLICO, 1902, Recife, PE. **Annaes da Obra dos Congressos Catholicos em Pernambuco**. Recife: A Provincia, 1902; CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, 1., 1900, Salvador, BA. **Primeiro Congresso Catholico Brasileiro; promovido pelo apostolado da oração; celebrado na Bahia, de 3 a 10 de junho de 1900**: actas e documentos. São Paulo: Typographia a Vapor-Pauperio & Comp., 1900; CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, 2., 1908, São Sebastião, RJ. **Segundo Congresso Catholico Brasileiro; celebrado de 26 de julho a 2 de agosto de 1908**

Paralelas aos congressos, e praticamente com as mesmas funções, analisamos ainda a comemoração de efemérides, de cunho civil ou religioso.

No início do governo republicano, dois meses após proclamação da República, foi publicado o decreto com o calendário das festividades oficiais: 1º de janeiro, comemoração da fraternidade universal; 21 de abril, comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes; 03 de maio, comemoração da descoberta do Brasil; 13 de maio, comemoração da fraternidade dos brasileiros; 14 de julho, comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos; 07 de setembro, comemoração da independência do Brasil; 12 de outubro, comemoração da descoberta da América; 02 de novembro, comemoração geral dos mortos; e 15 de novembro, comemoração da Pátria brasileira<sup>558</sup>.

Um conjunto de datas de inspiração positivista compunha o novo calendário oficial, que não reconhecia *oficialmente* nenhum feriado religioso católico. Apenas em 1922 o governo declarou feriado nacional o dia 25 de dezembro, mas durante este período, *na prática governo dispensou do ponto os empregados públicos, em alguns dias da Semana Santa*<sup>559</sup>, e em outras festas religiosas, como veremos adiante.

Não havia, porém, como não festejar as datas nacionais, pois os católicos sempre se apresentaram a serviço da pátria. Em um primeiro momento a estratégia dos bispos foi de rivalizar com o Estado, como nos indica a ação do bispo D. João Esberard, em 1892, durante as festividades da descoberta da América.

Na oportunidade, o bispo publicou uma carta pastoral em que divulgava *as letras apostólicas do Santo Padre Leão XIII acerca do 4º aniversário secular da descoberta da América*<sup>560</sup>, e preconizava como a Igreja deveria comemorar a data. D. Esberard resolveu então realizar a festa preconizada pelo papa em um dia diferente da festa realizada pelo Estado:

**na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro por iniciativa do Circulo Catholico da mesma cidade em homenagem a S. S. Papa Pio X no anno do seu jubileu sacerdotal:** actas e documentos. Rio de Janeiro: O universo, 1910.

<sup>558</sup> Cf.: LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. In: Revista HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

<sup>559</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>560</sup> ESBERARD, D. João. **Christovão Colombo**. Carta Pastoral de D. João Esberard – Bispo de Olinda. Publicando letras apostolicas do Santo Padre Leão XIII ácerca do 4º anniversario secular da descoberta da America, Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos, 1892.



Vamos obedecer às ordens do Santo Padre. Mas, usando da faculdade que aos Bispos d'esses lugares deu o imortal Leão XIII, assentamos solenizar o quarto centenário da descoberta da America, não no dia de hoje, mas na domingo próxima, 16 do corrente.

A necessidade d'esta transferência pareceu-nos intuitiva. O positivismo pretende entre nós foros de religião e, valendo-se dos desastres da pátria querida, impôs à sociedade secularizada o seu ridículo calendário<sup>561</sup>.

Afirmava o bispo que os católicos deviam se afastar de qualquer ato dos positivistas, e decretava seu apartamento das comemorações oficiais: *Fiquem os discípulos do tresloucado Comte com o seu feriado, e celebremos nós a nós o grande fato que o catolicismo inspirou e realizou*<sup>562</sup>.

Dado que D. Esberard era conhecido como monarquista<sup>563</sup>, compreendemos esta reação inicial extremada. Nos anos seguintes o episcopado mudou de estratégia. A participação da Igreja em campanhas cívicas e em eventos públicos que comemoravam datas cívicas tornou-se cada vez mais freqüente. Segundo Sérgio Miceli:

A participação nas principais campanhas cívicas promovidas pelos grupos dirigentes ao longo da República Velha – em prol do alistamento e do serviço militar obrigatório, das reformas da instrução, a mobilização patriótica da mocidade acadêmica – garantiu à hierarquia católica a concessão de subsídios e empréstimos governamentais, envolvendo montantes significativo de recursos em favor de todo o complexo institucional sob a tutela eclesiástica. O estilo *romanizado* de culto então em voga e tão apreciado pelas frações dirigentes católicas se prestava ao trabalho de legitimação do poder oligárquico através da encenação de solenidades festivas<sup>564</sup>.

O Centenário da Independência, em 1922, foi solenemente comemorado pela Igreja católica em todo o país<sup>565</sup>. Os colégios católicos foram dispensados das aulas para assistirem à missa campal e incorporarem-se ao *cortejo cívico*<sup>566</sup>, além de realizarem suas próprias comemorações internas<sup>567</sup>.

<sup>561</sup> *Idem.* p. 16.

<sup>562</sup> *Idem.* p. 17.

<sup>563</sup> Dizia-se, à época, que com o conselho do jornalista Carlos de Laet e apoio financeiro dos lazaristas, afirma, Esberard comprou o jornal "O Brazil" e, com o mesmo jornalista, é o redator. Ora, por sua postura ideológica, o jornal se tornou um instrumento propagador da restauração monárquica, posicionando-se, portanto, em aberta oposição ao Governo Provisório e ao novo regime. (PIVA, Frei Elói. Transição Republicana: Desafio e Chance para a Igreja (II). In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 50, fasc. 198, junho 1990, p. 426).

<sup>564</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>565</sup> DIAS, Romualdo. *Op. Cit.*, p. 112 – 116.

<sup>566</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário* –1917-1929. Recife, 7 set. 1922.

<sup>567</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário* –1917-1929. Recife, 8 set. 1922.

Além dos grandes eventos públicos, havia os pequenos eventos cívicos, a que compareciam os colégios religiosos, por exemplo: parada militar em comemoração ao 07 de setembro de 1917; juramento da bandeira dos novos recrutas no quartel-general, em 13 de maio de 1919, festa promovida pelos alunos da Escola de Marinheiros em comemoração da batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1919<sup>568</sup>.

Também se tornou freqüente que os eventos de cunho puramente religioso organizados pela Igreja, tomassem ares de evento cívico, contando com a participação de associações religiosas e intelectuais. Já em 1900, quando da realização das comemorações da passagem do milênio<sup>569</sup>, a pauta da *grande romaria de 4 de novembro de 1900* indicava a presença das seguintes associações<sup>570</sup>:

---

<sup>568</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 7 set. 1917, 13 mai. 1919, 11 jun. 1919.

<sup>569</sup> Esta comemoração aconteceria no âmbito internacional, e havia sido planejada dois anos antes, por uma Comissão internacional. No Brasil o delegado nacional da Comissão era o então monsenhor Luiz da Silva Britto, que posteriormente seria bispo da diocese de Olinda. (Cf.: D. Manoel dos Santos Pereira. **Carta Pastoral de D. Manoel dos Santos Pereira** – Bispo de Olinda. A propósito da solemne homenagem a Jesus Christo Redemptor e ao seu Vigário. No fim do século XIX e começo do século XX. Recife: Atelier Miranda, 1899).

<sup>570</sup> TABELA VI: *Pauta da grande romaria de 4 de novembro de 1900*.

**TABELA VI: Pauta da grande romaria de 4 de novembro de 1900** (Jornal **JESUS REDEMPTOR**: Jesus Christo VENCE! Jesus Christo REINA! Jesus Christo IMPERA!, Recife, 4 nov. 1900)

<b>TABELA VI / I: COMISSÃO DE FRENTE</b>	
1. Estandarte de Jesus Redentor	
2. Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia com seus pios estabelecimentos e a banda musical do Colégio São Joaquim.	

<b>TABELA VI / II: ASSOCIAÇÕES FEMININAS</b>	
3. I. a) Sociedade Musical Areiense. Diretoras dos Colégios: S. Vicente de Paulo, São José, Passy, Prytaneu, Nossa Senhora da Penha, Jesus, Maria e José; Vicentinas, Dames de l' Inst. Chrétienne e outros com suas alunas. b) Professoras com suas discípulas, alunas das Escolas Normal e Propagadora.	II. O Apostolado da Oração, Confraria de Nossa Senhora de Lourdes da Penha. As filhas de Maria.
	V. Senhoras de caridade e todas as senhoras que se apresentarem.
	VI. Irmãs da Ordem Terceira do Carmo.
	VII. Irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco
	VIII. Irmãs da Ordem Terceira da Penha

<b>TABELA VI / III: ASSOCIAÇÕES MASCULINAS</b>	
4- A Junta Administrativa do Hospital Português	17- Associação dos Merceeiros.
5-A sociedade de S. Vicente de Paulo, precedida de seu Patrocínio (S. Luiz de Gonzaga) com a Banda Musical.	18- Classe auxiliar do Comércio com a banda musical Mathias Lima.
7- Escola de engenharia.	19- O corpo comercial da praça do Recife.
8 - Escola Normal (Alunos e Mestres ).	20- Associação Comercial Agrícola.
9-Liceu de Artes e Ofícios, sua banda musical e seus alunos.	21- Associação Comercial Beneficente.
10- Diretores e Professores e Colégio e Escolas com seus alunos.	22- Junta dos Corretores.
11- As Associações Literárias e Recreativas	23- Os gerentes de fábricas industriais, os de estradas de ferro, e de ferro carril, os gerentes de banco e de telégrafos, os gerentes de companhia de seguro e os de vapores.
12- Monte Pio Bom Sucesso e outras sociedades.	24- Junta Comercial.
13- Monte Pio Popular Pernambucano.	25- Sociedade União Beneficente de Estivadores.
14- Diretoria do Gabinete Português de Leitura.	26- Companhia de Bombeiros.
14- Diretoria do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.	27- Artistas mecânicos e liberais e operários das Fábricas Caxias, Atelier Miranda de Estopa e outras.
15- Clube Internacional.	28- Os industriais e agricultores.
16- A banda Musical Charanga do Recife com a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco.	

<b>TABELA VI / IV: ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS</b>				
<b>29. Devoções</b>	<b>30. Irmandades</b>	<b>31. Confrarias</b>	<b>32-Santíssimo Sacramento (Formarão em um só grupo as Irmandades do SS. Sacramento)</b>	<b>33- Ordens Terceiras</b>
I- Devoção de Nossa Senhora das Mercês.	I- Santa Cecília	I- Sant'Anna (da Santa Cruz).	Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife Santo Antônio	Ordem Terceira do Carmo
II- Devoção de Nossa Senhora do Carmo.	II- Nossa senhora da Soledade do Livramento.	II- São José da Agonia.	Irmandade do Santíssimo Sacramento de São José	Ordem Terceira de São Francisco
III - Devoção de Nosso Senhor da Boa Morte.	III - Nossa Senhora do Bom Parto de São José de Riba-Mar	III - Nossa senhora da Soledade (Boa Vista)	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Boa Vista	Ordem Terceira de São Francisco da Penha
IV- Devoção de S. João Baptista.	IV - Nossa Senhora do Terço	IV - SS. Trindade	Outras que se apresentem	
V- Devoção do Senhor Bom Jesus da Agonia.	V - Nossa Senhora do Guadalupe	V - Nossa Senhora da Luz.		
VII- Devoção de Santa Tereza de Jesus.	VI - Divino Espírito Santo. Nossa Senhora do Rosário, do Corpo Santo, de Afogados e da Boa Vista.	VI - Nossa Senhora do Livramento		
	VII - Almas do Corpo Santo, S. José, Santo Antônio e Boa Vista.	VII - Nossa Senhora do Rosário.		
	VIII- Nossa Senhora da Saúde do Poço.	VIII - S S. Crispim e Crispiano.		
	IX - Sant'Anna	IX- Senhor Bom Jesus da Via Sacra (Santa Cruz)		
	X - Mãe dos Homens (da Madre de Deus).	X- Santa Rita de Cássia e outras.		
	XI - Senhor Bom Jesus dos Aflitos do Riba-Mar.			
	XII - Das Dores de S. Gonçalo.			
	XIII - Martírios do Recife			
	XIV - Passos do Corpo Santo			
	XV - Das Portas (da Madre de Deus), e outras.			

<b>TABELA VI / V: ASSOCIAÇÕES CIVIS</b>
-----------------------------------------

36- As altas autoridades Civis, Eclesiásticas e Militares. Corpo consular, Senadores, Deputados. Gerais em Comissão, Comandantes da Brigada, e Superior da Guarda Nacional. Oficiais do Exército e da Armada Policial e Guarda Nacional. Socorros Mútuos e da Guarda Nacional, Magistrados, e Jurisconsultos, Imprensa, Corpos docentes, Academia, Engenharia, Ginásio e Escolas normais, Classes Médicas e de Engenharia.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A classe Náutica, Práticos da Barra, e a Classe dos Catraieiros. Todos os demais católicos.
---------------------------------------------------------------------------------------------

A própria diagramação do jornal separava as associações que deveriam estar presentes em: associações de senhoras, onde estavam sobretudo estabelecimentos escolares femininos, associações de homens, onde se encontravam praticamente todas as associações intelectuais existentes em Recife à época, e, associações religiosas, onde estavam as sociedades exclusivamente religiosas (ordens terceiras, confrarias, devoções e irmandades).

Muito antes da famosa inauguração da estátua do Cristo Redentor do Rio de Janeiro, ocorrida em 1933<sup>571</sup>, já se faziam manifestações públicas de fé com a ereção de imagens religiosas. Em 01 de novembro de 1904 o Círculo Católico inaugurou o monumento do Morro da Conceição, em honra dos 50 anos de proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, e marcando o início da romaria que se realiza até os dias de hoje<sup>572</sup>.

Anos mais tarde, em 1919, foi a vez da festa de N. Sra. do Carmo, ereta padroeira da cidade do Recife dez anos antes<sup>573</sup>. A festa ocorria a cada ano mais popular e imponente e, naquele ano a comissão de organização da festa – composta por famílias da elite, e por intelectuais católicos da época<sup>574</sup> - conseguiu, inclusive, que o município fizesse um *feriado branco* no dia festa, já que a Associação Comercial e várias outras repartições concordaram em não trabalhar neste dia:

Diante da situação concreta da Velha República, de portas fechadas, oficialmente, para acordos deste tipo com a Igreja Católica, ela recorre ao *jeitinho brasileiro*, à instituição do *favor*, apadrinhada por amigos comuns das autoridades e dos eclesiásticos. Se uma cidade conseguiu o feriado [Aparecida], abre-se o precedente para que

<sup>571</sup> Cf.: DIAS, Romualdo. *Op. Cit.*, p. 126 – 128.

<sup>572</sup> DELGADO, José Luiz. História de 125 anos. *In: Site da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco. Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum\\_RS\\_t007\\_artigo=3&totalRows\\_RS\\_t007\\_artigo=21#3](http://www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum_RS_t007_artigo=3&totalRows_RS_t007_artigo=21#3), pesquisado em 17/01/2009, 16:35h.*

<sup>573</sup> Cf: FIGUEIRÔA, Frei Tito (OCarm.). *Op. Cit.*

<sup>574</sup> Segundo informações de Frei Bartolomeu Tito: *Uma importante reunião foi convocada no convento do Carmo, presidida pelo Coronel Alexandre Caldas Padilha, à qual compareceram o Barão de Casa Forte, desembargadores, comendadores, coronéis, majores, capitães, membros da família Pereira Carneiro, Correia de Britto, Costa Maia, Bandeira de Mello, Carvalheira, Santos Villaça, Dornellas Camara, e muito outros (FIGUEIRÔA, Frei Tito (OCarm.). Op. Cit., p. 101).*

outras capitais se mobilizem para obter o mesmo. Assim, o que é negado na teoria é concedido na prática, mediante, um mecanismo de alianças mais ou menos tácitas. (...) Outra novidade foi a transformação do velho pátio [do Pátio do Carmo] em praça, inaugurada no dia 15. O feriado esteve garantido<sup>575</sup>.

Nos anos seguintes, apesar de não oficial, continuaram os feriados concedidos, através de acordo, pelo município, estado, comércio, bancos, indústrias, escolas e imprensa<sup>576</sup>.

Continuava cada vez mais comum, que os eventos organizados pela Igreja tomassem ares de evento cívico, como, por exemplo, a criação de novas dioceses no interior do Estado. Em 1919, quando dois conhecidos sacerdotes pernambucanos foram sagrados bispos<sup>577</sup>, *o governador deu recepção em Palacio em honra dos snrs. Bispos*<sup>578</sup>.

Do exposto, inferimos que havia grande intensidade nas relações entre grupos intelectuais católicos e não católicos durante o período em estudo. E que as relações entre estes grupos foi, muitas vezes, mais próxima do que podem nos fazer supor a propaganda dos livre-pensadores na época, e a interpretação de parte da historiografia sobre o tema<sup>579</sup>.

Mesmo na relação com os grupos intelectuais hostis ao catolicismo, podemos afirmar que todos se encontravam no mesmo patamar de plausibilidade social, visto que os modelos de organização e as estratégias de mobilização eram as mesmas.

Por fim, é possível compreender que as associações de leigos católicos encontravam-se no mesmo plano *das relações objetivas entre as posições* dos grupos intelectuais com as quais concorria, podendo, assim, formular um projeto de identidade nacional que fez parte do *habitus* intelectual brasileiro, tornando-se *princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características*<sup>580</sup> do Brasil no final do século XIX e início do XX, conforme trataremos no próximo capítulo.

<sup>575</sup> FIGUEIRÔA, Frei Tito (OCarm.). *Op. Cit.*, p. 112, 114.

<sup>576</sup> *Idem*, p. 121.

<sup>577</sup> D. Ricardo Vilela, eleito 1º bispo de Nazaré da Mata, e D. João Tavares Moura, eleito 1º bispo de Garanhuns, em 3/07/1919.

<sup>578</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, 19 set. 1919.

<sup>579</sup> Ver item 1.2 RELAÇÕES ENTRE O CATOLICISMO E A MODERNIDADE NO BRASIL.

<sup>580</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**, p. 191.

### 3.2. CATOLICISMO: PROGRESSO E BEM

O *habitus* da elite intelectual brasileira durante a república velha esteve intimamente relacionado à formulação da identidade nacional<sup>581</sup>. Conforme já analisamos anteriormente<sup>582</sup>, ser intelectual naquele período implicava, quase que automaticamente, em pensar a nação, ou seja, em buscar soluções para os problemas do país, fossem estes políticos, econômicos, urbanísticos, educacionais; enfim, como se dizia à época, todos os intelectuais buscavam maneiras de superar os obstáculos que entravavam o progresso do Brasil<sup>583</sup>.

Naquele contexto, nenhum grupo intelectual questionava a necessidade, intrínseca, inexorável, do progresso. Esta era a meta final de toda a elite brasileira: o progresso da nação. Deste modo, qualquer formulação identitária proposta na época girava em torno do binômio diagnóstico-solução, de acordo com o que então se considerava o método científico. Segundo André Joanilho,

Antes de ser uma idéia importada, a noção de progresso torna-se um *lugar* onde pensamento e ação encontram os meios para racionalizar a realidade e traçar os planos de execução, ou melhor, ela é o fundamento de quase todos os pensamentos produzidos no ocidente e, *de facto*, a única **lei** em que os historiadores científicos, em meados do século, podiam estar de acordo, era a lei do progresso<sup>584</sup>.

A fim de compreender como a religião católica, o progresso e a ciência puderam convergir para propor uma identidade brasileira perfeitamente plausível, precisamos, portanto, analisar a relação destes três conceitos tal como eram percebidos na época.

A filósofa Hanna Arendt faz uma breve genealogia da idéia de *progresso*, explicando que:

O conceito de Progresso, como esforço amplo e cooperativo no interesse do conhecimento em si mesmo, *no qual todos os cientistas*

---

<sup>581</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira: *A primeira e talvez a maior das conclusões que a literatura produzida sobre cultura na Primeira república nos permite chegar é a do papel de vanguarda política que os intelectuais se auto-atribuíam, e a aceitação geral na sociedade brasileira de que a eles cabia a “missão” de iluminar as elites que construiriam o povo-nação.* (GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *In: Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 270).

<sup>582</sup> Conforme analisamos no item 2.2 HISTORIOGRAFIAS DA NAÇÃO, deste trabalho.

<sup>583</sup> Ao mesmo tempo em que a busca destas soluções enquadrava, quase que automaticamente, o indivíduo no campo intelectual, uma vez que os intelectuais brasileiros deste período não eram necessariamente recrutados em ambientes acadêmicos.

<sup>584</sup> JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação**: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004, p. 27.

*do passado, do presente e do futuro têm uma parte..., apareceu desenvolvido de forma completa pela primeira vez nas obras de Francis Bacon [1561 – 1626]*<sup>585</sup>.

Arendt, em seguida, aponta as principais conseqüências do uso do conceito:

Com esse conceito operou-se, a princípio quase automaticamente, uma mudança importante na compreensão do Tempo: a elevação do Futuro à posição ocupada pelo Presente ou pelo Passado. A idéia de que cada geração subsequente saberia mais do que aquela que a precedeu e de que esse progresso jamais se completaria – uma convicção que só agora, em nosso tempo, vem a ser questionada – já era suficientemente importante; mas, para nosso contexto, mais importante ainda é a percepção simples e natural de que o *conhecimento científico* só foi e só pode ser alcançado *passo a passo, pela contribuição de gerações de exploradores na construção que se faz sobre as descobertas de seus predecessores, corrigindo-as de maneira gradual*<sup>586</sup>.

Ainda segundo Arendt, esta percepção da acumulação do conhecimento deu origem a um *imenso otimismo quanto ao que o homem pode conhecer e aprender*<sup>587</sup>. Um conhecer e um aprender que só poderiam ser realizados coletivamente, através da Humanidade (com H maiúsculo):

O decisivo nessa formulação é que a noção de *todos os homens juntos*, que, é claro, constitui um pensamento e não uma realidade, foi de imediato construída segundo o modelo do *homem*, de um *sujeito* que podia servir como um nome para todos os tipos de atividades expressas por verbos. Esse conceito não era uma metáfora propriamente dita; era uma completa **personificação**, do tipo das que encontramos nas alegorias das narrativas da Renascença. Em outras palavras, o **Progresso tornou-se o projeto da Humanidade**, atuando por trás dos homens reais – uma força personificada que iremos encontrar mais tarde na *mão invisível* de Adam Smith, no *ardil da natureza* de Kant, na *astúcia da Razão* de Hegel e no *materialismo dialético de Marx*<sup>588</sup>. (grifo nosso)

Na Europa esta personificação das idéias de Progresso e Humanidade, ganhou lugar de destaque no meio filosófico após a Revolução Francesa, que demonstrou *a realização possível de coisas invisíveis como **liberte, fraternité, egalité***<sup>589</sup>, passando, rapidamente, a se fazer presente também na esfera pública francesa e, posteriormente, na esfera pública internacional.

<sup>585</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. O pensar, o querer, o julgar. 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, volume 2, p. 301.

<sup>586</sup> *Idem*.

<sup>587</sup> ARENDT, Hannah. *Op. Cit.*, p. 302.

<sup>588</sup> *Apud*: ARENDT, Hannah. *Op. Cit.*, p. 302.

<sup>589</sup> *Idem*.



No Brasil as idéias de progresso e humanidade efetivamente se personificaram no último quartel do século XIX, a partir das campanhas abolicionistas, que, significaram a corporificação da idéia de *liberdade* no plano jurídico e político<sup>590</sup>. A revolução que proclamou a República, e as agitações armadas ocorridas durante os governos militares, parecem ter contribuído para personificar coisas invisíveis/idéias; por exemplo, a idéia republicana já se tornara realidade, a idéia de liberdade tentava personificar-se na Revolta da Chibata<sup>591</sup>.

Durante o final do século XIX e o início do século XX os intelectuais brasileiros habituaram-se, portanto, à personificação de idéias, e as idéias de *Progresso, Humanidade e Ciência* assumiram, rapidamente, lugar de destaque na esfera pública nacional – disposta a diagnosticar os problemas do país.

Neste ambiente, as tentativas de efetivar o *Progresso* – depois do diagnóstico deveria vir a solução - tomaram ares de imperativo moral. Era voz comum a defesa dos interesses da Humanidade, como, por exemplo, afirmava em 1890, até mesmo um pequeno jornal feminino<sup>592</sup>: *E todo cuidado, mesmo com sacrifícios em educar os filhos, não pelo interesse, unipessoal, mas geral da humanidade*<sup>593</sup>.

Esta personificação dos conceitos e sua transformação em imperativos morais, estão na base da plausibilidade do projeto católico de identidade nacional, pois, trabalhar com imperativos morais era, talvez, aquilo que o discurso católico mais sabia fazer.

Religião e moral, naquele contexto, faziam parte do mesmo repertório, portanto, se o *Progresso* associava-se à moral, podia associar-se, também, à

---

<sup>590</sup> Por exemplo, os positivistas rio-grandenses falam dos sucessos do Brasil: *A estrada percorrida foi áspera, muitas vezes, mas as virtudes da raça se afirmaram e temperaram na jornada, dando aos povos ocidentais magníficos testemunhos de amor á ordem e ao trabalho. Se a proclamação da Independência nacional foi o resultado, por assim dizer, de combates incruentos do pensamento, contratando nisto com todos os demais povos desta parte do Continente, as nossas outras grandes conquistas sociais, que foram a Abolição e a República, não desmentiram as tradições de fraternidade e civismo que já houvérmos conquistado. Entre flores raiou o 13 de maio, e entre aclamações de júbilo o 15 de novembro.* (COMMEMORAÇÕES EM HONRA DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 1922. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1923, p. 11. Editorial d'A Federação.)

<sup>591</sup> Sobre a Revolta da Chibata ver: SILVA, M. A. da. **Contra a Chibata**: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Tudo é História.

<sup>592</sup> Jornal "A Rosa". A diretora do jornal, e também proprietária da tipografia que o imprimiu, era Pórcia Constância de Melo, filha do comendador Antônio Joaquim de Melo, que conseguiu publicar 06 números do seu jornal. (NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VIII - Periódicos do Recife – 1901 – 1915, p. 301-302)

<sup>593</sup> A FAMILIA. *A Rosa*: Periodico critico e scientifico, Recife, 11 nov. 1890. p. 2.

religião. Não era, porém, uma operação simples associar a religião ao *Progresso* e, neste argumento estava o cerne do projeto católico de identidade nacional.

A estratégia de aproximação da Igreja com os elementos mais característicos da modernidade – o progresso, a ciência e as transformações da vida material – construiu-se com base em um discurso que sacralizou o *progresso* e o *seu projeto para a humanidade*.

Sacralização esta possibilitada pela argumentação de ordem moral que foi associada ao *Progresso*. Através do olhar dos intelectuais brasileiros a efetivação histórica do *Progresso* tornou-se um imperativo de moral, semelhante, na lógica religiosa, à efetivação histórica do *Bem* cristão/católico. Querer o *Progresso* correspondia a querer o *Bem*. E quem iria ser contra o *Bem*, quem iria ser contra o *Progresso*?

Esta equiparação *Progresso* – *Bem* foi comum ao campo intelectual brasileiro laico e católico, pois se tratava de uma personificação, de uma alegoria socialmente construída, elemento chave do *habitus* intelectual brasileiro do período, e amplamente aceito na sociedade civil, visto que, de maneira geral, o Estado e a sociedade brasileiros reconheciam a religião como espaço legítimo, e até imprescindível, da atividade humana<sup>594</sup>.

Assim, para que a proposta da identidade católica para o Brasil fosse aceita, bastou que os intelectuais católicos conciliassem argumentos característicos do repertório católico – o providencialismo, a orientação escatológica/linear do tempo, a ordem celeste/terrestre, a revelação - com argumentos do repertório cientificista – progresso, ciência, desenvolvimento, raça, educação, povo, nação, Estado – formulando, portanto, um projeto plausível para a sociedade brasileira.

O primeiro passo para aproximar o catolicismo do progresso era, necessariamente, a conciliação da ciência com a revelação, ou da ciência com a fé. Para compreendermos os mecanismos que permitiram esta conciliação, precisamos retomar o argumento de que, em geral, no Brasil, a religião era socialmente reconhecida como aspecto intrínseco da constituição humana, conforme explicava, em 1907, Frei Mathias Teves: *Tem a demonstração da necessidade da revelação*

---

<sup>594</sup> Não descartamos a existência do ateísmo no período em estudo, apenas consideramo-lo de pequena influência no meio intelectual brasileiro.

*por suposição necessária a demonstração do estado anormal das condições éticas e religiosas no paganismo, fato este em que a argumentação toda se baseia*<sup>595</sup>.

Esta afirmação foi repetida à exaustão pelos intelectuais católicos, normalmente usando como reforço argumentativo a opinião de cientistas contemporâneos, que confirmavam aquilo que os católicos sabiam pela fé, como fez, por exemplo, Luiz Corrêa de Britto, diretor do Círculo Católico, ao proferir um discurso amparado na opinião de um sociólogo; afirmando:

Mas, como católicos e como amigos do progresso, temos a certeza de que a religião não pode morrer. Esta convicção não resulta somente de nossas crenças, de nossa fé, resulta do caráter essencialmente social da religião, da influência poderosa que ela exerce sobre todas as ordens dos fenômenos sociais, influencia reconhecida por grandes sociólogos, pelos verdadeiros sábios (...). **René Worms**<sup>596</sup>, em sua obra sobre a filosofia das ciências sociais, assim se exprime: A religião não se revela como um fato social somente por sua ação sobre os outros fatos sociais. Ela se mostra tal por si mesma, por tudo o que contém e organiza diretamente. Todas as suas criações têm uma forma social; tudo o que dela vem tem um alcance coletivo<sup>597</sup>. (grifo nosso)

De acordo com a lógica dos intelectuais católicos, uma vez *comprovada* a necessidade que os homens tinham da religião estaria, automaticamente, *comprovada* a necessidade humana da revelação, no sentido cristão, pois esta supria uma necessidade fundamental do ser humano.

Esta segunda assertiva também foi divulgada de diversas maneiras. Em linguagem popular, quando se tratava de evento para o grande público, como na festa de Nossa Senhora do Carmo:

O homem, **usando de sua razão** na direção da vida, não pode ficar na dúvida. Tem necessidade de saber d'onde vem, para onde vai e qual o caminho por onde pode chegar com felicidade ao termo de sua existência. **As nações modernas, da mesma forma que os**

<sup>595</sup> TEVES, Fr. Mathias. **Necessidade da Revelação**. Conferencia Catholica realizada no Instituto Archeologico em 15 de setembro de 1907 por Frei Mathias Teves. Recife: Typ. J. Agostinho Bezerra, 1907, p. 7.

<sup>596</sup> *Sociólogo e filósofo francês (1867 – 1926) foi professor de direito na Universidade de Caen e de economia política no Instituto Comercial de Paris. Professor de história da sociologia na Escola de Altos Estudos Sociais. Conselheiro de Estado. Em 1893, René Worms fundou o Instituto Internacional de Sociologia, a Revue Internationale de Sociologie e a Biblioteca Sociológica Internacional.* (DICIONÁRIO de Sociologia Globo. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1981, p. 361 – 362)

<sup>597</sup> BRITO, Luiz Corrêa de. **Acção Social Catholica**. Obras dos Circulos Catholicos. Conferencia realizada no "Circulo Catholico de Pernambuco", pelo seu presidente Dr. Luiz Corrêa de Brito. Recife: Typ. do Diario de Pernambuco, 1910, p. 8-9.

**indivíduos, não podem prescindir das convicções religiosas**<sup>598</sup>.  
(grifo nosso)

Ou em linguagem acadêmica, quando a assistência era composta por intelectuais, como no caso do IAHG:

Pois falando da necessidade da revelação não a entendo como absoluta, metafísica, tal que resultasse da essência humana, mas unicamente a necessidade relativa, moral, quer dizer a revelação é de tal forma necessária qual resulta logicamente da incapacidade histórica e presente do gênero humano a chegar por próprias forças a perfeita realização da idéia religiosa<sup>599</sup>.

Tanto para o grande público quanto para o público especializado do campo intelectual, não era negada, a necessidade da verdade científica, pois, a esta cabia *auxiliar no problema complexo da felicidade humana*<sup>600</sup>, através da solução dos problemas materiais da humanidade<sup>601</sup>.

Porém, naquele contexto, a Igreja não precisava fazer apologia das vantagens do conhecimento científico. Havia, sim, necessidade de justificar, e fazer apologia, da necessidade da religião na sociedade moderna, ao mesmo tempo em que era necessário rebater as constantes acusações de obscurantismo de que a Igreja era vítima<sup>602</sup>.

Para tanto, os católicos procuraram, desde o final do século XIX, fazer declarações públicas que evidenciassem o seu apreço pelo conhecimento científico, reafirmando continuamente a compatibilidade/complementaridade entre fé e razão.

Podemos identificar este tipo de declaração sendo divulgada através de todos os meios de comunicação existentes à época.

Por exemplo, o bispo de tendências políticas monarquistas, D. Esberard, tratou, em 1891, de afirmar a compatibilidade entre fé e ciência na sua Carta Pastoral de apresentação, ao assumir a diocese de Olinda:

<sup>598</sup> SILVA, Vig. Augusto Franklin M. da. **Discurso proferido na festa solemne da excelsa Virgem Nossa Senhora do Carmo**, em seu contexto da cidade do Recife no dia 16 de julho de 1895 pelo Vigário Augusto Franklin M. da Silva. Recife: Typographia E. F. Boulitreau, 1895, p. 18.

<sup>599</sup> TEVES, Fr. Mathias. **Necessidade da Revelação**. p. 8.

<sup>600</sup> TEVES, Fr. Mathias. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>601</sup> O próprio Pio X afirmara: *Sem dúvida o desenvolvimento da ciência abriu novos horizontes á inteligência humana; aumentou singularmente o império do homem sobre a natureza; melhorou de cem maneiras diferentes as condições desta vida terrestre (Apud: BRITO, Luiz Corrêa de. **Acção Social Catholica**, p. 9)*

<sup>602</sup> *E por que acusar-se o catolicismo de obscurantismo?* Perguntava o padre Hermeto Pinheiro em conferência proferida na comemoração da virada do século. (Cf.: PINHEIRO, Pe. Hermeto. **O Catholicismo e as Escolas Philosophicas**. Conferencia em homenagem a Christo Redemptor, pelo Padre Hermeto Pinheiro. Recife: Atelier Miranda, 1901, p. 8).

Amais apaixonadamente a ciência? Fazeis bem. Mas porque não estudareis com igual afinco os sólidos fundamentos e os elevados princípios da nossa fé? **Conflitos entre a religião e a ciência, não somos nós que os tememos. Esses imaginados conflitos são intrinsecamente impossíveis. Tanto a fé como a razão procuram a verdade. A fé católica tem por objeto a verdade revelada por Deus; a ciência tem por objeto a verdade descoberta pela razão.** Em ordens diversas o objetivo é o mesmo. A verdade não contradiz a verdade. Demais, fé e razão procedem ambas de Deus e a ele nos devem conduzir<sup>603</sup>. (grifo nosso)

Assim como o fez, em 1908, D. Luiz da Silva Britto, em linguagem mais apologética:

O – vade retro, Satana – contunde os dentes que a procuram morder, apaga os fachos infernais com que procura-se afeia-la [à Igreja], representando-a à sua luz sinistra como inimiga da razão e do progresso!

Ella [a Igreja] afirma o seu ensino, e, passada a tempestade, a razão e o progresso se encontram maravilhados em seu seio, reconhecendo que só ela sabe guiar aquela e animar este, vivificando-o<sup>604</sup>.

E fizeram os intelectuais leigos, como Corrêa de Britto:

Passou o tempo em que se dividia a alma humana em duas partes: uma em que reinava a ciência, senhora absoluta da inteligência, do pensamento e mesmo da consciência; outra, destinada à fé, que só tinha o direito de manifestar-se nos templos<sup>605</sup>.

Mas, os intelectuais católicos buscavam não apenas resolver o impasse das boas relações entre a Igreja e a ciência. O passo subsequente seria argumentar que há dezenove séculos a Igreja Católica era a maior promotora do conhecimento humano e da ciência.

Esta assertiva proliferou-se através de jornais e conferências, populares e acadêmicas. Em todas as oportunidades os intelectuais católicos davam exemplos de épocas da história em que a Igreja havia protegido o conhecimento, ou afirmavam que a Igreja protegera a ciência antes do mundo secular. Como, por exemplo, afirmou o vigário Augusto Franklin em seu discurso proferido na já referida festa de N. Sra. do Carmo em 16 de julho de 1895: *Está na consciência pública e*

<sup>603</sup> ESBERARD, D. João. **Da Igreja e da sua divina missão**. Carta Pastoral do Bispo de Olinda saudando aos seus diocesanos. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos, 1891, p. 151.

<sup>604</sup> BRITTO, D. Luiz da Silva. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Publicando as suas impressões de sua viagem a Europa 1908, p. 19-20.

<sup>605</sup> BRITO, Luiz Corrêa de. **Acção Social Catholica**, p. 13.

*universal que a Igreja foi sempre a protetora da verdadeira ciência que, asilada nos claustros, d'aí saiu para iluminar as sociedades, com a sua força onipotente*<sup>606</sup>.

Também eram comuns as referências aos grandes cientistas católicos; conforme exposto nesta conferência proferida no Gabinete Português de Leitura, por ocasião das festas da passagem do século e em homenagem ao Cristo Redentor:

Qual o gênero do conhecimento humano em que os católicos não se tenham feito representar com distinção?

Nas matemáticas, apontam os Descartes, os Cauchys e os Pascaes; nas ciências naturais, Meignans; nas físicas, os Kikers; na astronomia, os Sechis, os Keplers e os Copernicos; na filosofia, os gênios excepcionais de Santo Agostinho, de S. Thomaz d'Aquino, Duns Scotto, sem falar em Moigno que percorreu com vantagem a escala das diversas ciências da humanidade, tornando o seu nome gloriosamente célebre<sup>607</sup>.

No dia-a-dia os colégios católicos se encarregavam de enfatizar este argumento, dotando suas escolas de técnicas e aparatos científicos: gabinetes de mineralogia e de física<sup>608</sup>, laboratórios de química<sup>609</sup>, ginástica sueca<sup>610</sup> e banhos diários (sem camisa de banho)<sup>611</sup>.

O argumento mais complexo dos intelectuais católicos, porém, não era este, não bastava mostrar que a religião católica promovia a ciência. Com este argumento os católicos apenas mostravam as boas relações entre fé, ciência e do progresso, mas estes permaneciam fora do âmbito religioso, em um universo próprio.

A fim de imbricar definitivamente catolicismo, ciência e progresso, era necessário demonstrar que **o progresso – tanto através da ciência quanto através da revelação - era parte do plano divino**. Esta era a justificativa que sacralizaria o *Progresso*, equiparando-o ao *Bem*, e possibilitando aos católicos fazer

<sup>606</sup> SILVA, Vig. Augusto Franklin M. da. **Discurso proferido na festa solemne da excelsa Virgem Nossa Senhora do Carmo**, p. 13.

<sup>607</sup> PINHEIRO, Pe. Hermeto. **O Catholicismo e as Escolas Philosophicas**, p. 10.

<sup>608</sup> FERREIRA, Julio Pires. **Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano**, na qualidade de paranympho dos bacharelados em Sciencias e Letras. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910.

<sup>609</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Livro de Registro da Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega*, 1943.

<sup>610</sup> ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, maio 1919.

<sup>611</sup> CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. Educadoras alemães no trópico: as beneditinas da Academia Santa Gertrudes. Disponível on-line em: [www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate), pesquisado em 09/07/2007. p.6.

uso do repertório religioso no campo intelectual, em prol da identidade católica para o Brasil.

A título de exemplo, vamos analisar a conferência que o intelectual católico leigo Luiz Corrêa Britto proferiu em 1910 no Círculo Católico de Pernambuco, pois acreditamos que naquela fala o argumento de que **o Progresso fazia parte do plano divino para a história humana** foi desenvolvido plenamente.

Corrêa de Britto iniciou a conferência afirmando que o Círculo Católico não era uma associação religiosa, era uma *obra social católica* - o que implicava em preocupação, e ação, em todas as áreas da atividade humana, não apenas no plano espiritual<sup>612</sup>.

À preocupação da Igreja com a totalidade da vida humana, Corrêa de Britto intitulou *questão social* – inspirado na doutrina social da Igreja, proposta por Leão XIII – que só poderia ser resolvida, ou atenuada, através do estudo de todos os problemas da humanidade, de qualquer ordem que fossem<sup>613</sup>.

Seguiram-se os argumentos que já analisamos anteriormente: a necessidade humana da verdade científica e da verdade religiosa, a proteção sempre oferecida pela igreja à ciência e o papel de guia da humanidade que cabia à Igreja.

Feitos estes argumentos, Corrêa de Britto passou à análise da questão principal:

**É que como assinala Brunetière há no seio do catolicismo não somente um princípio ou um fermento da evolução, mas uma evolução real, uma evolução de dentro pra fora, uma evolução de fato, historicamente verificável.**

Nesta evolução os dogmas da igreja não variam, mas se desenvolvem, precisam-se mantendo a sua integridade contra os assaltos que lhe são dirigidos, adaptam-se a circunstâncias novas e de sua fecundidade, que não tinham sido vistas até então, do mesmo modo que a ciência descobre nos corpos ou nas figuras propriedades que até então não eram conhecidas.

A imutabilidade do dogma, em vez de ser um obstáculo ao seu desenvolvimento, é uma condição deste desenvolvimento. Em nenhum momento da história ou do tempo sabemos tudo o que ele é, tudo o que ele pode produzir e que vamos pouco a pouco descobrindo á medida que ele se desenvolve.

<sup>612</sup> BRITO, Luiz Corrêa de. **Acção Social Catholica**, p. 1.

<sup>613</sup> BRITO, Luiz Corrêa de. *Op. Cit.*, p. 2-3.

Dá-se o mesmo com a ciência, que não inventa, descobre fatos e leis. Mas a natureza é sempre a mesma. O progresso do espírito humano consiste em ver as verdades, que até então não tinha visto.

**Mas a condição deste progresso é a imutabilidade destas verdades.**

O cristianismo, longe de estacionar, de parar, de retrogradar, tem sido sempre contemporâneo da humanidade, porque tem sabido adaptar a necessidades novas as verdades eternas, que formam o seu fundamento inabalável.

O progresso social nunca teve instrumento melhor e mais seguro do que o progresso religioso<sup>614</sup>. (grifo nosso)

O argumento filosófico exposto por Corrêa de Britto era simples: o dogma católico contém verdades morais imutáveis, que o homem vai descobrindo, compreendendo melhor, ao longo da sua história e se aperfeiçoando do ponto de vista moral. Portanto, a Igreja progride, como instituição, na compreensão dos dogmas, fazendo progredir a própria humanidade.

Para os intelectuais católicos, o paralelo com a natureza ajudava a explicar o raciocínio e equiparava dogma e ciência: as propriedades da natureza são imutáveis – a lei da gravidade existia no tempo Jesus e continua existindo – o homem é que vai conhecendo-as ao longo de sua história, ao longo do seu progresso. No entanto, o homem só pode progredir no conhecimento da natureza (na ciência que descobre os usos da natureza – ferro, carvão, eletricidade) porque a natureza é imutável, permitindo que a inteligência humana conheça a natureza progressivamente.

Se as leis da física mudassem com o tempo, seria quase impossível compreendê-las; se os dogmas religiosos mudassem com o tempo, seria quase impossível conhecê-los e usufruir dos seus benefícios no plano moral e espiritual. Por isso Deus ordenou as verdades da fé (dogmas religiosos e instruções morais) e da ciência (natureza), para que o homem fosse capaz de conhecê-las de acordo com o desenvolvimento da Humanidade<sup>615</sup>.

---

<sup>614</sup> *Id. Ibidem.*, p. 5-6.

<sup>615</sup> A união entre a fé e a razão surge pela primeira vez no cristianismo quando de sua aproximação com o pensamento grego, no final do século I e início do século II. O movimento da patrística (século IV) também usou do conhecimento racional para o fortalecimento da fé e o esclarecimento das verdades cristãs. Porém, o movimento preponderante neste sentido foi capitaneado por São Tomás de Aquino (sec. XIII) que, a partir das proposições filosóficas de Aristóteles, passou a usar o argumento da complementaridade entre fé e razão como elemento constitutivo do próprio catolicismo (Cf.: PERINE, Marcelo. **O Sagrado na Modernidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto Jacques Maritains, 2003). No Brasil o tomismo reapareceu no final do século XIX, conforme análise de David



Assim, o argumento central era a afirmação que, tanto o dogma quanto a ciência conduzem ao progresso humano, porque a **moral** da igreja atua com uma lenta, mas contínua, influência sobre o espírito humano, e assim, consegue *transformar os costumes e mudar as instituições*<sup>616</sup>.

Em certa medida, a interpretação das relações entre Igreja e Progresso (ou entre dogma e Progresso) realizada por Corrêa de Britto, nos lembra o argumento do padre francês Hugo-Félicité de Lammenais (1782 – 1854), para quem,

O catolicismo é a culminação dos princípios organizadores de uma religião natural e primitiva, anteriores aos dois Testamentos. Portanto, é o princípio unificador da história da Humanidade, o único detentor de uma *razão geral*. Em outras palavras, a Revelação cristã é um sistema organizador superior e sem falha: de fato, como princípio de continuidade que orienta a história, ela funda uma fé que se apóia num sentido comum à maioria dos homens (mesmo os pagãos lhe deram sua contribuição). Essas crenças gerais estabelecem a verdade cristã que se encarna na autoridade da Igreja e justificam a idéia de um progresso do pensamento no seio do catolicismo. Conseqüentemente, para Lamennais, os católicos podem reconciliar a ciência e a fé e animar o debate científico<sup>617</sup>.

Lammenais envolveu-se em conflitos com a hierarquia eclesiástica, defendendo a separação entre Igreja e Estado, e o regime político democrático. Suas teses acabaram formalmente condenadas através da Encíclica *Mirari Vos* (1831), do papa Gregório XVI (1831 – 1846) - conhecida como a primeira das encíclicas anti-modernas<sup>618</sup>.

Até onde pudemos pesquisar, não encontramos elementos que nos permitam afirmar se Corrêa de Britto, ou outros intelectuais católicos da época, tiveram acesso à obra de Lammenais.

---

Geiros: *Ao mesmo tempo que o ultramontano Soriano de Sousa restabelecia no Brasil as bases filosóficas do tomismo, o Senador Cândido Mendes de Almeida, brilhantemente, lutava contra o galicanismo através de seu estudo de quatro volumes sobre as legislações portuguesas e brasileira* (VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 1980. p. 35 – 36). O neo-tomismo foi o sistema filosófico preponderante no meio intelectual católico no início do século XX, oficialmente desencadeado no pontificado de Leão XIII (FRANCA, Leonel. **Noções de história da filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1973. Parte VII – A filosofia no Brasil - Séc. XIX-XX).

<sup>616</sup> BRITO, Luiz Corrêa de. *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>617</sup> *Apud*: SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. *In.*: Revista Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 1, Junho 2004. Disponível online em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 Jan. 2009, p. 134.

<sup>618</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à História da Igreja**. 5ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997, volume 2, p. 213- 215.

Acreditamos que houve uma influência indireta deste pensamento, através da obra de Frédéric Ozanam, que, de acordo com Hervé Serry, foi discípulo e continuador intelectual de Lammenais no campo social<sup>619</sup>.

Lembremos que a Ozanam foi o fundador das Conferências de São Vicente de Paulo, associação católica existente em Pernambuco desde 1887. E que foram presidentes da Conferência de Recife: o seu fundador, o industrial Carlos Alberto de Menezes (1887 – 1904), Manoel Gomes de Matos (1904 e 1927) e Luiz Corrêa de Britto (1927 – 1931), todos intelectuais católicos que também participaram da fundação e da direção do Círculo Católico de Pernambuco<sup>620</sup>.

Retomando o argumento de Corrêa de Britto, é importante atentarmos para a referência que este faz a *Brunetière* - não tanto pelo autor em si, mas pelo movimento do qual o mesmo fez parte.

Ferdinand Brunetière (1849 – 1906), intelectual francês, foi um famoso crítico da literatura que se converteu ao catolicismo após o estudo das obras de Bossuet e do processo dedutivo oriundo do positivismo. Brunetière desenvolveu o argumento de sua conversão ao catolicismo afirmando que a ciência falhara em sua promessa de conceder felicidade à humanidade, a qual só podia ser encontrada através da fé católica<sup>621</sup>. Já convertido, Brunetière se envolveu em importante polêmica acerca do *paradigma da responsabilidade*, conforme nos explica Hervé Serry:

O escritor não pode mais posicionar-se fora da ordem social. [O livro] **O discípulo**<sup>622</sup> suscitará uma polêmica entre Ferdinand Brunetière e Anatole France. Este último afirma os direitos da estética e da liberdade do artista: toda tutela da filosofia vai contra o progresso. Brunetière recusa essa liberdade em nome da impossibilidade de conceder qualquer autonomia às idéias<sup>623</sup>.

<sup>619</sup> De acordo com SERRY: *Não obstante essa rejeição, o movimento que ele iniciou terá uma descendência fecunda. Seus discípulos e continuadores intelectuais prosseguirão sua ação no domínio litúrgico (dom Guéranger), social (Frédéric Ozanam), religioso (Henri de Lacordaire e Emmanuel d'Alzon) ou ainda da ciência (François Rio e o abade Migne)*. (SERRY, Hervé. *Op. Cit.*, p. 134.)

<sup>620</sup> DELGADO, José Luiz. História de 125 anos. *In*: Site da Sociedade São Vicente de Paulo – Conselho Metropolitano de Olinda e Recife – PE. Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/galeria.php](http://www.vicentinospe.org/galeria.php), pesquisado em 20/01/09, às 00:27h.

<sup>621</sup> Biografia de Ferdinand Brunetière. *In*: Site CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. Disponível on-line em: [www.newadvent.org/cathen/03010a.htm](http://www.newadvent.org/cathen/03010a.htm), pesquisado em 19/01/09, às 23:08h.

<sup>622</sup> Livro publicado em 1889 por Paul Bourget: *A história trágica do jovem discípulo proveniente de um meio modesto, que se torna assassino porque é incapaz de dominar o saber abstrato do cientista que admira, pretende ser a demonstração da necessária recusa da figura do cientista profético em nome de um "paradigma da responsabilidade"*. (SERRY, Hervé. *Op. Cit.*, p. 139.)

<sup>623</sup> SERRY, Hervé. *Op. Cit.*, p. 139.

Para além da polémica específica de Brunetière com Anatole France, nos interessa perceber que este autor também utilizou o argumento de que a verdade científica não era suficiente para a humanidade, de que era necessária a verdade revelada que, fornecendo os princípios morais da humanidade, garantia a sua felicidade.

Brunetière fazia parte de um conjunto de intelectuais franceses que protagonizou o chamado renascimento da literatura católica na França, ao longo do século XIX e o início do XX, quando se realizaram diversas conversões, ou reconversões, de escritores franceses à religião católica, conforme foi analisado pelo sociólogo Hervé Serry<sup>624</sup>.

Embora as análises de Hervé Serry estejam voltadas para o universo literário francês<sup>625</sup>, acreditamos ser possível fazer uma analogia com o processo de *sacralização do Progresso* efetivado pelos intelectuais católicos brasileiros:

A aliança objetiva de escritores com o combate da instituição católica fixa-se especialmente na capacidade da Igreja de definir uma moral social que a ciência acreditara poder elaborar. Diante da liberalização da imprensa e da maior influência da produção intelectual sobre massas cada vez mais escolarizadas, a teoria da responsabilidade definida por Bourget (e aprovada por Brunetière) permite a esses escritores definir seu papel ao lado do clero. Contra os positivistas, a posição dos neocristãos — para além de sua diversidade — **pode ser lida como uma vontade de alinhar-se com uma ciência e uma razão devolvidas à sua verdade, porque subordinadas à moral. Moral cujo fiador é a tradição católica mantida pela Igreja de Roma.** Os pontos de vista político e literário juntam-se de maneira perfeita na defesa da instituição eclesial: (...) Às veleidades dos naturalistas, adeptos de uma arte social crítica, e aos defensores da arte pela arte (o Parnaso e o simbolismo), desprendida de toda coerção social, os escritores (neo)católicos respondem com a **submissão a uma ordem moral que não apenas não limitaria a prática artística, mas lhe daria sua verdadeira vocação**<sup>626</sup>. (grifo nosso)

Assim, a partir da aproximação do *Progresso* com a moral, tornava-se imperativo associar também *Progresso* à *Bem*. Deste modo, o imperativo moral do *Progresso* laico e livre-pensador, transformou-se no imperativo moral do *Progresso/Bem* católico.

<sup>624</sup> SERRY, Hervé. *Op. Cit.*

<sup>625</sup> Sobre o universo literário católico no Brasil ver: SCHINCARIOL, Marcelo Tadeu. Catolicismo, Romance Católico e Crítica Literária no Contexto da Revista *A Ordem*. In: Revista de Estudos da Religião - REVER, São Paulo: Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo, Nº 4, 2006, pp. 96-124. Disponível on-line em: [www.pucsp.br/rever/rv4\\_2006/t\\_schincariol.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2006/t_schincariol.htm), pesquisado em: 04/02/2007, às 12:34h.

<sup>626</sup> SERRY, Hervé. *Op. Cit.*, p. 140.

Evidentemente este discurso foi transmitido de maneiras mais simples através dos meios de comunicação de massa, como jornais, projeções luminosas, conferências.

O Cônego Pereira Alves, por ocasião da missa comemorativa do centenário da revolução de 1817<sup>627</sup>, discursava:

O povo, como os indivíduos, desenvolvem-se n'uma tríplice ordem: intelectual, moral e física. (...) o **progresso material de um país está estreitamente vinculado à evolução de suas forças espirituais**. (grifo nosso)

E até mesmo livros de *vulgarização* para crianças difundiam a noção de que o Progresso era parte da obra divina, como fez, por exemplo, o famoso *Por que me ufano do meu país*, do Conde de Affonso Celso<sup>628</sup>.

Este muito conhecido, mas pouco estudado, intelectual católico, explica o sofisticado argumento lógico de que vimos tratando, em um livro para crianças, que foi best seller nas primeiras décadas do século XX<sup>629</sup>. Segundo Affonso Celso, o progresso viria para o Brasil independente da vontade dos brasileiros: *Quando não o quiséssemos, seríamos forçados a isso pela ordem natural das cousas, a lei infalível do desenvolvimento das forças e das necessidades. Viveremos, cresceremos, prosperaremos*<sup>630</sup>. (grifo nosso)

Afinal, se Deus dera ao Brasil tantas riquezas, para que haveria de ser, senão para garantir o progresso do país?!? Este é o argumento do parágrafo final do livro, que afirma a obrigatoriedade do progresso graças ao plano divino:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos<sup>631</sup>.

<sup>627</sup> Este discurso foi proferido por ocasião das comemorações do centenário da revolução de 1817, que foi alvo de polêmica por parte dos maçons que se sentiram excluídos do evento. Tratamos deste assunto no item 3.1. HABITUS INTELECTUAL CATÓLICO.

<sup>628</sup> CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país**. 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.

<sup>629</sup> Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh (org.) *et. al.*. **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 70.

<sup>630</sup> CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 168.

<sup>631</sup> *Id. Ibidem.*, p. 169.

Enfim, Affonso Celso afirma que haverá Progresso, porque Deus assim o quer.

O livro de Affonso Celso reproduz este argumento até mesmo através das suas ilustrações. Apesar da edição simples<sup>632</sup>, como convém a um livro de vulgarização, com grandes tiragens, para crianças, o livro de Affonso Celso é ilustrado com desenhos, em preto-e-branco, que reproduzem as linhas decorativas e os modelos ornamentais da cerâmica marajoara, ou, diretamente ilustram algumas das *riquezas brasileiras*: a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem, o Amazonas e o povo brasileiro – todas as *dádivas* da Providência ao país.

Sem os arroubos da oratória dos conferencistas, Afonso Celso não deixa também de aproximar religião e ciência. No capítulo XXVIII do livro *Por que me ufano do meu país*, Afonso Celso analisa a necessidade dos estudos e pesquisas a serem realizados no Brasil, referindo-se, de maneira muito natural, à questão da origem dos indígenas brasileiros.

Neste item o autor trata de fósseis e sambaquis, citando as *centenas de espécies pré-históricas no vale do Rio das Velhas e cavernas da Lagoa Santa [afirmando a existência do homem no Brasil], em época na qual não se supunha tivesse vivido o gênero humano em qualquer outro ponto*<sup>633</sup>.

Percebemos que no discurso de A. Celso, o *Progresso* brasileiro remonta às origens da humanidade, ao que popularmente chamaríamos da pré-história - tema que o autor analisa sem nenhum traço de polêmica acerca da questão da criação<sup>634</sup>.

Assunto bastante delicado entre os intelectuais católicos da época, a questão da criação do homem é um bom exemplo da progressiva conciliação realizada entre ciência e fé e entre Progresso/Bem, mesmo quando se tratava de temas espinhosos.

Em 1901, no ano do lançamento da primeira edição do livro de Affonso Celso, o Pe. Hermeto Pinheiro discursava no Recife sobre as teorias de Darwin e Haeckel:

---

<sup>632</sup> A edição que temos em mãos é a undécima, publicada em 1937 e com prefácio do autor, datado do ano anterior.

<sup>633</sup> CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>634</sup> É curioso percebermos que esta polêmica tem sido revisitada nos dias atuais através do debate da inclusão do criacionismo no ensino de ciências, principalmente no ensino fundamental.

É impossível, senhores, constituírem-se espécies por evolução de uma espécie inferior n'uma superior. Isto repugna à razão e é contradito pela experiência. Demais não têm valor demonstrativo os argumentos de Darwin e os de Haeckel<sup>635</sup>.

O padre Hermeto Pinheiro usou, ao longo de seis páginas, argumentos da lógica para contradizer as teorias de Darwin e Haeckel, porém, sua intenção era combater toda a *teoria materialista* - como se chamavam, à época, todas as correntes de pensamento que

Preferem reconhecer a matéria *o país natal do espírito*, na bela frase de Lacordaire<sup>636</sup>, do que aceitar esse princípio distinto da matéria, para não se verem obrigados a aceitar a existência de uma **causa primeira, eterna, necessária**, independente da **universalidade das coisas e causa do mundo por criação**<sup>637</sup>. (grifo nosso)

Contra a *teoria materialista* opunha-se a *teoria espiritualista*, que defendia a idéia de que um princípio superior – Deus – mantinha a invariabilidade das formas, e das leis da natureza, permitindo o progresso da ciência<sup>638</sup>. Este era o princípio científico defendido pelos católicos<sup>639</sup>.

A questão de fundo neste debate era, como sempre, a existência de Deus, e as conseqüências morais desta existência que, para os católicos, faziam da Igreja a intérprete da moralidade humana.

A polêmica da teoria da evolução assumiu vários contornos entre os intelectuais católicos. Desde a oposição cerrada, conforme expressa pelo Pe. Hermeto, até uma aceitação tácita, em geral expressa nos discursos voltados para um público mais amplo, como o livro de Afonso Celso.

Porém, apesar da discordância entre ambas posturas, tanto os intelectuais que negavam radicalmente a evolução, quanto os intelectuais que a aceitavam tacitamente, professavam a existência de um Deus ordenando a criação - fosse ela realizada de uma vez só (imutabilidade das formas dos seres vivos) ou em etapas (com mudança de formas dos seres).

<sup>635</sup> PINHEIRO, Pe. Hermeto. **O Catholicismo e as Escolas Philosophicas**, p. 30.

<sup>636</sup> Henri-Dominique Lacordaire (1802-61) foi um religioso dominicano, de conversão tardia (1824) que contribuía com Lamennais. Teria influenciado Ozanan, o fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo. (Cambridge Dictionary of Christianity. Cambridge: Cambridge University Press, 2009)

<sup>637</sup> PINHEIRO, Pe. Hermeto. **O Catholicismo e as Escolas Philosophicas**, p. 16

<sup>638</sup> *Idem*.

<sup>639</sup> Sobre a *reação espiritualista* no Brasil ver: BOTELHO, André. **O Brasil e os Dias**: estado-nação, modernismo e rotina intelectual. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 156 -171.

No início da década de vinte cristalizou-se um discurso que ao mesmo tempo reconhecia os avanços da ciência e a proeminência divina na criação da vida, encerrando a polêmica:

Por muito que a inteligência humana ajuíze os seus meios de pesquisa, jamais poderá conhecer certos e determinados atos demasiados dessa vontade patente. (...) Destarte o mundo obedece a leis sabiamente maquinadas, pela orientação duma inteligência infinita, desorientando os experimentadores materialistas, que pelejam para transportarem as leis da mecânica ao fenômeno vital. O que é fato é que poderão dominar a química para formarem um protoplasma, mas será sempre um protoplasma, e nunca um embrião de homem, de gato, de sapo ou de ostra, porque a criação representa Deus em si próprio<sup>640</sup>.

Como podemos perceber os intelectuais católicos retomaram, continuamente, o argumento moral em torno de qualquer tema levantado pela sociedade civil, argumentando que a religião podia oferecer à humanidade as respostas que a ciência sozinha não podia oferecer. Segundo os intelectuais católicos: *Não só do pão vive o homem, disse Jesus Cristo. O homem vive também de verdade, de liberdade, de justiça, da lei e do direito. (...) É que alma pernambucana bem sabe: Só Deus a pode guiar no apogeu da grandeza humana*<sup>641</sup>.

É importante observarmos que o argumento de que o *verdadeiro Progresso é moral e está além da ciência* foi aceito não apenas por intelectuais católicos como Afonso Celso e Joaquim Nabuco – reconvertido ao catolicismo já na fase adulta da vida<sup>642</sup>, como Brunetière e outros de sua geração na França -, mas também por intelectuais católicos não militantes como Oliveira Lima<sup>643</sup> e Rui Barbosa<sup>644</sup>, e até mesmo por grupos protestantes<sup>645</sup>.

<sup>640</sup> CONCEITO DA CREAÇÃO. *A Razão*: Órgão independente, Recife, 16 jan. 1921. p. 1.

<sup>641</sup> ALVES, Côn. Pereira. **Discursos e Conferencias**. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Edição da Revista Maria, p. 160- 161.

<sup>642</sup> Aos 43 anos Joaquim Nabuco se reconvertiu ao catolicismo, narrando suas novas convicções religiosas no livro *Minha Fé*, publicado em 1892. (Cf.: NABUCO, Joaquim. **Minha fé**: mysterium fidei. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1985).

<sup>643</sup> Ambos intelectuais eram católicos, embora tenham se afastado do catolicismo na juventude, não os incluímos na militância católica porque, até onde pudemos pesquisar, estes não se integraram em instituições católicas, nem escreveram obras de divulgação de sua conversão, tendo apenas demonstrado seu apoio ao catolicismo. Por exemplo, Oliveira Lima visitou o Colégio Nóbrega em Recife quando de sua fundação, tendo defendido pelos jornais, a venda do prédio onde funcionava o Palácio Episcopal da arquidiocese de Olinda e Recife aos jesuítas (ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário –1917-1929*. Recife, maio 1917, e, AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste** 1911 – 1936. Recife: FASA, 1986, p. 112).

<sup>644</sup> Rui Barbosa fez declarações públicas de fé e, ao longo da vida aproximou-se cada vez mais das práticas católicas. Sobre este tema ver a introdução de Américo Jacobina Lacombe à obra “Discurso no Colégio Anchieta”, de Rui Barbosa, publicada pela Casa de Rui Barbosa em 1981 (Cf.: BARBOSA, Rui. **Discurso no Colégio Anchieta**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

O argumento do *Progresso/Bem* se coadunava ainda, com dois outros argumentos tipicamente católicos, o providencialismo e a tradição.

Característico da produção histórica medieval, o providencialismo aliava à intervenção divina na história humana, uma concepção de tempo orientada para o futuro, para a realização da promessa divina de redenção, ou danação, eterna no juízo final<sup>646</sup>.

Grande parte das obras de teoria e metodologia da história se limitam a esta análise, porém, Guy Bourde e Hervé Martin analisaram o providencialismo tal como desenvolvido nas obras de Bossuet (1627 – 1704) - tutor da monarquia francesa, e um dos mais importantes teóricos do direito divino absolutista.

Estes autores<sup>647</sup> afirmam que Bossuet desenvolveu um providencialismo fundado na ordem instaurada por Deus, mas não na contínua intervenção divina na história:

Vê-se nestas linhas que o providencialismo de Bossuet não é o reinado de uma arbitrariedade, mas o de uma ordem, que se impõe tanto ao cosmos como ao tempo. **Há uma ordenação das coisas humanas, querida inicialmente por Deus, que o dispensa de intervir constantemente na história.** Por isso, é possível delimitar um campo da história, ou seja uma observação situada ao nível do encadeamento das causas secundárias. Bossuet sugere uma análise em três tempos das **grandes mudanças**: causas longínquas, razões imediatas, resultados. Para o conseguir, é preciso escapar ao fascínio do tempo breve, remontar ao passado e entregar-se a um estudo dos traços distintivos dos **povos dominantes** e dos **homens extraordinários**<sup>648</sup>. (grifo nosso)

Podemos identificar semelhanças entre o raciocínio de Bossuet para explicar a racionalidade da história humana, exposto acima por Bourde e Martin, e o

Disponível on-line em:  
[www.casaruibarbosa.gov.br/dados%5CDOC%5Cartigos%5Cruibarbosa%5CFCRB\\_Ruibarbosa\\_Discurso\\_no\\_Colegio\\_Anchieta.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados%5CDOC%5Cartigos%5Cruibarbosa%5CFCRB_Ruibarbosa_Discurso_no_Colegio_Anchieta.pdf), pesquisado em 22/01/09, 14:07h).

<sup>645</sup> De acordo com Andrea Braga Fonseca a postura liberal de Rui Barbosa foi apropriada por grupos protestantes como sendo uma oposição ao catolicismo: *Não é por acaso que Rui Barbosa era chamado de “oráculo” dos batistas, nem é acidental que uma foto sua abra os Anais da Convenção Batista em página de praxe destinada aos ilustres mortos batistas. Afinal ele ajudava a pintar o catolicismo como teologicamente corrompido, politicamente avaro e aspirando reger os destinos do Brasil para benefício próprio, razão porque perseguia os protestantes no Brasil.* Assim, Rui teria sido símbolo do intelectual moderno para os protestantes (Cf.: FONSECA, Andréa Braga. A função da Religião no pensamento de Rui Barbosa. In: Revista Intellectus, ano 03, vol. II, 2004, p. 7. Disponível on-line em: [www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus), pesquisado em 03/07/2007, 12:51h).

<sup>646</sup> Cf.: BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** 1ed. Lisboa: Europa-América, c1983, p. 13 e 23. Ver também: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia.** Ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 124 – 127, e, TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores.** Bauru, SP: Edusc, 2000, p. 33 – 42.

<sup>647</sup> BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé. *Op. Cit.*

<sup>648</sup> BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé. *Op. Cit.*, p. 26.



argumento formulado pelo intelectual católico Corrêa de Britto, para associar o Progresso à imutabilidade do dogma cristão.

Bossuet enfatizava a ordenação imposta por Deus ao mundo como condição para a compreensão da história humana pelos historiadores. A ordem, as leis imutáveis postas por Deus, mais uma vez explicam a realidade humana, tanto pela via das ciências naturais quando pela via da ciência histórica.

Na âmbito dos historiadores profissionais podemos identificar o Conde de Afonso Celso como o intelectual católico brasileiro mais influenciado por Bossuet.

De acordo com a historiadora Lúcia Guimarães, Afonso Celso fora influenciado por uma escola historiográfica católica francesa, que tinha em Bossuet a inspiração do seu providencialismo:

Inspirado certamente em Bossuet, Afonso Celso em sua retórica mostrava-se adepto de uma história racionalmente inteligível. Articulava a razão e a fé, para identificar com maior clareza os traços contínuos da vontade divina. Na sua percepção, a história se desenrola de maneira linear, seguindo uma lei de desenvolvimento geral. Todos os acontecimentos, pessoas e situações tomavam lugar relativamente a esse fluxo, do qual recebem, em definitivo, sua significação<sup>649</sup>.

Lúcia Guimarães realiza suas análises a partir de uma afirmação de Charles-Olivier Carbonell<sup>650</sup>, que aponta a existência de uma escola historiográfica católica na França, entre o final do século XIX e o início do XX. De acordo com Carbonell a historiografia vem esquecendo esta escola católica, que se caracterizava por ser:

*Positivista no método, reacionária nos fins*, era uma escola militante, engajada. Era um meio-termo entre Joseph de Maistre e Charles Maurras. O nascimento, em 1866, de uma revista de história [*Revue des Questions historiques*], ao mesmo tempo científica e monarquista, enfraquece a hipótese comumente aceita pelos historiadores da *Action française* segundo a qual o aparecimento brusco dessa nova direita está ligado às condições políticas dos últimos anos do século XIX. Ao contrário, esta assim chamada aparição não foi nem tão brusca, nem tão tardia, nem tão conjuntural como eles dizem. Sem dúvida nós podemos identificar nela o anel esquecido de uma corrente ininterrupta e, quem sabe, a escola historiográfica reunida em torno de Beaucourt, Sepet e Gautier

<sup>649</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. História e Providência. In: Anais do VIII Encontro Regional de História: História e Religião, promovido pela ANPUH-RJ, em Vassouras-RJ, 1998. Disponível on-line em: [www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc](http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc), pesquisado em 03/07/2007, às 11:42h.

<sup>650</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. *Histoire et historiens*, une mutation idéologique des historiens français 1865-1885. Toulouse: Editeur Edouard Privat, 1976.

poderia ter sido a ponte lançada, do início ao fim do século, entre o *ultracisme* e o *maurrassisme*<sup>651</sup>

Carbonell explica também que naquele período – final do século XIX e início do XX - os cristãos, historiadores ou não, possuíam três visões possíveis acerca da intervenção divina na história e da possibilidade humana de compreendê-la.

Um primeiro grupo afirmava que a vontade de Deus é insondável, portanto, o conhecimento do passado seria apenas uma vã tentativa do conhecimento humano, que passava ao largo do essencial. Os pensamentos deste grupo podiam ser sintetizados no conhecido provérbio português (e brasileiro): Deus escreve certo por linhas tortas!<sup>652</sup>.

Uma segunda corrente compreendia o conhecimento histórico como

um criptograma que somente uma interpretação simbólica pode elucidar. Os grandes eventos estão não somente perdidos, mas ocultos, e o historiador é um adivinho de um passado ininteligível usando somente a razão<sup>653</sup>.

E por fim, um terceiro grupo defendia:

uma história racionalmente inteligível, que, como Bossuet, usava a razão – e a fé – para conhecer os traços contínuos da vontade divina. A história se desenrola de maneira linear, de acordo com a lei do desenvolvimento geral, aplicável a todos os seus eventos e situações<sup>654</sup>.

Esta terceira opção era a Filosofia da História propagada pelos historiadores da escola católica francesa de história:

Para aqueles historiadores, o que animava a *Revue des Questions historiques* era a possibilidade de conciliação entre ciência e fé, conhecimento racional e Revelação, de acordo com a perspectiva providencialista e intelectualizada de Bossuet<sup>655</sup>.

Não encontramos nenhum argumento relevante de que os intelectuais católicos brasileiros tivessem tido contato com a *Revue des Questions historiques*. Entretanto, podemos afirmar que os intelectuais católicos que vimos estudando

<sup>651</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**, une mutation idéologique des historiens français 1865-1885. Toulouse: Editeur Edouard Privat, 1976, p. 328. (tradução livre da autora)

<sup>652</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. *Op. Cit.*, p. 341.

<sup>653</sup> *Idem.*

<sup>654</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. *Op. Cit.*, p. 341.

<sup>655</sup> *Idem.*

compartilhavam da mesma perspectiva acerca da Filosofia da História e da relação entre fé e ciência.

É possível que se trate antes da influência de Bossuet do que da *Revue des Questions historiques*. Bossuet era bastante conhecido entre os intelectuais católicos da época, e suas obras tiveram grande circulação no Brasil, através de edições em francês e em português (de Portugal e do Brasil)<sup>656</sup>. Assim como a influência de Bossuet chegou à Afonso Celso, é possível que tenha chegado também outros intelectuais católicos brasileiros<sup>657</sup>, aproximando-os da filosofia da história aceita pela escola francesa de historiadores católicos.

Para os fins desta tese é importante analisarmos o uso que os intelectuais católicos fizeram do argumento providencialista, visto que esta forma de analisar a história e o tempo teve relação direta com a formulação do projeto católico de identidade nacional.

Dos poucos autores que analisaram a obra de Afonso Celso<sup>658</sup>, apenas Lucia Maria Paschoal Guimarães enfatiza o providencialismo<sup>659</sup>. Os demais chamam

<sup>656</sup> Somente o acervo de obras especiais, raras e coleções particulares da atual Biblioteca Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, SJ., da UNICAP, possui diversos exemplares de obras referentes à Bossuet, ou do próprio autor. Esta biblioteca guarda o acervo da biblioteca montada pelos jesuítas no Recife, quando de sua chegada em 1917, bem como parte da Biblioteca da Congregação Mariana (Cf.: SANTOS, Arlete Braz; FERREIRA, Pollyana e DUARTE, Catarina. Coleções especiais: organização e preservação da memória institucional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2002, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2002. Disponível on-line em: [www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/abstract/30.a.htm](http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/abstract/30.a.htm), pesquisado em: 02/11/2006). Identificamos os seguintes livros neste acervo: BOSSUET, Jacques Bénigne. **Le credo de Bossuet: exposition de la doctrine chrétienne**. Paris: Charles Douniol, 19— (Biblioteca da Residência dos jesuítas no Recife); Bescherelle. **Grammaire nationale ou grammaire de Voltaire, de Racine, de Bossuet, de Fénelon, de J.- J. Rousseau, de Buffon, de Bernardin de Saint-Pierre, de Chateaubriand, de Casimir Delavigne et de tous les Écrivains les plus distingués de la France**. 11. ed. Paris: Garnier Frères, 1862 (Nesta biblioteca há dois exemplares deste livro. O segundo exemplar é a 14<sup>o</sup> edição e traz o carimbo da Livraria Economica - José Nogueira de Souza - Pernambuco, na folha de rosto, visto ter pertencido ao acervo pessoal do padre José Nogueira Machado (1914 - 1996)); BOSSUET, Jacques Bénigne. **Oeuvres complètes de Bossuet, évêque de meaux**. Bruxelles: CH.- J. -A. Greuse, Libraire-Éditeur, 1848 (Carimbo da Bibliotheca do Collegio Nobrega); BOSSUET, Jacques Bénigne. **Sermões de Bossuet**. Porto: Livraria Portuense & C.<sup>a</sup>, 1909; BOSSUET, Jacques Bénigne. **Sermons choisis de Bossuet**. Nova edição. Paris: Garnier Frères, [19--].

<sup>657</sup> Ver, por exemplo, a análise de Marcelo Jasmin acerca do providencialismo em Tocqueville. Jasmin afirma que alguns historiadores apontam Bossuet como inspirador do providencialismo em Toqueville. (JASMIN, Marcelo Gantus. *Tocqueville, a Providência e a História*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 Jan. 2009).

<sup>658</sup> Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *et. al.* **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 68 - 70; OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990, capítulo 4: Ufanismo: versão otimista da nação; MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 49 - 51; BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**. A nação em busca

atenção para o ufanismo do autor, ou seja, para sua certeza de um Brasil bom e fadado ao progresso.

Podemos perceber que o ufanismo é, em realidade, uma consequência do providencialismo, que pressupõe o Progresso por vontade divina, como parte do plano de Deus para a história humana.

No meio intelectual da época o ufanismo/providencialismo de Affonso Celso soava muito próximo ao atavismo racial proposto por uma grande quantidade de intelectuais não-católicos; conforme podemos comparar através da análise de Joanilho acerca das teorias raciais da época:

No caso das teorias raciais, podemos observar que a noção de indivíduo que se perpetua é aquele que porta determinadas qualidades, ou como se dizia, indivíduos portadores de atavismos. Podemos observar constatações dos atavismos num livro onde procura se exaltar o mestiço como o de Affonso Celso (...). Mesmo se considerarmos que Affonso Celso foi ingênuo e a sua obra carece de fundamentação teórica, o que nos importa é o seu anúncio, para um público maior, da idéia de que os indivíduos são portadores de determinadas qualidades, neste caso, ou de defeitos, em outros<sup>660</sup>.

Pois ambos, providencialismo e atavismo, pressupunham características inatas, pré-determinadas pela natureza – no caso do atavismo – ou por Deus – no caso do providencialismo. A analogia entre ambos conceitos podia ser facilmente realizada por todos os adeptos da *teoria espiritualista*, uma vez que estes acreditavam que um princípio superior – Deus – mantinha a invariabilidade das formas, e das leis da natureza, sendo, portanto, em última instância, responsável pelas características inatas dos indivíduos.

Embora indiretamente, a equiparação do atavismo ao providencialismo foi mais um elemento de aproximação entre o repertório cientificista e o repertório religioso<sup>661</sup>.

Além disso, acreditar que a Providência oferecia à humanidade os meios para o seu progresso implicava também em acreditar que o passado influenciava o

dos seus portadores sociais. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 81-85; JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação**, p. 36 – 38.

<sup>659</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. História e Providência. In: Anais do VIII Encontro Regional de História: História e Religião, promovido pela ANPUH-RJ, em Vassouras-RJ, 1998. Disponível on-line em: [www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc](http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc), pesquisado em 03/07/2007, às 11:42h.

<sup>660</sup> JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação**, p. 36-37.

<sup>661</sup> Convém lembrar que os intelectuais católicos não expressaram adesão às teorias de inferioridade racial em nenhum trabalho que tivemos acesso.

futuro, como sugeria Bossuet para analisar as causas das **grandes mudanças: causas longínquas, razões imediatas, resultados**<sup>662</sup>.

Mais uma analogia entre o providencialismo e outro conceito do repertório cientificista da época: o passado influenciava definitivamente o presente<sup>663</sup>. E os estudos históricos sobre o passado, em moldes científicos, iluminavam o presente.

Como sempre, o sentido da história – voltada para o Progresso / Bem – norteava o argumento tanto de católicos quanto de não católicos; como podemos perceber neste trecho do editorial da tipografia do jornal *A Federação*, pertencente ao Partido Republicado Rio-Grandense, de clara influência positivista<sup>664</sup> no Rio Grande do Sul:

E como seguro postulado sociológico ensina que o futuro nada mais é do que o desenvolvimento do passado, ligados a estes dois termos cronológicos pelo ponto intermédio do presente, temos sobradas razões para acreditar que aos dias vindouros do Brasil estejam reservadas admiráveis conquistas de glória, pelo pacífico desdobramento das suas atividades no terreno das indústrias, das ciências e das artes, e pela incrementação do progresso, que é a lógica consequência da ordem<sup>665</sup>.

Embora este trecho tenha sido publicado por um jornal positivista, se fosse proferido por um intelectual católico não causaria nenhum estranhamento, pois os argumentos são os mesmos.

A relação harmoniosa entre passado, presente e futuro possibilitou também que os intelectuais católicos formulassem mais um conceito que conciliava argumentos do repertório cientificista moderno e laico, com argumentos do repertório religioso: a Tradição.

<sup>662</sup> BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. p. 26.

<sup>663</sup> Manoel Luiz Salgado Guimarães analisando a função social da história no século XIX afirma: *É pela afirmação do progresso como sentido maior da história dos homens, capaz de positivar as transformações no sentido de fazê-las desejáveis, que o passado e o futuro passam a fazer um sentido para o presente como parte do processo da História. As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela História, agora capaz de significar de uma maneira positiva as experiências não vividas* (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *et. al.*. **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 19).

<sup>664</sup> Sobre a postura positivista do jornal *A Federação* ver: RODRIGUES, Cíntia Régia. *O positivismo e a imagem do índio no jornal A Federação*. In: *Anais Suplementar do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz*, promovido pela ANPUH, de 17 a 22 de julho de 2005. Disponível online em: [www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CINTIA%20REGIA%20RODRIGUES.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CINTIA%20REGIA%20RODRIGUES.pdf), pesquisado em 21/01/09, 11:07h

<sup>665</sup> COMEMORAÇÕES EM HONRA DO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL 1922. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1923, p. 11. Editorial d'A Federação.

Dado que o Progresso se fazia por acumulação contínua dos conhecimentos humanos<sup>666</sup>, não se podia desprezar o montante já acumulado de conhecimento. Este montante de conhecimento acumulado – os instrumentos da vontade divina - foi chamado de Tradição.

A Tradição defendida pelos intelectuais católicos era também uma idéia-força personificada, assim como o Progresso, com quem mantinha estreitas relações, pois, embora o tempo na filosofia da história formulada pelos intelectuais católicos fosse orientado para o futuro, não podia prescindir do passado, principalmente porque nele estavam os conhecimentos revelados e própria fonte do magistério da Igreja Católica<sup>667</sup>.

Neste ponto, é importante sublinharmos que todos os usos sociais da Tradição favoreceram o projeto católico de identidade nacional, que tinha como um dos seus eixos constitutivos a boa relação com o passado.

A tradição histórica é o início do argumento católico: só existe Brasil porque o catolicismo o amalgamou. Este argumento tem sido bastante estudado pela historiografia<sup>668</sup>; nós o examinamos em nossa dissertação de mestrado ao tratar da Pastoral Coletiva de 1890, na qual:

os bispos apresentavam a tese de que o caráter fundamental da nação brasileira era o catolicismo, que ser brasileiro era ser católico, e que foi a Igreja quem **formou em seu seio fecundo a nossa nacionalidade**. Deste modo, sendo o Brasil um país católico por natureza, era **natural** que a Igreja fosse o elemento construtor do

<sup>666</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**, p. 302.

<sup>667</sup> A Tradição é umas fontes de autoridade da Igreja Católica, juntamente com a Escritura, conforme expresso no Catecismo Romano (Primeira Parte – A profissão de fé, capítulo II, art. 2): “A **Sagrada Escritura** é a Palavra de Deus enquanto redigida sob a moção do Espírito Santo”. Quanto à **Sagrada Tradição**, ela “transmite integralmente aos sucessores dos apóstolos a Palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos apóstolos para que, sob a luz do Espírito de verdade, eles, por sua pregação, fielmente a conservem, exponham e difundam”. Daí resulta que a Igreja, à qual estão confiadas a transmissão e a interpretação da Revelação, “não deriva a sua certeza a respeito de tudo que foi revelado somente da Sagrada Escritura. Por isso, ambas devem ser aceitas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência”. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 1999, p. 35)

<sup>668</sup> Cf.: GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890)**: uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. São Paulo. 2006. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Teologia Dogmática com concentração em História Eclesiástica a banca examinadora na PFTNSA, sob orientação do Prof. Dr. Ney de Souza. Ver também: DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem**. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

Brasil republicano, continuando a tomar **sempre parte em todos os nossos grandes acontecimentos nacionais**<sup>669</sup>.

Este argumento, basilar na compreensão da identidade brasileira proposta pelos católicos, foi também difundido maciçamente pelos intelectuais católicos, a qualquer pretexto. O bispo D. Luiz de Britto usou-o como argumento para fortalecer a Liga contra o Protestantismo, em Carta Pastoral de 1902:

(...) povo pernambucano, que não pode deslembrar-se das tradições gloriosas de seus maiores, que com o tributo de seu próprio sangue defenderam a pureza de sua fé, escrevendo assim as páginas mais heróicas de sua história!<sup>670</sup>.

O membro do IAHGP e deputado estadual Arthur Muniz, durante visita de D. Luiz de Britto à Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 1901, usou até mesmo a psicologia e a etnografia para afirmar que a Tradição católica fazia parte da nação:

Religião Verdadeira, que é e será para todo o sempre a religião dos Brasileiros, cada dia adorada com mais fé, como sabem todos que estudam a nossa etnografia, todos que observam a psicologia nacional<sup>671</sup>.

Assim como outro deputado, Dr. Costa Netto, que em 1916 tentou vetar a concessão de uma subvenção a uma loja maçônica e aprovar uma subvenção à uma instituição católica, com o argumento de que *a religião católica é a religião aceita por nossos avós, por nossos maiores*<sup>672</sup>.

A estratégia utilizada pelos intelectuais católicos para identificar o catolicismo como parte intrínseca da identidade brasileira foi a naturalização da Tradição católica no passado nacional. Daí a importância da participação de intelectuais católicos em associações como os institutos históricos e as academias de letras ou de ciências.

Nunca é demais lembrar o exemplo do Conde de Affonso Celso, que entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892, ocupando ali os

<sup>669</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 54-55.

<sup>670</sup> BRITTO, D. Luiz de. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Recommendando a Liga Contra o Protestantismo. Recife: Empreza d'A Provincia, 1902, p. 4.

<sup>671</sup> 52ª SESSÃO ORDINARIA EM 1 DE JUNHO DE 1901. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1901. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1901. p. 78.

<sup>672</sup> 10ª SESSÃO ORDINARIA EM 24 DE MARÇO DE 1916. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 1916. Recife: Imprensa Official do Estado, 1916. p. 20

cargos de orador desde 1906 até 1912, quando foi eleito presidente. Três anos depois, em 1915 foi declarado presidente perpétuo da instituição, cargo que ocupou até sua morte em 1938<sup>673</sup>. Neste posto, Affonso Celso organizou Congressos de História do Brasil e de História da América, tendo sido sócio correspondente de inúmeras associações congêneres. Foi também membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Embora sua obra mais conhecida seja o *Por que me ufano do meu país*, a bibliografia de Affonso Celso contabiliza 7 livros de poesia, 38 obras em prosa (entre romances, traduções, biografias, livros de história)<sup>674</sup> e centenas de crônicas e artigos publicados em jornais e revistas.

No âmbito regional já vimos, no capítulo anterior, diversos exemplos de intelectuais católicos - Mons. Pereira Alves, Frei Mathias Teves e o engenheiro Luiz Corrêa de Britto<sup>675</sup> – que se encarregaram de difundir o discurso do Progresso através da Tradição.

Para além da sacralização do Progresso e da conciliação entre os argumentos da modernidade e do catolicismo, a proposta de identidade católica para a nação também se constituiu através do diagnóstico dos problemas brasileiros e da busca de soluções para os mesmos.

Portanto, analisamos, a seguir, as respostas que o projeto identitário católico oferecia para a nação, retomando a proposta de Renato Ortiz para identificar os vetores através dos quais as diversas propostas identitárias eram apresentadas à sociedade brasileira<sup>676</sup>. Assim, analisaremos a seguir: a relação com o estrangeiro, *a reinterpretação do popular pelos grupos sociais* e *a construção do Estado brasileiro*<sup>677</sup>.

Lembramos que, embora apresentemos um corpo de argumentos, conceitos e idéias, propostos pelos intelectuais católicos como projeto identitário para o Brasil, é importante sublinharmos que as características do projeto católico para a identidade do país foram difundidas geralmente de maneira indireta, através da naturalização de conceitos *catolicizados*, como o Progresso/Bem, a moralização da ciência através da fé e a onipresença da Tradição nos estudos históricos

<sup>673</sup> IHGB. **Homenagem à memória do Conde de Affonso Celso**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. Página de rosto.

<sup>674</sup> IHGB. **Homenagem à memória do Conde de Affonso Celso**. p. 66 e 67.

<sup>675</sup> VER TABELA V: Listagem dos intelectuais que identificamos em Pernambuco

<sup>676</sup> Ver, nesta tese, item: 2.1. O QUE É A NAÇÃO?., p. 79.

<sup>677</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 9.



brasileiros. Deste modo, em cada um dos itens que analisaremos a seguir, estão inseridos também a conciliação de elementos da modernidade com os argumentos do catolicismo.

## 4. SÍMBOLOS DA NAÇÃO CATÓLICA

### 4.1. NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS DE UM BRASIL CATÓLICO

De acordo com a interpretação de Renato Ortiz<sup>678</sup>, as propostas de identidade nacional se fazem sempre em relação ao estrangeiro e, no caso dos países que foram colonizados, se dão, principalmente, em relação às ex-metrópoles. Deste modo, no caso brasileiro a relação com o estrangeiro tem em mira, principalmente, Portugal.

A partir da discussão sobre as relações Brasil – Portugal os intelectuais católicos analisaram duas questões principais: o significado da colonização portuguesa e em qual momento se formou a identidade brasileira - discussões eminentemente historiográficas. Neste ponto, mais do que em qualquer outro, a história-disciplina e a história vivida se imbricam no discurso de construção da nação, conforme explica Manoel Guimarães:

Caberia à história, agora como disciplina submetida aos rigores do conhecimento científico, a tarefa de fundar no passado a origem da nação, produzindo para o século XIX [no caso brasileiro, para o final do século XIX e início do XX] as biografias sistematizadas das Nações como parte fundamental da nova pedagogia para o cidadão nacional. Como parte deste novo currículo, a História deveria contribuir para assentar em bases seguras as demandas formuladas socialmente de fidelidade a este novo personagem histórico: a Nação. Narrativa por excelência da legitimidade nacional, a história deve ensinar de forma organizada o passado necessário para a produção de sujeitos nacionais<sup>679</sup>.

No caso dos intelectuais católicos – dos quais praticamente nenhum era historiador – a história era ainda mais necessária, posto que através da história se encontravam, no discurso católico, a tradição (católica) nacional e o Brasil do futuro. Os bons augúrios do passado indicavam um futuro ainda melhor.

Assim, segundo a interpretação dos intelectuais católicos, a história brasileira era a história da colonização portuguesa – com Portugal começava a

---

<sup>678</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 7.

<sup>679</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatayhy (org.) *et. al.* **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 18.

história do Brasil - pois o descobrimento trazia a fé católica para o Novo Mundo, e portanto, inaugurava sua história.

A colonização portuguesa havia sido fundamentalmente positiva, pois, acima de qualquer outra contribuição, os portugueses deram ao Brasil o catolicismo; assim como o reino espanhol havia legado o catolicismo às suas colônias.

De acordo com a historiografia formulada pelos católicos, a empresa dos descobrimentos do Novo Mundo era, eminentemente, uma empresa religiosa, como afirmavam não apenas os católicos brasileiros, mas o próprio Leão XIII: *Columbus noster est!*<sup>680</sup>.

Em todo o orbe católico foram reproduzidas as *letras apostólicas do Santo Padre Leão XIII acerca do 4º aniversário secular da descoberta da America* que transformavam Cristóvão Colombo em um navegador cristão, conforme explicava, em 1892, o bispo de Olinda, D. Esberard, em sua Carta Pastoral que apresentava o texto papal:

Cristóvão Colombo, o grande Revelador do Novo Mundo, foi o **instrumento de que se serviu a divina Providência** para indicar ao missionário católico o imenso campo onde poderia exercitar os seus labores apostólicos e fazer surgir, pela pregação do Evangelho, essas numerosas e esplêndidas cristandades, **destinadas pelo céu a compensar a Santa Igreja das enormes perdas que em breve lhe faria sofrer o orgulho de um monge rebelde**<sup>681</sup>. (grifo nosso)

Além do providencialismo expresso no texto episcopal, identificamos também uma referência à redenção dos pecados do Velho Mundo – os protestantismos – através da conversão do Novo Mundo. Assim, a descoberta do Novo Mundo tomava ares de cruzada, de desagravo contra as ofensas recebidas e por receber.

Segundo os intelectuais católicos os interesses da fé guiaram, não apenas o descobrimento, mas também toda a empresa colonial. Neste ponto do debate, Portugal e Espanha se diferenciaram, pois, na interpretação católica, a obra

---

<sup>680</sup> Colombo é nosso!

<sup>681</sup> ESBERARD, D. João. **Christovão Colombo**. Carta Pastoral de D. João Esberard – Bispo de Olinda. Publicando letras apostolicas do Santo Padre Leão XIII ácerca do 4º aniversario secular da descoberta da America. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos, 1892, p. 5 - 6.

de Portugal no Brasil teria sido ainda melhor do que a obra colonial espanhola, porque a colonização portuguesa fora mais branda, menos violenta do que a espanhola.

Estes argumentos, largamente difundidos, reproduziram-se nos livros de história, desde os manuais escolares até os trabalhos especializados do IHGB.

Podemos encontrá-los na obra de Afonso Celso, mas, não apenas no livrinho de vulgarização – *Porque me ufano do meu país* – e sim norteando o Primeiro Congresso Brasileiro de História Nacional<sup>682</sup>, realizado em 1914 sob a organização do IHGB – conforme analisaremos a seguir.

O discurso de abertura do Primeiro Congresso foi pronunciado, em 7 de setembro de 1914, pelo presidente - já perpétuo - do IHGB, Conde de Afonso Celso, tendo sido posteriormente publicado em separata da revista do IHGB.

O autor começa afirmando que apesar de muitos historiadores desdenharem da história do Brasil, considerando-a sem atrativos e enfadonha<sup>683</sup>, a história nacional é, pelo contrário, muito interessante, pois *a história do Brasil depara ao inquiridor curiosas matérias a debater e a elucidar*<sup>684</sup>. Afonso Celso considerava interessantes não apenas os fatos históricos, mas também as lendas nacionais; além disso, apontava um outro motivo que tornava interessante a história brasileira:

---

<sup>682</sup> Sobre o assunto ver: GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, jun. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042005000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 nov. 2006

<sup>683</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de História Nacional (Setembro de 1914)**. Discursos de abertura e encerramento proferidos pelo Conde de Affonso Celso, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p. 8-9.

<sup>684</sup> *Idem*, p. 10.

o fato de a história nacional ser intimamente ligada à história da *civilização*<sup>685</sup>, ou seja, à história européia.

Ao longo do texto o autor analisa os argumentos que reafirmavam a virtudes da colonização portuguesa, utilizando-se de uma argumentação moral: o bom caráter do colonizador português. Por exemplo, Afonso Celso afirmava:

Portugal, pequena e pobre nação, de menos de três milhões de habitantes, deu ao Brasil o que podia dar. A administração colonial, à falta de outros predicados, recomendava-se pela paz, ordem e honradez. Mal pagos, vários governadores, à semelhança dos primitivos donatários, ao invés de enriquecer, perderam aqui o que possuíam. (...) O despotismo exercido no Brasil não era mais duro que o vigente no próprio Portugal. O Governo não fomentava preconceitos de raça nem de cor. Não vicejaram entre nós os exageros da Inquisição. (...) Portugal apenas tolerava o tráfico, protegido e explorado na Inglaterra até por personagens de sangue régio<sup>686</sup>.

Prosseguindo em sua análise, Afonso Celso argumentava outras benesses da colonização portuguesa, decorrentes do caráter moral dos lusitanos:

Não se aplica ao Brasil a síntese de um historiador da América: horror à conquista, ignomímia a colonização. (...) No período do descobrimento, não se nota a destruição dos povos, a eliminação definitiva de raças, impérios, civilizações; o saque, o incêndio de monumentos e cidades; a imolação, o suplício cruel de exímios chefes e nobres vítimas. A cupidez do ouro não descamba entre nós, em perpétuas tragédias<sup>687</sup>.

Conclui este argumento afirmando que o Brasil foi *mais feliz que outros povos, não sofreu tamanhas vicissitudes e catástrofes como as que os desolaram*<sup>688</sup>; ou seja, o Brasil não sofreu os desastres e tragédias das guerras dos demais países - tanto europeus quanto, principalmente, americanos<sup>689</sup>. Toda a nossa história colonial – promovida por Portugal - conjurava o progresso.

As últimas orações do discurso de Afonso Celso retomavam este argumento providencialista:

Si nos desalentarem as agruras do presente, abramos a história, consultemos o passado e encaremos corajosos o porvir. (...)

<sup>685</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>686</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)**, p. 21-22.

<sup>687</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>688</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>689</sup> *Idem*, 14 e 15.

Esforcemo-nos todos para que o estudo da história nacional se torne um curso de civismo, uma fonte permanente e inexaurível de entusiasmo, fortaleza e animação. São estes os propósitos do Congresso, que declaro aberto<sup>690</sup>.

Sabemos que este não era o discurso de todos os participantes do Primeiro Congresso de História Nacional, mas, se esta era a fala de abertura do evento, podemos, pelo menos, afirmar que ele era plausível para os seus participantes.

Se não pelo viés católico, mas pelo viés cívico, acreditamos que o discurso de Afonso Celso era plausível pois, a aceitação da história como mestra da vida<sup>691</sup> levaria a grande maioria dos presentes a concordar com o orador sobre a sua função social de ordenar a sociedade. Neste sentido Afonso Celso era plausível quando dizia que: *na história, sobretudo, escreveu Oliveira Martins, há uma lição moral. Dos fatos históricos, pondera Pedro Lessa, deve-se extrair um suco ideal, uma verdade genérica*<sup>692</sup>, e quando propunha argumentos de ordem moral para ordenar o passado e o presente.

O historiador Hugo Hruby analisa a convivência, no IHGB, de concepções historiográficas antigas – ao estilo *mater et magistra* – e modernas, de orientação científica:

As concepções antiga (clássica) e moderna da História encontravam nas palavras do presidente do Instituto um casamento perfeito: a História deveria ser, ao mesmo tempo, científica em seu método e instrutiva em seu objeto. Essa conciliação, mesmo que paradoxal, também observei no discurso de posse de João Coelho Gomes Ribeiro, onde o IGHB, para ele, era um grêmio científico onde só se venerava a tradição concretizada em documentos depurados pela crítica. No Instituto, a História como ciência não estava relacionada à imparcialidade. Ela poderia ser considerada científica mesmo adequando-se a um ou diferentes projetos políticos. A História como mestra da vida não era incompatível com as sínteses e as leis<sup>693</sup>.

<sup>690</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>691</sup> A concepção de que a história é mestra e mãe da vida *ensina as regras gerais da conduta humana por meio de exemplos; ela é governada pela lógica do julgamento, ou seja, a geração de regras a partir de casos e a aplicação de regras aos casos. A maior parte dessas regras estão relacionadas à política e são endereçadas aos dirigentes no sentido de comprometê-los a princípios gerais legitimadores do poder e da dominação*(RÜSEN, Jörn. História comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 128).

<sup>692</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)**, p. 17.

<sup>693</sup> HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)**. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, sob orientação do.

Segundo o exposto por Hruby, podemos compreender que a síntese das diversas concepções teórico-metodológicas no IHGB permitiu a plausibilidade do discurso de Afonso Celso.

Este autor retomava uma argumentação que era típica do IHGB, desde a sua fundação em 1838: a continuidade da ação civilizadora portuguesa no Brasil mesmo após a independência. Conforme explica Manoel Guimarães:

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa, muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional<sup>694</sup>.

Este argumento esteve presente também no discurso católico sobre o passado nacional e sobre a relação com a metrópole, mas, como afirmamos acima, por razões religiosas: devido à continuidade religiosa entre Portugal e Brasil. É importante ressaltar que a semelhança dos discursos – da continuidade civilizadora e da continuidade religiosa – foi muito favorável à difusão do projeto católico de identidade nacional, pois, a *continuidade* era um argumento já cristalizado, bastava apenas explicar qual continuidade.

A historiografia atual, porém, não tem se dado conta das profundas implicações desta relação para a formação e implementação de um projeto identitário católico para o país.

Até onde pudemos pesquisar, as obras que analisam o IHGB<sup>695</sup> quase nunca se referem ao argumento da continuidade religiosa, e quando se referem, não se dão conta de que se tratava de um projeto identitário autônomo, visto que a

---

Prof. Dr. Charles Monteiro, p. 140. Disponível on-line em: <http://verum.pucrs.br/ppgh>, pesquisado em: 01/02/2009, 10:46h.

<sup>694</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *In*: Revista **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 2. Disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf), pesquisado em 17/01/2008.

<sup>695</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Op. Cit.*; RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, no item “Segunda Parte – A evolução da pesquisa pública histórica brasileira”. A exceção a esta forma de abordagem é: HRUBY, Hugo. *Op. Cit.*

historiografia não reconhece a existência de um projeto identitário católico para o Brasil.

Como exceção, destacamos duas importantes análises que se dão conta da importância dos intelectuais católicos no seio do IHGB.

Claudia Callari percebeu o aumento da presença de intelectuais católicos no IHGB durante a república velha, afirmando que:

Nos primeiros anos da República, aumentou consideravelmente o número de eclesiásticos que utilizavam o discurso de posse no Instituto como forma de atacar a separação entre Igreja e Estado sob a roupagem de patriotismo e tradição, tão caros à agremiação (...). Aproveitava-se também o momento para criticar o positivismo, pois o elemento unificador dos brasileiros, superior às questões políticas e atribuidor de identidade era a religião<sup>696</sup>.

Esta autora, embora não faça nenhuma análise acerca da influência destes intelectuais católicos no discurso do IHGB, percebe que havia uma convergência de falas entre catolicismo, patriotismo, tradição e identidade.

Já o historiador Hugo Hruby vai mais além, analisando, em um dos capítulos de sua dissertação de mestrado<sup>697</sup>, a importância do catolicismo no IHGB, afirmando que:

O Catolicismo estava presente no IHGB, não somente pela atividade profissional de alguns dos seus sócios ou opção de culto de outros, nem somente pela escolha de temas a serem estudados na História do Brasil; fazia parte, outrossim, do modo como compreendiam a História e a ciência<sup>698</sup>.

Hugo Hruby infere que o discurso religioso estava presente não apenas nas produções dos intelectuais que pertenciam ao clero, mas também nas falas dos intelectuais leigos – aqueles que vimos apontando como católicos não militantes, que não faziam parte de associações católicas.

Hruby afirma que *se a força de tais reflexões estava relacionada à atividade sacerdotal destes sócios, ciência, religião e História também se imbricavam nos discursos dos sócios leigos*<sup>699</sup>, e apresenta diversos exemplos:

<sup>696</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 jul. 2007, p. 74 - 75.

<sup>697</sup> HRUBY, Hugo. *Op. Cit.*. Ver: capítulo 2: Os estudos históricos no Instituto, qual história?.

<sup>698</sup> *Id. Ibid.*, p. 127.

<sup>699</sup> *Idem*, p. 133.



A ciência e a religião possuíam, para Souza Pitanga, um *nexo lógico e necessário* na condução progressiva e harmônica da evolução da Humanidade, que por sua vez estava protegido pela História como um *anjo misterioso e benfazejo*. Graças à ação tutelar da História, a ciência possuía acumulados todos os documentos e monumentos para edificação da Humanidade. Ao lado das ciências, Souza Pitanga colocava a fé como o mais alto traço da superioridade humana ao lhe iluminar a alma com a idéia de Deus. De acordo com o Marquês de Paranaguá, a religião não renunciava à História, pois possuía nela seus fundamentos essenciais. A História era a fiel depositária dos sucessos da Igreja através dos séculos<sup>700</sup>.

Este autor percebe que havia, efetivamente, um discurso intelectual católico imbricado nas falas dos intelectuais do IHGB<sup>701</sup>, assim, apesar de não ser sua intenção tratar do subcampo intelectual católico, suas análises nos apresentam indícios muito importantes acerca da difusão do projeto católico no campo intelectual brasileiro, conforme analisaremos no próximo capítulo.

Destacamos ainda as análises de Lúcia Lippi que, embora não tenham como foco o estudo do IHGB, percebe a relevância de Afonso Celso e do discurso ufanista, formulado *por um grupo de intelectuais – do qual também participou Eduardo Prado – que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira*<sup>702</sup>.

Além da longevidade do discurso ufanista<sup>703</sup>, Lúcia Lippi analisa o discurso católico que defendia a identidade brasileira formulada através do catolicismo, afirmando que

A crença no princípio de que a *pátria brasileira* sem a fé católica é um absurdo histórico permitiu a junção entre a corrente nacionalista de Álvaro Bomilcar e o catolicismo oficial. A figura mais importante desta união foi, sem dúvida alguma, Jackson de Figueiredo<sup>704</sup>.

Na análise de Lippi apenas durante a década de vinte deu-se a referida aproximação entre o discurso nacionalista e o catolicismo:

Assim, embora Júlio Maria conclua seu texto conclamando a união do clero ao povo, segundo os ensinamentos de Leão XIII, sua proposta de uma reação católica contra a crise moral e de

<sup>700</sup> *Idem.*

<sup>701</sup> O autor também analisa as discordâncias e combates ao discurso católico no interior do IHGB, porém, evidencia que se tratava de uma minoria de sócios (Ver: HRUBY, Hugo. *Op. Cit.*, p. 133 – 135).

<sup>702</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 131.

<sup>703</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Op. Cit.*, p. 131.

<sup>704</sup> *Id. Ibid.*, p. 166.

recatolicização das classes dirigentes teve um eco muito mais forte na cruzada empreendida pelo grupo católico liderado por Jackson de Figueiredo nos anos 20. A nosso ver, isso ocorreu devido à forte marca católica que o povo brasileiro carrega, por nascimento e formação. O que efetivamente faltava ao Brasil eram elites católicas<sup>705</sup>.

Acreditamos que esta aproximação ocorreu já no início do século XX, através da atuação dos intelectuais católicos que faziam parte de associações intelectuais não católicas, principalmente os Institutos Históricos – no âmbito nacional e regional – e a Academia Brasileira de Letras, conforme analisaremos a seguir.

Outra discussão historiográfica importante para analisarmos a convergência entre o discurso nacionalista e o discurso católico é escolha do marco do surgimento da nacionalidade brasileira.

Afonso Celso, nosso interlocutor principal no IHGB, afirma que a independência do Brasil teria se dado já em 1808:

As campanhas napoleônicas ocasionaram a independência do Brasil, o primeiro país da América latina que deixou de ser colônia, em princípio de 1808, com a vinda de D. João VI, o benemérito amigo nosso, a quem já se começa a tributar justiça. Sim ficamos independentes da metrópole em janeiro de 1808; em 1822 cortamos apenas fráguas laços de união, sendo que desde 1815 éramos reino autônomo<sup>706</sup>.

Porém, de acordo com A. Celso, antes disso, já existiria uma consciência da identidade brasileira, que teria sido forjada no momento em que os brasileiros de todas as raças e condições sociais se uniram para expulsar os holandeses de Pernambuco, apesar de Portugal e Espanha já terem desistido de retomar o nordeste dos batavos<sup>707</sup>. É significativo que Afonso Celso remeta, na sua análise deste argumento, ao historiador pernambucano - e católico não militante - Oliveira Lima, afirmando que:

Na guerra holandesa, observa Oliveira Lima, reúnem-se harmoniosamente todos os elementos que formam o brasileiro. É o português, representado por João Fernandes Vieira que manda incendiar os canaviais de sua propriedade para tirar recursos ao inimigo e a quem o papa Leão X confere o título de restaurador do catolicismo na América, - João Fernandes Vieira, cabeça da revolta,

<sup>705</sup> *Idem.*

<sup>706</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)**, p. 17.

<sup>707</sup> CELSO, Afonso. **Porque me ufano do meu país**. 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937, p. 131 – 133.

tipo do colono laborioso e rijo; é o índio Camarão, simbolicamente desaparecido antes do triunfo final; é o negro Henrique Dias, dez vezes ferido, prestativo, incansável, paciente e denodado; é o brasileiro André Vidal de Negreiros, representando o produto da integração desses três elementos, - generoso, desprendido e altivo<sup>708</sup>.

Na data da publicação do livro de Afonso Celso – *Porque me ufano do meu país*, em 1901 - Oliveira Lima já havia publicado, desde 1895, a obra *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, que faz a apologia da restauração pernambucana<sup>709</sup>. Provavelmente é a esta obra que Afonso Celso se refere. Nesta data também já havia sido fundada a Academia Brasileira de Letras<sup>710</sup>, da qual eram membros fundadores ambos autores. Oliveira Lima era ainda sócio correspondente do IHGB<sup>711</sup>, instituição presidida por Afonso Celso.

Devemos também atentar para o fato de que há muito tempo a vitória dos portugueses sobre os holandeses em Pernambuco, ocorrida em 27 de janeiro de 1654, já era celebrada nos meios intelectuais pernambucanos, pois, desde 1862, ano da fundação do IAHGP, a restauração pernambucana é a data magna desta associação, cujo aniversário de fundação era, e ainda é, comemorado nesta data.

Acreditamos que o imbricamento entre os discursos da continuidade civilizadora e da continuidade religiosa foi largamente favorecido pela interpretação de historiadores que não eram católicos militantes, como Oliveira Lima<sup>712</sup> – que defendeu a identidade religiosa como cimento da nacionalidade – e mesmo Capistrano de Abreu - que colocou no mesmo patamar de importância a religião católica e a língua portuguesa, consideradas como amálgamas da nacionalidade<sup>713</sup>.

<sup>708</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 133.

<sup>709</sup> LIMA, Oliveira. **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**. 3. ed. Recife: Massangana, 1997.

<sup>710</sup> A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 20 de julho de 1897. Sobre o assunto ver: EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: FGV, 2000; ver também o site da Academia Brasileira de Letras, disponível on-line em: [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br), pesquisado em 05/02/2009, 23:47h.

<sup>711</sup> Oliveira Lima era sócio correspondente do IHGB, tendo realizado pesquisa, arrolamento e cópia de extensa documentação sobre o Brasil no exterior (Cf.: RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 83-86).

<sup>712</sup> Segundo Oliveira Lima: *O Brasil fora uma criação moral dos jesuítas e os franciscanos e carmelitas tiveram o seu papel no desbravamento dos sertões e na conquista do interior*. (Apud: RODRIGUES, José Honório. *Op. Cit.*, p. 86).

<sup>713</sup> A tese central da obra de **Capítulos de História Colonial**, de Capistrano de Abreu, aponta dois elementos como formadores da unidade e da identidade brasileira, a língua e a religião: *Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular, eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos*. (ABREU, J.

Os intelectuais católicos repetiam assim a estratégia da sacralização de elementos do discurso intelectual laico, transformando determinadas passagens da história em eventos católicos por excelência.

Não por acaso a expulsão dos holandeses de Pernambuco foi o fato histórico escolhido e repetidamente citado por intelectuais católicos, pois associava diretamente a nacionalidade ao catolicismo.

Provavelmente o melhor exemplo desta associação de idéias, e da forma como foram divulgadas, está publicado em um editorial do jornal que fazia parte das comemorações em honra de Jesus Cristo Redentor, que se realizou no Recife em 1900<sup>714</sup>. O jornal possui apenas quatro páginas, onde os organizadores do evento publicaram um resumo do que iria acontecer durante as comemorações e transcreveram trechos de outros jornais não religiosos sobre o evento. Em um artigo assinado como *Do Comércio de Pernambuco*<sup>715</sup> afirmava-se que:

O tributo de admiração e amor que Pernambuco pagará ao Divino Jesus há de honrar as suas tradições de catolicismo, afirmado em uma luta armada de mais de um quarto de século contra os holandeses, os inimigos de sua fé, batidos aqui não pelo número, nem pela superioridade de recursos materiais, mas pela crença ferida que animava e incitava os filhos d'esta terra heróica, em que o nome de Deus se alia ao martírio de todos os que perderam a vida em tão santa cruzada<sup>716</sup>.

Assim, apesar da festa em homenagem ao Cristo Redentor não ter, em princípio, nenhuma relação com a história nacional – pois não se tratava de um evento cívico -, nem com a questão da identidade brasileira, o argumento que associava catolicismo à identidade nacional foi invocado para o grande público, como um argumento que reforçava a tradição católica pernambucana.

Esta tradição era evocada pelos oradores católicos desde o início do período que ora analisamos. Por exemplo, em 1895, no discurso proferido na festa do Carmo daquele ano, a culminância do discurso do vigário Augusto Franklin era,

---

Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 1500 - 1800. [s/local]: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, [s/data], p. 121. Disponível on-line em: [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf), pesquisado em 06/02/2009, 09:35h)

<sup>714</sup> JESUS REDEMPTOR: Jesus Christo VENCE! Jesus Christo REINA! Jesus Christo IMPERA!, Recife, 4 nov. 1900.

<sup>715</sup> Acreditamos que se tratava de artigo produzido por representantes do setor comercial de Pernambuco; posto que não havia, neste ano, circulando em Recife, nenhum jornal chamado *O Comércio*, ou similar (Cf.: NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1972, volume VI - Periódicos do Recife – 1876 – 1900).

<sup>716</sup> JESUS REDEMPTOR: Jesus Christo VENCE! Jesus Christo REINA! Jesus Christo IMPERA!, Recife, 4 nov. 1900, p. 3.

justamente, a união entre a tradição católica e a defesa da fé no estado de Pernambuco:

Católicos pernambucanos! Vós tendes o vosso nome inscrito nos fastos da história pátria. Sempre que se trata de liberdade todas as vistas se voltam para vós! (...) O vosso heroísmo emanou da Igreja Católica. O vosso amor à Igreja é tradicional. A devoção à Maria constitui a vossa honra, (...) Mantende, ó católicos pernambucanos, mantende essas glórias<sup>717</sup>!

Outro item que precisamos analisar na construção do projeto católico da identidade nacional era a projeção que os intelectuais católicos faziam acerca da identidade do povo brasileiro que, em última instância, era também um fruto do legado moral do português no Brasil.

Na acepção dos intelectuais católicos, este conjunto de qualidades morais legados por Portugal ao Brasil deu origem a um povo bom. A *reinterpretação do popular pelos grupos sociais*<sup>718</sup> católicos foi uma das primeiras interpretações da identidade brasileira que valorizou índios, negros e mestiços.

Em 1900 Afonso Celso dedicava diversos capítulos do livro *Porque me ufano do meu país a: excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional*<sup>719</sup>, descrevendo os bons atributos de índios, negros e mestiços:

*É hoje verdade geralmente aceita que, para a formação do povo brasileiro, concorreram três elementos: o selvagem americano, o negro africano e o português. Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais da metade da nossa população. Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal à humanidade ou a deprecia*<sup>720</sup>.

Mais do que não terem feito mal à humanidade, os três elementos não lusitanos que construíram o país tinham, segundo Afonso Celso, *nobres e raros predicados*<sup>721</sup>.

Na narrativa do autor os índios ganharam foros de coragem e nobreza, revoltando-se apenas *quando se lhes procurou tirar a independência, submetendo-os à servidão*<sup>722</sup>. Teriam sido sempre leais aos portugueses, que reconheceram

<sup>717</sup> SILVA, Vig. Augusto Franklin M. da. **Discurso proferido na festa solemne da excelsa Virgem Nossa Senhora do Carmo em seu contexto da cidade do Recife no dia 16 de julho de 1895 pelo Vigário Augusto Franklin M. da Silva**. Recife: Typographia E. F. Boullitreau, 1895, p. 30.

<sup>718</sup> ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>719</sup> CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país.**, p. 56.

<sup>720</sup> CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 56-57.

<sup>721</sup> *Id. Ibid.*, p. 57.

<sup>722</sup> *Idem*, p. 57

*oficialmente a superioridade dos indígenas brasileiros (alvará de 4 de Abril de 1755) determinando que os vassallos do reino na América que se casassem com índias, não ficariam por isso com infâmia alguma, antes se fariam dignos da atenção régia*<sup>723</sup>.

Os negros, de acordo com Afonso Celso, são dignos de imensa gratidão<sup>724</sup>, pois desde os primeiros tempos do descobrimento, sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade<sup>725</sup>.

O autor afirma ainda que os negros possuíam instinto de independência, utilizando como exemplo de sua afirmação a formação do quilombo dos Palmares<sup>726</sup>, que descreve como

*uma comunhão de homens livres, regularmente organizada, com perto de 100.000 habitantes, - maior população que a das antigas repúblicas gregas, - fortes, enérgicos, dedicados a trabalhos agrícolas. Era constituída por negros fugidos do cativoiro e homens de cor foragidos da justiça*<sup>727</sup>. (grifo nosso)

Era, enfim, a *Tróia Negra, a República dos Palmares*<sup>728</sup> - conforme denominação de Afonso Celso em 1914, no discurso de abertura do Primeiro Congresso de História.

O autor retoma depois o argumento da brandura da colonização portuguesa, desta vez comparando-a com os Estados Unidos, para afirmar que o negro/escravo brasileiro sacrificou-se pela nação: *Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos*<sup>729</sup>.

Por fim, ao falar do mestiço, Afonso Celso afirma que estes

*contribuíram e contribuem eficazmente para a formação da riqueza pública. Só eles exercem certas tarefas. Não se prestam a trabalhos sedentários, mas são exímios na exploração da indústria pastoril, importante num país como o Brasil, onde abundam os campos*<sup>730</sup>.

<sup>723</sup> *Idem*, p. 59 - 60

<sup>724</sup> CELSO, Afonso. **Porque me ufano do meu país**, p. 65.

<sup>725</sup> *Idem*.

<sup>726</sup> *Idem*.

<sup>727</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 126.

<sup>728</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)**, p. 11.

<sup>729</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>730</sup> *Id. Ibid.*, p. 74.

Atacando diretamente as teorias da inferioridade racial, Afonso Celso afirma que *o mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma física ou intelectual. É suscetível de quaisquer progressos*<sup>731</sup>.

E reforçando a crítica, no capítulo seguinte do livro, ao tratar dos *nobres predicados do caráter nacional*<sup>732</sup>, o autor afirma as qualidades físicas do povo brasileiro, afirmando textualmente que: *O brasileiro fisicamente não é um degenerado. Notam-se muitos de estatura elevada, vigor e agilidade pouco vulgares*<sup>733</sup>.

Inferimos que a proposta identitária católica, já no final do século XIX e primeiros anos do XX, chocava-se com as teorias da inferioridade racial que, segundo Joanilho, só seriam combatidas no período entre 1910 a 1920, quando entraram em declínio as noções do determinismo biológico que prognosticavam a inferioridade racial dos brasileiros<sup>734</sup>.

Novamente motivações distintas aproximam o discurso dos intelectuais católicos do discurso dos intelectuais laicos.

O argumento utilizado pelos intelectuais laicos contrários ao determinismo racial se baseia na possibilidade de intervenção da sociedade civil organizada no seu próprio seio, a fim de melhorar os indivíduos com problemas, segundo estes:

*a melhoria racial passa a ser fruto de uma intervenção direta de vários aparelhos institucionais e burocráticos sobre os indivíduos. (...) Produz-se a partir dos anos dez um novo modelo de intervenção social que se dá no nível do indivíduo e, correlativamente trabalha-se com a concepção de que esse indivíduo deve ser talhado, os hábitos instilados, que ele, enfim, possa ser produzido por uma ação consciente das instituições*<sup>735</sup>.

Este argumento era, em grande medida, semelhante ao argumento usado pelos católicos desde o final do século XIX. O homem precisa da contínua intervenção da Igreja – equivalente à intervenção dos *vários aparelhos institucionais e burocráticos* do Estado – para se aprimorar em seu caminho para o Progresso/Bem.

<sup>731</sup> *Idem.*

<sup>732</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 76

<sup>733</sup> *Id. Ibid.*, p. 77.

<sup>734</sup> JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004, p. 7, 81 – 96.

<sup>735</sup> JOANILHO, André Luiz. *Op. Cit.*, p. 82.

Além disso, por princípio, os católicos não podiam concordar com o argumento da inferioridade racial, visto que estas teorias, nas suas diversas matizes, provinham do ideário positivista ou evolucionista<sup>736</sup>. Posto que para os católicos as formas ordenadas por Deus não mudavam, os homens não poderiam evoluir, nem involuir, fisicamente, afinal, Deus não teria criado homens imperfeitos fadados ao desaparecimento. Mais ainda, os intelectuais católicos não poderiam compreender a colonização portuguesa católica como uma colonização inferior; nem os dois reinos católicos – os ibéricos – poderiam ser considerados inferiores ao reino da Inglaterra – protestante - e da França – católica vacilante.

Desta maneira, o discurso cientificista da inferioridade racial não teve eco entre os intelectuais católicos, que faziam a defesa da capacidade humana de se sobrepor à qualquer condicionante natural, tanto da natureza fisiológica humana quanto da natureza.

O então Cônego Pereira Alves, discursando para a Liga do Apostolado da Oração de Olinda acerca da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, fez uma detalhada explicação das capacidades humanas de regeneração social e individual. Neste discurso, proferido por volta de 1917<sup>737</sup>, o religioso opôs a concepção determinista de Taine ao *império do homem* propugnado por Francis Bacon, fazendo também alusão a obras de psicologia experimental. Mais uma vez um intelectual católico defendia os argumentos católicos através da sacralização de argumentos científicos:

O carácter tem, não há dúvida, o seu **substratum** fisiológico, efeito da herança, do temperamento. O carácter, porém, não é fatal. O homem não é simplesmente, como pretende Taine *um teorema que marcha*. O homem pode ser pelo esforço pessoal o construtor de si mesmo. Ele pode à sua vontade fazer de sua vida uma obra de arte duma beleza admirável, duma fealdade repugnante, ou duma chata monotonia. O saber o e valor do seu ser estão quase inteiramente nas suas mãos. Pode reagir sobre a sua natureza e contribuir de sua parte a torná-la má ou aumentar a sua bondade. É assim que lhe ajunta alguma coisa de si mesmo e merece a denominação de Bacon – *Homo additus natura*.

O natural do homem é pois susceptível de transformar-se pelo meio, pela educação, pelo esforço próprio, alumado pelas grandes verdades morais e sobretudo sob o influxo da religião e da graça

<sup>736</sup> Cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

<sup>737</sup> ALVES, Côn. Pereira. **Discursos e Conferencias**. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Edição da Revista Maria. Esta obra foi publicada em 1917, porém, reúne diversas conferências que, provavelmente, não foram proferidas no mesmo ano.



divina. Todo o homem deve possuir essa *vontade enérgica a serviço de convicções inabaláveis* (Lahr. *Psychologie expérimentale*)<sup>738</sup>.

Da mesma maneira, Afonso Celso não só repelia as teorias da degeneração racial como também louvava as qualidades morais dos brasileiros em um longo trecho que vale a pena ser examinado:

*Quanto ao seu caráter, ainda os piores detratores não lhe podem negar:*

*1º Sentimento de independência, levado até à indisciplina.*

*2º Hospitalidade (...)*

*3º Afeição à ordem, à paz, ao melhoramento.*

*4º Paciência e resignação.*

*5º Doçura, longanimidade, desinteresse.*

*6º Escrúpulo no cumprimento das obrigações contraídas. (...)*

*7º Espírito extremo de caridade. (...)*

*8º Acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro.*

*9º Tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição, decaindo mesmo em promiscuidade. (...)*

*10º Honradez no desempenho de funções públicas ou particulares*<sup>739</sup>.

De acordo com Afonso Celso, o povo brasileiro era intrinsecamente bom e operoso; ordeiro e trabalhador, embora, às vezes, descambasse em algumas faltas, quase todas decorrentes do seu excesso de bondade.

O mesmo argumento era difundido pelos demais intelectuais católicos nos meios comunicação da época. Por exemplo, o jornal A Tribuna, em 1911, assim caracterizava o povo brasileiro: *O povo é a grande massa anônima que moureja, que trabalha, sem galardão remunerador às vezes, para ganhar o magro pão da pobreza miserável*<sup>740</sup>.

Para os intelectuais católicos o povo brasileiro não era inferior, era mau educado e viciado. Estes problemas não eram atávicos nem orgânicos, eram a

<sup>738</sup> ALVES, Côn. Pereira. **Discursos e Conferencias**. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Edição da Revista Maria, p. 23-24.

<sup>739</sup> CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país**, p. 77.

<sup>740</sup> O POVO E A RELIGIÃO. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 20 mai. 1911. p. 1.

herança da escravidão, conforme afirmou Afonso Celso: *Já desapareceu a principal causa de algumas tendências más no nosso meio; a escravidão*<sup>741</sup>.

E conforme analisou detalhadamente Carlos Alberto de Menezes, industrial pernambucano, precursor do associativismo católico no Brasil:

É este principalmente um dos pontos centrais que tenho observado, herança genuína da escravidão: a idéia da perpetuação da família unida e forte não existe, nem pelo lado moral nem pelo material. Pelo lado moral porque não há compreensão deste ideal santo e elevado; pelo material porque os pais não se preocupam no futuro coletivo da família, pela aquisição de um patrimônio, pela formação de uma pequena herança, um pedaço de terra, uma casa de habitação, uma instituição de montepio ou seguro de vida, nada que represente a preservação do futuro da prole<sup>742</sup>.

Estes problemas não eram insolúveis; dizia Afonso Celso que *A educação as corrigirá*<sup>743</sup>.

A necessidade da educação do povo brasileiro reafirmava o discurso moral, e o papel de guia que a Igreja Católica deveria assumir também nesta área. Assim como os intelectuais católicos afirmavam que não há progresso sem moral, que não há ciência sem revelação, também afirmavam que não há educação sem fé.

Segundo estes, a *educação moderna*<sup>744</sup>, distanciada da fé, levava as famílias para a perda da moral e dos bons costumes<sup>745</sup>, enquanto a educação acompanhada da religião *não é fecunda somente para a cultura simplesmente mental. Na escola parochial [na escola católica] se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente. O homem moral é a mais ardente aspiração da escola paroquial*<sup>746</sup>.

Segundo os intelectuais católicos, todos os problemas da população podiam ser corrigidos através da verdadeira educação, amparada na ação moralizadora da fé católica, que, para além do apoio espiritual, se utilizaria do

<sup>741</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>742</sup> *Apud*: COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph Ed., 1996, p. 79.

<sup>743</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>744</sup> QUE IRÁ FAZER A POBRE MÃE D'AQUI POR DIANTE?!. *O Dia*: Órgão da Matriz da Piedade, Recife, 30 jan. 1921. p. 6.

<sup>745</sup> QUE IRÁ FAZER A POBRE MÃE D'AQUI POR DIANTE?!. *O Dia*: Órgão da Matriz da Piedade, Recife, 30 jan. 1921. p. 6. Neste artigo de cunho claramente moralista, o jornal narra a experiência de moça de 16 anos, envolvida pela *moda da modernidade* que tentou se matar porque a mãe queria que a mesma mantivesse a *moral e os bons costumes*. Ao final do texto o narrador deixa uma pergunta/exclamação: *Que irá fazer a pobre mãe d'aqui por diante? Ah!...é a educação moderna*.

<sup>746</sup> O PROFESSOR PAROCHIAL. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 19 ago. 1911. p. 1.

mesmo instrumento utilizados pelos intelectuais não católicos: a educação como instrumento do Progresso/Bem.

No Congresso Arquidiocesano de 1901, o professor da Faculdade de Direito do Recife, Manoel Netto Barreto Campello fez um longo discurso apologético da *educação secundária cristã*. Em sua fala, Manoel Barreto Campello defendia não só a educação feita em bases católicas, mais ainda, dizia que a *ciência da educação*<sup>747</sup> precisava do auxílio da religião:

A ciência da educação por isso mesmo que tem evoluído extraordinariamente, não pode contentar-se com a simples didática e com a simples metódica: ela precisa do subsídio de muitas ciências, entre as quais a religião, tão mal compreendida e pouco estudada em nosso meio social. É incontestável o poder que as idéias religiosas influem sobre a índole e a educação dos povos e por toda a parte se levanta uma forte propaganda em prol do ensino religioso que foi oficialmente banido de nossas escolas públicas, porque o ensino religioso é também um estímulo<sup>748</sup>.

Assim, a educação tinha um lugar fundamental no projeto católico de identidade nacional, tanto para difundi-lo quanto para resolver os problemas da nação – duas finalidades que, segundo os católicos, eram uma coisa só. Mais uma vez se imbricaram o argumento cívico com o argumento religioso.

Este imbricamento discursivo também pôde ser percebido na prática, através da subvenção oficial a empreendimentos educacionais levados a efeito por associações religiosas católicas em Pernambuco.

Em 1900 ocorreu um longo debate na Assembléia Legislativa de Pernambuco acerca da concessão de subvenção ao Colégio Diocesano, dirigido pela diocese de Olinda e Recife. Na ocasião diversos deputados propuseram a concessão de uma subvenção de 4:000\$000 (quatro contos de reis) ao referido Colégio. O debate acerca da concessão da subvenção não tocou na questão das relações entre Igreja e Estado, girando em torno da situação do tesouro estadual e dos serviços prestados pelo Colégio, conforme argumento do deputado que propôs a emenda:

O Colégio Diocesano, senhores, é por certo aquele que maiores serviços tem prestado ao nosso Estado, depois do Ginásio Pernambucano; é um colégio onde frequentemente há 100 ou cento e tantos alunos, não só filhos deste Estado, como dos Estados

<sup>747</sup> CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. *Instrução Secundaria Christã*. Recife: Emp. d'A Provincia, 1902.

<sup>748</sup> CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. *Op. Cit.*, p. 29-30.

vizinhos; ali ensina-se não só aqueles que querem seguir a carreira eclesiástica, como também dá-se educação aos que querem seguir outras carreiras<sup>749</sup>.

Alguns deputados, contrários à concessão, chegaram a fazer profissão pública de fé, afirmando que não apoiavam a concessão apesar de professarem o catolicismo: *Não tenho absolutamente o ânimo prevenido contra o Colégio Diocesano: sou católico, apostólico e romano. Entretanto acho que a subvenção é enorme*<sup>750</sup>.

Segundo os onze deputados que assinaram a emenda, mesmo com a crise econômica do Estado, era importante conceder a subvenção porque *Considerando o Colégio Diocesano como instituição educadora do filho do povo, entendo que nós devemos nos pugnar por ela, devemos nos interessar pela educação, como já disse, dos filhos do povo*<sup>751</sup>.

O Colégio Salesiano também recebeu subvenções do governo do Estado<sup>752</sup>, apesar de ter alunos pagantes<sup>753</sup>. Nos dois casos venceu o discurso da utilidade pública da educação oferecida pelos católicos.

Passamos agora ao terceiro tema de análise proposto por Ortiz como elemento constitutivo dos projetos identitários nacionais – a *construção do Estado*<sup>754</sup>.

<sup>749</sup> 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 157.

<sup>750</sup> 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p.157

<sup>751</sup> 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 161

<sup>752</sup> Ver: 49ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE JUNHO DE 1902. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1902. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902. p. 87; 18ª SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE MARÇO DE 1906. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo em 1906. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1906. p. 26.

<sup>753</sup> Os alunos internos pagavam 50\$000 (cinquenta mil réis) adiantados a título de jóia de contribuição e mais 180\$000 (cento e oitenta mil réis) por trimestre. Os alunos externos pagavam apenas 45\$000 (quarenta e cinco mil réis) por trimestre. (FERREIRA, Julio Pires. **Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranimpho dos bacharelandos em Sciencias e Letras**. Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910, p. 15).

<sup>754</sup> ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, p. 9.

Dado que a interpretação católica sobre o povo identificava os brasileiros como mau educados e viciados, recaía sobre os poderes constituídos – em especial a própria igreja e o Estado, cada um na sua área de competência – a responsabilidade pela realização do processo educativo/civilizatório da população. Portanto, a proposta identitária católica propugnava um estado forte para a nação.

Os intelectuais católicos encontravam um Estado forte no passado colonial português, que soubera desenvolver e manter unido tão grande território, conforme afirma Afonso Celso<sup>755</sup>. E, novamente, durante a monarquia - personificada nos dois Pedros - o Estado brasileiro soubera se impor, mantendo-se unido mesmo no período regencial<sup>756</sup>.

A história brasileira evidenciava, na acepção dos intelectuais católicos, a ordem que deveria se projetar no futuro, pois esta era a tradição brasileira, conforme afirmava Afonso Celso:

Primeiro país autônomo da América Latina, segundo do Novo Mundo, sempre manifestou espírito de independência, desfrutou liberdades desconhecidas em outras nações, mostrou-se apto para todas as melhorias, produziu representantes distintos em qualquer ramo da atividade social, resolveu com calma e sensatez, á luz do direito, a maior parte das suas questões<sup>757</sup>.

Deste modo, na acepção dos intelectuais católicos, a ordem que devia se instaurar na sociedade republicana seria conseqüência da ordem que sempre houvera no Brasil. A história, mais uma vez, servia ao mesmo tempo como evidência e como guia para o futuro.

O argumento chave para a compreensão do tipo de Estado proposto pelos católicos era o argumento de que a humanidade necessitava da ordem. Segundo estes, a ordem era condição *sine qua non* para todas as realizações humanas, desde a criação do mundo e as leis da física até as organizações políticas e as associações intelectuais.

---

<sup>755</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)**, p. 22 – 27 e CELSO, AFFONSO. *Op. Cit.*, Capítulo XXIII – Oitavo motivo da superioridade do Brasil: nunca sofreu humilhações, nunca foi vencido.

<sup>756</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Boletim. **Congresso Internacional de Historia Nacional (Setembro de 1914)**, p. 22 – 27 e CELSO, AFFONSO. *Op. Cit.*, Capítulo XXXVI – A independência do Brasil e Capítulo XXXVIII – D. Pedro II.

<sup>757</sup> CELSO, Affonso. *Op. Cit.*, p. 162.

Efetivamente se trata, mais uma vez, de um argumento típico do catolicismo medieval, que, por sua vez, possuía raízes na filosofia platônica, conforme analisa Dominique Iogna-Prat:

Desde a época dos Pais da Igreja, os autores cristãos encontraram nos antigos, estóicos e sobretudo platônicos, um antigo quadro de reflexão sobre o sistema social concebido como uma concórdia de ordens reguladas de acordo com o modelo de harmonia dos planetas. Esta implantação cosmológica (revestida, nos meios cristãos, de transcendência) explica o fato da palavra *ordem* ter como característica gramatical, no discurso dos Pais e dos teóricos medievais da sociedade, ser sempre *o complemento de um verbo na voz passiva sem expressão de objeto direto* (M.-Fr. Piguet). O uso desta voz passiva significa que, socialmente, se está conformado com a ordem, cuja origem está no divino<sup>758</sup>.

A *ordem*, tanto na antiguidade como na idade média, fundamentava a diferença de condições entre os homens sem, contudo, fazer apologia da inferioridade, ou superioridade, de uns sobre outros, posto que a base da organização social medieval era a interdependência dos diferentes. Esta interdependência, contudo, não significava que não houvesse hierarquia e obediência aos *maiores*<sup>759</sup> - princípio justificado por teóricos do catolicismo medieval, como Santo Agostinho, Adalberto de Laon e o papa Gregório VII<sup>760</sup>.

O fato de que a Igreja Católica tenha mantido, e difundido, argumentos de origem medieval é compreensível, posto que se trata de uma instituição religiosa baseada na Tradição. Interessa-nos muito mais perceber quais foram as estratégias utilizados pelos intelectuais católicos do final do sec. XIX e início do XX para tornar plausível o discurso - de origem medieval - sobre a ordem.

Retomamos, portanto, o argumento da ordem enquanto elemento intrínseco das sociedades humanas, e imprescindível para o bom funcionamento do Estado e da sociedade moderna.

No seu projeto identitário para o Brasil, os intelectuais católicos propuseram um Estado forte – capaz de se ocupar da educação do povo – e sublinharam a importância do catolicismo na implementação deste Estado. Para

<sup>758</sup> IOGNA-PRAT, Dominique. “Ordem”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Volume II, p. 305.

<sup>759</sup> Os *maiores* era uma expressão utilizada para fazer referência aos ancestrais e, ao mesmo tempo, homenageá-los, reconhecendo-os como mais importantes.

<sup>760</sup> Cf.: IOGNA-PRAT, Dominique. “Ordem”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coords.). *Op. Cit.*; e BOUREAU, Alain. “Fé”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coords.). *Op. Cit.*; p. 412 – 418.

tanto, alegaram a natural inclinação dos católicos à obediência religiosa, rapidamente convertida em obediência cívica.

O bispo de Olinda, D. Manoel dos Santos Pereira, ao saudar a sua diocese em 1894, produziu uma carta pastoral em que associava a obediência à Igreja e ao papa à obediência ao Estado, afirmando textualmente que o catolicismo propiciava a ordem social:

Com a Igreja amemos também a pátria; amemo-la muito, Amados Filhos, amemo-la com dedicação, até o sacrifício. Entre os inumeráveis benefícios que o cristianismo, pelo seu ensino e pelo seu espírito, derrama no seio da humanidade, um dos mais consideráveis é a particular eficácia com que ele desperta, sustenta e desenvolve o verdadeiro patriotismo<sup>761</sup>.

Ao apresentar a Igreja como única instituição capaz de desenvolver o verdadeiro patriotismo, os intelectuais católicos iniciaram uma verdadeira campanha cívica, cuja justificativa era a noção de que só haveria verdadeiro desenvolvimento se houver desenvolvimento moral, conforme afirmava o então Cônego Pereira Alves:

A vida social pode ser condicionada pelo aperfeiçoamento da matéria, mas nunca os seus problemas serão resolvidos na matéria transformada pelas aplicações inteligentes do homem. Sim, meus senhores, Pernambuco quer utilizados os imensos tesouros das suas entranhas fecundas, que esforços inteligentes e probos levem até aos seus longínquos sertões as realidades riosas de uma ação progressiva e de bem-estar físico e de material conforto; Pernambuco quer que olhares vigilantes o protejam e braços vigorosos o empurrem vitoriosamente para um venturoso porvir. Nós pernambucanos não somos apenas um aparelho mecânico, nós somos homens<sup>762</sup>!

Retomava-se o argumento da religião como parte intrínseca da condição humana, da necessidade da religião na sociedade; retomava-se a aproximação do Progresso com o Bem, e agora se afirmava textualmente que a Igreja seria o vetor do verdadeiro patriotismo, e, portanto, do verdadeiro Progresso.

Já na Carta Pastoral de 1894 a que nos referimos acima, foi formulado um lema que seria repetido até o final da década de setenta do século XX por muito grupos católicos brasileiros: ***Pro aris et focis: Por Deus e pela pátria***<sup>763</sup>.

<sup>761</sup> PEREIRA, D. Manoel dos Santos. **Carta Pastoral do Exm. e Revm. Snr. Bispo de Olinda D. Miguel dos Santos Pereira saudando aos seus diocesanos**. Bahia: Lytho – Typographia V. Oliveira & C., 1894, p. 29-30

<sup>762</sup> ALVES, Côn. Pereira. **Discursos e Conferencias**. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Edição da Revista Maria, p. 159.

<sup>763</sup> PEREIRA, D. Manoel dos Santos. **Carta Pastoral do Exm. e Revm. Snr. Bispo de Olinda D. Miguel dos Santos Pereira saudando aos seus diocesanos**, p. 30.

A partir da concepção de que a Igreja prestava um serviço à pátria, o discurso da utilidade pública do catolicismo ajudou a tornar plausível o conceito da ordem católica.

Neste ponto, lembramos de nossa dissertação de mestrado<sup>764</sup>, na qual concluímos que a necessidade de ordenar a sociedade, e principalmente de disciplinar as classes pobres, aproximou Igreja e Estado, catolicismo e modernidade:

O disciplinamento das populações pobres, propugnado pelas elites e pelo Estado, necessitou do auxílio da Igreja, e esta tratou de tecer seu principal ponto de ligação com o Estado, construindo, através da ordem sua nova forma de se posicionar no domínio público<sup>765</sup>.

Assim, o argumento da ordem costumava ser invocado sempre ao lado do argumento patriota; como, por exemplo, na Carta Pastoral de 1894 do bispo D. Manoel.

O autor conceituava o que é a pátria, listando os elementos que formavam a identidade nacional:

A pátria, que é uma segunda mãe – **patria quasi a patre** – é essa entidade moral ligada a nós pela comunidade do território, das instituições, das tradições, dos costumes e das coisas em que nascemos e que nos habituamos a amar por impulso da própria natureza<sup>766</sup>.

É relevante o fato de que o bispo deu destaque aos elementos da Tradição, ao invés de sublinhar a questão étnica, tão em voga no momento.

O mesmo argumento foi defendido por Afonso Celso, que afirmava:

Superior às coações da força – diz Renan – o que une e constitui as nações é o sentimento do passado, a posse em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida<sup>767</sup>.

Afonso Celso faz a referência explícita a Ernest Renan e à concepção francesa do conceito de nação, baseada nas tradições comuns, na história comum, na memória comum.

<sup>764</sup> Cf.: RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Ver Capítulo 4 - **Catolicismo Romanizado, Laicato Católico e Disciplinamento Social**

<sup>765</sup> RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Op. Cit.* p. 21-22.

<sup>766</sup> PEREIRA, D. Manoel dos Santos. **Carta Pastoral do Exm. e Revm. Snr. Bispo de Olinda D. Miguel dos Santos Pereira saudando aos seus diocesanos**. p. 29-30.

<sup>767</sup> CELSO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 166.



A tradição francesa acerca do que é a pátria tornou a tarefa de difusão do projeto católico de identidade muito mais simples pois, durante a república velha o imbricamento entre os intelectuais católicos e os não-católicos no mesmo *habitus* intelectual favoreceu em grande medida a aproximação de argumentos da Tradição católica com argumentos da tradição cívica.

#### 4.2. CATOLICISMO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA NAÇÃO

Tendo já analisado as relações entre o subcampo intelectual católico e o campo intelectual como um todo, inferimos que se tratava do mesmo *habitus* intelectual compartilhado por intelectuais católicos e não-católicos<sup>768</sup>.

Este *habitus* compartilhado foi fundamental para que o projeto católico de identidade nacional ganhasse plausibilidade<sup>769</sup> no campo intelectual brasileiro. Para tanto, o mesmo tipo de associação intelectual que apontamos no campo regional – os Institutos Históricos, as Academias de Letras, o Gabinete Português de Leitura e as bibliotecas públicas – foram, também na capital da república, o *locus* privilegiado de irradiação do projeto identitário católico, visto que nestes ambientes encontrava-se a elite intelectual de cada núcleo urbano brasileiro.

É relevante atentarmos para o fato de que o sistema republicano não criou instituições intelectuais para formulação de uma identidade<sup>770</sup>. Contando apenas com as instituições existentes desde o Império – no Rio de Janeiro, assim como no Recife, existiam à época apenas os Institutos Históricos e o Gabinete Português de Leitura, além das escolas secundárias e superiores, também filhas do Império –, a república contou muito mais com a necessidade dos intelectuais brasileiros de subvenção econômica, do que com instituições criadas por si para a formulação de uma identidade republicana no Brasil.

Este era o caso, principalmente, do IHGB, conforme análise de Cláudia Callari:

Derrubada a Monarquia, o IHGB não aceitaria o novo governo de imediato. Amparados pelo estatuto científico da Instituição – isolados, portanto, dos movimentos políticos do país -, seus membros recusam a proposta do barão Homem de Mello para se nomear uma comissão a fim de saudar o governo provisório. Essa situação não iria durar

<sup>768</sup> Ver item 3.1. HABITUS INTELECTUAL CATÓLICO

<sup>769</sup> Lembramos que a plausibilidade de qualquer conceito, ou concepção de mundo, implica não apenas na legitimação dos seus conteúdos, mas também na difusão dos seus conteúdos, através das comunidades de apoio, das práticas e dos rituais. Queremos sublinhar o fato de que plausibilidade implica, necessariamente, na difusão dos conteúdos em questão sobre um grande grupo de indivíduos. Sobre o tema ver: BERGER, Peter L. **Rumor de Anjos**. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2.ed.rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. Ver especialmente o *Capítulo 2: A perspectiva da sociologia: relativizar os relativizadores*. Tratamos deste assunto no item **2. IGREJA CATÓLICA E SECULARIZAÇÃO NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**.

<sup>770</sup> Sobre a identidade republicana ver o trabalho clássico de José Murilo de Carvalho: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

muito: era necessário que o Instituto se alinhasse aos novos tempos – inclusive porque dependia de subvenção oficial. Em 1891, Deodoro da Fonseca – irmão do 1º secretário João Severiano da Fonseca – torna-se presidente honorário do Instituto, praxe seguida em relação aos próximos governantes<sup>771</sup>.

Mesmo a única grande associação intelectual fundada durante a república velha, a Academia Brasileira de Letras e posteriormente suas congêneres regionais, não obteve pronta aceitação do Estado, que apenas por volta de 1910 consolidou o seu apoio institucional e financeiro à instituição.

Até este período, embora sem apoio do governo republicano, os intelectuais da Academia Brasileira de Letras mantiveram o mesmo *habitus* intelectual que havia sido construído, no campo da história, pelo IHGB. Tal se deu devido à utilização do modelo francês de Academia de Letras<sup>772</sup> e, principalmente, à filiação da ABL ao modelo dos institutos<sup>773</sup> que desde o século anterior congregavam a elite intelectual brasileira em todas as áreas do conhecimento. Segundo Alessandra El Far *os literatos ambicionavam, igualmente, uma autoridade em relação ao discurso literário, e a criação de uma academia de letras poderia propiciar-lhes uma projeção intelectual jamais alcançada*<sup>774</sup>.

Assim, os acadêmicos da ABL não criaram uma nova maneira de ser intelectual no Brasil, pelo contrário, exerceram um importante papel na solidificação do *habitus* intelectual brasileiro, apenas se especializando no domínio da literatura, utilizando as mesmas estratégias utilizadas pelos intelectuais de outras áreas, conforme analisa Alessandra El Far:

(...) da fundação [em 1897] até o final da primeira década do novo século, período em que os acadêmicos, diante da recusa do apoio oficial do governo e, logo, de uma infra-estrutura precária, envidaram esforços para sedimentar as bases da Academia em nossa sociedade. Relato as dificuldades financeiras iniciais, a inserção do literato no viés institucional, a formação de uma identidade comum a uma camada diversificada de intelectuais, a iniciativa de criar uma tradição da literatura no país, a adoção de novos padrões de sociabilidade literária e a divulgação de seu primeiro trabalho: a reforma ortográfica de 1907. Todo esse percurso mostra como esses indivíduos se valeram dos preceitos acadêmicos com o objetivo de

<sup>771</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=pt&nrm=iso).

Acesso em: 03 jul. 2007, p. 66.

<sup>772</sup> EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 58 – 64 e 102-103.

<sup>773</sup> EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 63-65.

<sup>774</sup> *Id. Ibid.*, p. 65.

cultivar uma unidade de grupo, defender determinados interesses e garantir uma ascensão social junto a alguns representantes da elite nacional da época<sup>775</sup>.

Reafirmamos, portanto, que o campo intelectual brasileiro no final do século XIX e início do XX era bastante homogêneo em termos de estratégias de atuação, de mobilização e, principalmente, de valoração e institucionalização das academias e institutos como *templos da memória*<sup>776</sup>.

Esta é uma questão extremamente relevante para compreendermos de que maneira o discurso da tradição cívica e intelectual se alinhou ao discurso da Tradição católica.

Afinal, poderíamos supor que, no regime republicano, seria mais coerente a criação de uma identidade que rompesse com a religião protegida pela monarquia e com os intelectuais defensores do universo monárquico e católico.

Porém, nada disto ocorreu. Seguindo a tendência já protagonizada desde o segundo império<sup>777</sup>, os intelectuais brasileiros, durante a república velha, formularam um *continuum* histórico, que aproximou império e república, abrindo espaço para a Tradição católica. Cláudia Callari analisou este fato para tratar dos intelectuais do IHGB, porém, acreditamos que esta análise pode ser aplicada para o campo intelectual brasileiro como um todo:

Com a consolidação da República, muitos republicanos históricos passam a incorporar o espírito da agremiação: uma vez que a Monarquia não representava mais nenhum perigo, tratou-se de amalgamar a história num grande **continuum**, reverenciando a figura do imperador deposto e o papel histórico desempenhado pela Monarquia<sup>778</sup>.

Acreditamos que para compreender como se deu a consolidação deste *continuum* histórico precisamos levar em consideração a operação efetivada pelos intelectuais católicos, que associaram a elite brasileira ao Progresso/Bem católico e às Tradições nacionais – propondo o catolicismo como amálgama destas tradições e incorporando a história republicana neste *continuum* historiográfico.

<sup>775</sup> *Id. Ibidem.*, p. 19.

<sup>776</sup> *Idem*, p. 92.

<sup>777</sup> Cf.: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *In*: Revista **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 2. Disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf), pesquisado em 17/01/2008.

<sup>778</sup> CALLARI, Cláudia Regina. *Op. Cit.*, p. 66.

Esta operação nos ajuda a compreender a difusão do projeto identitário católico nos ambientes intelectuais brasileiros. Para tanto, o catolicismo se despolitizou, dissociando-se do regime monárquico - assim como já se havia dissociado do regime colonial no século XIX – e apresentando-se como uma alternativa identitária também na república.

Os autores que analisaram a influência dos intelectuais católicos associaram, algumas vezes, os intelectuais católicos aos políticos monarquistas<sup>779</sup>. Porém, podemos inferir que ao longo das primeiras décadas republicanas as divergências de cunho político foram progressivamente se diluindo, e dando lugar a uma identidade católica pretensamente apolítica, e portanto, apta a unir as mais diversas tendências políticas e intelectuais que conviviam na República Velha.

Em especial nos primeiros anos da república velha podemos identificar um grupo de intelectuais católicos e monarquistas que se mobilizaram politicamente: já nos referimos anteriormente ao bispo de Olinda D. Esberard, e não podemos deixar de nos referir ao próprio Afonso Celso, a Eduardo Prado e a Carlos de Laet.

Não teve, porém, continuidade a associação entre catolicismo e defesa da monarquia. Se nos primeiros anos após a queda da Monarquia ainda vemos Carlos de Laet e Eduardo Prado acusando o regime republicano de perseguição aos políticos monarquistas<sup>780</sup> e, na obra *A Década Republicana*<sup>781</sup>, vociferarem a acusações de incompetência generalizada para com a administração do país, com o tempo, mesmo os dois mais célebres monarquistas – Laet e Prado - se acomodaram ao novo regime político.

A progressiva exclusão dos militares da vida pública, a partir de 1894, com o início do governo de Prudente de Morais<sup>782</sup>, foi um importante passo para

---

<sup>779</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 132.

<sup>780</sup> Eduardo Prado, sob o pseudônimo de Frederico S., publicou na *Revista de Portugal*, entre dezembro de 1889 e julho de 1890, diversos artigos criticando o regime implantado no Brasil; estes artigos foram reunidos no livro **Fastos da ditadura militar no Brasil**, publicado em primeira edição em 1902 (IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMF, 2000, p. 131 - 134).

<sup>781</sup> OURO PRETO (Visconde). **A Década Republicana**. Rio de Janeiro: Typographica do Brazil, 1899.

<sup>782</sup> Os militares viriam a governar o Brasil novamente com Hermes da Fonseca, entre 1910 e 1914, quando novamente ocorreram agitações bélicas: a revolta da Chibata e a Guerra do Contestado. Porém, não houve mais perseguições aos monarquistas. (Sobre a Revolta da Chibata ver: SILVA, M. A. da. **Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Tudo é História. Sobre a Guerra do Contestado: QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e**

apaziguar os ânimos monarquistas e, ao mesmo tempo, esfriar a propaganda positivista que assustava os católicos. Pois, se Floriano Peixoto, encarnara, para a oficialidade jacobina o legado de Benjamim Constant, reproduzindo a imagem de um herói a ser imitado<sup>783</sup>, o mesmo não pensavam as elites civis brasileiras, desgostosas das agitações dos primeiros anos da república e receosas do golpe militar florianista<sup>784</sup>.

Ao final do governo civil de Prudente de Moraes, e principalmente durante o governo de Campos Salles, cessaram, em grande medida, as perseguições políticas sofridas pelos monarquistas durante o governo florianista<sup>785</sup>. Neste período, finalmente, o catolicismo se dissociou completamente do monarquismo, pois a própria propaganda monarquista neste período arrefeceu, centrando-se em clubes e associações bem delimitadas<sup>786</sup>.

Para os fins deste trabalho é importante compreendermos que a própria perseguição política vivida pelos monarquistas e críticos do regime militar parece ter sido relevante para consolidar laços de amizade e fraternidade intelectual em torno dos intelectuais perseguidos.

Assim, devemos lembrar que intelectuais não católicos, ou melhor, católicos não militantes, conviveram com militantes católicos no exílio, principalmente em torno de Eduardo Prado, em Paris, onde este se radicara desde 1886, transformando *a casa onde morava em um verdadeiro centro de estudos brasileiros e portugueses. Desse círculo privilegiado fizeram parte intelectuais da estatura de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos e Rio*

**conflito social (a guerra sertaneja do contestado:** 1912-1916. 1. ed. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.)

<sup>783</sup> SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em História. São Paulo, 2005. Ver cap. I: As diferentes dimensões do florianismo.

<sup>784</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893 – 1897. São Paulo: Brasiliense, 1986. Ver capítulo 1 – Tessitura do quadro histórico.

<sup>785</sup> Cf.: PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>786</sup> Quando da visita do Conde d'Eu ao Brasil, em 1921, por ocasião da transladação dos restos mortais do Imperador Pedro II e sua esposa, foram os seguintes grupos monarquistas que fizeram parte das comemorações: Liga Monárquica D. Manoel II, Centro Monárquico D. Manoel II, Centro D. Manoel II. Este evento não teve características monarquistas, conforme analisaremos a seguir. (REVISTA do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 159).

*Branco, entre outros*<sup>787</sup>. Após a proclamação da república, e principalmente após a apreensão do livro *A ilusão americana*<sup>788</sup>, em 1893, Eduardo Prado se auto-exilou em Paris, de onde comandava a propaganda monarquista.

Assim, nos primeiros anos da república, concentrou-se, no ambiente parisiense, um grupo de intelectuais que tiveram em Eduardo Prado e Eça de Queiroz, um ponto de apoio intelectual e emocional e financeiro, inclusive. E, enquanto o ideário monarquista arrefeceu<sup>789</sup>, o ideário católico- ou a suposta herança católica -, pelo contrário, pôde se firmar como elemento de união entre os diversos tipos de nacionalismo que se desenvolveram nas primeiras décadas do século XX.

Em crônica publicada na Gazeta de Notícias, em 18/09/1900, para homenagear Eça de Queiroz, então recém falecido<sup>790</sup>, Olavo Bilac relembra o significado pessoal das reuniões de brasileiros em Paris ocorridas na casa de Eça de Queiroz<sup>791</sup>:

Era um consolo — deixar as amplas ruas de Paris, cheias de uma multidão que patinava na lama gelada, falando todas as línguas, ardendo no fogo de todas as paixões arrastada a todos os prazeres, e chegar ao tépido ninho de Amor e da Arte, e encontrar ali dentro a língua natal, o carinho meigo daquele grande espírito, e o sossego daquele lar português que a presença das duas senhoras iluminava e perfumava. Por todo esse duro inverno (\*\*\*) 91, o obscuro poeta brasileiro [\*\*\*] no torvelim de Paris, foi muito [\*\*\*] à casa de Eça de Queirós [\*\*\*] de felicidade<sup>792</sup>.

Na mesma crônica de 1900, Bilac não deixa de se referir a uma espécie de conversão de Eça de Queiroz:

Em 1890, já o amor e a felicidade doméstica haviam transformado o espírito do prodigioso escritor. (...)m um estudo recente sobre o romancista português, Eduardo Prado dizia que *Deus entrara em casa de Eça com o primeiro filho*.

<sup>787</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A ilusão americana – Eduardo Prado*. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 1. 3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001, p. 135.

<sup>788</sup> PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

<sup>789</sup> O último grande evento que monarquista no Brasil ocorreu concomitante à revolta da Armada (1893-1894). Eduardo Prado teve participação neste movimento, porém, em 1900 retornou definitivamente ao Brasil, tendo se conformado ao novo regime. (OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A ilusão americana – Eduardo Prado*. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Op. Cit.*, p. 149). Faleceu em 1901, porém, sua memória foi continuamente reverenciada na Academia Brasileira de Letras, e por Afonso Celso em todos os ambientes que freqüentava.

<sup>790</sup> Eça morreu em 16 de agosto de 1900.

<sup>791</sup> Sobre a relação íntima entre os intelectuais brasileiros e Eça de Queiroz, ver: LYRA, Heitor. **O Brasil na vida de Eça de Queiroz**. Lisboa: Livros do Brasil, [1965].

<sup>792</sup> BILAC, Olavo. *Eça de Queiroz*. In: Site Consciência. Disponível on-line em: [www.consciencia.org/eca-de-queiroz-cronica-de-olavo-bilac](http://www.consciencia.org/eca-de-queiroz-cronica-de-olavo-bilac), pesquisado em 06/02/2009, 17:37h.

Deus — e a tolerância. A imbecilidade já lhe não merecia apenas sarcasmos e cólera. O longo conhecimento da vida dera-lhe a faculdade de se compadecer da miséria humana; e a decadência moral da moderna sociedade portuguesa, devorada, como todas as outras, pela politicagem asinina e pelo amor imoderado do dinheiro, já lhe não inspirava nojo e indignação: inspirava-lhe piedade<sup>793</sup>.

Em 1903, novamente, Bilac relembrou aquele ambiente, listando alguns dos intelectuais que freqüentavam a casa de Eduardo Prado:

Quantos brasileiros ilustres passavam por aquela casa! Havia o segundo Rio Branco; havia o feroso Silveira Martins; havia Domício da Gama; e havia (para não alargar demais o surto das recordações) esses dois ilustres velhos, Ferreira Viana e Lafayette, que não são da Academia (ai da Academia!) e de quem, traduzindo mal um bom verso, posso dizer que *se nada falta à sua glória, eles fazem falta à nossa...*<sup>794</sup>.

No extremo oposto, há ainda relatos de casos em que a convivência forçada ocorreu, no interior do Brasil. Como, por exemplo quando Afonso Arinos recebeu Olavo Bilac e Carlos de Laet em sua casa, em Ouro Preto, também por ocasião de perseguições aos grupos monarquistas:

Durante a Revolta da Armada (1893/1894), abrigou em sua casa em Ouro Preto alguns escritores radicados no Rio de Janeiro que, suspeitos de participação naquele movimento, haviam buscado refúgio no interior de Minas, entre outros, Olavo Bilac e Carlos Laet<sup>795</sup>.

Inferimos que este ambiente de exílio amalgamou amizades e influências intelectuais, contribuindo para a inserção do catolicismo no *habitus* intelectual brasileiro, através de Eduardo Prado e seu círculo de amigos em Paris, ou de Carlos de Laet, no Brasil.

Chamamos atenção para o fato de que estes mesmos intelectuais formaram, posteriormente, a Academia Brasileira de Letras, cujos primeiros imortais eram os seguintes:

---

<sup>793</sup> *Idem.*

<sup>794</sup> Discurso de recepção do acadêmico Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, proferido por Olavo Bilac em 18 de setembro de 1903. *In:* Site de Academia Brasileira de Letras, disponível on-line em: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/), pesquisado em 06/02/2009, 17:39h

<sup>795</sup> Biografia do acadêmico Afonso Arinos. *In:* Site de Academia Brasileira de Letras, disponível on-line em: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/), pesquisado em 06/02/2009, 17:39h



<b>TABELA VII: Lista dos intelectuais que pertenciam ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras, quando de sua fundação em 1897</b>			
NOME	Status na ABL	IHGB <sup>796</sup>	RELIGIÃO <sup>797</sup>
Araripe Júnior	Fundador	Sócio	N/I
Graça Aranha	Fundador	---	N/I
Inglês de Sousa	Fundador	---	N/I
José Veríssimo	Fundador	Sócio	N/I
Machado de Assis	Fundador	---	N/I
Olavo Bilac	Fundador	---	Católico não militante
Rodrigo Otávio	Fundador	Sócio	N/I
Teixeira de Melo	Fundador	Sócio	N/I
Filinto de Almeida	Fundador	---	N/I
Luís Murat	Fundador	---	N/I
Valentim Magalhães	Fundador	---	N/I
Alberto de Oliveira	Fundador	---	N/I
Carlos de Laet	Fundador	Sócio	Católico militante
Conselheiro Pereira da Silva	Fundador	Sócio	N/I
Sílvio Romero	Fundador	Sócio	N/I
Urbano Duarte	Fundador	---	N/I
Artur Azevedo	Fundador	---	N/I
Guimarães Passos	Fundador	---	N/I
Joaquim Nabuco	Fundador	Sócio	Católico não militante
Lúcio de Mendonça	Fundador	---	N/I
Medeiros e Albuquerque	Fundador	---	N/I
Pedro Rabelo	Fundador	---	N/I
Silva Ramos	Fundador	---	N/I
Visconde de Taunay	Fundador	Sócio	Católico não militante
José do Patrocínio	Fundador	---	Católico não militante
Afonso Celso Júnior	Fundador	Sócio	Católico militante
Alcindo Guanabara	Fundador	---	N/I
Garcia Redondo	Fundador	---	N/I
Rui Barbosa	Fundador	Sócio	Católico não militante
Coelho Neto	Fundador	---	Católico não militante, converteu-se ao espiritismo
Aluísio Azevedo	Eleito pelos fundadores	---	N/I
Barão de Loreto	Eleito pelos fundadores	Sócio	Católico não militante
Clóvis Beviláqua	Eleito pelos fundadores	Sócio	N/I
Domício da Gama	Eleito pelos fundadores	---	Católico não militante
Eduardo Prado	Eleito pelos fundadores	Sócio	Católico militante
Luís Guimarães Júnior	Eleito pelos fundadores	---	N/I

<sup>796</sup> Cf.: HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)**. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, sob orientação do. Prof. Dr. Charles Monteiro, p. 80. Disponível on-line em: <http://verum.pucrs.br/ppgh>, pesquisado em: 01/02/2009, 10:46h.

<sup>797</sup> Nem sempre foi possível identificarmos a religião professada pelo intelectual.

Magalhães de Azeredo	Eleito pelos fundadores	---	N/I
Oliveira Lima	Eleito pelos fundadores	Sócio	Católico não militante
Raimundo Correia	Eleito pelos fundadores	---	Católico não militante
Salvador de Mendonça	Eleito pelos fundadores	---	N/I

É importante ressaltarmos que muitos dos intelectuais católicos faziam parte também do IHGB, onde, apesar das diferentes posturas intelectuais, todos reificavam a Tradição. Neste ambiente, mais do que na ABL, havia ainda uma grande presença de intelectuais católicos<sup>798</sup> e do argumento providencialista, conforme análise de Hugo Hruby:

Pelo exposto neste subcapítulo, vejo que, incompatível para alguns, perfeitamente harmonizável para outros, as discussões sobre História, ciência e fé marcavam os discursos dos sócios em pleno início do século XX. Os religiosos tinham uma efetiva contribuição aos estudos históricos por suas peregrinações por amplos espaços do território nacional e porque representam a maior instituição propagadora da Civilização Universal. Além disso, o amor à Pátria viria através do exercício do amor a Deus: do púlpito emanariam lições de patriotismo. O problema do Catolicismo estava na falta de comprovação documental. A fé, a crença e o dogma dispensavam a necessidade de documentos. Que maior prova do que a vontade divina? A própria religiosidade estava a alimentar muitas das lendas sobre o passado do país que deveriam ser extirpadas pela crítica documental. Entretanto não se poderia dispensar esta imensa rede de testemunhas oculares com seus registros e estudos nos mais distantes cantões do país. Assim como os clérigos utilizavam-se da História para legitimar suas pregações, os historiadores não poderiam dispensar a estrutura da Igreja Católica em suas pretensões. Diante disso, ao retomar os estudos de Arno Wehling sobre os primórdios do Instituto, deparo-me com sua afirmação de que o antiprovidencialismo iluminista dos fundadores do IHGB recusava a idéia agostiniana de um processo histórico fixado por Deus. No entanto, mais de cinquenta anos depois, a Providência era

<sup>798</sup> Hugo Hruby identificou também grande quantidade de membros do clero entre os membros do IHGB: *Entre a proclamação da República e o final da presidência do Barão do Rio Branco ingressaram 23 sacerdotes nos quadros do IHGB. Entre os "sócios de batina" estavam, não só os residentes em território nacional, mas também religiosos estabelecidos na Santa Sé como o Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, secretário de Estado do Papa Leão XIII e D. Jerônimo Maria Gotti. A grande maioria dos sacerdotes residentes no Brasil tinha destacada posição na hierarquia eclesiástica, como o Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti; os Bispos de Manaus, José Lourenço da Costa Aguiar; de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza; de Cuiabá, D. Carlos Luiz d'Amour; de Niterói e, posteriormente, de Belém do Pará, D. Francisco do Rego Maia; de Petrópolis e, depois, de Curitiba, D. João Francisco Braga; de Campinas, D. João Batista Corrêa Nery; de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira; de Belém do Pará e, depois, de Salvador, D. Jerônimo Tomé da Silva. A proposta de admissão dos sacerdotes seguia, na maioria dos casos, o § 1º, art. 10 dos Estatutos de 1890 ou o § 1º, art. 9 dos Estatutos de 1906, isto é, ingressariam no Instituto, principalmente, pelo "consumado saber". Tal nível de sapiência acabava se traduzindo no alto grau hierárquico do religioso.* (HRUBY, Hugo. *Op. Cit.*, p. 127-128)

um elemento que não poderia ser relegado nos estudos históricos realizados pelos sócios do Instituto<sup>799</sup>.

O cerne destes argumentos identitários católicos era a relação História/Tradição/Ordem. A afirmação de que o Brasil sempre fora ordeiro, foi extremamente relevante para justificar o *continuum* histórico brasileiro, que afirmava a importância do catolicismo para a própria constituição da nação. Afinal, como vimos, os intelectuais católicos afirmavam que o catolicismo proporcionava a ordem, e mesmo quando esta afirmação não era explícita, a relação Tradição/Ordem/Catolicismo se fazia sentir nas formulações historiográficas que enfatizavam as continuidades na história, ao invés das rupturas.

De acordo com os intelectuais católicos, a grande continuidade histórica brasileira era o catolicismo, e este elemento esteve presente nas associações que vimos analisando.

Assim, nas principais associações intelectuais da República Velha - em que discursavam continuamente Afonso Celso, Eduardo Prado e Carlos de Laet - as Tradições católicas, cívicas e intelectuais se imbricaram, apartando-se definitivamente de qualquer propaganda política monárquica, e constituindo o *habitus* intelectual brasileiro católico e não-católico.

Carlos de Laet bem definiu o *habitus* intelectual da ABL, no discurso de posse do imortal Dantas Barreto, proferido em 07 de janeiro de 1911:

Não vos assuste o temperamento revolucionário de alguns dos nossos confrades. Suas tendências demolidoras não passam de aparentes. Fundamentalmente todos somos conservadores. Eles mudaram, por exemplo, a ortografia, contra o meu voto tradicionalista. Vestiram de kaki o dicionário; mas isto é apenas uma questão de uniforme. Na tática e estratégia eles dispensam missões estrangeiras. Todos os dias escrevem formosas páginas, versos adoráveis, venustas prosas, em castiça linguagem, e sempre zelando as gloriosas tradições do vernaculismo. Havia antigamente um remédio que se chamava triaga, – electuário em cuja composição entravam inúmeras substâncias heterogêneas. Destas algumas eram tóxicas, mas logo na mistura perdiam a peçonha. O efeito final tornava-se magnífico. A triaga curava, diz-se, mordeduras de cobras e uma infinidade de mazelas. Quer-me parecer que com as academias se dá o mesmo. Entram nelas ingredientes formidáveis; mas, finalmente, o resultado é benéfico. **Esta Academia é uma corporação conservadora**<sup>800</sup>. (grifo nosso)

<sup>799</sup> HRUBY, Hugo. *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>800</sup> Discurso de recepção do acadêmico Dantas Barreto na Academia Brasileira de Letras, proferido por Carlos de Laet em 07 de janeiro de 1911. *In*: Site de Academia Brasileira de Letras, disponível online em: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/), pesquisado em 06/02/2009, 18:17h.

Naquele contexto a palavra *conservador* ainda não tinha o significado de *reacionário político* - que assumiria durante o golpe militar de 64<sup>801</sup>. Compreendemos que conservador era aquele que conservava as Tradições, a Ordem e, portanto, a unidade nacional, conforme explicava Laet, no mesmo discurso:

Esta Academia, como todas as suas congêneres, é um corpo de prontidão em defesa das letras nacionais. Não devaneio.

Nosso desejo (foi Machado de Assis quem o disse no seu discurso da sessão de abertura em 20 de junho de 1897), nosso desejo é conservar no meio da federação política a unidade literária. Eis aí: - a unidade nacional que com a espada prometestes defender lá fora, aqui com a pena esforçado a propugnareis<sup>802</sup>.

Esta fala de Carlos de Laet recebendo Dantas Barreto foi emblemática para compreendermos a despolitização dos intelectuais católicos monarquistas. Basta-nos lembrar que Dantas Barreto foi Ministro da Guerra durante a presidência de Hermes da Fonseca, que, por sua vez, era sobrinho de Deodoro da Fonseca, considerado pelos monarquistas como traidor do Império. Assim, poderíamos supor que Carlos de Laet seria o acadêmico menos indicado para receber Dantas Barreto<sup>803</sup>, entretanto foi o próprio Laet que desfez esta percepção afirmando que

<sup>801</sup> Sobre este contexto ver: GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. Volume 1. Coleção As Ilusões Armadas. Sobre a propaganda conservadora da época ver: OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Brasil-1976: A igreja ante a escalada da ameaça comunista: apelo aos bispos silenciosos: a igreja do silêncio no Chile: a TFP andina proclama a verdade inteira**. São Paulo: Administradora e Editora Vera Cruz LTDA., 1976.

<sup>802</sup> Discurso de recepção do acadêmico Dantas Barreto na Academia Brasileira de Letras, proferido por Carlos de Laet em 07 de janeiro de 1911. In: Site de Academia Brasileira de Letras, disponível online em: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/), pesquisado em 06/02/2009, 18:17h.

<sup>803</sup> Laet também havia se desentendido com Joaquim Nabuco, o antecessor de Dantas Barreto na cadeira nº 27, para a qual ele fora eleito em 10 de setembro de 1910. O motivo do desentendimento foi a atitude de Nabuco de transigir com a República, porém, no mesmo discurso de recepção a Dantas Barreto, Carlos de Laet se refere a esse fato deixando nas entrelinhas impressão de que não fosse a morte de Nabuco poderiam ter feito as pazes: *Os aplausos, porém, com que a República aceitou a Nabuco, longe de me contristarem, pelo contrário me envaideciam. Suas láureas, mesmo no campo adverso, eram até certo ponto nossas. Ele era o documento vivo do que podia dar a antiga cultura, em um meio fartamente oxigenado pela liberdade. O terreno donde subia uma seiva tão vigorosa que de pais a filhos garantia a vivacidade intelectual, e sem descansar produzia dois Nabucos, dois Afonso Celsos, dois Rio Brancos, – esse terreno pode havê-lo fulminado o céu, podem tê-lo assolado os homens, mas não o digais infecundo, não lhe lanceis o anátema da esterilidade! Nabuco voltou vivo à pátria, mas eu não mais o procurei, não mais me comprazi na sua palavra, que na tribuna era um clangor de combate e na intimidade um suavíssimo arpejo. Depois voltou... morto. De uma das eminências a cavaleiro da cidade, vi alongar-se o navio que levava o féretro de Nabuco. Lentamente o acompanhei com a vista até sumir-se nas fimbrias do horizonte; mas antes que de todo, e para sempre, ali se perdesse, não vos ocultou que outras brumas, que não as do mar, me embaçavam os olhos turvados de emoção...* (Discurso de recepção do acadêmico Dantas Barreto na Academia Brasileira de Letras, proferido por Carlos de Laet em 07 de janeiro de 1911. In: Site de

Qualquer que fosse a divergência que entre nós existira, Sr. General, e que me dificultasse a tarefa de receber-vos, cederia o passo a uma consideração de ordem superior: – e é que, por compensar as dissidências, que tanto se refletem no que escrevemos, entre nós existe um liame duplo, de natureza filosófica e literária. Para mim representais, Sr. General, o princípio da autoridade que paira acima das formas de governo. O que ora está verdadeiramente em questão, não é se o supremo magistrado tem de ser vitalício ou quadrienal, se por investidura hereditária ou se mediante o que chamais eleição: **o que se agita na profundidade das consciências em revolta é a supressão de toda fé, de todo culto, de todo governo.** Os que se alegram quando uma realeza vem abaixo, mal reparam na grande semelhança entre as cátedras chamadas tronos e os tronos em que se assentam as magistraturas democráticas. O dia de amanhã, para todos os povos, denuncia-se cheio de borrascas. Encostai ao chão o ouvido, como fazem os nossos indígenas, e aprendereis que não longe vem a turba desvairada e destruidora. Nestas condições, em meio das tendências anarquizantes da atualidade, **eu vos considero, a vós e aos vossos companheiros de armas, como o último baluarte de uma ordem de coisas periclitante nas sociedades modernas, e cuja queda marcaria o mais fragoroso desabe social**<sup>804</sup>. (grifo nosso)

Ou seja, Dantas Barreto e o exército, naquele contexto, significavam a ordem legalmente constituída, e não um sistema de governo. E a defesa da ordem unia não apenas as diversas matizes políticas nacionais, como os diversos intelectuais brasileiros. Também é significativo que Laet tenha equiparado a missão do general Dantas Barreto, enquanto político e, principalmente militar, à sua missão como literato.

Inferimos, portanto, que o campo intelectual brasileiro como um todo cooperou para a difusão do projeto identitário católico através da difusão de um ideário favorável à manutenção da Ordem e da Tradição.

Através desta cooperação indireta estabelecida entre os intelectuais católicos e os intelectuais não católicos, ou católicos não militantes, cristalizou-se um *a priori* que favoreceu a irradiação do projeto identitário católico: a noção de que a manutenção da Tradição era condição necessária para a manutenção da ordem, e vice-versa.

A formulação deste *a priori* foi a tônica do discurso que Lúcia Lippi chama de *nacionalista*:

---

Academia Brasileira de Letras, disponível on-line em: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/), pesquisado em 06/02/2009, 18:17h)

<sup>804</sup> Discurso de recepção do acadêmico Dantas Barreto na Academia Brasileira de Letras, proferido por Carlos de Laet em 07 de janeiro de 1911. *In*: Site de Academia Brasileira de Letras, disponível on-line em: [www.academia.org.br/](http://www.academia.org.br/), pesquisado em 06/02/2009, 18:17h.

O nacionalismo, enquanto bandeira a guiar os intelectuais preocupados em construir um projeto de salvação nacional, teve de lidar com a questão econômica ligada à industrialização e com sua companheira, a questão operária. (...) O novo movimento era de crítica. Criticavam-se as elites políticas e intelectuais por sua falta de consciência nacional, por sua postura diletante, por sua francofilia<sup>805</sup>.

O discurso nacionalista, segundo Lippi, assumiu três vertentes distintas:

Uma mais ligada ao serviço militar e à construção de uma consciência cívico-patriótica, configurada na Liga de Defesa Nacional, e outra, mais preocupada com questões políticas, particularmente com a verdade do voto, exemplificada pela Liga Nacionalista de São Paulo. Havia ainda uma terceira tendência, que tinha raízes no Rio de Janeiro e que se expressou através de dois movimentos: a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista. Álvaro Bomilcar foi figura de proa tanto na Propaganda Nativista quanto da Ação Social Nacionalista<sup>806</sup>.

Segundo Lippi estes movimentos se aproximaram, cada vez mais, dos intelectuais católicos, que participavam dos seus quadros em posição de destaque, em especial Afonso Celso. De acordo com Lippi, nos últimos anos da década 10 e primeiros da década 20, nacionalismo e catolicismo se aproximaram principalmente através da *Propaganda Nativista* e da *Ação Social Nacionalista*:

Vai se delimitando assim um campo em que os compromissos com a origem católica passam a assumir um papel fundamental no ideário nacionalista. A presença de Afonso Celso como presidente da Ação Social Nacionalista, assim como o teor dos artigos de Alcebíades Delamare no [revista] **Gil Bras**, apontam para a configuração de um pensamento que une catolicismo e nacionalismo<sup>807</sup>.

Assim, a defesa da identidade católica para a nação não se constituiu em novidade, pois intelectuais de diversos matizes se uniram em torno do argumento nacionalista, colaborando, indiretamente, para a difusão do projeto católico.

Compreendemos que alguns destes movimentos nacionalistas - cujo ápice ocorreu na década de vinte - eram já conseqüência da proposta identitária católica para o Brasil, pois as linhas mestras desta proposta foram formuladas e repetidas por intelectuais católicos desde o final do século XIX; assim, no início da década de vinte, foram facilmente incorporados ao campo intelectual brasileiro.

Para os fins desta tese, é mais importante atentarmos para a atuação de intelectuais que não eram católicos militantes, a fim de compreendermos de que

<sup>805</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 147.

<sup>806</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>807</sup> *Id. Ibid.*, p. 156.

maneira se deu a difusão do projeto católico de identidade nacional fora do subcampo intelectual católico.

Os literatos Coelho Netto e Olavo Bilac são personagens exemplares para a compreensão da influência do projeto católico de identidade nacional e das estratégias sociais de reprodução deste projeto nas associações intelectuais da época em estudo.

Ressaltamos que escolhemos analisar estes dois intelectuais pelo seu destacado papel na elaboração de livros didáticos<sup>808</sup>, o que lhes garantiu a amplificação do seu discurso para um público muito mais amplo do que o atingido pelos intelectuais voltados apenas para a vida acadêmica/jornalística.

Aparentemente ambos eram católicos, porém, não temos elementos para incluí-los no subcampo intelectual católico, pois, até onde pudemos pesquisar, nenhum dos dois fazia parte de associações de intelectuais católicas e nem identificamos qualquer militância dos dois, como, por exemplo, participação em congressos católicos. Temos notícia que Coelho Netto, teria se convertido ao espiritismo em 1923<sup>809</sup>.

Os dois autores foram sócios fundadores da Academia Brasileira de Letras<sup>810</sup> e também membros fundadores da Liga de Defesa Nacional<sup>811</sup> - apontada por Lúcia Lippi como a mais moderada das associações nacionalistas da república velha<sup>812</sup>.

<sup>808</sup> Cf.: BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**. A nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 62-63.

<sup>809</sup> Cf.: ISAIA, A. C.. "Espíritas e Republicanos no Brasil". In: XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade. ALER - Asociación Latinoamericana para el estudio de las religiones, 2006, São Bernardo do Campo. Mundos Religiosos: Identidades y Convergencias, 2006, p. 6.

<sup>810</sup> EL FAR, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 53 – 54.

<sup>811</sup> A ata de fundação da Liga de Defesa Nacional registra os membros fundadores: As dezessete horas de 7 de setembro de 1916, no salão das conferencias da Biblioteca Nacional, foi aberta a sessão de instalação do Directorio Central da Liga da Defesa Nacional, estando presentes os senhores General CAETANO DE FARIA, Dr. PEDRO LESSA, Dr. MIGUEL CALMON, Almirante JULIO CESAR DE NORONHA, Senador BERNARDO MONTEIRO, OSCAR DA PORCIUNCULA, Conselheiro JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA, Comandante MÜLLER DOS REIS, Conselheiro NUNO DE ANDRADE, Dr. GUILHERME GUINLE, Monsenhor VICENTE LUSTOSA, Dr. CICERO PEREGRINO DA SILVA, Dr. HOMERO BAPTISTA, AFFONSO VISEU, CANDIDO GAFFRÉE, Almirante TEIXEIRA BASTOS, Dr. ALBERTO DE FARIA, Dr. OSCAR LOPES, ALVARO ZAMITH, Dr. OSÓRIO DE ALMEIDA, JORGE STRUT, Dr. RAUL PEDERNEIRAS, Dr. JOAQUIM LUIZ OSORIO, Dr. ARAUJO LIMA, Conde AFONSO CELSO, COELHO NETTO, Dr. MIGUEL COUTO, FELIX PACHECO, Marechal JOSE BERNADINO BORMANN, JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO e OLAVO BILAC. Disponível on-line em: [www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm](http://www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm), pesquisado em 03/11/2006.

<sup>812</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**, p. 147.

Embora Coelho Netto e Olavo Bilac não fossem intelectuais católicos *stricto sensu*, ambos reproduziram as principais propostas identitárias católicas para o Brasil em seus livros didáticos.

Analisando a obra **A Pátria Brasileira**, publicada por ambos, em primeira edição em 1910, e destinado *para os alunos das Escolas Primárias*, encontramos, já no primeiro capítulo do livro a ratificação do discurso católico sobre a empresa colonizadora:

O que mais o impelia [Colombo] à aventura era o desejo intenso de descobrir tesouros, não por avara cobiça, mas para poder equipar um exército, forte de dez mil cavalos e cem mil infantes, com que fosse, cristanamente, disputar aos infiéis o túmulo do Senhor.

Era homem de leituras, mas profundamente místico; se possuía preciosos instrumentos de marear e cartas, as melhores do tempo, se levava os olhos extasiadamente postos nos astros fazendo rumo pelas claridades do céu, se observava as correntes marinhas, - a alma ia embebida de fé, cheia de uma intuição divina, de uma inabalável esperança<sup>813</sup>.

Ao longo da obra diversos momentos da história do Brasil são analisados sob a ótica católica. Como exercício para percepção deste aspecto, comparamos, na TABELA VIII abaixo, trechos de três livros didáticos utilizados no período em estudo. O primeiro livro, já conhecido nosso, é **Porque me ufano do meu país**, publicado por Afonso Celso em 1900, retrata a interpretação católica da história brasileira; o segundo livro, que nos referimos acima, **A Pátria Brasileira**, foi publicado em 1910 por Coelho Netto e Olavo Bilac, e representa a versão dos intelectuais brasileiros que não eram católicos militantes, porém, devido ao *habitus* compartilhado acabaram reproduzindo e irradiando a proposta identitária católica para a nação; e a terceira obra é a **História do Brasil escrita para meninos**, de João Von Franckenberg<sup>814</sup>, publicada por volta de 1900<sup>815</sup>, que era um dos livros didáticos

<sup>813</sup> BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. **A Pátria Brasileira (para os alunos das Escolas Primárias)**. 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914, p. 7-8.

Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural da Literatura Brasileira a primeira edição deste livro é de 1909 (Disponível on-line em: [www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_lit/index.cfm?fuseaction=biografias\\_texto&cd\\_verboete=4947&cd\\_item=48](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/index.cfm?fuseaction=biografias_texto&cd_verboete=4947&cd_item=48), pesquisado em 18/01/09, às 20:23h), porém, segundo Azilde Andreotti a primeira edição é de 1911 (Cf.: ANDREOTTI, Azilde. *Livros Escolares*. Fonte de pesquisa para a história da educação. In: Site NAVEGANDO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – HISTEDBR, Universidade Estadual de Campinas. Disponível on-line em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_024.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.html), pesquisado em 18/01/09, às 20:27h)

<sup>814</sup> FRANCKENBERG, João von. **História do Brasil**, escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.



adotados nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Conselho de Instrução do Estado.

O livro **História do Brasil escrita para meninos** pode ser compreendido como representante do positivismo castilhisto, conforme analisa Maximiliano Almeida: *A adoção das obras pelo Conselho Escolar legitimava os autores como sujeitos da doutrina republicana. O veredicto do inspetor geral, sua decisão final, reconhecia os colaboradores do projeto castilhisto, diferenciando-os dos demais*<sup>815</sup>. Enquanto representante do positivismo, este terceiro livro didático nos aponta outra interpretação nacional, que difere das abordagens católicas.

---

<sup>815</sup> Não conseguimos identificar a data da primeira edição deste livro. O exemplar que possuímos é a nona edição, publicada em 1913. Maximiliano Almeida, em sua dissertação, nos informa que a sexta edição foi publicada em 1900 (ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. **Mandado adoptar:** livros didáticos de história e geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896 – 1902). Porto Alegre: 2007, p. 53. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob Orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Maria Helena Camara Bastos).

<sup>816</sup> ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. *Op. Cit.*, p. 45.

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
Conceito de nação / elementos formadores da identidade	Formamos um conjunto solidário do qual nada perdemos, há quatrocentos anos, apesar de poderosos governos terem tentado, por vezes repetidas, arrancar-lhe pedaços. E a essa vestidão territorial se aliam a identidade de língua, de costumes, de religião, de interesses. (...) Somos filhos de um bondoso, sadio, robusto colosso. (p. 17)	A mulher e a cruz muito e poderosamente concorreram para abrandar o ânimo do selvagem. A índia que se ligava ao português, não só por amor de esposa, como por ver o filho fraco, brincando entre os dois, buscava salvar a casa da fúria dos seus irmãos da floresta, e seduzia-os, ameigava-os; a seu turno o padre, iluminando as almas, expunha a religião de Cristo, toda amor e caridade, e conseguia mais, com a sua palavra ungida de fé, do que os guerreiros com os seus mosquetes e as suas espadas. (p. 71-72) Ainda hoje, do velho mundo, os olhos ávidos do estrangeiro se estendem com ânsia e inveja para esta larga e riquíssima porção da Terra. O Brasil já não é aquele país fabuloso que a imaginação dos viajantes representava abrindo o seio em avalanches de ouro, e rolando, no curso dos seus rios, cascatas de pedras preciosas. Mas é ainda o país abençoado, cujo solo, ao primeiro carinho do homem, ao primeiro golpe de enxada e de arado, oferece logo, infinitamente reproduzidas e transformadas em riquezas, as gotas de suor que recebe. (p. 105)	[O autor não exprime, textualmente, nenhuma análise neste sentido; embora o faça indiretamente quando silencia totalmente sobre os negros e trata dos índios apenas como apêndice da história da colonização portuguesa.]
Elogio da natureza	A riqueza do Brasil é proporcional à sua extensão e à sua beleza: extraordinária. (p. 41) Em suma, subsolo, solo, ares, selvas, águas, está tudo no Brasil, cheio de vida, e	Para completa prosperidade de uma terra tão prodigamente aquinhoadada, basta que ao seu viço correspondam o esforço e o amor do homem; e, agora que, consciente da grandeza da pátria que possui, o brasileiro se lhe dedica com todo o	[Não há nenhum item para tratar do elogio da natureza nacional].

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escrita para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
	vida é riqueza. Não depende ele do resto do globo. Poderia, se quisesse, erguer, sem prejuízo material, em torno das suas fronteiras, a muralha da China.(p.46)	interesse, o Mundo volta os olhos pasmados para esta região de magnificências, invejando-a. (p. 20)	
Origem do homem/evolucionismo	O naturalista dinamarqueês Peter Wilhelm Lund descobriu centenas de espécies pré-históricas no vale do Rio das Velhas e cavernas da Lagoa Santa afirmando a existência do homem no Brasil, em época na qual não se supunha tivesse vivido o gênero humano em qualquer outro ponto. Do homem fóssil brasileiro, descendem – dizem – os atuais botocudos. Os <i>sambaquis</i> , - montículos artificiais abundantes no litoral sul do Brasil, construídos de conchas e cascas de ostras, - atestam a existência do homem em nossas plagas, muito antes dos tempos históricos.(p.106)	Porque a Natureza, zombando das pesquisas do homem, guarda sempre, impenetrável e atraente, o seu maior mistério. Ainda não está, por exemplo, bem averiguada a origem do homem americano. E como esse, muitos outros problemas científicos esperam ainda uma solução. Mas o homem, no seu nobre orgulho, e na sua infatigável ambição, não repousa um momento. E os séculos futuros dirão se a humanidade fez bem ou mal em se arremessar, pertinaz e corajosa, contra a muralha de sombra e treva, por trás da qual se esconde intangível e invisível o <i>segredo da vida...</i> (p. 214)	[Não há referência direta sobre o assunto. Quando fala sobre os indígenas o autor trata, de passagem, sobre o assunto:] Quanto à procedência dos tupis e dos tapuias, julga-se geralmente que fossem misturas das raças brancas (caucásica) e amarela (mongólica). Parece que em tempos muito remotos foi invadido o país pela primeira destas raças que veio do leste, e pela segunda, que imigrou do Oeste. Estas duas raças apresentavam entre si algumas diferenças, principalmente na cor do rosto: os tupis eram mais claros e os tapuias mais escuros. (p. 9)
Providencialismo	Sonham os povos ver a sua bandeira cobrir a maior superfície possível. Nenhum se resigna a sofrer diminuição no seu solo. Doado pela Providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar.(p. 17)	À proa da capitânea, Colombo falava ao Eterno, igual a Moisés no Sinai, recebendo de Deus, não a lei santa, mas o roteiro para o país sonhado, a terra bendita que deve ser a Canaã dos que a Miséria e o Frio perseguirem nos dias vindouros, quando o mundo antigo abarrotado começar a alijar as grandes massas humanas. (p. 11) E assim, por um acidente feliz, foi encontrado sobre os mares o continente verde da nossa pátria.	[Não há indícios de providencialismo na obra, pelo contrário. Mesmo na descoberta da América e do Brasil, a religião é citada de passagem:] Querendo solenizar com um ato religioso tão fausto descobrimento, mandou Pedro Álvares Cabral dizer pelo franciscano frei Henrique de Coimbra, uma missa, a primeira que se celebrou no Brasil. (p. 4)

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
		(p. 18)	
Papel desempenhado pelos colonos portugueses	Onde quer que os portugueses fixem domicílio, na Ásia, na África, na Oceania, dão belos exemplos de união, patriotismo, amor ao trabalho, filantropia; elevam monumentos à caridade e à instrução. Em parte nenhuma é infecunda a sua passagem. (...) Honra aos desbravadores do nosso país! (p. 69 - 70)	É em si mesma, em seus excessos, nos seus desvairamento irreprimíveis, que a força do despotismo tem o seu corretivo. Portugal colonizara o Brasil. Com o correr dos anos, lentamente se formara uma nacionalidade nova, nascida neste solo abençoado, tendo no sangue o calor deste sol que exalta e faz amar a vida, tendo constantemente diante dos olhos o espetáculo sempre novo de uma natureza forte e impetuosa, que faz amar a liberdade. Não quiseram os donos do país ver que já estavam governando, não tribos errantes e brutas, mas um povo que sabia compreender o valor do seu esforço.(p.171)	As causas principais da antipatia que lavrava entre o Brasil e a Metrópole foram: em primeiro lugar, a preferência odiosa que, para preenchimento dos empregos públicos, dava a Corte aos portugueses; em segundo, as medidas opressivas com que de Lisboa esforçavam-se por impedir o desenvolvimento e a prosperidade da colônia; e por último, os pesados impostos que eram arrecadados com grande rigor.
Indígenas	Pondo de parte certas tribos nativamente ferozes, o geral dos nossos aborígenes manifestou de ordinário, boas disposições, acessíveis à catequese dos missionários, jamais refratários à melhoria. (...) Assim, sem exageros de fantasia, encontram-se na história dos nossos índios traços sublimes. (p. 57 - 59)	[O Brasil] habitada por gente tão hospitaleira posto que de alma inculta. (p. 26) De um exaltado sentimento de independência e liberdade (...). (p. 34) O espírito exaltado de vingança constituía a verdadeira crença do selvagem. Era o ódio que os levava ao canibalismo: eram antropófagos não por gula, mas porque sentiam um bárbaro prazer em trincar a carne do que, em vida, contra eles pelejara. (p. 38)	O Brasil era, no tempo do seu descobrimento, habitado por uma infinidade de tribos, que podemos reunir em dois grandes grupos: 1º a raça primitiva ( <i>Abaúna</i> ); e 2º, a raça mista, dividida em dois ramos: os <i>Tupis</i> e os <i>Tapuias</i> . (p. 8) Com referência ao estado de civilização em que se achavam os indígenas, pode-se dizer que os tupis estavam um pouco mais adiantados do que os tapuias. (p. 9) [Falando sobre a festa indígena em que se praticava a antropofagia:] Revolta a crueldade com que eram vitimados estes infelizes, a quem durante seu longo

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brasil</i> , escrita para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
			cativeiro tinha-se concedido, com o maior refinamento, certa liberdade, permitindo-se-lhes até que tomassem esposas entre os mesmos que mais tarde haviam de comê-los. (p. 11)
Negros	Os negros africanos, importados no Brasil desde os primeiros tempos do descobrimento, sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade. Devemos-lhe imensa gratidão. (p. 65)	[Falando sobre a vida nas fazendas, narrando o cotidiano do trabalho escravo:] E assim viviam os negros, lutando pelos riquíssimos outonos, pegando a miséria e os maus tratos com a abundância dos paióis e o enriquecimento dos senhores.(p.269)	[Não há nenhum item para tratar dos negros como sujeitos históricos.]
Escravidão indígena	Revoltaram-se [os índios] quando se lhes procurou tirar a independência. (p. 57) [Os jesuítas] combatem além disso, as deturpações críãs que se estabelecem em algumas tribos e, sobretudo, a má vontade dos habitantes, cujos abusos profligam e contra cuja ganância defendem os naturais do país. (p. 120)	Infelizmente os colonizadores não eram apenas donos da terra e da água, dos peixes e das feras que as habitavam: eram donos também dos homens primitivos, que, rudes e independentes, altivos e bárbaros, tinham visto perturbada a sua liberdade e atacado o seu domínio absoluto, logo à chegada dos primeiros navegadores. (...) Como sempre a terra tinha de progredir à custa das lágrimas dos seus filhos. Amarrados e domados, sem compreender a violência de que eram vítimas, os índios, reduzidos à escravidão eram arrancados à força das brenhas que os tinham visto nascer. (p. 58-59)	[Refere-se à criação do Governo Geral:] Foi naquele tempo que vieram para o Brasil os primeiros escravos africanos, sendo atribuída geralmente a idéia de introduzir negros nas possessões européias na América ao padre <i>Las Casas</i> , que pensava assim poder salvar os índios, de maneira alguma aptos para os pesados trabalhos que lhes impunham os colonos. (p. 22)
Escravidão africana	Foram [os escravos negros] os mais úteis e desinteressados colonizadores da nossa	Ainda a maldade humana se não havia lembrado de iniciar o tráfico negro: ainda os navios negreiros	[O autor analisa a escravidão africana pela lente da história política, não há nenhum

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primárias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
	terra que fecundaram com o seu trabalho. (...) Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos. (...) Contribuíram tantos serviços para que no Brasil jamais houvesse preconceito de cor. (p. 65-66)	não iam à costa da África aprisionar os desgraçados filhos d'aquela continente mártir. Dentro em breve iam os índios do Brasil ficar em descanso, porque outro comércio, igualmente infame, mas infinitamente mais rendoso, ia tentar os mercadores da carne humana... (p. 134-135)	item para tratar dos negros como sujeitos históricos.] A reforma mais importante que apareceu foi a que se referia ao elemento servil, face aviltante que tínhamos voltada para o mundo civilizado. O velho imperador, para elevar no conceito da nação a princesa herdeira D. Izabel, deu como partida dela a idéia sobre a abolição da escravatura e ausentou-se com licença para a Europa a 25 de Maio de 1871. Com esta e outras reformas visava o Monarca dois fins: aplacar a energia do novo partido que surgia com o ideal republicano e preparar a herdeira para a sucessão do trono. (p. 153)
Formação étnica dos brasileiros / Mestiçagem	Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais da metade da nossa população. Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal à humanidade ou a deprecia. (p. 57)	[Falando sobre <i>Os Paulistas</i> .] A antiga capitania de São Vicente prosperara. Nas vilas de S. Vicente e S. Paulo tinha-se formado um povo forte e atrevido, já brasileiro, criado ao ar livre, fadado pela sua robustez e pela sua natural bravura a grandes cometimentos. (p. 128)	[Não há capítulo, nem análise voltada diretamente para a mestiçagem. Refere-se, apenas aos portugueses que no início da colonização passaram a viver com os indígenas:] Entre os selvagens daquele lugar viva, desde mais de vinte anos, o português João Ramalho, que exultou de prazer, tornando a ver os seus compatriotas. Ele foi muito útil aos portugueses, visto que, pelos seus bons conselhos, os guaianases deixaram-se convencer da utilidade de uma aliança com os expedicionários. (...) Os

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escrita para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
			descendentes deste português receberam mais tarde o nome de Mamelucos, tornando-se aventureiros ousados, que muito contribuíram para a exploração do interior do país. (p. 14)
Papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil	Nem os mais ferrenhos adversários dos jesuítas poderão negar que eles no Brasil prestaram, quando menos, estes serviços: conversão dos índios, de quem foram sempre advogados; educação da mocidade; construção de grande edifícios – igrejas, palácios, conventos – que passaram a ser importantes próprios nacionais. (p. 119) Os jesuítas eram o elemento moral da primitiva sociedade brasileira, cujos costumes buscaram elevar, não transigindo com os potentados. (p. 121)	[Não há um capítulo sobre os jesuítas e sim sobre os missionários, de quem o autor diz:] Armado com a grande resignação dos propagandistas, afrontava os perigos, atravessando sem parar, toda a floresta densa, até chegar às aldeias bárbaras, onde, alçando a cruz aos olhos pasmados dos cablocos, punha-se a falar da religião do Cristo, prometendo-lhes a redenção das almas e a delícia de uma vida eterna no seio de Deus. (...) Muitos penetrando a floresta, dela não mais tornavam, ou surpreendidos pelo salto do jaguar, ou esmagados pelos elos da sucuri, ou abatidos pela tangapema do índio. Outros descorçoariam, mas os missionários, cheios de zelo religioso, iam por diante, caminhavam para o sacrifício contentes, seguindo a trilha aberta pelos primeiros, internavam-se, mais seguros do martírio que da vitória, convencidos, porém, de que cumpriam uma missão apostólica.(p. 81-82) Os jesuítas, que a sorte dos selvagens apiedava, procuravam por todos os meios impedir o vergonhoso tráfico.(p.134)	Os verdadeiros motivos da discórdia entre jesuítas e colonos dependiam da inveja e de questões de interesse material. Os colonos queriam a escravidão dos índios porque, porque julgavam que estes lhes pertenciam como um acessório das terras que ocupavam; os jesuítas, pelo contrário, queriam catequizar e civilizar os selvagens. Verdade é que os jesuítas também obrigavam os índios a trabalhar, porém, de modo muito diverso; os jesuítas consideravam o trabalho como um meio de educar; os colonos desejavam o cativo do gentio. (p. 24-25) Não pouco contribuíram para tão feliz resultado os jesuítas, que envidavam os maiores esforços na conversão e civilização dos índios, valendo-se com prudência e tino de todos os meios para captarem a boa vontade dos selvagens. (p. 22)
Invasões	E, segundo D. Francisco Manoel de Mello,	[Falando sobre o índio Felipe Camarão:]	[Embora o autor dedique três capítulos à

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
holandesas	<p>não há exemplo, nos arquivos da lembrança humana, de outra luta travada em análogas condições e com semelhante felicidade conseguida, - luta que por si só nobilitaria a história de um povo. (p. 130)</p> <p>Na guerra holandesa, observa Oliveira Lima, reúnem-se harmonicamente todos os elementos que formam o brasileiro. É o português, representado João Fernandes Vieira que manda incendiar os canaviais de sua propriedade para tirar recursos ao inimigo e a quem o papa Leão X confere o título de restaurador do catolicismo na América, - João Fernandes Vieira, cabeça da revolta, tipo do colono laborioso e rijo; é o índio Camarão, simbolicamente desaparecido antes do triunfo final; é o negro Henrique Dias, dez vezes feio, prestativo, incansável, paciente e denodado; é o brasileiro André Vidal de Negreiros, representando o produto da integração destes três elementos, - generoso, desprendido e altivo. (p. 133)</p>	<p>Defendendo a terra brasileira do ataque holandês, não defendia a possessão portuguesa ou espanhola: defendia a terra do seu amor e do seu berço, e defendia aqueles que lhe haviam dado, com a civilização, o sentimento de pátria, a consciência do seu valor moral de homem. (p.112)</p> <p>Tinham terminado as guerras holandesas. O destino do Brasil estava decidido. A Pátria estava definitivamente incorporada à grande comunhão da raça latina. (p. 123)</p>	<p>narração das invasões holandesas no Recife, e à expulsão dos mesmos, a narrativa é completamente descritiva.] Os heróis que mais se distinguiram nesta guerra foram: Felipe Camarão (índio), Henrique Dias (preto) e os capitães Rebello, Souto e André Vidal de Negreiros. (p. 53)</p>
Bandeirantes	<p>Não os detém ou amedrontam barreiras e contratempos: chuvas, secas, frios. (p. 123)</p> <p>Quantos úteis roteiros não organizaram! A quantos lugares, montes, rios, não deram</p>	<p>Fora, de certo, um começo móvel condenável o que os impelira a essas peregrinações; depois, com o descobrimento das minas, fora ainda a ambição também pouco nobre do ganho que os levava a prosseguir nessas tentativas arrojadas;</p>	<p>[Não há um capítulo, nem mesmo um trecho longo sobre o assunto; o autor refere-se à Guerra dos Emboabas:] Desde os primeiros descobridores das minas existia inimizade entre os exploradores</p>



TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
	nome! Que formosas lendas, provenientes das suas façanhas, não ataviavam a imaginação popular! Os bandeirantes – eis a nota galharda e rubra dos nossos anais. (p. 124-125)	mas, tão brilhantes foram os resultados dessas expedições, tão grandes e tão belas as conquistas que delas nasceram, que a fealdade dos primitivos intuídos desaparece, dissipada por um vivo clarão de glória. Aos bandeirantes se deve a exploração e a povoação do BRasil. E se milhares de índios pagaram com a liberdade e com a vida essa obra de civilização, milhões de homens de uma nacionalidade que talvez ainda venha a ser a mais forte da terra, estão hoje gozando a prosperidade, o bem estar, a fortuna e o conforto, que foram longamente preparados e cimentados pelos esforços dos perseguidores e pelas lágrimas dos perseguidos. (p. 132-133)	paulistas e os portugueses, a quem desdenhosamente apelidavam de Emboabas. Essa inimizade manifestou-se principalmente no ponto em que se achavam as minas de Sabará (Minas Gerais), que tinham sido exploradas pelos paulistas Carlos Pedroso da Silva e Bartolomeu Bueno, e para onde se dirigia grande número de portugueses. (p. 70)
Inconfidência Mineira	[Não há um capítulo destinado à análise da Inconfidência Mineira, o nome de Tiradentes aparece no capítulo destinado aos <i>Grandes nomes da nossa história</i> :] Manoel Bequimão e Tiradentes equiparam-se às mais puras vítimas das idéias generosas.(p.144)	O que mais peito tomou a idéia foi o Tiradentes; alguns até pouco depois pareciam arrependidos de se haverem deixado arrebatados pela utopia (...). O Tiradentes, porém, sempre dominado pela idéia santa, partiu para o Rio de Janeiro, conseguindo, para os gastos da viagem, um empréstimo. Cresceu o número dos inconfidentes. (p. 196) [Falando do enforcamento de Tiradentes:] e quando o carrasco, revestindo-o da alva, lhe pediu perdão da morte, o mártir, meigo e sereno, disse: “- Oh! Meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés: também nosso Redentor morreu por nós!” E sem mais palavras, com os olhos pregados no crucifixo, entregou-se ao algoz. (p. 201)	A execução deste primeiro mártir da Independência Brasileira efetuou-se no dia 21 de abril de 1792. Sobre o cadafalso, levantado no largo da Lampadosa (largo do Rocio), sofreu o Tira-Dentes, com heroísmo, o suplício da força, sendo seu corpo esquartejado e dividido em postas. Em seguida foi arrasada a casa em que habitara e deitado sal sobre o terreno em que estivera edificada. (p. 86)

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primárias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
Quilombo dos Palmares	Há mais de dois séculos, em pleno Brasil colonial, existiu, durante cerca de 60 anos, uma comunhão de homens livres, regularmente organizada, com perto de 100.000 habitantes, - maior população que a das antigas repúblicas gregas, - fortes, enérgicos, dedicados a trabalhos agrícolas. Era constituída por negros fugidos ao cativeiro e homens de cor foragidos da justiça. (p.126) E da valente república de Palmares não permanece sinão vaga reminiscência, bastante, contudo, para que um poeta inspirado a transforme em magnífica epopéia. (p. 129)	E aquela república foi arrasada, foram incendiados os campos e as cabanas, e o rio tranqüilo de água límpida correu por entre as cinzas como uma veia, tanto sangue rolava. Não foi, todavia, completa a destruição, porque eterna ficou a memória dessa esforçada luta pela liberdade. (p. 153)	[Não há louvação do espírito libertário dos quilombolas, limita-se a narrar:] Um outro acontecimento deu-se nesses mesmos tempos: foi a destruição da República dos Negros (quilombos) dos Palmares. (...) Constituïam, naturalmente, um perigo sério para a colônia, porque os negros faziam correrias freqüentes, talando os campos e cometendo toda a classe de depredações. (p. 68)
Independência do Brasil	O Brasil deixou de depender da metrópole em começo de 1808, quando a corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, elevado a capital da monarquia. O príncipe regente D. João o proclamou no manifesto explicativo da mudança, dizendo erguer a voz no seio do novo império que viera fundar. Em 1822, apenas se deu a separação de Portugal. (p. 139) p. 142 fala do acordo com Portugal.	A guerra dos Mascates foi, verdadeiramente, a primeira explosão séria dos sentimentos de nativismo, que começavam a agitar a alma da nova nação.(p.158) [Falando sobre o decreto de abertura dos portos:] Era o primeiro passo para a liberdade. Os outros tinham de vir daí a pouco, precipitados, vertiginosos, largos. A futura Pátria Brasileira, aberta a todas as comunicações, entrava para a comunhão social. (p. 205) O Brasil estava cansado de ser possessão de quem, longe de lhe dar progresso, apenas dele se servira até então como de uma mina inesgotável, e “só não o perdera, durante as guerras da Holanda,	Na tarde daquele mesmo dia [26 de abril de 1821], e depois de ter promulgado um decreto em que nomeava D. Pedro <i>Regente do Brasil</i> , partiu El-Rei, dizendo a seu filho (como afirmam alguns historiadores) que ele previa a independência do país, e portanto o Príncipe tratasse de adquirir a coroa da futura monarquia para si. (p. 100) [Falando sobre D. Pedro I às margens do Ipiranga:] O Príncipe conheceu que o momento era solene, e ao vacilou. Atirou para longe os despachos, arrancou do seu chapéu o laço português e pronunciou as

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primarias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
		porque ele, Brasil, soubera defender-se.” (p. 209-210) D. João Vi viveu no Brasil treze anos. Muito lhe ficou devendo a colônia, que já se podia considerar um império, pela sua importância e riqueza, e também pela quase autonomia de que gozava. Mas todo o povo ansiava por uma independência completa. (p. 210)	memoráveis palavras: Independência ou morte! Foi grande o contentamento dos verdadeira patriotas, e D. Pedro tornou-se tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro alvo das mais estrondosas manifestações. (p. 105 – 106)
Guerra do Paraguai	Há hoje um grupo que declara injusta a guerra do Paraguai, e acusa o Brasil, se não de a ter provocado, ao menos de a não ter sabido evitar. Não se baseia na verdade histórica esta opinião.(p.94) O Brasil, diz o norte-americano Agassiz, atacou no Paraguai uma organização tirânica, meio militar, meio clerical, que desonrava o nome de república, foi ali, com absoluto desinteresse, o porta-voz da civilização.(p.97) De fato, vencedor, após ingentes sacrifícios, satisfeito com a desafronta dos seus brios, contentou-se o Brasil com os limites que já tinha desde o século XVIII,(p.98)	Sem esquadra, com um exército insignificante, o Império, contando mais com o patriotismo dos brasileiros do que com os recursos bélicos de que dispunha, não hesitou em defrontar-se. Espalhada a notícia, correram milhares de voluntários em defesa da pátria. (p. 256) Com a morte de Solano Lopez, a 1º de Março de 1870, terminou essa guerra entre povos que não se odiavam, e que apenas tinham sido vitimados pela ambição desmedida de um déspota alucinado.(p.265)	Era indubitável que o país achava-se em face de uma guerra terrível, e por isso o Governo Imperial apelou para todos os recursos a fim de formar exércitos. Chamou às armas a Guarda Nacional, criou corpos de Voluntários e ativou a construção de embarcações de guerra; notando-se em todo o Brasil grande entusiasmo para vingar a honra nacional ultrajada pelo tirano do Paraguai. (p. 145)
Atuação do Imperado Pedro II	Basta comparar o Brasil de 1840 – (5 milhões de habitantes, dos quais 2 milhões de escravos, 16 mil contos de renda, 50 mil contos de produção total, sem estradas de ferro, - com o Brasil de 1889, - 14 milhões	O reinado de Pedro II começou por uma revolução, a 7 de abril de 1831, e por outra veio acabar, a 15 de Novembro de 1889.(p.212) [Falando sobre as revoltas que o Brasil viveu na regência e no início do II reinado:] Grande	O primeiro ato governativo do jovem imperador revelou o seu tino político e a rara circunspecção da qual havia de dar, durante seu longo reinado, exuberantes provas. Em data de 22 de Agosto de 1830

TABELA VIII: Comparação temática entre três livros didáticos publicados nas primeiras décadas do século XX

TEMAS	Livro editado por intelectual católico: CELSO, Affonso. <i>Porque me ufano do meu país</i> . 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.	Livro editado por intelectuais que não pertenciam a associações intelectuais católicas: BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. <i>A Pátria Brasileira</i> (para os alunos das Escolas Primárias). 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914	Livro editado por intelectual representante do positivismo rio-grandense: FRANCKENBERG, João von. <i>História do Brazil</i> , escripta para meninos. 9.ed. Porto Alegre: Selbach & Cia., 1913.
	de homens livres, 153 mil contos de renda, cerca de 500 mil contos de produção, mais de nove mil quilômetros de vias férreas em tráfego) – para verificar a imensa prosperidade alcançada sob as vistas de D. Pedro. (p. 150- 151)	acontecimentos, porém, tinham de vir reconciliar os partidos, e salvar o Brasil desse delírio político, em que esterilmente se esgotavam as suas forças. As guerras conta Rosas, Aguirre e Solano Lopes vieram unir, nem mesmo impulso depatriotismo, toso os brasileiros. (...) Mais tarde ainda, iluminaria vivamente a história do segundo Império o clarão imortal da lei <i>Treze de Maio</i> , libertadora de toda uma raça. E esse reinado que começara incolor, acanhado, acabaria de um modo violento e grandioso, a 15 de Novembro, com a proclamação da República.(p.244)	concedeu anistia e esquecimento completo de todos os delitos políticos, medida sábia que muito contribuiu para o restabelecimento da ordem nas províncias sublevadas. (p. 133)
Proclamação da República	[Não há um capítulo destinado a esta análise. De passagem, ao se referir à situação do Brasil nos seus dias, afirma:] Penosíssima embora a situação atual, é incomparavelmente mais auspiciosa que da Grécia, a da Itália, a de Portugal, a da França mesmo. (p.169)	Como a Abolição, a República foi feita pacificamente: o povo recebeu-a como a realização de uma esperança antiga. A República começou sob magníficos auspícios; e, para que ela se torne grande e forte, urge que todos os que nascerem à sombra do seu pavilhão glorioso, num esforço comum e patriótico, trabalhem pela sua prosperidade, e não se recusem a defende-la, no momento em que, acenando aos filhos, ela lhes pedir o sacrifício supremo do sangue.(p.281)	O governo conservador, gasto pela grande luta do elemento servil e desmoralizado pelas questões religiosa e militar, não podia mais continuar. Entretanto a atitude ameaçadora do exército, á quase de todo confraternizado com o partido republicano, não se dirigia somente ao partido conservador e sim a qualquer governo monárquico que surgisse, porque não confiavam mais na monarquia. (p. 163)

Podemos perceber grandes diferenças de estilo entre o livro de Franckenberg e os demais. Affonso Celso e Coelho Netto/Olavo Bilac foram mais conferencistas, que argumentaram com o leitor e transmitiram abertamente suas lições de moral, enquanto Franckenberg produziu um texto bastante narrativo – influência do positivismo, em que suas mensagens foram transmitidas mais pelos silêncios do que pela fala. Franckenberg faz constantemente a louvação da ordem e da civilização portuguesa quando silencia completamente sobre o negro e sobre o indígena.

Apesar de discordâncias pontuais, podemos inferir que os três autores reafirmam a Ordem e a importância do elemento religioso na identidade nacional, principalmente através da presença dos jesuítas.

Se considerarmos que Coelho Netto, Olavo Bilac e Afonso Celso foram autores de livros didáticos adotados em âmbito nacional durante toda a república velha<sup>817</sup>, podemos inferir que a influência da proposta identitária católica para a nação teve vida longa, pois somente durante a república velha podemos supor que cerca de três gerações de brasileiros<sup>818</sup> formaram-se, ou foram influenciados, por estes livros<sup>819</sup>.

O projeto identitário católico, portanto, difundiu-se junto à sociedade brasileira com pouca propaganda explícita, posto que de maneira geral, as propostas católicas foram aceitas por diversos grupos de intelectuais laicos, cujo *habitus* incorporou elementos do catolicismo, naturalizando-os.

Através de livros didáticos e eventos cívicos os intelectuais brasileiros e, especialmente, os intelectuais católicos, se fizeram presentes junto ao grande

---

<sup>817</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**, p. 132.

<sup>818</sup> Segundo GLÉNISSON em toda sociedade há quatro cortes etários para definir a influência de determinado fato sobre as gerações: *os que o ignoram (de zero a dez anos); os que o sofreram, foram seus atores ou assistiram a ele conscientemente (de dez a quarenta anos); os que prepararam e levaram a cabo (de quarenta a setenta anos); os que não mais se interessam por ele (além de setenta anos)*. (GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977, p. 62 – 63) Neste caso, como se trata de livros voltados para crianças, as três primeiras gerações foram envolvidas na relação com os mesmos.

<sup>819</sup> Esta análise foi formulada por Lúcia Lippi para tratar do tema do ufanismo. Lippi afirma que: *A permanência do ufanismo pode ser constatada em livros como Através do Brasil, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim. Esta obra, escrita como “livro de leitura para o curso primário”, apresenta sob forma ficcional os mesmos temas presentes em Porque me ufano do meu país* (OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**, p. 132). Porém, conforme já analisamos no item anterior, os historiadores que trataram do ufanismo, por não levarem em consideração a existência de um projeto identitário católico para a nação, também não consideraram o ufanismo sob este prisma.

público, realizando o *extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite*<sup>820</sup>.

Acreditamos que o melhor exemplo desta situação – em que o passado brasileiro reificava a Tradição, o nacionalismo, o catolicismo e a ordem republicana – ocorreu entre 1920-21, quando foi revogado o decreto de banimento da família Imperial brasileira e os restos mortais do Imperador Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina voltaram para o Brasil.

Este evento reuniu todas as características do *continuum* histórico brasileiro, servindo tanto ao ideário católico quanto à ordem republicana, apesar de utilizar como símbolos nacionais as imperiais majestades – vivas ou mortas.

O decreto de revogação do banimento tramitou na Câmara dos Deputados, em 1920, atendendo à solicitação do próprio presidente Epitácio Pessoa, que tratou do assunto em sua fala de abertura do ano legislativo<sup>821</sup>. Quinze anos antes, em 1905<sup>822</sup>, já esta solicitação havia sido feita à Câmara dos Deputados, porém, não fora aprovada. Em 1916 novo pedido fora feito, desta vez pelo próprio IHGB, diretamente ao então presidente Wenceslau Braz, que também não acedeu ao pedido. Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa encampou a proposta, desta vez apoiada pelo IHGB e pela Associação Brasileira de Imprensa<sup>823</sup>.

As Comissões da Câmara dos Deputados aprovaram rapidamente a autorização para que o poder executivo assinasse o decreto que revogava o banimento, argumentando que:

O repatriamento das cinzas venerandas do ex-monarca e de sua augusta companheira é um ato que só pode nobilitar os que para ele concorrerem. Desde que deixaram de ser um espantinho às atuais instituições políticas, deviam eles ter vindo continuar a dormir o sono eterno em terra do Brasil, como tanto desejavam.

<sup>820</sup> CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 10.

<sup>821</sup> Originalmente a questão girava em torno de receber os restos mortais de Pedro II e Teresa Cristina, porém, argumentou-se que seria desumano trazer os restos mortais dos ex-monarcas sem revogar o decreto de banimento, pois isso impediria os parentes de visitar os defuntos. (REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 45).

<sup>822</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 1.

<sup>823</sup> *Idem*.

Portanto, a autorização que, nesse sentido, a proposição dá ao Poder Executivo só pode ser censurada por não ter sido conferida há mais tempo, e já executada<sup>824</sup>.

No dia 03 de setembro de 1920 foi assinado o decreto nº 4120<sup>825</sup>, que revogava o banimento e autorizava a transladação dos ossos à custa do governo brasileiro. Assistiram à cerimônia de assinatura do decreto quase uma centena de políticos e intelectuais brasileiros, representantes do IHGB, da ABI, da ABL, ministros da Guerra e Viação, entre outros<sup>826</sup>; houve até uma comissão de jornalistas, ligados à Raul Pederneira, que ofereceu uma caneta de ouro ao presidente, para que com ela assinasse o decreto, evocando assim a pena de ouro, com que a Princesa Isabel assinara a lei áurea<sup>827</sup>.

Na ocasião, os discursos, inclusive de Epiácio Pessoa, diziam que a revogação do banimento era: *Verdadeira reparação histórica e de justiça ficava ainda uma vez demonstrada a solidez das instituições republicanas*<sup>828</sup>.

Assinado o decreto, o passo seguinte foi organizar a recepção dos restos mortais, que seriam acompanhados pelo Conde d'Eu e pelo príncipe D. Pedro, visto que a princesa Isabel se encontrava muito reumática e impossibilitada, naquela ocasião, de realizar longas viagens<sup>829</sup>.

Organizou-se para tanto uma comissão principal, encabeçada pelo IHGB, ou seja, pelo Conde de Affonso Celso, e duas outras comissões, uma de homens, ou associações masculinas, e uma de mulheres. Compunham-se ambas de grande quantidade de pessoas com sobrenomes de famílias tradicionais, bem como de associações que já existiam em 1889<sup>830</sup>.

Durante a visita dos representantes da família real<sup>831</sup> vários momentos foram significativos do reforço das Tradições. A louvação aos antigos monarcas, em

---

<sup>824</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 27-28.

<sup>825</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 32.

<sup>826</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 29.

<sup>827</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 29 – 30.

<sup>828</sup> *Idem.*

<sup>829</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 227.

<sup>830</sup> *Id. Ibid.*, p. 23 – 25.

<sup>831</sup> A chegada foi em 9 de janeiro de 1921 e estimava-se a permanência do conde d'Eu e de D. Pedro por 4 meses.

plena era republicana, foi a expressão máxima da continuidade histórica brasileira e, a proposta identitária católica para a nação sempre reforçava sua plausibilidade através da *continuidade histórica*.

Por exemplo, o discurso de saudação do povo brasileiro aos membros da família real, proferido por Pedro Alexandrino de Araújo Viana, começou afirmando que a obra de D. Pedro II

repercutiu no norte, no centro e no sul do país, realçando a nossa civilização, operando, gradualmente, mas... espalhando fortes raízes, contribuidoras da ordem e progresso que vimos fruindo<sup>832</sup>.

E finalizou com uma ardente panegírico do imperador, em que monarquia, república e fé fizeram parte do mesmo argumento:

A vossa ficosidade (sic) emotiva já está de há muito nas terras de Santa Cruz – regressou agora a matéria – o féretro desejado; pena é que o decreto de revogação do banimento não viesse em vossa vida terrena, porque, tenho ao menos a crença viva e firme de que todos os brasileiros – sem distinção de credos políticos – beijariam gostosamente a destra mão do ex-rei Democrata – do maior dos patrícios. (...) O vosso féretro, a urna que o encerra, será resguardado com santa relíquia que, irretorquivelmente, o é; será observado – como vero patrimônio nacional – pois alma e matéria são positivamente nossas. Sois louvado pela minha palavra fraca, pelo meu pensamento obumbrado, tão somente porque fostes verdadeiramente louvável aos olhos do Bom Jesus de Luz e de Misericórdia e aos olhos profanos da incerta espécie humana. Varão venerando!<sup>833</sup>.

O elogio do imperador representava, nas entrelinhas, o elogio do *continuum* histórico brasileiro – o elogio da capacidade nacional de manutenção da ordem e das tradições -, apesar das mudanças de governo.

A programação completa para a recepção dos restos mortais compunha-se de recepção solene dos representantes da família imperial quando do seu desembarque<sup>834</sup>, préstito de honras militares para acompanhamento dos esquifes com os restos mortais, missa solene na catedral e exposição dos esquifes para visita

<sup>832</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 179.

<sup>833</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 183.

<sup>834</sup> Estiveram presentes as seguintes autoridades maiores: ministro da marinha, o chefe do estado-maior da Armada, e todos os seus ajudantes de ordens, ministro da agricultura, ministro da Justiça Alfredo Pinto, ministro da Guerra, Inspetor de Portos, rios e canais; representantes do ministro da Fazenda, do presidente da república e do prefeito da capital. (REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 174)



pública<sup>835</sup> antes do seu depósito na Capela dos Passos. Em ambos esteve presente a esposa do presidente Epitácio Pessoa<sup>836</sup>, levada pelo braço do Conde d'Eu, enquanto a filha do presidente era levada pelo príncipe D. Pedro<sup>837</sup>.

Os dois pontos altos da programação foram o desfile solene na Avenida Rio Branco<sup>838</sup> – o evento cívico – e a missa solene – o evento religioso – na catedral metropolitana. Nos discursos comparavam-se ambos eventos, mesclando fé e pátria:

O espetáculo de ontem foi de uma grandeza tamanha que o próprio céu quis, naquela hora, tomar parte. Anunciadas pelos clarins as primeiras ordens para desembarque dos esquifes, as nuvens, que se aglomeravam nas alturas, estalaram também. E o que se viu, então, foi simplesmente épico: batidas pelos ventos furiosos, pelas rajadas insopitáveis das grandes chuvas da tempestade, as árvores retorciam-se, desesperadas (...). E não houve quem não recordasse, nessa hora, a cena do Calvário, no momento em que o céu estalou, também, covo, triste, sombrio, anunciando aos homens arrependidos, o derradeiro instante de um deus... A passagem dos féretros pela Avenida teve o mérito de uma canonização patriótica. Descoberta, a multidão assistiu, enxugando os olhos, o desfilar dos dois esquifes. E como os dois grandes mortos que eles continham não podiam ver as suas lágrimas, prorrompeu numa saudação contínua, intensa, prolongada, aos herdeiros da sua glória ou do seu sangue, saudando na austeridade do neto e nos alvos cabelos do genro a doce memória do imperador!<sup>839</sup>

Nas festas públicas, perante o grande público, a imagem do Brasil naturalmente católico foi reforçada: o catolicismo sempre existira no Brasil, ao tempo que monarquia e república eram apenas sistemas políticos temporários.

José Murilo de Carvalho nos chama atenção para o processo de criação de memórias e heróis nacionais, afirmando que  *fatos e personagens históricos são reinterpretados, frequentemente pelos próprios historiadores, para tornar possível a coexistência de contrários e a junção de elementos díspares*<sup>840</sup>. Acreditamos que esta foi a estratégia utilizada pelos intelectuais católicos. Através da ênfase nas

<sup>835</sup> Calculou-se que, nos dois primeiros dias da exposição dos esquifes da família imperial o número de visitantes chegou a 12000 (REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 223)

<sup>836</sup> O presidente concedeu audiência particular aos nobres, já no dia 10 de janeiro, recebendo-os no Palácio do Catete. (REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 229)

<sup>837</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 200.

<sup>838</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 198.

<sup>839</sup> REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo Especial. **Transladação dos restos mortaes de D. Pedro II e de D. Tereza Christina**, p. 207.

<sup>840</sup> CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Aduino (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 398.

continuidades históricas foi possível naturalizar a presença do catolicismo na história nacional, de maneira a compatibilizá-lo com a república e com a modernidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nesse trabalho, identificar e analisar a proposta identitária projetada para o Brasil, por intelectuais católicos, durante a República Velha.

Caracterizamos tal proposta a partir de três eixos principais de interpretação, a saber: a relação com o estrangeiro, em especial com o passado português colonial; a identidade do povo brasileiro; e a identidade do Estado brasileiro.

O passado colonial personificava, para os intelectuais católicos, a presença e a difusão do catolicismo no Novo Mundo. No entanto, apesar de valorizar o passado, a proposta identitária católica conseguiu a proeza de dissociar-se rapidamente do sistema monárquico – que acabou incorporado apenas como símbolo da Ordem, servindo inclusive ao reforço do civismo republicano. Para os católicos, a relação harmoniosa com a herança desse passado significava a manutenção da Tradição e da Ordem, tanto no presente quanto no futuro.

Para a sociedade da República Velha foi exatamente essa valorização que acabou favorecendo, em grande medida, a aceitação da identidade católica como identidade nacional.

Ao mesmo tempo, os intelectuais católicos propuseram, para o povo brasileiro, uma identidade mestiça e positivamente valorizada. A oposição ao evolucionismo darwiniano, e à determinação do meio sobre o homem, possibilitaram a valorização do povo brasileiro, identificado como resultado da mistura das três raças colonizadoras do Brasil, o índio, o negro e o português. Os intelectuais católicos defenderam a capacidade humana de se sobrepôr às determinações do meio natural, antecipando em quase duas décadas a valorização do mestiço brasileiro.

A educação era apresentada como solução para todos os problemas da população brasileira, e a Igreja Católica “prontificava-se” a ser a tutora da sociedade brasileira no processo de educação técnica, moral e cívica da nação. A estratégia da prestação de serviços para a sociedade civil permitiu que este argumento identitário fosse largamente difundido na sociedade.

Por fim, os intelectuais católicos propunham um estado forte, que valorizasse a Ordem e a Tradição. Assim, o projeto identitário católico implementava-se, novamente, através da estratégia da prestação de serviços, pois uma vez que o catolicismo foi identificado como constituinte da nação, amar a nação era amar o catolicismo, e vice-versa.

A fim de analisar este projeto identitário católico, foi necessário analisar o campo intelectual brasileiro, buscando identificar quem eram os intelectuais católicos - tanto os grupos pernambucanos quanto os grupos com influência nacional.

Pudemos compreender a grande relevância dos leigos católicos na formação do subcampo intelectual católico. Tratava-se do grupo que melhor podia manobrar no campo intelectual brasileiro laico. Os intelectuais católicos leigos foram partícipes fundamentais na formulação do projeto identitário católico.

Inferimos que os intelectuais católicos estavam perfeitamente integrados ao campo intelectual brasileiro, e que a homogeneidade do *habitus* intelectual brasileiro, possibilitou a formulação de estruturas de plausibilidade para o subcampo intelectual católico.

Esse mesmo subcampo formulou determinadas estratégias de plausibilidade para embasar sua atuação no campo intelectual laico. A principal estratégia foi associar o catolicismo à modernidade. Denominamos esta operação intelectual de *sacralização do progresso*.

A *sacralização do progresso* consistiu na aproximação, deliberada, dos argumentos do discurso católico aos argumentos então compreendidos como do discurso moderno. Assim, tanto a religião católica foi apresentada como uma religião racional, quanto a modernidade foi associada aos conteúdos morais propostos pelo catolicismo. Buscou-se conciliar argumentos característicos do repertório católico – o providencialismo, a orientação escatológica/linear do tempo, a ordem celeste/terrestre, a revelação - com argumentos do repertório cientificista – progresso, ciência, desenvolvimento, educação, Estado – formulando, portanto, um projeto plausível para a sociedade brasileira

No campo laico não identificamos nenhum discurso, quantitativamente relevante, que desmerecesse a religião como filtro de interpretação da realidade. Pelo contrário, pudemos identificar que o projeto católico esteve presente nos discursos da modernidade brasileira, através de argumentos de ordem moral, em

que Progresso e Bem faziam parte do mesmo referencial de civilização e desenvolvimento.

Outra estratégia utilizada pelos intelectuais católicos foi a transformação do catolicismo em história nacional. A suposta presença católica na formação da nação naturalizou a relação entre catolicismo e nacionalidade. Assim, a proposta identitária católica perpassou os mais diversos espaços sociais, através da educação, da história nacional e dos grandes eventos públicos, que reificaram a idéia da religião como fundadora da nação.

Grande parte deste processo ocorreu de forma descentralizada, e não apenas na capital da república. Os intelectuais regionais foram fundamentais para difundir o projeto católico ao longo dos principais centros urbanos, dotados de associações intelectuais laicas.

Do ponto de vista do recorte cronológico, a maior parte deste processo ocorreu no período de 1890 a 1922 – ou seja, no período anterior à formação do grupo de intelectuais católicos ligados à Jackson de Figueiredo e à Revista “A Ordem”, surgido neste último ano. Consideramos os grandes eventos ocorridos entre 1921-1922 – a transladação dos restos mortais do imperador Pedro II, o Congresso Eucarístico Nacional, o centenário da Independência brasileira – representaram a consolidação deste projeto identitário católico para o Brasil.

Acreditamos que o período que vai de 1922 a 1937 possui outra dinâmica sócio-política no Brasil e, desde já, apontamos novas linhas de investigação para o estudo deste período, em que os elementos identitários que analisamos precisaram resolver outras tensões: a relação com os nacionalismos de cunho totalitarista, o surgimento do discurso patrimonial e as relações entre nação e região - em especial a região nordeste, que, praticamente se constituiu neste período. Estes eram temas que gostaríamos de ter analisado neste trabalho, porém, percebemos, ao longo da elaboração da tese, que se tratavam de desdobramentos do tema central desta tese, e que faziam parte de um outro recorte temporal e temático.

Conscientes da impossibilidade, na elaboração de uma tese, de analisar todas as nuances de um tema, esgotando-o, acreditamos estar aqui contribuindo para o debate historiográfico com uma reflexão crítica, criativa e equilibrada, rica de aportes até hoje não trabalhados. Temos também consciência de que o ineditismo de nossa interpretação não tem relação com o exclusivismo dos temas ou das

fontes: buscamos, em nosso trabalho, dialogar com uma grande quantidade de historiadores e sociólogos, aos quais reconhecemos a riqueza dos estudos sobre as formulações identitárias brasileiras, elaborados a partir de outras perspectivas, com as quais não necessariamente concordamos, mas sempre respeitamos.

Cada nova tese provocará, inevitavelmente, reações. Desde já acolhemos com entusiasmo os interlocutores que, como nós, acreditem que fazer história é, antes de tudo, dialogar. Dialogar com as inquietações do presente e com os processos do passado, reelaborando o instrumental teórico à nossa disposição e abrindo-nos para novas perspectivas.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

**Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional.** Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930, por Emanuela Sousa RIBEIRO

Is licensed under a Creative Commons 3.0 Brasil License:  
Atribuição: Uso Não-Comercial - Vedada a Criação de Obras Derivadas

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 1500 - 1800. [s/local]: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, [s/data]. Disponível on-line em: [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf), pesquisado em 06/02/2009, 09:35h
- ALBERIGO, Giuseppe (Ed., et al). **História do concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. **Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)**. Tese de doutorado defendida em Campinas, SP : [s. n.], 2007.
- ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. **Mandado adotar: livros didáticos de história e geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896 – 1902)**. Porto Alegre: 2007, p. 53. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob Orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Maria Helena Camara Bastos.
- ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil – Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES VELHO, Yvonne Maggie. **Medo do feitiço - relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- AMARAL, Walter Valdevino, RIBEIRO, Emanuela Sousa. “Romanização e modernidade: as Filhas de Maria e a normatização da sociedade recifense (1890 - 1922)”. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional do GT de História das Religiões e das Religiosidades da ANPUH (Franca – SP, 2008), selecionado para ser publicado, sob forma de artigo, no **Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas**, no n. 3 da **Revista Brasileira de História das Religiões**, em formato eletrônico (aguardando publicação).
- \_\_\_\_\_. “Catolicismo e imprensa feminina no Recife: a revista Maria (1913-1930)”. In: I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões / Pluralismos, 2007, João Pessoa - PB. I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões / Pluralismos, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Orgs.). **Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX**. Brasília: CNPq; Recife: FJN, Editora Massangana, 2001.
- ANDREOTTI, Azilde. “Livros Escolares. Fonte de pesquisa para a história da educação”. In: Site NAVEGANDO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – HISTEDBR, Universidade Estadual de Campinas. Disponível on-line em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_024.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.html), pesquisado em 18/01/09, às 20:27h.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *In*: Revista Estudos Históricos, nº 1, 1988/1, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/27.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/27.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 21:44h
- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. O pensar, o querer, o julgar. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, volume 2.
- AZEVEDO, Pe. Ferdinand (S.J.). **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste** 1911 – 1936. Recife: FASA, 1986.
- AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.
- \_\_\_\_\_. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870 – 1920). *In*: MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-Americana**, São Paulo: Paulinas / Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina, 1984
- \_\_\_\_\_. “As irmãzinhas da Imaculada Conceição”. *In*: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil”. *In*: **Religião e Sociedade**, São Paulo, n. 1, 1977.
- \_\_\_\_\_. **O catolicismo popular no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. “O Concílio Vaticano II no contexto da igreja e do mundo: uma perspectiva histórica”. **REB: Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, RJ, v. 66, n. 263, abr. 2006.
- BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora UNB, 1987.
- BARBAGLIO, Giuseppe; DIANICH, Severino. (Orgs.). **Nuovo Dizionario di Teologia**. 7ed. Milão: Edizioni San Paolo, 1994.
- BARBOSA, Rui. **Discurso no Colégio Anchieta**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981. Disponível on-line em: [www.casaruibarbosa.gov.br/dados%5CDOC%5Cartigos%5Cruibarbosa%5CFCRB\\_RuiBarbosa\\_Discurso\\_no\\_Colegio\\_Anchieta.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados%5CDOC%5Cartigos%5Cruibarbosa%5CFCRB_RuiBarbosa_Discurso_no_Colegio_Anchieta.pdf), pesquisado em 22/01/09, 14:07h.
- BASTOS, Elide Rugai. “O CPDOC e o pensamento social brasileiro”. *In*: CAMARGO, Célia [et. all.]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003.
- BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre – Casa Grande & Senzala”. *In*: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**, 1. 3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- BELLO, Ruy de Ayres. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978. Coleção Pernambucana, vol. XVIII.
- BEOZZO, José Oscar. “A Igreja frente aos Estados liberais: 1880 – 1930”. *In*: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BERGER, Peter L. **Rumor de Anjos**. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2.ed.rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.



- \_\_\_\_\_. "A dessecularização do mundo: uma visão global". *In: Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, nº 21, 2000. Disponível em: [www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/berger21.1\\_2000.pdf](http://www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/berger21.1_2000.pdf). Acesso em: 18 Maio 2008.
- \_\_\_\_\_. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Vol. 1 e 2.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**. A nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil e os Dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BOURDE, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 1ed. Lisboa: Europa-América, c1983.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença**, contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 16.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. 1ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOUREAU, Alain. "Fé". *In* LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Volume II.
- BRANDÃO, Sylvana. "São Francisco das Chagas do Canindé". *In*: BRANDÃO, Sylvana. **História das Religiões no Brasil 3**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.
- BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil 3**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência". *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan: 2005, p. 201-232. Disponível on-line em: [www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1534](http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1534), pesquisado em 14/02/09, 14:59h.
- BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- BURGUIÈRE, André (Org.). **Dizionario di Scienze Storiche**, Milano: Edizioni Paoline, 1992.

- BURITY, Joanildo. Trajetórias da religião e da modernidade. *In: Estudos de Sociologia*, Recife, v. 13, nº 1, 2007.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 jul. 2007, p. 74 - 75.
- Cambridge Dictionary of Christianity. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**, une mutation idéologique des historiens français 1865-1885. Toulouse: Editeur Edouard Privat, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Historiografia**. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. *In: NOVAES, Adauto (Org.). A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 1999.
- CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. Educadoras alemãs no trópico: as beneditinas da Academia Santa Gertrudes. Disponível on-line em: [www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=4170&date=currentDate), pesquisado em 09/07/2007.
- CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. *In: HEINZ, Flávio M. (Org.). Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Los intelectuales en el siglo XIX**. Precursores del pensamiento moderno. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2000.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels da história**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph Ed., 1996.
- COMBLIN, José (Pe.). “Situação histórica do catolicismo no Brasil”. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 26, fasc. 3, Setembro de 1966. pp. 575 – 601.
- COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. Tomo II. Do século XV ao século XX. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- COUTROT, Aline. “Religião e política”. *In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- DAMATA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DAMATTA, Roberto. "Brasil: Uma Nação em Mudança e uma Sociedade Imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro". *In: Revista Estudos Históricos*, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/35.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/35.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:31h.
- DE LORENZO, Helena C. e COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editara da UNESP, 1997.
- DELGADO, José Luiz. "História de 125 anos". *In: Site da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco*. Disponível on-line em: [www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum\\_RS\\_t007\\_artigo=3&totalRows\\_RS\\_t007\\_artigo=21#3](http://www.vicentinospe.org/artigo.php?pageNum_RS_t007_artigo=3&totalRows_RS_t007_artigo=21#3), pesquisado em 17/01/2009, 16:35h.
- DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem**. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922 – 1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- DICIONÁRIO de Sociologia Globo. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1981.
- DREHER, Martin N. (Org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST Edições/Cehila, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Igreja e Germanidade**. 2 ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003
- DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FELÍCIO, Manuel da Rocha. Na viragem do século (XIX – XX). A crise modernista. *In: Revista MÁTHESIS*, n 11, 2002. p. 377 – 387. Disponível em: [www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mathesis11/mathesis11\\_373.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mathesis11/mathesis11_373.pdf). Acesso em: 28 Maio 2006.
- FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil**. São Paulo: Anhembi, 1958.
- \_\_\_\_\_. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus-USP, 1965.
- \_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1972.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. "A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica". *In: MALERBA, Jurandir. A velha história. Teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- FIGUEIRÔA, Frei Tito (OCarm.). **A brilhante senhora dos muitos rostos e sua festa**. Contribuição ao estudo dos rituais urbanos, no Brasil. Texto mimeografado.
- FONSECA, Andréa Braga. "A função da Religião no pensamento de Rui Barbosa". *In: Revista Intellectus*, ano 03, vol. II, 2004. Disponível on-line em: [www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus), pesquisado em 03/07/2007, 12:51h.

- FRAGOSO, Frei Hugo (OFM.). **Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1891(3) – 1991(3)**. Da Província da Sta. Cruz... Para a Terra da Sta. Cruz. Salvador: Escolas Profissionais Saleasianas de Salvador, [1991]. Coleção Cadernos da Restauração, vol. 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. **Centenário da restauração da Província de Santo Antônio 1893 – 1993**. Da Província da Sta. Cruz... Para a Terra da Sta. Cruz. Salvador: Escolas Profissionais Saleasianas de Salvador, [1993]. Coleção Cadernos da Restauração, volume 10.
- \_\_\_\_\_. A Igreja na formação do Estado liberal. *In*: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil – Segunda Época**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/2.
- FRANCA, Leonel. **Noções de história da filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1973.
- Frei Bartolomeu, OCarm. “As Ordens Religiosas e as leis da mão-morta na República Brasileira”. *In*: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 9, março 1949, fasc. 1.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. Volume 1. Coleção As Ilusões Armadas.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.
- GLÉNISON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *In*: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.
- GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca**. São Paulo. 2006. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Teologia Dogmática com concentração em História Eclesiástica à banca examinadora na PFTNSA, sob orientação do Prof. Dr. Ney de Souza.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “História e Providência”. *In*: Anais do VIII Encontro Regional de História: História e Religião, promovido pela ANPUH-RJ, em Vassouras-RJ, 1998. Disponível on-line em: [www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc](http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/1998/autor/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.doc), pesquisado em 03/07/2007, às 11:42h.

- \_\_\_\_\_. “Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX”. *In: Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, jun. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042005000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 nov. 2006
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *In: Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 2. Disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf), pesquisado em 17/01/2008.
- \_\_\_\_\_. “A cultura oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. *In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) et. all.. História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- Habermas, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil – Primeira Época**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/1 e Tomo II/2.
- \_\_\_\_\_. *In: DUSSEL, Enrique (Org.). Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912). Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, sob orientação do. Prof. Dr. Charles Monteiro, p. 80. Disponível on-line em: [verum.pucrs.br/ppgh](http://verum.pucrs.br/ppgh), pesquisado em: 01/02/2009, 10:46h.
- IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Revolução e cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- IGLÉSIAS, Francisco. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”. *in: Revista Estudos Históricos*, nº 1, 1988/1, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/28.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/28.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 21:48h.
- \_\_\_\_\_. **Os historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMF, 2000.
- IOGNA-PRAT, Dominique. “Ordem”. *In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coords.). Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Volume II.
- ISAIA, A. C.. “Espíritas e Republicanos no Brasil”. *In: XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade. ALER - Asociación Latinoamericana para el estudio de las religiones*, 2006, São Bernardo do Campo. *Mundos Religiosos: Identidades y Convergencias*, 2006.
- ISAIA, Artur César. “O Elogio ao Progresso na obra dos Intelectuais de Umbanda”. *In: Site do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas*. Disponível

- on-line em: [www.cieaa.ueg.br/downloads/documentos/elogio-progresso.pdf](http://www.cieaa.ueg.br/downloads/documentos/elogio-progresso.pdf), pesquisado em 08/02/2009, 12:43h.
- ISAÚ, Pe. Manoel. Educação salesiana no Brasil sudeste de 1880 a 1922: dimensões e atuação em diversos contextos. *In*: Site **Navegando na História da Educação Brasileira** – HISTEDBR, Universidade Estadual de Campinas. Disponível on-line em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_061.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_061.html), pesquisado em: 04/07/2007, 9:46h.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República”. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- JASMIN, Marcelo Gantus. “Tocqueville, a Providência e a História”. *In*: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 Jan. 2009.
- JEDIN, Hubert. **Concílios ecumênicos: História e doutrina**. São Paulo: Herder, 1961.
- JOANILHO, André Luiz. **O nascimento de uma nação: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.
- KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- KÜNG, Hans. **Igreja Católica**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LAGRÉE, Michel. **Religião e tecnologia: a benção de Prometeu**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **História política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEAL, Elisabete da Costa. “O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimto do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”. *In*: Revista HISTÓRIA, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.
- LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatthy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LEFORT, Cláudio. “Nação e soberania”. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LEVINE, Robert M.. **A velha usina** – Pernambuco na Federação Brasileira 1889 – 1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LIBANIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia**. Perfil, Enfoques, Tarefas. 3ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Luperj, 1999.
- LIMA, Oliveira. **Pernambuco**: seu desenvolvimento histórico. 3. ed. Recife: Massangana, 1997.
- LIPPI, Lúcia. “Seja moderno, seja conservador”. *In*: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/42.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/42.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:40h.
- LUNA, Dom Joaquim G. de. **Os monges beneditinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.
- LUSTOSA, Frei Oscar de F. (O.P.). “Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890): Uma passagem para a libertação”. *In*: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 35, fasc. 139, setembro de 1975.
- LYRA, Heitor. **O Brasil na vida de Eça de Queiroz**. Lisboa: Livros do Brasil, [1965].
- MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A velha história**. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **A mulher pobre na história da igreja latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?** Poder e massas na indústria da cultural e da comunicação no Brasil. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARIZ, Cecília Loreto. “A sociologia da religião em Max Weber”. *In*: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião**. Enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger”. *In*: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, nº 21, 2000. Disponível em: [www.iser.org.br/religiooesociedade/pdf/mariz21.1\\_2000.pdf](http://www.iser.org.br/religiooesociedade/pdf/mariz21.1_2000.pdf). Acesso em: 18 Maio 2008.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à História da Igreja**. 5ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997, volume 2.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O Celeste Porvir**. A inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Editora IMS, 1995.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**: (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Poder, Sexo e Letras na República Velha** (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977.

- MILANO, A. "Secolarizzazione". *In*: BARBAGLIO, Giuseppe; DIANICH, Severino. (Orgs.). **Nuovo Dizionario di Teologia**. 7ed. Milão: Edizioni San Paolo, 1994.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil: Uma trajetória Reformista (1872 – 1945)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.
- MONTERO, Paula. "Magia, racionalidade e sujeitos políticos". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 26, 1994. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_06.htm). Acesso em: 22 Setembro 2007.
- MORA, José Ferrater *et. all.* **Dicionário de Filosofia**. Rio de Janeiro: Loyola, 2000. Tomo I.
- MORAES, Eduardo Jardim de. "Modernismo revisitado". *In*: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/36.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/36.pdf) pesquisado em 27/01/08, às 22:28h.
- \_\_\_\_\_. **A brasilidade modernista, sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978
- MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MORAES, Maria Thereza Didier de. "A nação como construção". *In*: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 21, 2003. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme. "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica". *In*: **Revista Debate & Crítica**, São Paulo: HUCITEC, 1975. Número 5, março de 1975.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. São Paulo: Ática, 1994.
- MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico, 1**. 3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. "**Ante-sala do paraíso**", "**vale de luzes**", "**bazar de maravilhas**" - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- MOTTA, Roberto. "Continuidade e fragmentação nas religiões afrobrasileiras". *In*: SCOTT, Parry; ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.
- MUELLER, Frei Bonifácio (O.F.M.). **Olinda e suas igrejas**. Esboço histórico. Recife: [Livreria Pio XII], 1945.
- NABUCO, Joaquim. **Minha fé: mysterium fidei**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1985.
- NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- NASCIMENTO, Luiz do. **Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos**. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1983. Disponível on-line em: [www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf), pesquisado em 12/02/2009, 20:26h.



- NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1972, volume VI - Periódicos do Recife – 1876 – 1900
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975, volume VII (Periódicos do Recife – 1901 – 1915)
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. "Nem "jardim encantado", nem "clube dos intelectuais desencantados"". *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 Fevereiro de 2007.
- NOGUEIRA, Monsenhor Severino Leite. "Um passado que não se perdeu". *In: PEREIRA, Nilo. Pernambucanidade: Alguns aspectos históricos*. Recife: Secretaria de Turismo, 1983. Volume 3.
- NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Questão nacional na Primeira República". *In: DE LORENZO, Helena C. e COSTA, Wilma Peres da. A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. "A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje". *In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) et. al.. História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. "A ilusão americana – Eduardo Prado". *In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico, 1.3.ed.* São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Brasil-1976: A igreja ante a escalada da ameaça comunista: apelo aos bispos silenciosos : a igreja do silêncio no Chile: a TFP andina proclama a verdade inteira**. São Paulo: Administradora e Editora Vera Cruz LTDA., 1976.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3.ed. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDO, Evelyn de Almeida e NASCIMENTO, Jorge Carvalho. "A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o discurso da moralização da nação". *In: Revista Scientia Plena*, vol. 3, nº 5, 2007. Disponível on-line em: [www.scientiaplenu.org.br/sp\\_v3n5p180\\_185.pdf](http://www.scientiaplenu.org.br/sp_v3n5p180_185.pdf), pesquisado em 14/02/2009, 10:34h.
- ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. Umbanda: integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 8ª reimp. da 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- OURO PRETO (Visconde). **A Década Republicana**. Rio de Janeiro: Typographica do Brazil, 1899.
- PARAÍSO, Rostand. **Academia Pernambucana de Letras: sua história**. Recife: APL, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**. Recife: APL, 2006.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Mabel Salgado. "Catolicismo na América Latina no século XX: o modelo de "neo-cristandade"". *In*: MARTINS, Isildinha; CAMPOS, Leonildo Silveira; RIVERA, Dario Paulo Barrera. **Caderno de resumos do XI Congresso Latinoamericano sobre Religión y Etnicidad**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- PEREIRA, Nilo. **Pernambucanidade: Alguns aspectos históricos**. Recife: Secretaria de Turismo, 1983. Volume 2 e 3.
- PERINE, Marcelo. **O Sagrado na Modernidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto Jacques Maritains, 2003
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *et. al.* **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional". *In*: LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- PIERRUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.
- \_\_\_\_\_. Secularização em Max Weber: "Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido". *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Jun 1998, vol. 13, nº 37, p. 23. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 19 Fevereiro 2007.
- PIVA, Frei Elói. "Transição Republicana: Desafio e Chance para a Igreja (II)". *In*: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 50, fasc. 198, junho 1990.
- PRADO, Eduardo. **A Ilusão americana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência nacional dos bispos do Brasil: Comunhão e co-responsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social - a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916**. Rio e janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893 – 1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMACHANDRA, Adilson Silva. **Pensamento em mutação**. Trajetória de uma editora 1907 – 2007. Rio de Janeiro: Pensamento, 2007.
- REIS, Elisa Maria Pereira. "O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro". *In*: **Revista Estudos Históricos**, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 21:55h.

- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- RÉMOND, René (Org.). **Por uma historia política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O século XIX, 1815 – 1914**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. “Convergências entre Modernidade e Romanização do Catolicismo no Brasil da Primeira República”. *In*: BRANDÃO, Sylvana; MARQUES, Luiz; CABRAL, Newton. (Org.). **História das Religiões no Brasil**: volume 4. 1 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O poder dos Leigos: Irmandades Religiosas em São Luís no Século XIX**. São Luís: UFMA, 2000. Monografia de conclusão Curso de História na Universidade Federal do Maranhão (não publicada).
- RICHARD, Paul. **Os grandes processos da história**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.
- RODRIGUES, Cíntia Régia. “O positivismo e a imagem do índio no jornal A Federação”. *In*: Anais Suplementar do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz, promovido pela ANPUH, de 17 a 22 de julho de 2005. Disponível on-line em: [www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CINTIA%20REGIA%20RODRIGUES.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CINTIA%20REGIA%20RODRIGUES.pdf), pesquisado em 21/01/09, 11:07h.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- ROSADO NUNES, M. José F. “Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social”. *In*: AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R.. **Fidalgos e filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em História. São Paulo, 2005.
- SALDANHA, Nelson. **História das Idéias Políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968.
- SALLUM JR., Brasília. “Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil”. *In*: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico**, 1.3.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- SANTOS, Arlete Braz; FERREIRA, Pollyana e DUARTE, Catarina. “Coleções especiais: organização e preservação da memória institucional”. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2002,

- Recife. **Anais....** Recife: UFPE, 2002. Disponível on-line em: [www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/abstract/30.a.htm](http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/abstract/30.a.htm), pesquisado em: 02/11/2006
- SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luís: Edfma; São Paulo: ABHR, 2006.
- SCHINCARIOL, Marcelo Tadeu. "Catolicismo, Romance Católico e Crítica Literária no Contexto da Revista *A Ordem*". In: Revista de Estudos da Religião - REVER, São Paulo: Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo, Nº 4, 2006, pp. 96-124. Disponível on-line em: [www.pucsp.br/rever/rv4\\_2006/t\\_schincariol.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2006/t_schincariol.htm), pesquisado em: 04/02/2007, às 12:34h.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado". In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SCOTT, Parry; ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.
- SERRY, Hervé. "Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença". In.: Revista Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 1, Junho 2004. Disponível on-line em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 Jan. 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e crise cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SIEPIERSKI, Paulo Donizeti. "Educação protestante e modernidade na década de 20 em Pernambuco". In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Orgs.). **Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX**. Brasília: CNPq; Recife: FJN, Editora Massangana, 2001.
- SILVA, Eliane Moura. "Maçonaria, anticlericalismo e livre-pensamento no Brasil (1901-1909)." In: Mesa Redonda Maçonaria e Cidadania no XIX do Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em julho de 1997. Disponível on-line em: [www.unicamp.br/~elmoura/Ma%E7onaria%20Anticlericalismo%20e%20Livrepensamento.doc](http://www.unicamp.br/~elmoura/Ma%E7onaria%20Anticlericalismo%20e%20Livrepensamento.doc), pesquisado em 13/10/08.
- SILVA, M. A. da. **Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Tudo é História.
- SILVA, Maria Iracema. "Marxismo e historiografia brasileira: uma abordagem possível". In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels da história**. São Paulo: Xamã, 1996.
- SILVA, Rogério Forastieri. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE / Editora Associação Reviva, 2006.

- SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SOBREIRA, Pe. Azarias. “Dom Manuel da Silva Gomes”. In: Revista do IHGC, t. LXXXVI (1972): 147-150. Disponível on-line em: [www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-DomManuelSilvaGomes.pdf](http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-DomManuelSilvaGomes.pdf) pesquisado em 14/02/2009, 09:57h
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro (Orgs.). **Sociologia da religião e mudança social**. Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus, 2004.
- SOUZA, José Carlos Aguiar de. **O projeto da modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à Brasileira**. São Paulo: Edusp/Orion, 2003.
- TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião**. Enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003.
- TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru, SP: Edusc, 2000.
- TUFFANI, Eduardo. “Os estudos latinos no Brasil”. In: Site da **Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos**. Disponível on-line em: [www.geocities.com/textossbec/tuffani.doc](http://www.geocities.com/textossbec/tuffani.doc), pesquisado em 12/02/2009, 21:06h.
- UNIVERSIDADE POPULAR MARIANA. **Curso de História da Igreja**. Recife: Secretaria da Universidade Popular Mariana, 2006, Caderno 4.
- VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**. Os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VELLOSO, Mônica. “A literatura como espelho da nação”. In: Revista Estudos Históricos, nº 2, 1988/2, disponível on-line em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/37.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/37.pdf), pesquisado em 27/01/08, às 22:26h.
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 1980.
- VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. 4 ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.
- WASSERMAN, Cláudia. “A historiografia latino-americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade”. In: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

## APÊNDICE: LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS

### Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE (Hemeroteca)

- A BOA IMPRENSA E AS FILHAS DE MARIA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 8 jul. 1911. p. 1.
- A CASA IDEAL: Orgão do estabelecimento do mesmo nome e dedicado as distinctissimas familias pernambucanas, Recife, nov. 1905.
- A COLHEITA, Recife, ano I, n. 1, 1º ago. 1901.
- A CORRESPONDENCIA DE PORTUGAL EM O DIARIO DE PERNAMBUCO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 13 mai. 1911. p. 2.
- A CRENÇA: Revista quinzenal consagrada aos interesses catholicos, Recife, ano II, n. 6, nov. 1898.
- A CRUZ VERMELHA: Orgão do estabelecimento do mesmo nome e dedicado as distinctissimas familias pernambucanas, Recife, out. 1905.
- A DECADENCIA DO THETRO NACIONAL. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 27 fev. 1921. p. 1.
- A DIFFUSÃO DO ENSINO. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 30 jan. 1921. p. 3.
- A FAMILIA. *A Familia*: Orgão litterario, noticioso e evolucionista, Recife, 1º dez. 1910. p. 1.
- A FAMILIA. *A Rosa*: Periodico critico e scientifico, Recife, 11 nov. 1890. p. 2.
- A FESTA ANNIVERSARIA DA CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 7 out. 1920. p. 1.
- A HUMANIDADE. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 5 dez. 1920. p. 1.
- A INAUGURAÇÃO DO NOVO PRELO D'A TRIBUNA. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 18 jan. 1923. p. 1.
- A INVASÃO FEMININA. *Hélios*: Revista Litteraria e Feminista, Recife, ano I, n. 1, p. 3, abr. 1911.
- A MODA NAS EGREJAS. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 10 jul. 1915. p. 2.
- A PEREGRINA, Recife, ano I, n. 1, 24 nov. 1891.
- A PRIMEIRA COMMUNHÃO DE UM SABIO BRASILEIRO. *O Dia*: Orgão da Parochia da Piedade, Recife, 9 jun. 1921. p. 1.
- A PROPAGANDA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 6 jan. 1912. p. 1.
- A ROSA. *A Rosa*: Periodico critico e scientifico, Recife, 21 nov. 1890. p. 1.
- A SUGGESTIVA ESCOLA DO CRIME. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 2 jan. 1921. p. 1.
- A SUPREMA LEI DA VIDA. *O Dia*: Jornal Catholico, Litterario e Noticioso, Recife, 16 jul. 1921. p. 3.

- A UNIÃO DA UNIÃO: Folha familiar phosphorescente, Recife, 1º jan. 1894.
- ACÇÃO CATHOLICA FEMININA. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 30 jan. 1919. p. 1.
- ACÇÃO SOCIAL CATHOLICA FEMININA – A FAVOR DA IMPRENSA CATHOLICA. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico. Recife, 9 jan. 1919. p. 2.
- APELO AS SENHORAS. *A Rosa*: Periodico critico e scientifico, Recife, 18 out. 1890. p. 1-2.
- AS CARTILHAS DO DIARIO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 3 jun. 1911. p. 1.
- AS FILHAS DE MARIA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 1º jul. 1911. p. 1.
- ASSOCIAÇÃO DAS MÃES CHRISTÃES. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Olinda, 12 jul. 1917. p. 3.
- ASSOCIAÇÕES. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 9 nov. 1912. p. 1.
- BELEM DE SARRAGA DE FERREIRA. *Hélios*: Revista Litteraria e Feminista, Recife, ano I, n. 2, p. 1, mai. 1911.
- BIBLIOGRAPHIA. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 12 jan. 1922. p. 2.
- BRITTO, D. Luiz Raymundo da Silva. Contra o divrocio. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 24 ago. 1912. p. 1.
- CATHOLICOS, ALERTA!. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 27 fev. 1921. p. 4.
- CINEMA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 24 jun. 1911. p. 2.
- CIRCULO CATHOLICO – A POSSE DE SEU DIRECTOR PRESIDENTE, O DEPUTADO CORRÊA BRITTO. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 1º fev. 1923. p. 1-2.
- COLUMNA SCIENTIFICA. *Helios*: Revista Litteraria e Feminista, Recife, ano I, n. 3, p. 1, jun. 1911.
- CONCEITO DA CREAÇÃO. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 16 jan. 1921. p. 1.
- CONFEDERAÇÃO CATHOLICA. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 13 jan. 1921. p. 2.
- CONFRARIA DAS MÃES CHRISTÃS. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 30 out. 1919. p. 1.
- CONSEQUENCIA DE UM CASAMENTO. *O Dia*, Recife, 28 mai. 1922. p. 3.
- CONSEQUENCIAS DO DIVORCIO. *O Dia*, Recife, 28 mai. 1922. p. 1.
- CONSEQUENCIAS FATAES DO FEMINISMO. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 27 mai. 1920. p. 2.
- COUSAS EM QUE SE NÃO DEVE CRER. *O Descrente*, Recife, 14 nov. 1889. p. 3.
- DE TUDO E DE TODOS. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 13 jan. 1921. p. 1.
- DOM SEBASTIÃO LEME. *O Dia*: Jornal Catholico, Litterario e Noticioso, Recife, 16 jul. 1921. p. 5.
- DR. BARRETTO CAMPELLO. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 11 jan. 1923. p. 3.

- DR. CORREIA DE BRITTO. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 25 jan. 1923. p. 1.
- ELEONORA DUSE. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 9 jan. 1921. p. 1.
- ELOQUENTES PALAVRAS DE RUY BARBOSA. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 23 jun. 1921. p. 2.
- ESPOSA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 14 mar. 1914. p. 1.
- FEDERAÇÃO MARIANA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 22 jul. 1916. p. 3.
- FESTA DA INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DE POBRES 'MARIA IMMACULADA'. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Diocese de Olinda, Recife, 18 mar. 1911. p. 2.
- FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 20 jul. 1912. p. 2.
- FESTA DE SANTO AMARO. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 0 jan. 1921. p. 1.
- HOMENAGEM DA CAMARA ESTADUAL À MEMORIA DE BENTO XV. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 16 mar. 1922. p. 1.
- INAUGURAÇÃO. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 20 jan. 1921. p. 3.
- INDUSTRIA CORROMPIDA E CORRUPTORA. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 27 fev. 1921. p. 2.
- JÁ É! . . . *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 30 jun. 1921. p. 1.
- JESUS REDEMPTOR: Jesus Christo VENCE! Jesus Christo REINA! Jesus Christo IMPERA!, Recife, 4 nov. 1900.
- JURISPRUDENCIA. *A Epocha*: Orgam do Partido Conservador, Recife, 10 set. 1889. p. 2.
- MÃE CHRISTÃ. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 24 jan. 1914. p. 1.
- MANIFESTAÇÃO AO SR. ARCEBISPO. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 7 jul. 1921. p. 2.
- MARIA E A MULHER. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 17 mai. 1913. p. 1.
- MATRIZ DE S. JOSÉ – PRIMEIRA COMMUNHÃO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Official da Archidiocese de Olinda, Recife, 5 maio. 1911. p. 4.
- MESTRE ANTÃO. É preciso que se diga. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 6 jan. 1921. p. 3.
- MISSÃO DESVIRTUADA. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 31 mar. 1921. p. 1.
- MORAL E CIVISMO. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 28 nov. 1920. p. 1.
- MOTIVOS DE VERGONHA!. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 11 mar. 1920. p. 2.
- MYSTICO RAMALHETE: A Maria Santissima no faustoso dia de sua Immaculada Conceição. Tributo de amor filial da Confraria de Nossa Senhora de Lourdes da Igreja da Penha, Recife, 8 dez. 1904.
- NA RUA 13 DE MAIO. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 26 dez. 1920. p. 2.



- NO CIRCULO CATHOLICO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 27 mai. 1911. p. 4.
- O BRAZIL. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 9 set. 1911. p. 1.
- O DEFENSOR DA FAMILIA, DA SOCIEDADE E DA PATRIA. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 26 mai. 1921. p. 4.
- O JUDAS: Alleluia. . . Alleluia. . . ! Peixe no prato, farinha na cuia, Recife, ano I, n. 1, 28 mar. 1891.
- O LAR DA FILHA DE MARIA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 15 jul. 1911. p. 1.
- O LEITOR TEM SYMPATHIAS PELO ESPIRITISMO?. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 31 mar. 1921. p. 5.
- O MOMENTO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 14 set. 1912. p. 1.
- O MUNDO DOS ESPIRITAS. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 30 jan. 1921. p. 2.
- O NOSSO METROPOLITA E A LIGA PRO SANEAMENTO DO BRASIL. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 12 set. 1918. p. 1.
- O POVO BRASILEIRO NÃO CONFIA NOS SEUS CHEFES. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 28 out. 1920. p. 1.
- O POVO E A RELIGIÃO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 20 mai. 1911. p. 1.
- O PROFESSOR PAROCHIAL. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 19 ago. 1911. p. 1.
- O RECIFE. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 12 jan. 1922. p. 1.
- O TESTAMENTO. *O Testamento de Judas Iscariote*, Recife, 1º abr. 1899. p. 2.
- O VALOR DA HONESTIDADE. *O Tempo*: Jornal litterario, scientifico, commercial e religioso, Recife, 20 set. 1911. p. 1.
- O VOTO DA MULHER. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 14 jul. 1921. p. 1.
- ONÉSIMO, José. Interesse vital. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 15 fev. 1923. p. 1.
- OS CATHOLICOS E O DEVER ELEITORAL. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Diocese de Olinda, Recife, 25 fev. 1911. p. 2-3.
- OS CINEMAS. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 31 mar. 1921. p. 2.
- OS INCENDIOS DA AVENIDA NORTE. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 30 jan. 1921. p. 2.
- OS MELHORAMENTOS DE PERNAMBUCO. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 20 jan. 1921. p. 1.
- PADRE AUGUSTO. P. Scriptum. *O Larousse*: Orgam do Partido Catholico e da Sociedade de Homens de Lettras, Recife, 14 nov. 1890. p. 3.
- PEDIDO. *O Medico do Povo*: Orgão de propaganda homeopathica, Recife, 11 nov. 1889. p. 4.
- PILATUS. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 31 mar. 1921. p. 2.

- PRO DOMO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Diocese de Olinda, Recife, 14 jan. 1911. p. 2.
- QUE PENSAM ELLAS?. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 31 out. 1914. p. 1.
- RUA DE S. GONÇALO. *Jornal das Moças*: Periodico critico e satyrico, Recife, 25 set. 1885. p. 3.
- SEM CABEÇA. *A Razão*: Orgão independente, Recife, 29 ago. 1920. p. 1.
- SI SABE 'HISTORIA', LEIA. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 30 jan. 1921. p. 3.
- SOBRE A FAMILIA. *A Familia*: Orgão litterario, noticioso e evolucionista, Recife, 1º dez. 1910. p. 2.
- SOCIEDADE DE PROPAGANDA RELIGIOSA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 13 mai. 1911. p. 3.
- SUA MAGESTADE A MODA. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 7 out. 1911. p. 1.
- SUMMARIO DA 1ª CARTA PASTORAL DO NOVO ARCEBISPO. *Tribuna Religiosa*: Orgão Oficial da Archidiocese de Olinda, Recife, 14 ago. 1916. p. 11.
- UMA REUNIÃO GRANDIOSA. *Tribuna Religiosa*: Hebdomadario Catholico, Recife, 27 fev. 1919. p. 2.
- UMA TRADIÇÃO AMEAÇADA. *A Tribuna*: Hebdomadario Catholico, Recife, 13 jan. 1921. p. 1.
- VERGONHOSO E DEPRIMENTE. *O Dia*: Orgão da Matriz da Piedade, Recife, 26 mai. 1921. p. 2.

### **Biblioteca da Arquidiocese de Olinda e Recife**

- AMARAL, Mons. Marcelino Pacheco do. **Carta-Circular do Vigario Capitular de Olinda**. Sobre a consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus. Recife: Empreza d'A Provincia, 1900.
- BRITTO, D. Luiz Raymundo da Silva. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Recommendo a Liga Contra o Protestantismo. Recife: Empreza d'A Provincia, 1902.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral de D. Luiz Raymundo da Silva Britto**. Por graça de Deus e da Santa Sé Apostolica Bispo de Olinda ao nosso revm. cabido, clero e fieis de nossa Diocese. Recife: Typ. Salesiana, 1903.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda**. Ordenando a prégação tempo quaresmal. Recife: Emp. d'A Provincia, 1903.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral de D. Luiz Raymundo da Silva Britto ao revm. cabido, clero e fieis da Diocese de Olinda**. Annunciando a morte S. S. Padre Leão XIII e a eleição do S. S. Padre Pio X. Recife: Typ. Salesiana, 1903.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. Snr. Bispo de Olinda**. Annunciando a continuação do Collegio Diocesano da cidade de Olinda, sob nova direcção. Recife: Emp. d'A Provincia, 1904.

- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda.** Mandando observar a Encyclica – Arcebo Nimis do SS. Padre Pio X sobre o ensino da doutrina christã. Recife: Typ. Salesiana, 1905.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda.** Publicando a carta do Eminentissimo Cardeal Prefeito da S. C. das Indulgencias e S. Reliquias sobre um Triduo de Preces em honra do Santissimo Sacramento. Recife: Typ. da Livraria Contemporanea, 1907.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda.** Publicando as suas impressões de sua viagem a Europa. Recife: Typ. a vapor – J. Agostinho Bezerra, 1908.
- \_\_\_\_\_. **Constituições Synodales da Diocese de Olinda.** Promulgadas no 1º Synodo reunido em Fevereiro de 1908 pelo Bispo Diocesano D. Luiz Raymundo da Silva Britto. Recife: Typ. da Livraria Contemporanea, 1908.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral do Bispo de Olinda.** Publicando as Constituições do Primeiro Synodo Diocesano. Recife: Typ. da Livraria Contemporanea, 1908.
- ESBERARD, D. João. **Da Igreja e da sua divina missão.** Carta Pastoral do Bispo de Olinda saudando aos seus diocesanos. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos, 1891.
- \_\_\_\_\_. **Christovão Colombo.** Carta Pastoral de D. João Esberard – Bispo de Olinda. Publicando lettras apostolicas do Santo Padre Leão XIII ácerca do 4º anniversario secular da descoberta da America. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauriger & seus Filhos, 1892.
- \_\_\_\_\_. **As minhas despedidas.** Carta Pastoral de D. João Esberard – Arcebispo de São Sebastião no Rio de Janeiro. Aos fies da Diocese de Olinda. Recife: Typ. de F. P. Boulitreau, 1894.
- LEME, D. Sebastião. **Carta Pastoral de D. Sebastião Leme** – Arcebispo Metropolitano de Olinda. Saudando os seus diocesanos. Petrópolis: Typ. Vozes, 1916.
- PEREIRA, D. Manoel dos Santos. **Carta Pastoral do Exm. e Revm. Snr. Bispo de Olinda D. Miguel dos Santos Pereira saudando aos seus diocesanos.** Bahia: Lytho – Typographia V. Oliveira & C. , 1894.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral de D. Manoel dos Santos Pereira** – Bispo de Olinda. A proposito da solemne homenagem a Jesus Christo Redemptor e ao seu Vigario. No fim do seculo XIX e começo do seculo XX. Recife: Atelier Miranda, 1899.
- VALVERDE, D. Miguel de Lima. **Carta Pastoral de D. Miguel de Lima Valverde** – Arcebispo de Olinda e Recife. Saudando aos seus diocesanos. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1922.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral de D. Miguel de Lima Valverde** – Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Aos Reverendssimos parachos e a todo clero secular e regular sobre o ensino da doutrina christã. Recife: Officinas Graphics d’ A Tribuna, 1924.
- \_\_\_\_\_. **Carta Pastoral de D. Miguel de Lima Valverde** – Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Sobre o proximo quinquagesimo anniversario da Consagração da Archidiocese de Olinda e Recife ao Sagrado Coração de Jesus. Recife: Officinas Graphics d’ A Tribuna, 1924.

\_\_\_\_\_. **Carta Pastoral.** Quaresma de 1934. Recife: Oficinas Graphics da Associação da Bôa Imprensa, 1931.

### **Arquivo da Assembléa Legislativo de Pernambuco**

- REUNIÃO EM 30 DE MARÇO DE 1889. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1889.* Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1889. p. 49.
- SESSÃO EM 1 DE ABRIL DE 1889. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1889.* Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1889. p. 49-59.
- 3ª SESSÃO EM 18 JULHO DE 1889. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco.* Sessão extraordinaria em 8 de julho de 1889. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1889. p. 8-9.
- CONGRESSO LEGISLATIVO – Sessão de abertura em 6 de abril de 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 5-9.
- 1ª SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE ABRIL DE 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 9-11.
- 2ª SESSÃO EM 8 DE ABRIL DE 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 11-15.
- 22ª SESSÃO EM 11 DE MAIO DE 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 110-119.
- 45ª SESSÃO EM 18 DE JUNHO DE 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 240-249.
- 48ª SESSÃO EM 23 DE JUNHO DE 1892. *Annaes da Camara dos Deputados do estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1892. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892. p. 258-262.
- SESSÃO DE ABERTURA EM 6 DE MARÇO DE 1893. *Annaes do Senado do Estado de Pernambuco.* 3ª Sessão Legislativa de 1893. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1893. p. 1-6.
- 2ª SESSÃO PREPARATORIA EM 5 DE MARÇO DE 1896. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1896. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1896. p. 27.
- APPENDICE: Discurso pronunciado pelo Sr. Dr. Estacio Coimbra na sessão de 9 de Abril de 1896. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco.* 2ª Sessão Legislativa de 1896. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1896. p. 217-221.

- 16ª SESSÃO EM 2 DE ABRIL DE 1897. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 2ª Legislatura de 1897. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1897. p. 51-58.
- 20ª SESSÃO EM 6 DE MAIO DE 1897. *Annaes do Senado do Estado de Pernambuco*. Sessão Ordinaria em 1897 (3ª da 2ª Legislatura). Recife: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1897. p. 58-63.
- 36ª SESSÃO ORDINARIA EM 2 DE MAIO DE 1899. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura em 1899. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1899. p. 66-73.
- 46ª SESSÃO ORDINARIA EM 19 DE MAIO DE 1899. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura em 1899. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1899. p. 100-107.
- 54ª SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MAIO DE 1899. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura em 1899. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1899. p. 133-134.
- 62ª SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE JUNHO DE 1899. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura em 1899. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1899. p. 147-148.
- 69ª SESSÃO ORDINARIA EM 21 DE JUNHO DE 1899. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura em 1899. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1899. p. 155-157.
- 4ª SESSÃO EM 14 DE FEVEREIRO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 3-7.
- 35ª SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE MAIO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 71-73.
- 45ª SESSÃO ORDINARIA EM 23 DE MAIO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 97-99.
- 60ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE JUNHO DE 1900. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria do Congresso Legislativo: aberta em 7 de fevereiro e encerrada em 28 do mesmo mez. 3ª Sessão Ordinaria da 3ª Legislatura do Congresso

Legislativo: aberta em 6 de março e encerrada em 30 de junho. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1900. p. 152-163.

- 27ª SESSÃO ORDINARIA EM 17 DE ABRIL DE 1901. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1901. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1901. p. 30-39.
- 52ª SESSÃO ORDINARIA EM 1 DE JUNHO DE 1901. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1901. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1901. p. 77-79.
- 27ª SESSÃO ORDINARIA EM 21 DE MAIO DE 1902. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1902. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902. p. 35-38.
- 41ª SESSÃO ORDINARIA EM 9 DE JUNHO DE 1902. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1902. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902. p. 55-57.
- 49ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE JUNHO DE 1902. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1902. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1902. p. 85-91.
- 38ª SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE ABRIL DE 1903. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1903. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1903. p. 75-78.
- 44ª SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE MAIO DE 1903. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1903. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1903. p. 98-113.
- 48ª SESSÃO ORDINARIA EM 14 DE MAIO DE 1903. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1903. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1903. p. 121-135.
- 58ª SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE MAIO DE 1903. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 4ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1903. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1903. p. 155-162.
- 50ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE MAIO DE 1904. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 1ª Sessão Ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo de 1904. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1904. p. 133-137.
- 27ª SESSÃO EM 11 DE MAIO DE 1905. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo em 1905. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1905. p. 72-74.
- 28ª SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE ABRIL DE 1905. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão Ordinaria da 5ª

- Legislatura do Congresso Legislativo em 1905. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1905. p. 74-76.
- 18ª SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE MARÇO DE 1906. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão Ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo em 1906. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1906. p. 18-26.
- 26ª SESSÃO ORDINARIA EM 15 DE ABRIL DE 1907. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 6ª Legislatura em 1907. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1907. p. 46-53.
- 27ª SESSÃO ORDINARIA EM 16 DE ABRIL DE 1907. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 6ª Legislatura em 1907. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1907. p. 53-57.
- 42ª SESSÃO ORDINARIA EM 6 DE MAIO DE 1907. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 6ª Legislatura em 1907. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1907. p. 111-113.
- 44ª SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE MAIO DE 1907. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão Ordinaria da 6ª Legislatura em 1907. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1907. p. 122-125.
- 11ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 23-25.
- 16ª SESSÃO ORDINARIA EM 27 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 38-39.
- 18ª SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 43-47.
- 19ª SESSÃO ORDINARIA EM 31 DE MARÇO DE 1908. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. Sessão extraordinaria e 2ª sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1908. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908. p. 47-52.
- 2ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 1909. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 6ª Legislatura em 1909. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1909. p. 5-8.
- 33ª SESSÃO ORDINARIA, EM 19 DE ABRIL DE 1911. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1911. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1911. p. 45-47.
- 34ª SESSÃO ORDINARIA, EM 20 DE ABRIL DE 1911. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão ordinaria da 7ª

- Legislatura em 1911. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1911. p. 47-50.
- 55ª SESSÃO ORDINARIA, EM 18 DE MAIO DE 1911. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1911. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1911. p. 85-98.
- 73ª SESSÃO ORDINARIA EM 10 DE JUNHO DE 1911. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1911. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1911. p. 160-174.
- 2ª SESSÃO ORDINARIA, EM 11 DE MARÇO DE 1912. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 6-34.
- REUNIÃO EM 23 DE ABRIL DE 1912. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 56-60.
- REUNIÃO EM 7 DE MAIO DE 1912. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 70-77.
- 26ª SESSÃO ORDINARIA EM 10 DE MAIO DE 1912. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 77-91.
- 31ª SESSÃO ORDINARIA EM 21 DE MAIO DE 1912. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 103-112.
- REUNIÃO EM 28 DE MAIO DE 1912. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 118-119.
- HOMENAGEM DA CAMARA DOS DEPUTADOS: aos despojos do tribuno Dr. José Mariano Carneiro da Cunha. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 3ª Sessão ordinaria da 7ª Legislatura em 1912. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1912. p. 167-180.
- 2ª SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE MARÇO DE 1913. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1913. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1913. p. 24-28.
- 3ª SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE MARÇO DE 1913. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1913. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1913. p. 28-39.
- 26ª SESSÃO ORDINARIA EM 10 DE ABRIL DE 1913. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1913. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1913. p. 161-178.



- 29ª SESSÃO ORDINARIA EM 14 DE ABRIL DE 1913. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1913. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1913. p. 178-187.
- 34ª SESSÃO ORDINARIA EM 19 DE ABRIL DE 1913. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1913. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1913. p. 196-211.
- INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1913. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1913. p. 589-596.
- 52ª SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE MAIO DE 1914. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1914. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1914. p. 266-269.
- DISCURSO: Pronunciado pelo sr. Deputado Dr. Feliciano André Gomes, em sessão de 1º de Maio de 1914. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 2ª Sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1914. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1914. p. 461-463.
- 10ª SESSÃO ORDINARIA EM 24 DE MARÇO DE 1916. *Annaes da Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco*. 1ª Sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 1916. Recife: Imprensa Official do Estado, 1916. p. 17-21.
- 11ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1922. *Annaes da Camara dos Deputados*. Da 4ª Sessão ordinaria da 11ª Legislatura em 1922. Recife: Officinas Graphics do Jornal do Commercio, 1922. p. 13-16.
- 55ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1922. *Annaes da Camara dos Deputados*. Da 4ª Sessão ordinaria da 11ª Legislatura em 1922. Recife: Officinas Graphics do Jornal do Commercio, 1922. p. 212-216.
- 27ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1923. *Annaes da Camara dos Deputados*. Da 2ª sessão ordinaria da 11ª Legislatura em 1923. Recife: Officinas Graphics do Jornal do Commercio, 1923. p. 62-64.
- REGULAMENTO DO QUINTO CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA. *Imprensa Official*, Recife, anno I, n. 3, 19 jan. 1916. p. 17-18.
- EXTRACTO DA CONSTITUIÇÃO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA PERNAMBUCANA. *Imprensa Official*, Recife, anno I, n. 15, 11 fev. 1916. p. 122.
- ESTATUTOS DO "CENTRO REPUBLICANO MACIEL PINHEIRO". *Imprensa Official*, Recife, anno I, n. 21, 18 fev. 1916. p. 182.
- ESTATUTOS DO "CENTRO REPUBLICANO MACIEL PINHEIRO". *Imprensa Official*, Recife, anno I, n. 22, 19 fev. 1916. p. 199.
- MENSAGEM: do exm. sr. dr. Manoel Antonio Pereira Borba, governador do Estado, lida por ocasião da 1ª sessão da 9ª legislatura do Congresso legislativo do Estado, aos 6 de março de 1916. *Imprensa Official*, Recife, anno I, n. 35, 6 mar. 1916. p. 346-355.

- SESSÃO DE 24 DE MARÇO. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 56, 1º abr. 1916. p. 604-605.
- QUINTO CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA – Relatório. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 211, 15 out. 1916. p. 2750-2752.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO. *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 264, 23 dez. 1916. p. 3342-3344.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 265, 24 dez. 1916. p. 3358-3359.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 266, 27 dez. 1916. p. 3374.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 267, 28 dez. 1916. p. 3390-3391.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 268, 29 dez. 1916. p. 3406-3408.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno I, n. 269, 30 dez. 1916. p. 3422.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 2, 4 jan. 1917. p. 14-15.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Continuação). *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 4, 6 jan. 1917. p. 39-41.
- CONGRESSO DE PREFEITOS E PRESIDENTES DE CONSELHOS MUNICIPAES DE PERNAMBUCO (Conclusão). *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 5, 7 jan. 1917. p. 50-52.
- BORBA, Manoel Antonio Pereira. Mensagem lida pelo exm. sr. dr. Manoel Borba, governador do Estado, por ocasião da abertura da 2ª sessão da 9ª legislatura do Congresso do Estado. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 51, 6 mar. 1917. p. 541-584.
- ACTA DA 7ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO RECIFE, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 1917. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 60, 17 mar. 1917. p. 714.
- LIGA DA DEFEZA NACIONAL: O concurso para o Cathecismo Civico e o Manual de Educação Moral e Civica. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 66, 24 mar. 1917. p. 792.
- LIGA DA DEFEZA NACIONAL: O concurso para o Cathecismo Civico e o Manual de Educação Moral e Civica. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 72, 31 mar. 1917. p. 886.
- NOTAS OFFICIAES. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 81, 13 abr. 1917. p. 990.

- LIGA DA DEFEZA NACIONAL: O concurso para o Cathecismo Civico e o Manual de Educação Moral e Civica. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 86, 19 abr. 1917. p. 1046.
- MENSAGEM: com que o dr. Wenceslau Braz presidente da Republica, abriu o Congresso nacional, a 3 de maio. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 100, 7 mai. 1917. p. 1202-1203.
- MENSAGEM: com que o dr. Wenceslau Braz presidente da Republica, abriu o Congresso nacional, a 3 de maio. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 101, 9 mai. 1917. p. 1215-1217.
- MENSAGEM: com que o dr. Wenceslau Braz presidente da Republica, abriu o Congresso nacional, a 3 de maio. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 102, 10 mai. 1917. p. 1225-1227.
- MENSAGEM: com que o dr. Wenceslau Braz presidente da Republica, abriu o Congresso nacional, a 3 de maio. *Imprensa Oficial*, Recife, anno II, n. 103, 11 mai. 1917. p. 1237-1243.
- BORBA, Manoel Antonio Pereira. Mensagem lida pelo exm. sr. dr. Manoel Borba, governador do Estado, por ocasião da abertura da 3ª sessão da 9ª legislatura do Congresso do Estado. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 50, 6 mar. 1918. p. 625-662.
- ESTATUTOS DO CENTRO BENEFICENTE DE SCIENCIAS OCCULTAS NO BRAZIL: Titulo da associação. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 128, 12 jun. 1918. p. 1743-1744.
- RELATORIO: sobre a obra Dispensario S. Sebastião, no anno de 1917, apresentado ao Exm. Sr. Arcebispo e aos bemfeitores dessa instituição pelo Padre José Venancio de Mello. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 149, 11 jul. 1918. p. 2028-2033.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 164, 30 jul. 1918. p. 2246-2250.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 165, 31 jul. 1918. p. 2263-2269.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 167, 2 ago. 1918. p. 2298.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 168, 3 ago. 1918. p. 2318-2319.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 169, 4 ago. 1918. p. 2343-2344.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 171, 7 ago. 1918. p. 2384.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 173, 9 ago. 1918. p. 2437.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 176, 13 ago. 1918. p. 2478-2479.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 178, 17 ago. 1918. p. 2535-2536.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco. *Imprensa Oficial*, Recife, anno III, n. 180, 20 ago. 1918. p. 2568-2569.

- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 182, 22 ago. 1918. p. 2596.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 184, 24 ago. 1918. p. 2628.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 187, 28 ago. 1918. p. 2677-2678.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 192, 3 set. 1918. p. 2749-2751.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 193, 4 set. 1918. p. 2763-2766.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 195, 6 set. 1918. p. 2799-2800.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 198, 11 set. 1918. p. 2841-2842.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 203, 17 set. 1918. p. 2911-2912.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 204, 18 set. 1918. p. 2928-2931.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 206, 20 set. 1918. p. 2963-2964.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 208, 22 set. 1918. p. 2987-2988.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 209, 24 set. 1918. p. 3000-3003.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 210, 25 set. 1918. p. 3015.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 211, 26 set. 1918. p. 3025-3026.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 212, 27 set. 1918. p. 3040-3041.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 217, 3 out. 1918. p. 3116.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 218, 4 out. 1918. p. 3127-3129.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 219, 5 out. 1918. p. 3139-3141.
- INSTITUTO ARCHEOLOGICO: Em prol da integridade do territorio de Pernambuco.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 220, 7 out. 1918. p. 3150-3152.
- REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE OBITOS. *Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 225, 22 nov. 1918. p. 3509-3511.
- DIRECTORIA DE HYGIENE E SAUDE PUBLICA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1918.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 269, 10 dez. 1918. p. 3724-3726.
- DIRECTORIA DE HYGIENE E SAUDE PUBLICA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1918.  
*Imprensa Official*, Recife, anno III, n. 271, 12 dez. 1918. p. 3751-3755.

BORBA, Manoel Antonio Pereira. Mensagem do exm. sr. dr. Manoel Antonio Pereira Borba, governador do Estado, lida por ocasião da instalação da 1ª sessão da 10ª legislatura do Congresso do Estado. *Imprensa Oficial*, Recife, anno IV, n. 50, 6 mar. 1919. p. 725-818.

### **Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**

LIVRO DE ATAS do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – 1891 – 1893

REVISTA do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. XXVIII, 1927, ns. 131 a 134, Oficinas Graphicas da Imprensa Oficial, 1929.

### **Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (Seção de Periódicos)**

ARCHIVOS de Hygiene Publica e Medicina Tropical. Orgam da Corporação Medica da Directoria de Hygiene de Pernambuco, [Recife], jul. 1915.

MARIA. Revista das Filhas de Maria, Olinda – PE, a. IV, n. 2, fev. 1916.

NODERSTE Brasileiro, Recife, a. I, n. I, ago. 1928.

POLYANTHÉA Commemorativa das bôdas de prata da fundação do Circulo Catholico de Pernambuco – 1907-1932, Recife, [1932 ou 1933].

### **Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (Seção Obras Raras)**

BRITO, Luis Corrêa de. **Acção Social Catholica**. Obras dos Circulos Catholicos. Conferencia realizada no “Circulo Catholico de Pernambuco”, pelo seu presidente Dr. Luis Corrêa de Brito. Recife: Typ. do Diario de Pernambuco, 1910.

CAMARA, Phaelante. **Discurso proferido pelo Dr. Phaelante Camara na Academia Pernambucana de Lettras, ao tomar posse da cadeira para que foi eleito na vaga de João Gregorio Gonsalves Júnior**. Recife: Emp. d’A Provincia, 1902.

\_\_\_\_\_. **Dois Discursos em homenagem a Martins Junior**. Recife: Imprensa Industrial, 1904.

\_\_\_\_\_. **Conferencia pronunciada na Federação Operaria Christã em homenagem a lei reguladora dos syndicatos profisionaes no Brasil**. Recife: Albergue Typographico, 1907.

CAMPELLO, Manoel Netto Carneiro. **Instrucção Secundaria Christã**. Recife: Emp. d’A Provincia, 1902.

- FERREIRA, Julio Pires. **Discurso pronunciado pelo Dr. Julio Pires Ferreira no Collegio Salesiano na qualidade de paranimpho dos bacharelados em Sciencias e Letras.** Recife: Escola Typ. Salesiana, 1910.
- FUNCK, Alfred (Ed. ). **O Brasil e a Allemanha – 1822-1922.** Um livro dedicado ás boas relações entre os dous paizes. Com colaborações brasileiras e allemães mandado edictar pelo Dr. Alfred Funk. Berlim: Editora Internacional, 1923.
- MARTINS JUNOR. **A moção do dia 18.** Discurso proferido na sessão da Camara dos Deputados no dia 18 de julho. Em sustentação da moção contra o governo do Dr. Barbosa Lima. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1892.
- PINHEIRO, Pe. Hermeto. **O Catholicismo e as Escolas Philosophicas.** Conferencia em homenagem a Christo Redemptor, pelo Padre Hermeto Pinheiro. Recife: Atelier Miranda, 1901.
- SALGADO, Heliodoro. **O Culto da Immaculada.** Estudos criticos e historicos sobre a mariolatria. Porto: Livraria Chardron, 1905.
- SILVA, Vig. Augusto Franklin M. da. **Discurso proferido na festa solemne da excelsa Virgem Nossa Senhora do Carmo em seu contexto da cidade do Recife no dia 16 de julho de 1895 pelo Vigario Augusto Franklin M. da Silva.** Recife: Typographia E. F. Boulitreau, 1895.
- TEVES, Fr. Mathias. **Necessidade da Revelação.** Conferencia Catholica realizada no Instituto Archeologico em 15 de setembro de 1907 por Frei Mathias Teves. Recife: Typ. J. Agostinho Bezerra, 1907.

### **Biblioteca do Gabinete Português de Leitura**

- ANTONIO, Bispo do Pará. **As Ordens Religiosas julgadas por escritos protestantes.** Belém: Typ. da Estrella do Norte, 1864. 1 vol.
- ARROYO, Antonio. **Singularidades da minha terra (na arte e na mística).** Porto: Renascença, 1917. 347p.
- ÁTAROS: O Evangelho das Rosas.** São Paulo: O Pensamento, 1925. 2 vol.
- BEZERRA, Alcides. **Ensaio de Critica e Filosofia.** Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1918. 280p.
- ARÃO, Manoel. **A separação da Igreja do Estado.** Recife: O Tempo, 1915. 109p.
- A IGREJA e a Maçonaria. Razoes que impedem um católico sinsero de ser um maçon por um católico.** Recife: Typ. Universal, 1873. 72p.
- CAMPOS, Joaquim Pinto de. **Polemica Religiosa ou Resposta aos escritos anti-católicos do Sr. General Abreu e Lima.** Recife: Typ. da Esperança, 1867. 103p.
- CARNEIRO, A. J. de Sousa. **Sciencia Esotérica (Analise e Confrontos). Sciencia Rosa Cruz.** São Paulo: O Pensamento, 1926. 542p.
- CASTILHO, Antonio Feliciano de. **Palestras Religiosas.** Lisboa: Emp. da História de Portugal, 1906.

- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **A Igreja e o pensamento contemporâneo**. Coimbra: Coimbra Editora, 1924. 360p.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à historia dos idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia e a evolução histórica nacional**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956. 480p.
- DELAMARE, Alcides. **As duas bandeiras Católicas e Brasilidade (Discurso e Conferencia)**. Rio de Janeiro: Centro D. Vital Anuario do Brasil, 1924. 189p.
- DIAS, Alexandre. **No caminho da espiritualidade**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1933. 118p.
- DUPUIS, Charles François. **Resumo da origem de todos os cultos**. Lisboa: a. Maria Pereira, 1913.
- DRESSER, Horacio W. **O livro dos segredos**. São Paulo: o Pensamento, 1922. 170p.
- FRANÇA, P. Leonel. **Catolicismo e protestantismo**. Rio de Janeiro: Achmidt, 1933. 292p.
- FIGUEIREDO, Fidelino. **O dever dos intelectuais**. Porto: Velho & Irmão, 1936. 100p.
- HARNOLD, Hans. **O Adepto**, ou ensinamentos de alta magia. 2 ed. Rio de Janeiro, 1911.
- HERBERG, Will. **Protestantes, Católicos e Judeus**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962. 297p.
- HEVMAYER, Maximus. **Grandeza da psychotherapia: a chave da vida longa e feliz**. Rio de Janeiro: Villas Boas e C. , 1925. 287p.
- LEVI, Eliphos. **Dogma e ritual da alta magia**. São Paulo: O Pensamento, 1924. 640p.
- LORENZ, Francisco Valdomiro. **Comentários aos diálogos iniciaticos**. São Paulo: O Pensamento, 1920. 200p.
- MAÇONARIA. Brasil Grande Oriente. **Ritual do Grão de Cavaleiro Rosa Cruz**. Aprovado pelo Grande Capítulo do Mito Moderno em sess. 21 de julho e permitido em Assembléia de 1 de agosto e pelo Grande Capítulo dos Cavaleiros Noachitas em sess. de 11 de agosto tudo de 1891. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. do Irmão Hildebrant, 1913. 32p.
- MAÇONARIA. Recife. Benemérita Loja Capitular Segredo e Amor da Ordem ao Oriente. **Relatório apresentado e lido pelo respectivo Venerável Ivo César Guimarães. . . em sessão de posse a 4 de julho de 1920**. Recife: Typ. do Recife Graphico, 1920. 17p.
- MAÇONARIA. Recife. B. L. C. S. A. O. **Regulamento Particular da Benemérita Loja Capitular Segredo e Amor da Ordem do Recife**. Aprovado em 5 de janeiro de 1912 ew pelo Conselho Geral da Ordem em 28 de março de 1913. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. do Ir. Hildebrandt.
- MEDEIROS, Ezequiel. Maçonaria. Recife. Benemérita Loja Capitular Segredo e Amor da Ordem ao Oriente. **Relatório da Benemérita Loja Capitular Segredo e Amor da Ordem ao Oriente do Recife. Estado de Pernambuco (Exercício de 1916-1917)**. Apresentado pelo respectivo Venerável Tenente Ezequiel Medeiros. Recife: Imprensa Oficial, 1917. 20p.

- MELLO, José do. **Arsenal Católico ou Resposta às objeções protestantes**. Rio de Janeiro: Tip. Dez Lima Drummond, 1921. 254p.
- NOVAS elucidações do Quarto Evangelho por João, o Evangelista**. Porto: Empresa Literária, 1921. 557p.
- OLIVEIRA, Martins J. P. **Sistemas dos Mitos Religiosos**. Lisboa: Viana Bertrand & Ca. Suc. Carvalho, 1882. 361p.
- PINHEIRO, F. B. Marques. **Irmadades do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Caridade e suas Repartições, Coros, Caridade e Hospital dos Lázarus**. Rio de Janeiro: Typ. M. Maximo, 1894. 2 vols.
- POLEMICA Religiosa ou Resposta aos discursos parlamentares do Dr. Pedro Luiz de Souza sobre a prentensão do ver. Padre Janrard**. Pernambuco: Typ. do Carneiro do Recife, 1864. 99p.
- QUINTELA, Eduardo Alves. **Os Cavalheiros da Paz**. New York: s. ed. , 1919. 125p.
- RAMACHARAKA, Yogi. **Cristianismo místico ou ensaios esotéricos do mestre**. São Paulo: O Pensamento, s. d. 255p.
- RAPOSO, Américo. **Nevrose Mística**. Rio de Janeiro: Domingo Magalhães, 1895. 130p.
- RIBEIRO, Leonildo. **O espiritismo no Brasil: contribuições ao seu estudo clínico e médico-legal**. São Paulo: Nacional, 1931. 199p.
- SANTOS, João Bento dos. **A maçonaria: suas lutas, suas conquistas e dados**. Recife: CEPE, 1983. 181p.
- SHREIBER, Hermann. **Historias e mistérios das sociedades secretas**. São Paulo: IBRASA, 1959. 329p.
- TARSIER, Pedro. **Histórias das perseguições religiosas no Brasil**. São Paulo: Cultura Moderna, 1936. 220p. I tomo.
- \_\_\_\_\_. **Histórias das perseguições religiosas no Brasil**. São Paulo: Cultura Moderna, 1936. 192p. II tomo.
- TIGRE, Manoel Bastos. **Bolhas de Sabão. Filosofia de Taxi, Bíblia Profana, Amorismos, Teatro Miudo etc**. Rio de Janeiro: Leite & Maurílio, 1919. 254p.
- TIMÓTHEON. **Não creio em Deus**. Lisboa: Almeida Carvalho. 212p.
- TRENE, Ralph Waldo. **A lei da vida**. São Paulo: O Pensamento, 1924. 187p.
- TRENE, Ralph Waldo. **Em harmonia com o infinito**. São Paulo: O Pensamento, 1926. 287p.
- VIANA, Mário Gonçalves. **Os religiosos e os místicos na literatura portuguesa**. Porto: Ed. Nacional, 1940. 160p.
- ZIONI, Pe. Vicente M. **O problema espírita no Brasil**. São Paulo: Verba Salutis, 1942. 224p.

#### **Biblioteca Almeida Cunha – 5ª/IPHAN/MinC**

- ALVES, Pereira (Cônego). **Discursos e conferencias**. Recife: Imprensa Industrial, 1917. Edição da Revista Maria.



ARAÚJO, Vicente Férrer de Barros. **Seitas protestantes em Pernambuco (séculos 19 e 20)**. Subsídios históricos. Pernambuco: Tipographia do “Jornal do Recife”, 1905.

**O MOMENTO RELIGIOSO-POLÍTICO**. Folheto sem indicação de data nem autor, defendendo o apoio dos católicos à candidatura de Arthur Bernardes.

PEDAVOLI, Celestino de (Frei). **Combate ao protestantismo**. Discurso pronunciado na 2ª sessão do 1º Congresso Católico Diocesano. Pernambuco: Atelier Miranda, 1902.

PFEILSCHIFTER, Jorge (Ed. ). **Cultura alleman, Catholicismo e a Guerra Mundial**. Replica de defesa contra o livro “La guerre allemande et le catholicisme”. Petrópolis: Vozes, 1916.

#### **Biblioteca Pe. Aloisio Mosca de Carvalho, SJ – UNICAP (Seção Obras Raras)**

BESCHERELLE. **Grammaire nationale ou grammaire de Voltaire, de Racine, de Bossuet, de Fénelon, de J. - J. Rousseau, de Buffon, de Bernardin de Saint-Pierre, de Chateaubriand, de Casimir Delavigne et de tous les Écrivains les plus distingués de la France**. 11. ed. Paris: Garnier Frères, 1862.

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Le credo de Bossuet**: exposition de la doctrine chrétienne. Paris: Charles Douniol, [19—].

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Oeuvres complètes de Bossuet, évêque de meaux**. Bruxelles: CH. - J. -A. Greuse, Libraire-Éditeur, 1848.

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Sermões de Bossuet**. Porto: Livraria Portuense & C.<sup>a</sup>, 1909.

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Sermons choisis de Bossuet**. Nova edição. Paris: Garnier Frères, [19--].

CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, 1. , 1900, Salvador, BA. **Primeiro Congresso Catholico Brasileiro ; promovido pelo apostolado da oração ; celebrado na Bahia, de 3 a 10 de junho de 1900**: actas e documentos. São Paulo: Typographia a Vapor-Pauperio & Comp. , 1900.

CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, 2. , 1908, São Sebastião, RJ. **Segundo Congresso Catholico Brasileiro ; celebrado de 26 de julho a 2 de agosto de 1908 na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro por iniciativa do Circulo Catholico da mesma cidade em homenagem a S. S. Papa Pio X no anno do seu jubileu sacerdotal**: actas e documentos. Rio de Janeiro: O universo, 1910.

CONGRESSO CATÓLICO, 1902, Recife, PE. **Annaes da Obra dos Congressos Catholicos em Pernambuco**. Recife: A Provincia, 1902.

## Arquivo do Colégio Nóbrega

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Consulta – 1917-1941*. Recife.

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário – 1917-1929*. Recife. (806. 090 NOB)

ARQUIVO DO COLÉGIO NÓBREGA. *Diário – 1929-1943*. Recife. (806. 090 NOB)

## Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Consagrado ao primeiro Congresso de História Nacional. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Consagrado ao primeiro Congresso de História Nacional. Parte IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Consagrado ao primeiro Congresso de História Nacional. Parte III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Consagrado ao primeiro Congresso de História Nacional. Parte V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

LEITE, Manfredo. *Oração Funebre nas de D. Izabel a redemptora*. Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro [s. d. ].

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Trasladação dos restos mortaes de D. Pedro II e D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

REVISTA do Instituto Historico e Gepographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Boletim. Varnhagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Boletim. Segundo Congresso de Historia Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- CELSONO, Affonso(conde de). Discurso de abertura e encerramento proferidos pelo Conde de Affonso Celso no primeiro congresso de História Nacional. In: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (Boletim). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo especial. Congresso Internacional de Historia da America. v. IX e último. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. v. 161. Tomo 107. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Anais do Segundo Congresso de Historia Nacional. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.
- BOLETIM do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Centenário do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- BOLETIM do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Tomo Especial. Homenagem à memória do Conde de Affonso Celso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Anais do Segundo Congresso de Historia Nacional. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- MONTEIRO, Jonathas do Rego. As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Separata dos anais do Terceiro Congresso de Historia Nacional (IV vol. ).
- LOBO, Helio. O Pan- Americano e o Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Separata dos anais do Terceiro Congresso de Historia Nacional. (VI vol. ).
- FILHO, Virgílio Corrêa. O Instituto Histórico. Sua obra científica nos congressos. . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Separata dos anais do Terceiro Congresso de Historia Nacional.
- REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. v. 247. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961.
- HOPPE, Fritz. O Brasil na política comercial do Marquês de Pombal. Rio de Janeiro: Luarama, 1973.
- SCHUBERT, Guilherme (Mons. ). Igreja e estado cooperando na conservação dos valores históricos e artísticos. Rio de Janeiro: Instituto Historico e

Geographico Brasileiro, 1977. Separata da revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Vol. 313 - Out. -Dez. -1976.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1838. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1998.

Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Índice dos anais dos congressos e simpósios Instituto Historico e Geographico Brasileiro 1914-2000. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2003.

### Arquivo da autora

BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. **A Pátria Brasileira (para os alunos das Escolas Primarias)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país**. 11ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1937.

COMMEMORAÇÕES EM HONRA DO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL 1922. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' "A Federação", 1923, p. 11. Editorial d'A Federação.

FRANCKENBERG, João von. **História do Brazil**, escripta para meninos. 9. ed. Porto Alegre: Selbach & Cia. , 1913.

### Documentos Pontifícios Diversos

JURAMENTO contra o modernismo. Disponível via on-line: <<http://www.montfort.org.br/documentos/antimodernismo.html>>. Pesquisado em 17/01/2003.

LEÃO XIII. *Sobre a Constituição Cristã dos Estados* (Immortale Dei). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1946. [1885]

LEÃO XIII. *Sobre a Maçonaria* (Humanum Genus). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1946. [1884]

LEÃO XIII. *Sobre os Males da Sociedade Moderna, suas Causas e seus Remédios* (Inscrutabili Dei Consilio). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1947. [1878]

LEÃO XIII. *Sobre a Imprensa* (Excertos). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1947. [?]

LEÃO XIII. *Sôbre a Origem do Poder Civil* (Diuturnum Illud). In: *Documentos Pontifícios*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1951. [1881]

PIO X. Encíclica *Gravissimo Officii Munere*. Publicada em 10/08/1906. Disponível on-line em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_10081906\\_gravissimo-officii-munere\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_10081906_gravissimo-officii-munere_en.html), pesquisado em 10/01/2008, 18:45h.

PIO X. Encíclica *Iam dudum*. Publicada em 11/02/1906. Disponível on-line em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_11021906\\_iam\\_dudum\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11021906_iam_dudum_en.html)

x\_enc\_11021906\_vehementer-nos\_en. html, pesquisado em 10/01/2008, 18:45h.

- PIO X. Encíclica *Vehementer nos*. Publicada em 11/02/1906. Disponível on-line em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_11021906\\_vehementer-nos\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11021906_vehementer-nos_en.html), pesquisado em 10/01/2009, às 18:48h.
- PIO X. *Sobre o Ensino do Catecismo* (Acerbo Nimis). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1946. [1905]
- PIO XI. *Sôbre o Matrimônio Cristão* (Casti connubii). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1945. [1930]
- PIO XI. *Sôbre o Cinema* (Vigilanti Cura). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1946. [1936]
- PIO XI. *Sobre a Crise Social e Religiosa da Humanidade* (Caritate Christi Compulsi). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1947. [1932]
- PIO XII. *Sobre o Apostolado das Moças na Renovação da Sociedade* (Discurso La letizia). In: *Documentos Pontifício*. Petrópolis: Vozes, 1950. [1943]
- PIO XII. *Sobre o Apostolado da Mocidade Feminina na Sociedade Moderna* (Alocuções: Viva e Profanda e S'il Nous plait). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1950. [1948]
- PIO XII. *Sobre as Congregações Marianas* (Vários Documentos). In: *Documentos Pontifícios*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1955. [1945]
- PIO XII. *Sôbre o Apostolado da Mulher Católica* (Alocução). In: *Documentos Pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 1958. [1957]



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

**Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional.** Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930, por Emanuela Sousa RIBEIRO

Is licensed under a Creative Commons 3.0 Brasil License:  
Atribuição: Uso Não-Comercial - Vedada a Criação de Obras Derivadas

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)